

RENATA APARECIDA PAUPITZ DRANKA

ANTONIETA DE BARROS:
Trajetórias Discursivas

Tubarão, SC
Junho de 2003

RENATA APARECIDA PAUPITZ DRANKA

ANTONIETA DE BARROS:
Trajetórias Discursivas

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Ciências da Linguagem como
requisito parcial para a obtenção grau de
Mestre em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Orientadora: Prof^a Dr^a Solange Leda Gallo

Tubarão, SC

Junho de 2003

RENATA APARECIDA PAUPITZ DRANKA

ANTONIETA DE BARROS:
Trajetórias Discursivas

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, SC, junho de 2003.

Profª Drª Solange Leda Gallo
Presidente

Prof Dr

Prof Dr

AGRADECIMENTOS

Não se faz uma obra sozinho, há sempre outras pessoas que contribuem de forma direta ou indireta para que ela se concretize. Assim a todos que me ampararam nesta caminhada quero distribuir a palavra, obrigado.

Ao meu marido, meu filho e minha família, por compreenderem a importância deste empreendimento em minha vida e pela nossa história.

Ao professor Dr. Fábio Rauem, pela acolhida no curso e não consigo encontrar palavras que expressem o meu agradecimento pela compreensão no início desta trajetória.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Solange Leda Gallo, pela genialidade com que trata e transmite suas interpretações sobre a Análise do Discurso de linha francesa e pela dedicação à orientação deste trabalho. Também pelas fundamentais e incessantes conversas e discussões, o que foi de suma importância para a análise desta dissertação, bem como pela solidariedade compartilhada ao longo desta trajetória discursiva.

Ao professor João Inácio Müller, por ter ensinado os primeiros, segundos.... passos na informática e por estar sempre pronto a ajudar-me.

A Mônica, “meine Deutschlehrerin”, pelas importantes observações e sugestões.

A Loris, por compartilhar comigo seus conhecimentos sobre psicanálise e políticas afirmativas.

Ao professor Dr. Marcos José Muller, pelas leituras filosóficas com viés literário, a “Prosa do Mundo”.

Agradeço a professora Dra. Albertina Felisbino e o professor Dr. Luiz Felipe Soares, que, quando do exame de qualificação do Projeto de Dissertação, em muito contribuíram para o desenvolvimento de meu trabalho.

As bibliotecárias do setor de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, pela disponibilização dos jornais consultados para a realização da pesquisa pelo convívio de quase dois anos ininterruptos, mesmo no período da greve.

A biblioteca do Departamento de Ciências Humanas, que tão gentilmente possibilitou o empréstimo da obra de Lacan por tempo quase indeterminado.

A professora Dr^a Maria Marta Furlanetto, que tão gentilmente disponibilizou várias fontes bibliográficas sobre questões de gênero.

Ao arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pela disponibilidade dos documentos consulados.

Ao corpo docente e discente do Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem.

As secretárias do Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem em Tubarão, muito obrigada.

Não posso deixar de agradecer a Antonieta de Barros que, através de seus escritos, me deu a oportunidade de conhecê-la, viver com ela, de chorar, de perder-me e depois reencontrar-me, de enfrentar a vida como *“alegres convivas de um banquete que desejam suas taças novamente cheias, dizendo à vida: uma vez mais”*.

RESUMO

Esta dissertação analisa, à luz do referencial teórico da Análise do Discurso de linha Francesa, alguns escritos de Antonieta de Barros, publicados nos principais jornais de Florianópolis, em diferentes momentos históricos, compreendidos entre 1900 e 1950. Para a análise desses escritos, foi necessário conhecer outros textos que se complementam e concorrem na produção de sentidos. Neles estão presentes a historicidade constitutiva do discurso jornalístico e do político; a forma de construção da legitimidade do voto e a repercussão, nos jornais de Florianópolis, do decreto de 1932, que habilitava, de forma facultativa, as mulheres ao voto; a forma de circulação da imagem da mulher nos periódicos de Florianópolis e como Antonieta de Barros se representava e era representada neste imaginário; a ascensão política de Antonieta de Barros e sua mobilização para a valorização da mulher. Relacionando o discurso jornalístico com o interdiscurso, esta dissertação analisa as expressões “à margem” e “farrapos”, mostrando as estratégias de Antonieta de Barros para esquivar-se dos gestos interpretativos, já marcados e estabilizados, enquanto elaborava outros sentidos, à partir de seu lugar, para legitimar o seu dizer.

RÉSUMÉ

Cette dissertation analyse, dans le contexte référentiel de l'Analyse du Discours d'orientation française, quelques écrits de Antonietta de Barros publiés dans les principaux journaux de Florianópolis, en différents moments, entre 1900 et 1950. Pour une meilleure compréhension de ces écrits, il a fallu connaître d'autres textes qui se complètent et concourent à la production du sens. On y trouve l'historicité constitutive du discours journalistique et politique, la forme de légitimation du vote et la répercussion, dans les périodiques de Florianópolis, du décret de 1932, qui accordait de façon facultative le droit de vote aux femmes; la forme de circulation de l'image de la femme dans les périodiques de Florianópolis et la façon par laquelle Antonietta de Barros se présentait et était représentée dans cet imaginaire; l'ascension politique de Antonietta de Barros et sa mobilisation pour la valorisation de la femme. En établissant une relation entre le discours journalistique et l'interdiscours, cette dissertation analyse des expressions telles que "au bord de" et "haillons", montrant ainsi les stratégies de Antonietta de Barros pour éviter des gestes interprétatifs, déjà marqués et établis, alors qu'elle créait d'autres sens, à partir de son lieu, pour légitimer sa parole.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: O JORNALISMO CATARINENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX	7
1.1 A imprensa florianopolitana e o voto	32
Capítulo II: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS JORNAIS EM FLORIANÓPOLIS	50
Capítulo III: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	88
3.1 Língua, Linguagem e Discurso	88
3.2 O Trabalho de Análise	90
3.3 Ideologia e Inconsciente na Análise do Discurso	96
3.4 O Sujeito do Discurso	106
Capítulo IV: BIOGRAFIA INTERPRETADA	112
4.1 A Carreira Política de Antonieta de Barros	158
4.2 O Feminismo em Antonieta de Barros	182
4.3 Antonieta de Barros e a Filosofia	192
Capítulo V: À MARGEM	204
Capítulo VI: FARRAPOS DE IDÉIAS	222
CONCLUSÃO	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255
ANEXOS	264

INTRODUÇÃO

Alguns historiadores dizem que Antonieta de Barros nada escreveu sobre o preconceito social que havia e ainda há em nossa sociedade. Dizem que o fato de ser aceita na sociedade não implicava em abertura para outras mulheres, ou para pessoas de sua etnia, nem na possibilidade de ganhar individualidade e respeito. Criticam que, em alguns de seus escritos, parece que Antonieta de Barros ficava de fora desses discursos, não se envolvia: “*Apesar de ser negra e de origem pobre, Antonieta de Barros manteve-se distante de conflitos envolvendo racismo e o feminismo*”,¹ ou “*Antonieta escolheu aliar-se ao poder...*”² Entretanto, nos textos escritos por seus companheiros, políticos e jornalistas, também, não encontramos abertura para pessoas de outras etnias ou sexo, apesar de as representarem na Assembléia, mas isso parece ficar fora de questão. Assim, esperar que Antonieta de Barros, enquanto deputada, tivesse tido uma postura diferente, por ela ser mulher e negra, parece uma atitude tão preconceituosa e machista como a de seus companheiros de assembléia nos anos trinta.

Procuraremos aqui reconstruir criticamente sua trajetória, a partir de relações sociais concretas, tornando visível o seu papel e, a partir daí, compreender o seu discurso, respeitando sua conduta política, assim como têm sido respeitados os políticos que fazem parte da história deste estado.

A sociedade tem relações sociais historicamente definidas e nessas especificidades, relações de gênero. Por isso, para compreender a posição de

¹ Luz, Andrea Aparecida da, em trabalho de conclusão do curso de jornalismo intitulado **Antonieta de Barros. Uma vida dedicada à educação pública**, 2002. p.36.

² Nunes, Karla Leonora Dahse, em tese de mestrado em história, 2001. p.57.

Antonieta de Barros, o esforço inicial será no sentido de afastar o olhar que reforça o papel feminino em oposição ao masculino. Tentaremos compreender principalmente os sentidos envolvidos no discurso jornalístico e no discurso político da época.

Qual é a realidade de Antonieta de Barros em sua época? A realidade em **Análise do Discurso** é o resultado da relação necessária entre as práticas sociais, as construções cotidianas e o trabalho simbólico de significação. Segundo Mariani (1998, p.27),

“o que chamamos de realidade é resultado da construção rememorização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica deste processo.”

Tomaremos alguns enunciados que nos parecem exemplares nos escritos de Antonieta de Barros e os consideraremos como forma desse sujeito interpretar a realidade, recuperando o processo de significação constitutivos de sua historicidade. Historicidade que, em **Análise do Discurso**, é a organização simbólica de sentidos. Esses, como construções sociais, se tornam visíveis. Visíveis inclusive para o olhar do analista.

Na organização do material de base desta pesquisa, a matéria prima do trabalho, o **corpus**, foi sendo configurado aos poucos, a partir dos textos de Antonieta de Barros, publicados pela imprensa local e também pelas suas crônicas. Mas, no decorrer das análises, em consequência da contextualização desses dizeres reconstruídos por inúmeros outros textos, de outros autores, os enunciados iam tornando-se outros, pois segundo Pêcheux:

“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico- sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis. É nesse espaço que pretende trabalhar a AD.”

Lentamente as máscaras caíam, porém sem nunca ter o pretexto de encontrar a “verdade”, ou o outro lado da máscara, pois os sentidos são muitos, e ficam a espera de uma interpretação, segundo uma determinada formação ideológica (discursiva), para serem significados. Parecem sinais pedindo para serem encontrados, sinais estes que denotam resistência, rupturas. Sinais deixados ou “esquecidos” voluntariamente pela memória. Essa é a materialidade do discurso que se reorganiza toda vez que os enunciados são interpretados, tornando-se outros.

Assim, além dos textos da própria autora (Antonieta de Barros), que circulavam nos jornais de Florianópolis, principalmente no jornal **República**, em diferentes fases históricas, compreendidas entre 1900 e 1950, realizamos um levantamento das notícias sobre ela, publicadas nos jornais **A Semana, República, O Dia, A Pátria, O Dia e a noite, O Estado, A Gazeta e O Correio do Estado**.

Na tentativa não só de reconstruir a trajetória de Antonieta de Barros, mas de buscar seus “gestos de interpretação”, foi importante trabalhar a relação entre a linguagem e a história na produção de sentidos. É importante frisar que não se trabalha a discursividade e a história de forma estanque. A história aqui reconstituída, já é dirigida pela discursividade, pois não foi uma viagem sem rumo, mas dirigida pelos pressupostos da Análise do Discurso e pelo fio do discurso de Antonieta de Barros. Estes pressupostos, segundo Orlandi, não são instruções, mas lugar de reflexão.

Enquanto analista, no esforço de compreender a realidade determinada por uma outra forma material de um outro tempo e um outro espaço, esta pesquisa foi um grande desafio. Para isso foi necessário ultrapassar o contexto lingüístico rumo ao contexto imediato e histórico, na tentativa de tornar clara a história dos processos de significação, para, segundo Orlandi (1993, p.117), “*atingir os mecanismos de sua produção.*”

É necessário construir limites para dar sentidos, para que os “*gestos de interpretação*” se nos apresentem como um monograma e ao mesmo tempo tenham liberdade para significar.

Existe uma história que constitui o discurso jornalístico e os textos de Antonieta de Barros, por isso é importante percorrer a historicidade constitutiva da imprensa, do discurso jornalístico e político, em questão, para melhor compreender sua produção. Para tanto, apresentamos no primeiro capítulo, **”O jornalismo catarinense no início do século XX”**, o tipo de linguagem que circulava nos principais periódicos de Florianópolis, que concorreram na produção de sentidos sobre a vida de Antonieta de Barros. A linguagem que circulava nos jornais de Florianópolis lembrava a *“comunicação Esopiana”*,³ pois um leitor que não estivesse familiarizado com os acontecimentos particulares das famílias dos políticos, provavelmente não conseguiria entender o texto jornalístico. Para tentar decodificar a linguagem que circulava nos jornais, foi necessário pesquisar a história oficial e não oficial de Florianópolis, através de cartas, relatórios e comparações entre os jornais que digladiavam entre si. No que diz respeito à **Análise do Discurso**, gostaríamos de acentuar que sua metodologia foi importante para entender o processo de significação, compreendendo língua, história e ideologia. A **Análise do Discurso** opera com os três elementos citados acima, fazendo intervir um dos seus pressupostos teóricos centrais: o interdiscurso. Quando falamos em *compreensão*, estamos nos referindo a reportar-nos à realidade daquela época, para analisarmos a produção dos sentidos, pois eles só se produzem porque são históricos.

Como Antonieta de Barros foi eleita duas vezes deputada estadual e ingressou desde cedo na política catarinense, militando na escola, nos comícios, nas ruas e nas praças de Florianópolis, apresentamos também neste primeiro capítulo a maneira como os periódicos em Florianópolis publicavam as notícias referentes à luta empreendida pelas sufragistas, que abriu às mulheres domínios que eram reservados somente aos homens, e a repercussão nestes mesmos jornais à respeito do Decreto de 1932, que habilitava, de forma facultativa, as mulheres ao voto. A este subcapítulo denominamos: **A Imprensa Florianopolitana e o voto.**

³ Segundo Kunczik, “comunicação esopiana” é um tipo de linguagem especial que o público em geral não distingue. Exemplo: maneira como a elite da Índia se comunica nos jornais por meio do idioma inglês e debates políticos em linguagem acadêmica para leitores leigos sobre o assunto.

A Representação da mulher nos jornais em Florianópolis, é o título do segundo capítulo. Nele, apresentamos como a imagem da mulher circulava nos periódicos em Florianópolis. O discurso jornalístico atua na institucionalização social dos sentidos e contribui na constituição da circulação do imaginário social. No discurso jornalístico do período pesquisado - (1900 e 1950) - não havia lugar para a fala de mulheres brancas e muito menos das negras, portanto não havia espaço para confrontos. Assim, é importante analisar como Antonieta de Barros se representava e era representada neste imaginário.

Com o intuito de mostrar o caminho percorrido que nos permitiu fazer este trabalho de análise, no capítulo III, apresentaremos os pressupostos teóricos da **Análise do Discurso**. Gostaríamos de acentuar que, filiação teórica, na **Análise do Discurso** é, segundo Orlandi (apud Mariani, 1998, p.49) "*movimento de pensamento e esforço teórico de construção de um objeto*" e não aplicação.

Merleau Ponty (1991, p.45) usa uma metáfora para falar do trabalho do escritor: "*como o tecelão, o escritor trabalha pelo avesso: lida apenas com a linguagem, e é assim que de repente se encontra rodeado de sentido*". O analista do discurso observa o avesso do trabalho do escritor, onde a palavra, segundo o mesmo filósofo, "*tateia em torno de uma intenção de significar*", que não se esgota no texto. Ele, o analista do discurso, não trabalha só com o direito da tapeçaria, mas com o avesso, onde aparece as operações que a linguagem esconde. Para tanto, apresentamos, no quarto capítulo, uma tentativa de reconstituição da trajetória de Antonieta de Barros, não como uma história pronta, nem para mostrar o sentido sobre sua vida, pois para a Análise do Discurso, a gênese do sentido sempre está recomeçando. Há sempre um recomeço para se contar uma história. O lugar e o tempo de onde se fala constituem o dizer e os sentidos que não estão estáticos, dependem do movimento histórico, porque sua interpretação também dependerá do tempo e do espaço em que se dá.

Neste quarto capítulo apresentamos um subcapítulo intitulado **A carreira política de Antonieta de Barros**. Nele analisaremos sua ascensão política e a vinculação dos jornais com a política partidária em Santa Catarina.

Antonieta de Barros foi acusada de : “manter-se distante dos conflitos envolvendo racismo e feminismo”, de “não se ver como negra” e “receio de ser estereotipada de feminista”. Sendo assim, neste mesmo quarto capítulo, apresentaremos seus próprios textos que nos mostram os “gestos” na luta pela valorização da mulher. A este subcapítulo, denominamos, **Antonieta de Barros e o feminismo**.

Neste mesmo quarto capítulo, visitaremos as crônicas de Antonieta de Barros, publicadas aos domingos no jornal **República**, com o intuito de fazer uma analogia de seus principais pensamentos e alguns conceitos de Sócrates, filósofo este, que, de acordo com a pesquisa, parece ser o favorito da escritora , pois muitos dos pensamentos e conceitos deste filósofo estão consubstanciados em suas crônicas. É importante salientar que os textos dos capítulos anteriores se complementam, concorrendo na produção de sentidos para melhor compreensão dos textos de Antonieta de Barros.

Segundo Merleau Ponty, quando começamos a ler um livro há uma cumplicidade entre o leitor e o escritor. Porém, de repente, algumas palavras “pegam” o leitor, levando-o a instauração de novos sentidos. E foi assim, neste turbilhonar, que as palavras, **farrapos e à margem** tornaram-se *obras* expostas para análise, nos capítulos cinco e seis. Dizemos *obras*, pois os sentidos não se esgotam nelas e filiação teórica, segundo Orlandi (apud Mariani, 1998, p.49) “*É movimento de pensamento e esforço teórico de construção de um objeto*” , um novo objeto de reflexão.

Capítulo I

O JORNALISMO CATARINENSE DO INÍCIO DO SÉCULO XX

"A história tira ainda mais daqueles que tudo perderam, e dá ainda mais àqueles que tudo tomaram." Merleau Ponty

Ao iniciarmos esta pesquisa, na leitura dos jornais de Florianópolis que circulavam na primeira metade do século passado, pudemos observar ali, debates calorosos e *"pestilentos"*. Parecia até que os jornalistas estavam disputando o prêmio Pulitzer, promovendo e escrevendo sobre as causas populares, tal era a paixão das discussões.

Entretanto, através de uma leitura mais apurada, foi possível constatar que o ponto de vista dos redatores e jornalistas florianopolitanos, tanto no início do século como no decorrer do século XX, era muito diferente do ponto de vista de Joseph Pulitzer, se quiséssemos realmente estabelecer uma comparação. Isso porque, para Pulitzer, na primeira edição do New York World, em 1883, (apud Kunzik, 1997, p. 99) o jornal, verdadeiramente democrático, seria aquele que se dedicasse *"à causa popular em vez de atender aos monarcas financeiros"*.

Seria difícil seguir esse conceito em Florianópolis nessa época, pois os *"monarcas financeiros"* eram os donos dos jornais, dos partidos políticos e principalmente políticos importantes. Havia estreita relação entre poder, partido e circulação de jornais em Florianópolis. Segundo Moacir Pereira (1992), a vinculação dos jornais com a política partidária em Florianópolis vai além da década de 70. Segundo o autor, o primeiro jornal do Brasil foi fundado com um ato de concessão do governo, atrelado a esquemas da realeza portuguesa, pois o seu objetivo era a divulgação dos seus atos. Assim como o primeiro jornal no Brasil

vem marcado pôr forte conteúdo político partidário, também em Santa Catarina, o primeiro jornal, **O Catharinense** deixava transparecer as idéias de Jerônimo Coelho, opondo-se à influência lusitana no governo. Abriu-se espaço, segundo Moacir Pereira (1992) para que os jornais que surgissem adotassem uma postura política partidária.

Em 1847, em Desterro, havia duas correntes políticas: os **Liberais** e os **Conservadores**, que transformaram-se nos partidos **Judeu** (liberal) e **Cristão** (conservador). O partido **Conservador** representando os negociantes e armadores liderados por João Pinto da Luz fundaram o jornal **O Progresso**. Em 1848, um francês, Emílio Graim, procurou o **Partido Liberal** com a proposta de edição de um jornal. Estes não se interessaram, pois já tinham um prelo trazido por Jerônimo Coelho. Sendo assim, negociou como partido **Conservador**, fundando o jornal **Progresso Catharinense** em abril de 1849. Prevendo que este seria um jornal que poderia veicular críticas ao governo e ao partido, o **Partido Liberal**, contrata os serviços de Emílio Graim para a publicação da parte oficial com uma boa gratificação. O francês passa então a editar para o governo da província fundando um outro jornal, o **Conciliador Catharinense**, em maio de 1840.

Em 1852 surgem 4 novos jornais todos vinculados a um partido político. Os jornais **O Futuro** e o **Correio Catharinense** refletiam as aspirações liberais e os jornais **A Revolução** e **O Conservador** defendiam as idéias do partido **Cristão** (conservador). Como os conservadores fizeram a maioria dos representantes à Assembléia Provincial fizeram do jornal **O Conservador**, órgão oficial do governo.

No decorrer da pesquisa constatamos em 1885 uma mudança nas relações de trabalho dentro das redações dos jornais em Santa Catarina. Anteriormente o responsável pelo jornal era ao mesmo tempo, redator, editor e impressor, mas no jornal **O Mensageiro** constatamos que o editor era Germano Antônio Maria, os diretores Manoel da Silva Mafra e Júlio de Melo Alvim. Tinha, como redatores, Bernardino Varella, Júlio Henrique de Melo e Alvim e Manoel da Silva Mafra. Constatou-se que aos poucos foi havendo a separação entre os donos dos jornais e os funcionários que eram contratados para a produção de matérias como os tipógrafos, redatores, compositores etc. Como as empresas jornalísticas eram

estruturadas com objetivos nitidamente político-partidários, os funcionários tinham que prestigiar o partido de quem os empregava, comprometendo a imagem dos profissionais da imprensa e da própria imprensa. Se o funcionário não seguia a linha editorial partidária era dispensado.

Em 1860 surgiam em Florianópolis 10 novos periódicos, muitos com circulação efêmera.

Com o fim da monarquia se consolida a circulação do jornalismo partidário engajado. Os mais importantes eram o **República** e **O Dia**, ambos do **Partido Republicano**, **O Tempo** fundado por Tito Carvalho e Nereu Ramos, do **Partido Republicano** e da **Aliança Liberal**; **A Pátria** de João Bayer Filho da **Coligação Republicana** e o **Flama Verde** de Othon Gama D'Eça, defendendo as idéias da **Ação Integralista Brasileira**.

Neste contexto, os jornalistas florianopolitanos tinham que possuir um certo cuidado para não ferir este ou aquele político. Se um político, cronista, artista, ou qualquer figura pública, não fizesse parte do partido político do dono do jornal, não seria notícia. O seu nome não estaria nas páginas do jornal, a não ser que fosse para ser “*atacado*”. E este fenômeno ocorria em todos os jornais que circulavam em Florianópolis, mesmo naqueles que se autodenominavam “*imparciais*”.

No início do século XX, Felipe Schmidt funda o jornal **O DIA** para se defender dos ataques de Hercílio Luz provenientes do jornal **República**.

Ficando assim constituído, o jornal **O Dia** era jornal governista, oficial do partido republicano e do governo, e o jornal **República** era jornal de oposição apesar de ser também do mesmo partido.

O jornal **República** foi lançado em 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro. Com o objetivo de expandir suas idéias em amplitude nacional, mais tarde passou a ser distribuído em Santa Catarina. O núcleo do Partido Republicano, e consequentemente o jornal **República** era liderado pelo farmacêutico Raulino Horn, o que explica a quantidade de propaganda de produtos, loções e remédios na maioria das páginas do periódico.

Começou a ser impresso em Florianópolis na tipografia do jornal **Conservador**, do partido do mesmo nome, na rua João Pinto, número 26. Circulava

diariamente. De 1900 a 1903 seu editor chefe era Abílio de Oliveira, e José Arthur Boiteux era diretor proprietário.

O jornal **O Dia** foi criado em 1900, pois com a divisão do Partido Republicano, Felipe Schmidt, governador na época, precisava desse veículo para apoiar seu governo. De 1900 até 1918 foi o periódico oficial do partido Republicano e do governo. Nas páginas deste periódico eram publicados os atos oficiais do governo do estado de Santa Catarina. Circulavam então dois jornais que divergiam entre si.

No início do século, o jornal **República** possuía 4 páginas em formato de 34cm por 46cm. Em 1900, na sua primeira página havia notícias importantes, nacionais ou internacionais, principalmente críticas e ataques ao governo de Felipe Schmidt. Logo após vinha a coluna **Pequenas Notícias**, publicando aniversários, nascimentos, falecimentos e festas de pessoas muito importantes, principalmente aquelas que pertenciam ao partido ou colaboravam com o jornal. “**Solicitadas**” era a sua coluna que publicava agradecimentos, prestação de contas de companhias de apólices, aniversários, nascimentos e falecimentos de pessoas que não pertenciam ao partido, ou seja, de comerciantes e pequenos funcionários públicos. Havia também a coluna “**Avisos Marítimos**”, que publicava notícias de chegada de encomendas, bem como a saída e a chegada de navios e de pessoas importantes vindas de outras cidades ou países.

Nas páginas do jornal **República**, aos poucos vão se revelando nitidamente a tendência política do jornal, através dos elogios, críticas, ou ataques “*virulentos*” aos políticos locais.

Em 1902, na primeira página, após elogiar Hercílio Luz, o jornal **República** fez uma contagem regressiva do governo de Felipe Schmidt:

“Fazem hoje, 1236 dias que Felipe Schmidt assumiu o governo. O estado arruinado, enviltecido, contorce-se em desespero. Todas as suas rendas reduzidas, o seu crédito morto”

Todos os dias, circulava a mesma nota, com o mesmo conteúdo, só mudando a data da contagem regressiva.

Circulava também, na segunda página, uma outra contagem regressiva, todos os dias, com o mesmo conteúdo, só mudando os dias da contagem regressiva:

“Quer queira, quer não queira, Felipe Schmidt, deixará o governo de hoje a 245 dias, coberto de vergonha e da maldição da sociedade catharinense.”⁴

O jornal **República**, se referia a Felipe Schmidt assim:

“inépcia governamental que nos desgoverna”⁵

“Pode Felipe Schmidt, com a falta de escrúpulos que lhe é familiar”⁶

“Felipe Schmidt comete a sangue frio os crimes mais perversos”⁷

“Governicho que ahí está apodrecendo”⁸

Nas páginas do jornal **República** havia várias reclamações: das ruas cheias de buracos, do serviço de iluminação, do lixo jogado pelas ruas e, segundo a notícia publicada no dia 3/3/1902, da:

“conducção de materiais feaes feito de modo pode o sr. superintendente limpar as mãos à parede. E isto na capital do estado. A quanto está este governicho relaxando a nossa terra”

O **República** continua a atacar “ferinamente” a figura e o governo de Felipe Schmidt:

“inépto administrador do estado”⁹

⁴ Jornal **República**, fev. 1902.

⁵ Jornal **República**, 11 fev. 1902.

⁶ Jornal **República**, 19 fev. 1902.

⁷ Jornal **República**, 22 de fevereiro de 1902.

⁸ Jornal **República**, 23 mar. 1902.

⁹ Jornal **República**, 2 mar. 1902.

*“Felipe Schmidt reduziu a nossa infeliz terra a uma miserável existência”*¹⁰

Os jornais oposicionistas na época, em Florianópolis, tinham um discurso próprio. Parecia uma discussão familiar, privada. O intuito deles não era dar notícias, prestação de serviços, ou informar o público, apesar do jornal **República** acreditar que esta era a sua função. No dia 30/04/1902 havia uma nota à esse respeito:

“há um público que precisa ser informado da verdade, que a politicagem bastarda e vosso patrão, trata de desvirtuar”.

“**Informar**” não era o propósito do jornal **República**, mas sim, atacar Felipe Schmidt e elogiar Hercílio Luz.

Demonstrando a necessidade de “academização” do jornalismo, de melhorar a formação, adquirir conhecimentos e conceitos, elaborar normas científicas e éticas que pudessem servir de referência, sistematizando-as para utilizá-las adequadamente, o jornalista do jornal **República** traz uma notícia, transcrita do jornal **Gazeta** do Rio de Janeiro, nº 224, editada em 6 de setembro de 1902, onde a Universidade de Berna tinha “preenchido uma cadeira de jornalismo”. Segundo o jornalista, este “*exemplo deveria ser seguido por todas as cidades cultas*”. (...) “*na primeira lição o professor de jornalismo deu a seus alunos o seguinte thema:*”

“Escola de jornalista:

“M.lle. Suzette, do teatro das Loucuras dramáticas, perdeu na rua do Elyseu uma cadella felpuda, que responde pelo nome de Kiss-me.”

Cada concorrente devia redigir essa notícia para 4 jornais de orientação diversa. Ahi vai a redação do aluno para obter o primeiro prêmio.

Jornal Sisudo e governista.

“M.lle. Suzette artista distincta e comportamento exemplar, mãe de sete filhos, perdeu hontem uma linda

¹⁰ Jornal **República**, 4 mar. 1902.

caddella que era o encanto do seu lar. Felizmente, semelhante facto passou-se sob o governo patriótico do honrado presidente da República, que pôz a testa da polícia um magistrado enérgico e de rara competência. Por isso estamos certos de que à hora em que estas linhas serão lidas, já M.lle. Suzette estará de posse da sua cadella. No governo atual, nada se perde: tudo se encontra.

Jornal Popular para o povo e pelo povo.

Acontecimento Inaudito!

Uma actriz que perde a cadella em frente ao palácio do governo. Onde está a polícia? Revolução? Para quem appellar?

Deu-se hontem um facto que causou indignação do povo. Em pleno dia, em plena rua, mesmo em frente ao palácio do governo, a graciosa M.lle. Suzette perdeu a sua linda cadellinha. A polícia, na forma do costume, não viu nada. Esta tudo perdido! Pobre povo! Infeliz cadella!

Jornal Literário:

“Mais branca que a pallida brancura da neve, com remotos reflexos róseos, qual cysne esbelto a deslizar sobre as ondas plácidas de um lago esverdeado, a divina Suzette, creatura ideal que deixa incandescente o coração que a vê, ia pousando os pequenino pés sobre o lajeado liso da rua do Elyseu, paralela dos mythológicos Campos Eliseos. Atrás de tanta beldade, caminhava, longuinha, aos saltos, qual raposa corsa, a alva Kiss-me, nome suave que recorda um vulcão de beijos. Saltou demais a pobrezinha, e quando Suzette voltou os olhos languidos em que a volúpia se refletia, não mais viu sua louca cachorrinha. Foi sem dúvida, o amor o culpado. A cachorrinha, cedendo aos eflusivos primaveris, fôra, procurar o cachorrinho dos seus dourados sonhos...”

“Jornal opposicionista Enragé”

“Mais uma roubalheira”

“O governo, surdo no clamor público, insensível à dor do clamor do ferro em brasa que temos aplicado nos seus membros gangrenosos, continua a praticar aos os mais infames. essa cachorrinha para a sua collecção de cães.” O governo já não se contenta de roubar nos cofres do thesouro: rouba em plena rua hontem, ao passar em frente ao palácio onde vive a locupletar-se o contrabandista que para desgraça nossa dirige os destinos deste país, M.lle Suzette foi atacada pela polícia, que, depois de deixar quasi morta, roubou-lhe a

sua linda cachorrinha. Foi o sr. Presidente da República que deu essa ordem para satisfazer um capricho do immoralíssimo ministro da fazenda, que tinha vontade de possuir essa cachorrinha para a sua collecção de cães.”

No que diz respeito ao artigo acima publicado no jornal República, é importante salientar que os jornalistas são “educados” para brincarem com as palavras. Parece que existia uma linguagem própria, linguagem esta que o articulista desejava que fosse ensinada em uma escola de jornalista. Será que o articulista conseguiria definir qual era o seu tipo de jornalismo?

Podemos dizer que o discurso jornalístico é submisso ao jogo de relações de poder e sendo assim, acolhe o imaginário do leitor que é de um determinado partido político, e este imaginário intervém na estratégia dos jornalistas. De acordo com o mecanismo de antecipação previsto pela **Análise do Discurso**, o autor, e assim também o jornalista se coloca no lugar de seus leitores (interlocutores) e assim ouve suas palavras. Esse mecanismo regula a argumentação. Os jornalistas produzirão suas matérias segundo o efeito que pensam produzir em seus ouvintes. Eles representam imaginariamente aquilo que os leitores (interlocutores) pretendem ouvir e se colocam na posição do outro: leitores dos jornais sisudos governistas, leitores dos jornais populares, leitores dos jornais literários e leitores dos jornais oposicionistas.

A maioria dos jornais em Florianópolis se representavam como imparciais, porém as tendências podiam ser facilmente identificadas. Quando não tinham vinculação explícita a um ou outro partido, os jornais serviam para manter os nomes da oposição vivos na memória, ou esperando o momento certo para se pronunciar.

Esta pretensa ausência de subjetividade é uma estratégia discursiva semelhante a do discurso pedagógico autoritário. No discurso pedagógico, cabe ao professor fazer a articulação entre o universo epistemológico e o universo pedagógico. Mas a metodologia aplicada nas escolas faz com que os alunos se vejam diante de verdades inquestionáveis, não estabelecendo relações teóricas. Nesta relação, o aluno não questiona. Assim como no discurso pedagógico, o

discurso jornalístico mascara um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Ao didatizar o mundo, os jornais parecem que possuem um acordo preliminar com os leitores em relação aos sentidos produzidos. Isto ocorre porque a “objetividade” dos fatos resulta de um gesto interpretativo, que se dá a partir de um imaginário já constituído. Tudo obedece a essa determinação. É a ilusão de informatividade, na qual ao relatar os acontecimentos, os jornais fazem aparecer uma voz mediadora entre a divulgação e um fato já acontecido. A ilusão se comprova, uma vez que é no próprio dizer que se produz o fato, que não existe para o leitor, enquanto não for escrito.

Sem informar o motivo e nem publicar nada a respeito, o jornal **República**, a partir do dia 23/03/1902 não fez mais a contagem regressiva dos dias que ainda faltavam para o término do governo, e não citou mais o nome de Felipe Schmidt na primeira página. Mudou também, de maneira brusca, a sua linguagem em relação ao governador.

Como parecia não ter notícias, preencheu o espaço com histórias e lendas, e houve um considerável aumento de circulação de notícias a respeito da imagem da mulher: honra, casamento, filhos etc. Como um termômetro, a imagem da mulher retratada nos jornais, identificava o nível de tensão política pelo qual estava passando o jornal, o partido e a sociedade. Foi possível constatar este fenômeno em vários jornais no decorrer da pesquisa, como em 1902, no jornal **Republica**, e em 1931, no jornal **A Pátria**.

Nessa época, começam a circular no **República**, sem mencionar a autoria, pequenos versos com o título **O PHANTASMA**, onde também se faz uma pequena contagem regressiva a respeito do governo de Felipe Schmidt. Começa de forma sutil, sem citar nomes, até chegar a fazer críticas severas à pessoa de Felipe Schmidt. Começa assim, em 25 de março de 1902:

*“Corre corre veloz como s’escôa!
O tempo do governo teu, daninho
Foi hontem que subsiste, e hoje faltam
Só cento e oitenta e oito, oh! Felippinho!”*

O PHANTASMA, no dia 26 de março de 1902, continua:

*“Se nunca valeste nada
Abaixa agora o topete;
Felippe, somente faltam
Um, cento e oitenta e sete.”*

O jornal **República**, continua a não “atacar” Felipe Schmidt, a não ser através da coluna **O PHANTASMA**. Entretanto, no dia 23/04/1902, há uma pequena notícia na segunda página, talvez na tentativa de ser imparcial:

“Tem estado enfermo, guardando luto, o sr. Dr. governador do Estado. O DIA, em edição de hontem, registrou as melhoras.”

Nota-se que não foi o jornal **República** que desejou melhoras, mas o jornal **O Dia**.

Na edição de 29 de abril de 1902, o **República** estampava em toda a primeira página a coluna O PHANTASMA.

Um dia depois, 30/04/1902, também na primeira página, o **República** publica matéria pedindo ao redator chefe de **O Dia**, sr. Araújo Coutinho, para que: “*não continueis a escrever o que o patrão vos ordena*”.

Continuando o artigo, ele, o redator do jornal **República**, perdoou o redator de **O Dia** por tudo que ele tinha escrito “**delle**” por supor que era ele, (Felipe Schmidt), o autor e não o editor de **O Dia**.

No mesmo dia, 30/04/1902, no mesmo jornal, **República**, há um outro exemplo: “*Não fui eu quem escreveu o artigo no jornal do Brasil*”.

A coluna, de onde foi tirado o trecho citado não era assinada, mas o “**eu**” era José Boiteaux.

Como os leitores iriam saber a quem o jornal se referia? Só os leitores que participavam ativamente do mesmo meio, da mesma classe, poderiam compreender. Constata-se que havia dificuldade de delimitar o “público” e o “privado” no cotidiano das páginas dos periódicos. Porém, os articulistas dos jornais não tinham dificuldade em delimitar o público do privado, quando publicavam estas notícias:

“J. Henriques de Paiva mudou sua residência para o largo 13 de maio- a entrada pela rua Loureiro(areião) ”¹¹

“José Boiteaux comunica a seus parentes e amigos que mudou provisoriamente sua residência para a rua Bocaiúva, 15,”¹²

Nota-se que a notícia era orientada para um determinado leitor, ignorando os outros possíveis leitores. Porém, como podemos constatar, os “consumidores de notícias” também estavam vinculados a um partido político. A imprensa, aqui, não é autônoma, ela assume uma direção política onde há um grande envolvimento entre o partido político, jornalistas e leitores.

No início do século, os jornais de Florianópolis publicavam as notas dos alunos nas páginas destinadas a atos oficiais do governo. Publicavam até o resultado da avaliação dos alunos, à respeito de sua alfabetização. Os resultados da avaliação eram publicados da seguinte maneira: *“sofrível, muito mal, atrasado, não sabe nada, está começando, debuchado, nada, fazendo o abc na pedra.”¹³*

No decorrer dos anos 30, também havia no jornal **A Pátria** a coluna “Vida Escolar”, que publicava as notas dos alunos, principalmente alunos das escolas particulares da capital.

Segundo Kunczik, a linguagem empregada pelo jornal deveria ser clara, para que a maioria dos leitores pudesse seguir o conteúdo e não ficar com perguntas sem respostas. A regra era simples: alguém que desejasse comunicar algo deveria fazê-lo na linguagem das pessoas a quem se dirigisse. Estranhamente era este mesmo o procedimento da imprensa em Florianópolis, tanto no início do século como na metade do século XX, pois os jornais se dirigiam a pessoas de seu meio social e político, eram estes os seu leitores. Não havia possibilidade de fazer algum tipo de analogia com o jornalismo de Pulitzer. O anúncio que segue pode manifestar quem

¹¹ Jornal **República**, n. 48, de 18/1/1902.

¹² Jornal **República**, n. 79, de 25/2/1902.

¹³ Jornal **República**, n. 74, de 20/2/1902.

era o consumidor de notícias dos jornais em Florianópolis: *Precisa-se de creada para casa de família. Informações nesta typografia.*”¹⁴

Publicado na coluna **Declarações** do jornal **República**, do dia 18/1/1902, número 48, verifica-se a não preocupação do articulista em demarcar o público e o privado e a delimitação do seu público leitor:

“Vende-se em bom estado e novo, um piano francês marca Bertini. Tratar com Pedro Genuíno da Silva”

“Perdeu-se. Pede-se a quem achou uma piteira de âmbar com um anel de ouro, fazer o obséquio de entregá-los nesta typographia”

Ou na coluna *ANNUNCIOS*, do jornal **O DIA**: *“Pede-se a quem encontrou um alfinete com uma pedra branca, fazer o obséquio de entregá-lo nesta typografia.”*¹⁵

Este tipo de anúncio, com algumas pequenas mudanças, prosseguiu até a metade do século XX:

“Quem achou?”

Pede-se a quem achou uma pulseira de ouro perdida, na sessão de anteontem à noite no cine Palace, o obséquio de entregá-la na redação deste diário.”¹⁶

*“Precisa-se de um cofre forte, à prova de fogo. Tratar nesta redação.”*¹⁷

Segundo Joana Pedro (1995), talvez esta dificuldade em delimitar o público e o privado ocorresse, porque a sobrevivência privada dos jornalistas, dependia, na maioria das vezes, do poder público. As ligações entre a imprensa e o poder público eram muito estreitas. A maioria dos jornalistas era de políticos, funcionários

¹⁴ Jornal **República**, 5/1/1902.

¹⁵ Coluna *ANNUNCIOS*, publicada no jornal **O DIA**, no dia 5 jan. 1902.

¹⁶ Jornal **A Pátria**, edição n. 312, de 7/1/1932.

¹⁷ Jornal **A Pátria**, edição n. 347, de 19/2/1932.

públicos, ou de alguma forma estavam “presos” em relação à política local. Segundo a autora (1995) seria como se a imprensa fosse a tribuna por escrito.

Na edição do dia 16/05/1902, o jornal **República** destacou novamente em primeira página (aliás em quase toda a primeira página), críticas em relação ao governo e à pessoa de Felipe Schmidt. No artigo, que possuía a epígrafe “**Quadro Negro**”, circulavam as seguintes expressões: *reprobo, indigno de ser tomado a sério, renegado.*”

Relembrando o texto que fora publicado anteriormente, transcrito do jornal **Gazeta**, onde destacava a importância da fundação da cadeira de jornalismo na universidade, reproduzimos uma parte do texto, publicado no jornal **República**, no artigo “Quadro Negro” citado acima :

“Felipe Schmidt, ... a quem a garotagem póde apedrejar e vaiar à atirando cisco e lama naquellas faces aborridas, que não coram nem descoram como próprio ferro em brasa das infâmias e torpezas que pratica cynicamente à luz meridiana”

Parece que este tipo de linguagem acompanhou os jornais de Florianópolis por muito tempo, como nos mostra o jornal **A Pátria**, em sua edição de 3/de setembro/1931, criticando os serviços do correio que, hostilizando alguns jornais, não entregavam ou entregavam depois da data de circulação os periódicos: *“Agora, onde o jornaleiro do partido Liberal pretende confundir-nos é quando mostra a mesquinhez mental dos que o dirigem”*.

Na segunda feira do dia 20/5/1902, o jornal **República** deixou de circular. Na edição do dia seguinte, 21/5/1902, o mesmo jornal publicou uma matéria onde foram expostos os motivos da não circulação do jornal, salientando, entre outras coisas, que o chefe de polícia, a mando de Felipe Schmidt havia estabelecido a “*censura prévia*”, principalmente à respeito da coluna **O FHANTASMA**, onde, segundo o jornal: *“são contados os dias de vida do governo que nos envergonha e que tantos escândalos tem dado.”*

Segundo o editor chefe do **República**, Abílio de Oliveira, o jornal não se submetia a censura prévia, mas prometeu moderar a linguagem do **FHANTASMA**.

Mesmo assim, a prefeitura de polícia cercou por 4 dias o jornal e invadiu à mão armada o estabelecimento tipográfico, invalidando as oficinas e recolhendo a edição.

A partir do dia 21/05/1902, sob o título de “VIOLÊNCIAS DA PREFEITURA”, estampado na primeira página, o **República** denunciou este “*empastelamento*”¹⁸ pelo qual vinha sofrendo.

Muitos outros jornais manifestaram solidariedade ao **República** em suas colunas: **O Paiz**, **O Estado**, **Jacobino** (capital federal), **La Nacion** (Buenos Aires)etc...

O jornal **O DIA**, órgão oficial do estado, destacou os acontecimentos sutilmente , explicando que em muitos países a imprensa estaria sujeita à censura prévia.

Na edição do dia 24/05/1902, Abílio de Oliveira relatou o conteúdo das folhas roubadas no empastelamento, sugerindo que o “*público que analise a desorientação de Felipe Schmidt*”

Primeiramente na coluna intitulada “Violências da Prefeitura”, e logo mais em quase todas as páginas do jornal, (depois do que vinha ocorrendo com a oficina tipográfica, a ameaça de censura prévia e a apreensão de algumas edições), o jornal **República** voltou a criticar severamente o governo e a pessoa de Felipe Schmidt.

A coluna **O FANTHASMA** continuou circulando nas páginas do jornal, cada vez mais “*virulenta*”. Muitas vezes ganhou destaque em quase toda a primeira página.

No dia 3 de junho de 1902, o **República** destacou na primeira página, a matéria que negava a seguinte acusação da polícia: “**O PHANTASMA** era de autoria de Genuíno Vidal.”

¹⁸ Empastelamento era o nome que se dava à inutilização das oficinas dos jornais rivais. Os jornais de oposição em Florianópolis eram frequentemente “empastelados” durante à noite, por policiais à paisana.

Segundo Celestino Sachet o jornal **O Estado** foi empastelado duas vezes pelos partidários do governo. O **Correio da Manhã** em 1895 só conseguiu rodar duas edições. A **Gazeta Catarinense**, fundada em 1908, sob a direção de Hercílio Pedro da Luz e mais tarde dirigido por Crispim Mira, foi empastelado por milicianos à paisana em 1910. Foram destruídos também as oficinas do **Jornal do povo** (1928/1929), a **Folha Nova** de Crispim Mira, onde o jornalista foi assassinado, a **Gazeta do Povo** de Tubarão (1912/1913) e a **Verdade**(1951), de Florianópolis, dirigido por Manoel de Menezes.

Segundo o **República**, em uma notícia no jornal que circulou no dia 14 de junho de 1902, o chefe de polícia fez um pedido ao editor-chefe, para que modificasse a linguagem em relação a Felipe Schmidt. Pedido este que não foi ouvido.

As discussões, entre o jornal **O Dia** e o **República**, tornaram-se tão fechadas, tão pessoais, que o **República** chegou a corrigir **O Dia** por escrever defesa com “Z”, “*Defesa com z, vai aprender o ABC*”¹⁹.

Na metade do século, nas discussões entre os jornais **A Pátria** e **República**, é possível visualizar o mesmo fenômeno. A **Legião Republicana**, através do jornal **A Pátria**, critica, os “*escrevinhadores*” do partido **Liberal**: “*escriba liberal que começa a escrever “a última entrevista”, com a crasado*”²⁰. O jornal **República** critica o jornal oposicionista por acrescentar um “s” no nome de “*Rupps Junior*”.

A edição número 21, do dia 3 de agosto de 1902, que circularia no dia seguinte, foi apreendida pelo chefe de polícia, Egídio Chagas. Em edição do dia 5 de agosto de 1902, o **República** destacou os acontecimentos em bem elaborada reportagem, trazendo explicações e importantes revelações. Abílio de Oliveira inseriu no jornal o artigo intitulado “**VIOLÊNCIAS E PALHAÇADAS**”, explicando que o motivo da apreensão da edição número 201 seria a publicação da sentença que anularia o ato de exoneração do desembargador Genuíno Vidal. Por motivos políticos, Felipe Schmidt teria exonerado o desembargador. Como a exoneração foi invalidada, o **República** publicou esta sentença.

É importante destacar que parecia ser um procedimento comum naquela época, a exoneração dos políticos que não compactuavam com as idéias dos governantes. Alguns meses antes da frustrada exoneração do desembargador Genuíno Vidal, um fato político conturbou o quadro político catarinense. Felipe Schmidt exonerou Raulino Horn do cargo de Superintendente Municipal, assumindo em seu lugar, Campos Lobo.

Em edição número 206, de 5 de agosto de 1902, Genuíno Vidal explicou que talvez o motivo da apreensão teria sido a recusa do jornal em aceitar a censura

¹⁹ Jornal **República**, 1 jul. 1902.

²⁰ Jornal **A Pátria**, 9/4/1932.

prévia ou a linguagem virulenta da coluna **O FHANTASMA**: “*essa secção que tanto apavora a imbecilidade oficial*”²¹.

Nas edições dos dias , 5, 6, 7 e 17 de agosto, (não circularam os periódicos do dia 7 até o dia 16), o jornal **República**, além de noticiar e publicar na íntegra o decreto da invalidação da sentença de exoneração do desembargador Genuíno Vidal, em reportagens de autoria do mesmo, traz à luz revelações de tudo o que vinha ocorrendo com o “*empastelamento*” do **República**, destacando as violências ocorridas com seus colaboradores, feitas pelo chefe de polícia, à mando de Felipe Schmidt. Segundo o jornalista , sua casa e a oficina tipográfica estavam cercadas pela força pública, impedindo a circulação do jornal. A edição do dia 7 de agosto de 1902 foi distribuída pelo correio, graças a intervenção da esposa de Julio Neves. É interessante constatar que o nome da “*esposa de Júlio Neves*” não foi citado. A explicação talvez seja porque as mulheres da elite eram caracterizadas nos jornais através dos laços de dependência ao marido, pais e família. Entretanto, a senhora Rosalina Neves escreveu um telegrama para Lauro Müller, falando sobre o que realmente estava acontecendo com o jornal **República** e sua família em Florianópolis, visto que o governo, através das páginas do jornal **O Dia**, vinha desvirtuando as informações. O jornal **O Paiz**, no dia 9 de agosto de 1902, publicou o telegrama e quem o escreveu. Assim, no dia 19 de agosto de 1902, Genuíno Vidal, na primeira página do **República**, agradeceu a cooperação de Rosalina Neves, colocando seu nome completo.

O redator-chefe, Abílio de Oliveira, estava sendo seguido por policiais à paisana, disfarçados. Seus amigos, que o acompanharam até em casa, foram atacados pelos oficiais e praças do corpo de segurança da polícia. Miguel Palermo, amigo de Abílio de Oliveira, foi preso e acusado de tentar matar um oficial. Tanto a casa de Abílio de Oliveira como a de Julio Neves estavam cercadas.

Na tarde do dia 6 de agosto de 1902 o prefeito de polícia invadiu as dependências do jornal. Como vários jornais noticiavam a respeito do que vinha ocorrendo, o prefeito de polícia utilizou as páginas do jornal governista **O Dia** para

²¹ Jornal **República**, 19 ago. 1901.

se justificar, dizendo ser somente uma busca policial no prédio, à procura de um criminoso evadido da cadeia.

Houve grande repercussão no país a respeito do ocorrido. Muitos jornais repudiaram a coação exercida contra o **República** e a adulteração dos fatos pelo órgão oficial **O Dia**.

Na edição do dia 7 de agosto de 1902, o jornal **República** de Curitiba destacou em suas páginas a publicação de um artigo proveniente do Jornal **República** do Rio de Janeiro, repudiando os acontecimentos que deprimiam a classe jornalística:

*“Rio-Violências. Telegramas procedentes de Florianópolis noticiam que as oficinas do jornal oposicionista **República**, órgão da dissidência chefiada pelo senador Hercílio Luz, achava-se cercada por numerosa força policial, que impedia a distribuição do jornal. O Dia, órgão oficial, aplaudiu em artigo essa grande violência à liberdade da imprensa.”*

O jornal **O Estado**, em sua edição do dia 9 de agosto de 1902, criticou o governo de Florianópolis pela: *“coacção que exerce contra a **República**, e pelo desatinos praticados nos últimos dias, que o órgão oficial adultera completamente”*.

Muitos outros jornais escreveram artigos e notas a favor do **República**, até em língua alemã, como o *Urwäldsbotte* de Blumenau e em italiano como o **Fanfulha**, de São Paulo: *“Veri avanzi di barbárie”*²². O jornal **República** voltou a circular no dia 17 agosto de 1902.

Na edição número 210, de 20 de agosto de 1902, o jornal **República** publicou matéria do desembargador Genuíno Vidal, onde foi explicado o motivo do empastelamento, salientando que tudo o que tinha sido praticado com o jornal teria sido por sua causa, visto ser ele **O FHANTASMA** de Felipe Schmidt. Este seria o motivo para o governador “inventar” (como já tinha ocorrido em outras ocasiões), um decreto com o objetivo de exonerá-lo do cargo, o que não deu certo, visto ser ele nomeado.

²² Jornal o **Fanfulha**, 22 ago. 1902.

Como o partido Republicano estava dividido e o mandato de Felipe Schmidt estava para terminar, os problemas políticos eram muitos. Felipe Schmidt desejava que Vidal Ramos continuasse o seu governo; Lauro Müller²³ pretendia escolher o nome de Gustavo Richard, e Hercílio Luz, apesar de estar afastado da Comissão Diretora, tinha muita influência e reclamava para um dos seus o cargo de governador. Para a solução desses problemas, Lauro Müller, com a sua habilidade, conseguiu fundir o Partido Republicano com o Partido Federalista, montando a chapa de candidatos à Câmara Federal, composta de três republicanos e dois federalistas. Aceitou a escolha para ser candidato a governador, tendo como vice o tenente-coronel Vidal Ramos.

Em agosto, foi eleito para o governo do Estado de Santa Catarina, o Senador Lauro Muller, chefe supremo do partido Republicano. Assumiu em 28 de setembro de 1902, mas largou o posto no dia 10 do mês seguinte, para ocupar o Ministério da Viação e do Exterior, ficando em seu lugar o vice, Vidal Ramos.

De acordo com os jornais investigados, parece que o governador Lauro Müller não apoiava o jornal **República**. O redator chefe, Abílio de Oliveira, escreveu cartas e telegramas pedindo auxílio a Lauro Muller, mas não obteve resposta e nem intervenção a seu favor. Numa destas cartas, Abílio de Oliveira explicou que talvez o Senador não tivesse usado sua influência para frear os ataques do chefe de polícia, ou interceder junto ao jornal governista **O Dia**, que apoiava a invasão na tipografia do jornal, pois estava muito ocupado no início de seu governo. O motivo de Lauro Muller não interceder a favor do jornal República talvez possa ser explicado através de uma prática comum entre os políticos donos de jornais e seus redatores. Estes redatores tinham “*guarita*” para escrever, mas as edições passavam sob o crivo do chefe. Quando o partido do dono do jornal estava

²³ Segundo Carlos Humberto Corrêa (1984) republicano histórico, Lauro Müller foi nomeado por Deodoro da Fonseca a primeiro governador de Santa Catarina, aos 26 anos. Em 1902 e 1918, volta a ocupar a chefia do Executivo Catarinense. Entretanto, somando os períodos em que ficou no cargo, não chegou a completar 4 meses, ficando no Rio de Janeiro em funções Federais.

Lauro Müller, carismático e influente, exercia a política através de diplomacia e conchavos. Foi deputado federal em três legislaturas, de 1891 a 1899, foi Senador do Estado, de 1900 a 1923. Ocupou o cargo de Ministro da Viação por duas vezes.

Apesar das ausências constantes de Santa Catarina, Lauro Müller exercia grande liderança. Indicava nomes para governadores, Vices, Deputados Federais e Senadores, sem contestação aparente por parte dos políticos que estavam no estado. Muitos catarinenses, por seu intermédio deixavam Santa Catarina para exercerem no Rio de Janeiro mandatos federais.

com problemas, ele não assumia a responsabilidade das reportagens, passando-a aos redatores. Se as relações entre os políticos estavam delicadas, como um termômetro, editava-se uma reportagem para ver a reação do político opositor. Se a reação fosse favorável ao partido, a matéria era do dono do jornal, se fosse considerada polêmica, o responsável seria o redator. Isso era muito comum nos jornais que circulavam na metade do século XX, como nos mostra o artigo intitulado *”Deselegância Combativa”*, publicado na primeira página do jornal **A Pátria**: *“Se o patrão tem medo, o escravo assume a culpa”, ou os patrões, puxam as orelhas dos meninos.*”²⁴ Segundo o mesmo jornal, em edição anterior: *“O repórter não assina artigo e não tem opinião. Cumpre ordens e conta o caso ao sabor da orientação de seu jornal.”*²⁵

Abílio de Oliveira publicava através das páginas do jornal, notas de apoio ao governo de Lauro Müller. Na edição número 237 de 24 de setembro de 1902, todas as quatro páginas do jornal foram utilizadas para destacar as preparações da festa de chegada e posse do senador Lauro Müller, e publicar os nomes das pessoas que mandaram telegramas de felicitações.

A coluna no início do jornal, que foi utilizada, anteriormente, para atacar Felipe Schmidt, foi substituída pela coluna intitulada : **LAURO MÜLLER**.

O FHANTASMA continuava a circular, porém de forma mais sutil. Quando fazia uma crítica ao governo, não assumia a autoria, e sim transcrevia a crítica de outro jornal: *“D’O Mercantil: É de pasmar a decadência que se nota na rotina progressista de nosso Estado”*.²⁶

Porém, quando o jornal se referia a Felipe Schmidt, servia-se da coluna **VÁRIAS NOTÍCIAS**, que era utilizada para noticiar acontecimentos referentes às famílias não tão importantes, ocupantes dos cargos de segundo escalão e pequenos funcionários públicos:

“VÁRIAS NOTÍCIAS : Faz annos hoje a exma. Sra. D. Felisbina Schmidt, virtuosa esposa do sr. Felipe Schmidt, funcionário da administração dos correios”.

²⁴ Notícia publicada na primeira página do jornal **A Pátria**, em edição n. 1203, no dia 2/2/1935.

²⁵ Notícia publicada na primeira página do jornal **A Pátria**, em edição n. 330, de 28/1/1932.

²⁶ Notícia publicada no jornal **República**, em edição n. 215, de 26/8/1902.

Nota-se que o articulista do jornal, além de utilizar esta coluna, caracterizou o ex-governador como funcionário, e não como uma das figuras mais importantes do partido republicano.

Ganhando destaque nas primeiras páginas, o jornal **República**, sob o título de “Promessas e Esperanças”²⁷, no dia da posse de Lauro Müller, publicou um artigo cheio de elogios ao novo governador:

“Por entre as mais francas manifestações de regozijo, em meio das mais sinceras atestações de justificada confiança, assume hoje a alta responsabilidade de chefe do poder executivo do Estado o nosso eminente patricio Lauro Severiano Müller.”

A partir do dia 6 de setembro de 1902, apesar de não ter terminado a contagem regressiva, o **República**, sem comentar o motivo, deixou de publicar a coluna, **O FHANTASMA**.

Lauro Müller omitiu-se por completo nesse episódio, apesar dos insistentes pedidos de Abílio de Oliveira para que ele intercedesse a favor do jornal **República**. Mas Lauro Muller tinha suas razões. Hercílio Luz e Lauro Müller faziam parte do mesmo partido Republicano, e exerciam grande influência política no estado. O engenheiro e advogado Hercílio Luz era mais administrador que legislador. Lutava por seus interesses de forma mais aberta e decisiva, sendo considerado um político mais populista. Segundo Lenzi (1983), Hercílio Luz contava com o apoio popular, pois era despojado de riqueza pessoal, diferentemente dos coronéis federalistas de Lages e dos urbanos. Foi governador do estado em 1894, vice de Lauro Müller em 1918, mas exerceu todo o período governamental no lugar do governador que foi para o Rio de Janeiro, e novamente eleito em 1922. Foi Senador em três legislaturas e Deputado Federal em 1900.

No partido **Republicano**, Lauro Müller indicava os nomes para governadores, Deputados Federais e Senadores. Hercílio Luz tinha a função de escolher e apresentar os nomes para deputado estadual. Porém, Felipe Schmidt apresentou os nomes de seu interesse e de uma nova linha que começava a se

²⁷ Notícia publicada no jornal **República**, n. 241, no dia 28 set. 1902.

formar em Lages (família Ramos), sem consultar Hercílio Luz. O Cel. Firmino Rego, cunhado de Hercílio Luz, vice-governador de Felipe Schmidt, não foi indicado. Felipe Schmidt também era primo de Lauro Muller, e este sempre o apoiou. Hercílio Luz e Lauro Müller também disputavam a direção geral do partido. Porém, como Hercílio Luz foi para o Senado e Lauro Muller foi ocupar o cargo de Ministro, ficou decidido que a chefia do partido passava às mãos de cada governador, no período de seu mandato, permanecendo Lauro Müller, Chefe Supremo, mas, morando no Rio de Janeiro. A chefia local do partido Republicano ficava, então, nas mãos de Vidal Ramos. Esse talvez foi o motivo da omissão de Lauro Müller.

Em dezembro de 1930, Bayer Filho e José D. Magalhães criaram um novo jornal, **A Pátria**, situado na rua Felipe Schmidt, número 17, primeiro andar. No decorrer da pesquisa, foi possível verificar a posição política partidária adotada pelo jornal **A Pátria**. No início de sua circulação, sua linguagem era moderada, entretanto, a partir de julho de 1931, pouco a pouco, passa a “*molhar a pena na vesícula biliar*”, “*banhando-se no lodaçal de impropérios e agressões pessoais*”. No início, o jornal ocupava a primeira página com notícias internacionais, porém, quando passou a apoiar a **Legião Republicana**, começou a publicar notas de apoio neste espaço.

O jornal **A Pátria** tinha 8 páginas e o jornal **República**, cinco. Os jornalistas do jornal **A Pátria** utilizavam uma pequena coluna ao lado direito do jornal, “**A La Diable**”, para criticar o **República** com versos. O jornal **República** ironizava o número de páginas do **A Pátria**, utilizando também versos, como estes, na coluna assinada por “XX”²⁸:

*“Cinco páginas? Talvez...
Mas , nelas, honra-se a imprensa,
Diz-se, claro, em Português,
Tudo aquilo em que se pensa...”*

²⁸ Notícia publicada no jornal **República**, na coluna assinada por **XX**, em edição n. 58, no dia 1 set. 1931.

O jornal **A Pátria** respondia, utilizando a coluna **A La Diable**, assinado por Mefisto: *”O República diz que é meia folha de papel impressa nas duas faces.”*²⁹

Era comum os jornalistas utilizarem vários pseudônimos e escreverem em pequenas colunas para rebater o que o outro jornal editava. Dependendo da importância da discussão, do debate, a coluna ganhava maior destaque.

Romeu Balster, jornalista do jornal **A Pátria**, era responsável pela coluna “A La Diable”, com o pseudônimo “Mefisto”. Sob um clima bem humorado, descrevia também a vida política e social da cidade, na coluna **“A Hora do Café”**.

De acordo com a pesquisa realizada, foi possível constatar o nível da linguagem utilizada entre os jornalistas. Os jornalistas do jornal **A Pátria** chamavam Nereu Ramos de “*chefezinho pinguelista*”, “*pandorga de ronco*”, “*rebento de uma oligarquia gorada*”, “*galho de árvore do congo*”, ou então faziam acusações, como nos mostram os seguintes recortes:

*“Agora, onde o jornaleco do
partido liberal pretende confundir- nos
é quando mostra a mesquinhez mental
dos que os dirigem”*³⁰

*“Acontece que o órgão do
Partido Liberal mostrando a sua dentuça de gato montanhês,
Nas contorções causadas pelos
efeitos de suas próprias unhadas,
Volta a atacar”*³¹

No dia 5 de janeiro de 1935, edição número 1179, depois de chamar o jornal **República** de “*Suplemento ofídico*” e dizer que seus “*escribas vivem a soldo dos cofres públicos*”, o jornal **A Pátria**, “*destila o seu veneno*” e “*molhando as suas penas mercenárias no enxurros das sarjetas*”³², trouxe à luz uma série de adjetivos à pessoa de Nereu Ramos:

*“monstro, informe, gelatinoso, repulsivo, um que foge à luta
em campo raso, que se entrincheira nas casa- matas das*

²⁹ Jornal **A Pátria**, primeira página, Quarta feira, edição n. 209, de 2 set. 1931.

³⁰ Jornal **A Pátria**, n. 210, de 3 set. 1931.

³¹ Jornal **A Pátria**, n. 212, no dia 5 set. 1931.

³² Jornal **A Pátria**, n. 1197, de 25 jan. 1935.

tesourarias, por detrás até das armas criminosas de capangas “, ”unidade horrenda”, “abôrto gerado num ventre fecundo em produtos teratológicos”, “hidra que quer devorar o patrimônio de um povo, e macular, com a sua baba nojenta, as mais límpidas tradições de nosso civismo, em todos os tempos, e no futuro principalmente.”, ” “Rastejando nos seus coleios de serpente já não é dado volver um pouco o seu olhar oblíquo para distinguir entre os tipos que lhe são superiores.”

Parece que era comum a circulação deste tipo de linguagem “*virulenta*” nos jornais em Florianópolis, pois no primeiro número do jornal catarinense, “**O Catharinense**”, Jerônimo Coelho chamava o rei de Portugal de “*Salteadores coroados*”, “*avarento*” e “*doido*”. Segundo Moacir Pereira, (1992), a linguagem do primeiro jornal catarinense surpreendia pela extrema violência. A sua leitura podia dar a impressão que a República já tinha sido proclamada no Brasil.

Nas eleições de 1922, o jornal **República**, sob a epígrafe, “A situação em Lages”, denunciou que Vidal Ramos queria implantar de novo o regime da oligarquia e do usucapião. Para o jornalista do jornal:

“o antigo senhor feudal não encontrará mais os servos de lombo à espera do vergalho secular, que foi de avós e netos e com que ele ainda pretende educar as novas gerações da serra”

O jornal **A Pátria**, também, sofreu censura prévia e recebeu visita das autoridades policiais em sua oficina tipográfica, e foram submetidos a “*caviloso interrogatório*”. Nestes períodos de censura, os jornais moderaram a linguagem, como foi possível constatar nas páginas do jornal **A Pátria**, que no mês de janeiro de 1931, conteve consideravelmente a sua linguagem.

Entretanto, nos meses seguintes, começou novamente a usar a sua linguagem virulenta.

Nas festas de comemoração do primeiro aniversário da revolução, foi realizada uma sessão cívica no Teatro Álvaro de Carvalho com a presença de ilustres políticos de todos os partidos da época, (1931) , inclusive do **Partido Liberal** e da **Legião Republicana**, que discursaram saudando os legionários da

República. Nereu Ramos, juntamente com o capitão Reif de Carvalho e Gentil Barbato, fizeram também discursos. Entretanto, o jornal **A Pátria**, que defendia os anseios da **Legião Republicana**, não colocou o nome de Nereu Ramos, ou outro representante do **Partido Liberal**. Mas, no dia seguinte, em uma pequena nota, o jornal **A Pátria** justificou-se: “*por inadvertência , foi omitido o nome do Sr. Nereu Ramos, que falou em nome do Partido Liberal*”³³

Como já foi dito anteriormente, a linguagem, que circulava nos jornais em Florianópolis, lembrava a “*comunicação esopiana*”. Nosso trabalho de pesquisa desencadeou a necessidade de reconstruir as condições de produção dos textos publicados nesses jornais. Portanto, reportamo-nos à realidade daquela época, para analisarmos os efeitos de sentidos, pois eles só se produzem porque são históricos.

O primeiro jornal a circular em Desterro/Florianópolis, **O Catharinense**, explicava que era movido pelo “*amor próprio*” e não pelo “*sórdido interesse*”. Esse discurso circulou por muito tempo nos jornais. Todos eles acreditavam que sua tarefa era informar, no entanto caberia a pergunta: informar o que, e a quem? Os jornais noticiavam, sobretudo, eventos políticos partidários. Os ataques pareciam ser particulares, um jornal contra o outro, partido contra partido, escritores de um jornal contra escritores de outro jornal, todos apoiando o “*patrão*”, como nos mostra esta notícia:

“*o correspondente quis ser agradável ao seu chefe, para não perder o emprego*”³⁴. Ou a opinião do articulista do jornal **A Pátria** à respeito dos “*escrevinhadores*” dos jornais: “*farejadores de ossos, aduladores do poder*”.³⁵

Na primeira página, no dia 29/1/1935, número 1199 , no artigo intitulado “*A verdadeira situação*”, o jornal **A Pátria** demonstrou a sua opinião à respeito dos “*escribas liberais*”:

“não cansam os “balisas” da fanfarra pinguelista de endeusar os patrões, acentuando, para iludir ao que lêem, que

³³ Jornal **A Pátria**, edição n. 1254, de 27 out. 1931.

³⁴ Jornal **A Pátria**, edição n. 211, de 4 set. 1931. p.2.

³⁵ Jornal **A Pátria**, n 213, de 6 set. 1931.

tudo(?) se tem feito sem sacrificio algum para o contribuinte...”

Era comum também chamar os jornalistas de “**meninos**”, onde : “*Os patrões puxaram as orelhas um dos outros e enfim a dos meninos*”.³⁶

Os jornais chegaram a convidar o público para “*comunicar novos pensamentos e idéias*”, ou se diziam preocupados com o povo. Porém quem seria este público? Na seguinte notícia, o jornal **A Pátria**, diz expressar a opinião pública, entretanto, o que realmente faz é criticar Aristiliano Ramos, e principalmente Nereu Ramos, que estava em plena campanha eleitoral.

*“O que reclama, essa opinião , o que tem o direito de saber é a razão dos desperdícios atuais, o motivo por que a interventoria em vez de cuidar da administração, anda de porta em porta implorando aqui, ameaçando acolá, subornando mais adiante, eleitores, para que votem no seu partido (..) simulando os seus verdadeiros objetivos com um pretexto ofensivo às inteligencias menos perspicazes...”*³⁷

No dia 29 de janeiro de 1935, edição número 1199, o jornal **A Pátria** publicou na primeira página:

“O Povo, vitima dos desmandos, da ambição, e do favoritismo imperante, o povo que se debate nas mais sérias dificuldades, sem ter para quem apelar (...)

No texto acima, o articulista comenta sobre a reclamação de cobrança de impostos efetuada pela Associação comercial e União dos Varejistas, só que apela para o “povo”, como se fosse uma entidade abstrata, pois o jornal não refletia a opinião pública, não era o elo entre o povo e o governo, mas entre o governo e a Associação Comercial, já que seus diretores faziam parte da administração do jornal e do partido.

³⁶ Jornal **A Pátria**, n. 1190, de 18 jan. 1935.

³⁷ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, edição n. 1102, de 27/7/1934.

Conclui-se assim, que nesse momento da nossa história não se pode conceber com nitidez uma esfera pública, pois os “*escrevinhadores*”, ou os “*meninos*” eram subordinados às diretrizes dos partidos, e estas diretrizes eram dadas pelos políticos locais.

Os redatores dos jornais, além de serem subordinados politicamente, eram, eles mesmos, leitores de seus próprios jornais e dos jornais opositores, como nos mostra a reportagem no jornal **A Pátria**, sob a epígrafe **Outra de Correspondente:** *Nós que por dever de ofício, somos obrigados a ler o jornal do “pinguelo”, não vimos essa notícia.*”³⁸

Os jornais, no decorrer do século XX, além de apresentarem-se como imparciais, prezavam a sua “*linguagem e boa educação*”. Segundo o jornal **A Pátria**,

*“Tem sido orientação nossa, e por isso temos sido louvados, a elegância de atitudes com que se tem portado o nosso jornal em toda a campanha eleitoral”.*³⁹

O mesmo jornal censurava o órgão do governo, o jornal **República**, que, “*molhando as penas mercenárias no enxurro das sarjetas, vem atacar o jornal*”⁴⁰, ou chamava o órgão do governo de “*suplemento ofidico*” que vinha :

*“Rastejando nos seus coleios de serpente já lhe não é dado volver um pouco o seu olhar oblíquo para distinguir entre os tipos que lhe são superiores”*⁴¹

O jornal **A Pátria** anunciava: “*Somos, sim, oposicionista, mas somos, sobretudo, acima de tudo e mais que tudo - brasileiros e patriotas*”.⁴² E chamando o jornal **República** de “**órgão humorístico**”, ufanava-se:

³⁸ Jornal **A Pátria**, n. 339, de 8 fev. 1932.

³⁹ Jornal **A Pátria**, edição n. 1197, de 15/1/1935.

⁴⁰ Jornal **A Pátria**, n. 1197, de 25 jan. 1935.

⁴¹ Jornal **A pátria**, primeira página, edição n. 1177, de 5 jan. 1935.

⁴² Jornal **A Pátria**, n. 1197 de 25 jan. 1935.

*“Jamais atacamos desabridamente, jamais foi hábito nosso descompor quem, ocasionalmente, não esteja de acordo com o nosso pensamento”*⁴³

Existem alguns exemplos que podem comprovar que a função dos jornais não era informar, dar voz as minorias, acolher contradições, expor claramente os fatos. Há casos em que fica evidente o objetivo de vingar-se de um político, desencadeando uma campanha de intimidação contra a sua pessoa e seu partido, baseada nas idéias e atitudes daqueles a quem os jornalistas eram subordinados. Apesar disso, há indícios de uma outra direção de sentido, voltada para o leitor comum. Por exemplo, o fato de que os jornais tinham propagandas,⁴⁴ e se tinham propagandas, tinham consumidores, não só de produtos, mas de notícias, principalmente após a década de 20. A instituição jornalística não funcionaria sem consumidores ou leitores. Os jornais precisavam representar o imaginário desses leitores (interlocutores). Por motivo de sobrevivência, eles passaram a ter a necessidade cada vez maior de se colocarem no lugar de seus leitores e noticiarem o que se esperava que eles gostariam de ouvir. Pode-se dizer que a instituição jornalística, na figura de seus “*escribas*”⁴⁵ ou “*meninos*”, aos poucos foi se colocando na posição de seus leitores para produzir a partir disso.

Segundo Mariani (1998, p.57) “*no ‘como se diz’ já se encontra embutido o ‘quem vai ler’*”, ou seja, a imagem que o autor tem do leitor é constitutiva da forma que ele escreve, daquilo que ele diz.

⁴³ Jornal *A Pátria*, n. 1198, de 26 jan. 1935.

⁴⁴ A partir da década de vinte existiam muitas propagandas nos jornais, principalmente de remédios e produtos de limpeza. Havia muitas propagandas de remédios, porque geralmente os donos dos jornais eram médicos e farmacêuticos. A partir da década de 20, Florianópolis passou por um processo de “civilização” e “higienização”. Sendo assim, havia muitas propagandas de produtos de limpeza, como sabonetes, loções, cremes, pomadas, “poções” contra as doenças venéreas e as doenças que existiam na época.

⁴⁵ Os jornalistas da época eram chamados de “meninos” ou “escribas” por serem subordinados aos patrões, donos dos jornais e políticos importantes.

1.1 Imprensa florianopolitana e o voto

“O mundo não te dará nada, acredita. Se queres ter uma vida, rouba-a”.

Lou Andréas – Salomé.

A Imprensa Florianopolitana não acreditava que a mulher tivesse desejo de votar. A separação entre o público e o privado colocava as mulheres distantes do político. Segundo o jornal **O Estado**, algumas mulheres, tendo como base a constituição de 1891 que previa o voto para todos os cidadãos, começavam a requerer o direito ao alistamento eleitoral. De acordo com a constituição seriam eleitos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistaram na forma da lei.

O jornal **O Estado** transcreve opiniões de magistrados do Rio de Janeiro sobre o assunto:

“Um juiz de direito do Estado do Rio, indeferiu a tempo, uma petição que foi apresentada por uma senhora que pedia a inclusão de seu nome no alistamento eleitoral. Num longo e substancioso despacho o juiz disse; divergem-se as opiniões dos magistrados sobre a questão do voto concedido a mulher. Uns entendem que a missão é mais doméstica que pública, mais moral que política. A mulher não direi, ideal, mas simplesmente normal e típica, não é aquela que vai ao fórum, nem as assembléias defender os direitos da coletividade, mas as que ficam no lar doméstico exercendo virtudes femininas que é a base da tranqüilidade da família e, por consequência, da felicidade social.”⁴⁶

Nota-se que paralelamente aos textos que tentam uma desmobilização da mulher, suscita um elogio à dona de casa, responsável pela tranqüilidade da família, tranqüilidade esta fundada na desigualdade. No mesmo artigo, outro juiz dizia que o *“direito de voto concedido à mulher é insofismável.”* Entretanto o articulista do jornal tem outra opinião:

⁴⁶ Jornal **O Estado**, n. 4785, de 09 set. 1929.

“Isso é que é sofisma. Naquele tempo os nossos legisladores nem pensavam que as mulheres de hoje tivessem essa absurda pretensão. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos. De sorte que se os homens quisessem que a mulher votasse, a carta de 24 de fevereiro seria bem mais clara, evitando que este direito fosse mal interpretado.

*A constituição que deve vir, deve ser bem mais clara nesse sentido, afim de evitar dúvidas, confusões e sofismas”*⁴⁷

Em 1931, houve muita repercussão nos jornais de Florianópolis, à respeito da concessão ao voto às mulheres. O jornal **A Pátria**, transcreve do mesmo jornal, só que do Rio de Janeiro, em forma de questionamento: *“A mulher sui juris poderá votar? Concomitantemente aos discursos contra ou a favor do trabalho feminino e notícias de mulheres exercendo funções ditas masculinas, começaram a surgir, nos jornais de Florianópolis, as opiniões dos homens em relação ao voto feminino.*

Apesar do voto feminino, ser um avanço para a mulher florianopolitana, parece que ela ainda ocupava posição de objeto, pois era objeto da lei eleitoral. Os homens opinaram a respeito nas páginas dos jornais, entretanto não encontramos no decorrer da pesquisa, depoimentos das mulheres florianopolitanas a respeito do voto feminino.

De acordo com esta pesquisa, realizada nos periódicos que circulavam em Florianópolis, principalmente em 1931, aparentemente os homens não estavam esperando pela notícia do sufrágio feminino no ante- projeto de alistamento eleitoral, e as suas opiniões não foram favoráveis.

A opinião do jornalista do jornal **A Pátria**, do Rio de Janeiro, transcrita no jornal de mesmo nome, em edição número 219, de 15 de setembro de 1931, em Florianópolis, foi arbitrária. Para ele: *“a grande surpresa do ante- projeto de alistamento eleitoral foi o sufrágio feminino.”* Faz considerações a respeito, acentuando que, embora, não seja contrário, *“a tal faculdade”* acha, que o estudo de uma questão de *“tamanho transcendência”*, nunca deveria ser realizada através de uma lei oriunda de uma ditadura nascida de *“poderes discricionários”*. Para o jornalista, esta lei: *“não é expressão pública(...) o razoável seria deixar-se essa*

⁴⁷ Ibidem, n. 4785, de 09 set. 1929.

medida, à deliberação da constituinte.”⁴⁸ Continuando, para o jornalista, o “verdictum” deveria ser deixado à interpretação da vontade popular. Só que a mulher não fazia parte desta “vontade popular”. Ela provavelmente, não seria consultada, pois era excluída de qualquer participação no governo, a não ser na de preparar bolos, ou festas, como poderemos constatar neste anúncio publicado no jornal **A Pátria**:

“Contribuição da mulher no partido Por Santa Catarina-banquete oferecido pelas senhorinhas Rosima e Desolina Rovaris.”⁴⁹

O **Jornal do Brasil**⁵⁰ “acha exagero” o sufrágio feminino fazer parte do ante- projeto eleitoral. Nesta mesma edição, número 219, o jornal **A Pátria** transcreve a opinião do jornal **A Esquerda** do Rio de Janeiro, que “*discorda do direito de voto concedido à mulher*” por julgar “*inoportuno neste momento tal prerrogativa*”, acrescenta que “*além de tudo, a questão é de tal maneira complexa e importante, que deveria ser solucionada pela Nação, por intermédio dos seus futuros representantes à constituinte.*”

Pela declaração dos articulistas, os futuros representantes seriam homens, pois se as mulheres não podiam votar, evidentemente, não poderiam candidatar-se. Vislumbrava-se assim as dificuldades das mulheres de se inscreverem no político e ultrapassarem a desigualdade política entre os sexos.

O jornal **Correio da Manhã**⁵¹, do Rio de Janeiro, também comenta sobre o ante- Projeto da nova lei eleitoral: “*nele prevalecem alguns pontos de aceitação, geralmente controvertidos, como os tribunais eleitorais, e o voto feminino.*”

Estes comentários demonstram o pensamento vigente na época: o voto feminino seria um direto abstrato, afastado da vida cotidiana da mulher. Em

⁴⁸ Texto retirado do jornal **A Pátria**, n. 219, de 15 set. 1931.

⁴⁹ Anúncio publicado no jornal **A Pátria**, p. 5, no dia 22 nov. 1932.

⁵⁰ Anúncio publicado no **Jornal do Brasil**, do Rio de Janeiro, e transcrito no jornal **A Pátria**, de Florianópolis., n. 219, no dia 15 set. 1931.

⁵¹ Notícia publicada no jornal **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro e transcrita no jornal **A Pátria**, n. 219, no dia 15 set. 1931.

Florianópolis, os comentários que circulavam nos jornais locais, a respeito do anteprojeto da nova lei eleitoral, eram transcritos de outros estados, nem as mulheres opinaram e nem os políticos se pronunciaram a respeito. A única notícia sobre a opinião de uma mulher à respeito do voto feminino, foi publicada no jornal **A Pátria** de 15 de setembro de 1931:

“A opinião de uma “leader feminista”. Rio- Falando à noite, a senhora Berta Lutz externou a sua grande satisfação pela incorporação do voto feminino ao projeto de lei eleitoral, acrescentando o fato de partir a iniciativa dos poderes discricionários demonstra a evolução vitoriosa da tese que sustenta o valor cívico da mulher.

Continuando, segundo a mesma reportagem, Berta Lutz registrou o fato de que:

“as revoluções de após guerra tem favorecido a mulher e, por último, externou os seus agradecimentos ao Presidente Getúlio Vargas por esta primeira concretização do apoio prometido ao voto feminino, quando de sua estadia em Caxambu e também após a realização do Congresso Internacional.”

Pelas opiniões dos jornais acima citados e pelo gesto de agradecimento de Berta Lutz, podemos dizer que Getúlio Vargas, usando as mesmas palavras de Sledziwski (1991, p 46), *“abriu a caixa de Pandora das reivindicações políticas das mulheres.”*

Elizabeth G. Sledziewski referia-se às opiniões antifeministas do século após a Revolução Francesa que, segundo ela, não deixaram de ter razão quando culpavam a Revolução de desestabilizar o casamento e a ordem doméstica.

No Brasil, poderíamos dizer que foi a revolução social, educacional e política, liderada por Getúlio Vargas, que levou vários intelectuais a engajarem-se politicamente. Segundo Antonio Candido (1989, p.182):

“Mesmo os que se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra

este tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período”

Parece que Antonieta de Barros não ficou alheia a esta inserção ideológica e manifesta o seu apreço à revolução:

“A mulher brasileira deve ao sopro revel que despertou a alma brasileira e levantou a Nação naquele célebre três de outubro a sua carta de liberdade. Foi a revolução quem fez a mulher brasileira o indivíduo que ela é hoje; foi a Revolução quem deu à mulher o direito de Ter cérebro, de deixar de ser sombra da criatura e ser a própria criatura. Todas estas conquistas lindas de igualdade e progresso, todo esse panorama lindo de aptidões a se desenvolverem num desejo sensato de se aproveitarem capacidades e inteligências que o passado repudiava, num desperdício imperdoável, tudo isto de grande, de soberbo, de conquistas individuais desfrutadas, presentemente, pela mulher brasileira é fruto da semente lançada pelo ideal daquele célebre três de outubro”⁵²

Entretanto, segundo Sledziewski (1991, p.52): *“A revolução Francesa não conseguiu assim, destruir os alicerces das bastilhas que tomava de assalto. Ela manteve de pé o próprio princípio do despotismo”*

E a revolução liderada por Getúlio Vargas, será que perpetuou ou aboliu a soberania dos homens sobre as mulheres?

O jornal **A Pátria** em Florianópolis abria destaque em suas páginas, com notícias transcritas do Rio de Janeiro sobre a lei eleitoral:

“O código eleitoral será assinado” Rio, (A.B) - É inexata a versão de que o Sr, Getúlio Vargas não sancionará o projeto de lei eleitoral”⁵³

“Comissões por toda parte, em prol da constitucionalização inédita. Os pontos de vista do Sr. Getúlio Vargas vão ser expostos em manifestação à nação”⁵⁴

⁵² Crônica publicada no jornal **República**, no dia 13 out. 1934.

⁵³ Notícia publicada na primeira página do jornal **A Pátria**, n. 334, de 2 fev. 1932.

⁵⁴ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, na primeira página, n. 350, de 23 fev. 1932.

“Assinada a lei eleitoral que entrará em vigor dentro de 30 dias. O código abrange 144 artigos”⁵⁵

No dia 30 de junho de 1928, foi possível constatar nas páginas do jornal **República**,⁵⁶ o posicionamento de uma mulher a favor do voto feminino. Era a opinião da escritora catarinense Maura de Senna Pereira. Com a epígrafe “*Voto Feminino*”, ela expõe a sua opinião:

“Agora que aguardamos a discussão no senado do projeto que concede o voto a mulher brasileira, nesta hora em que as entrevistas às folhas do país se sucedem e em que lemos opiniões favoráveis ou tradicionais, que o encaram de uma forma séria e outras sob sarcasmo velado, muitas vezes imbecil, pois não é verdade? Não neguemos a significação e o valor, para todos os espíritos partidários do ingresso do elemento feminino ao ambiente político que representa a publicidade da carta que Clóvis Beviláqua escreveu ao Dr. Juvenal Lamartine.

Está na ordem do dia, diz na sua epístola ao ilustre presidente do Rio Grande do Norte que perante a constituição brasileira, não há defesa para o raciocínio que procurava profliga a legítima aspiração feminina em nossa pátria: de eleger a elegibilidade. Frisa ainda a inteireza de cidadania, garantida à mulher na carta constitucional e que na qualidade de cidadã, pelo artigo 70, ter direito de se alistar quando completa a maioridade. Sempre surgem sofismas, não podemos negar, mas já tem sido muitas vezes que, na vida da história dos povos, os grandes ideais e conquistas sofreram oposições... e depois de muito naturalmente, entrarem para mundo das coisas consuetudinárias. Será assim, sem dúvida, com o concurso da mulher no longo âmbito intelectual e com o reconhecimento de idoneidade política, sobre o qual acaba de expender, seu voto consagrado mestre, nesta valiosa carta ao grande pioneiro do feminismo no Brasil, que falou recentemente. ”Não podemos mais adiar a hora da participação feminina em todas as questões de interesse coletivo”

⁵⁵ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 551, de 24 fev. 1932, na primeira página.

⁵⁶ Notícia publicada no jornal **República**, n. 526, de 30 jun. 1928

Começaram a circular em Florianópolis notícias transcritas de outros jornais a respeito dos avanços da conquista do voto feminino depois que o decreto do Sr. Presidente Getúlio Vargas passou a vigorar. Do jornal **O Estado**⁵⁷ poderemos observar o seguinte questionamento: como a mulher poderia ser cidadã se não possuía os atributos da cidadania?

“Entre os assuntos tratados na reunião do Supremo Tribunal Eleitoral ficou decidido o alistamento eleitoral de qualquer sexo, ficando decidido a verdadeira situação da mulher brasileira perante o código eleitoral(...) o tribunal resolveu que nas listas exigidas pelo código, todos os cidadãos devem ser incluídos sem distinção de sexo e de idade e que a insenção constante no artigo 21 só poderá ser invocada depois da qualificação de ex officio, isto é no ato de inscrição”

Com a epígrafe, “A Sra. Berta Lutz na comissão do ante-projeto da constituição”, o jornal **A Pátria**⁵⁸ publica:

“Rio(AB) Uma grande comissão da União Universitária Feminina enviou ao Sr. Getúlio Vargas um memorial, solicitando a nomeação da senhora Berta Lutz, para participar da elaboração do ante- projeto da constituinte.”

No seu principal artigo, a **Folha da Manhã**⁵⁹, de São Paulo discute o direito de voto às mulheres, cuja participação nas eleições à constituinte considera útil e necessária. Para o articulista:

“O voto da mulher é sadio como as coisas jovens e iniciais. Traz consigo uma força de uma crença e das mais belas esperanças na obra de renovação e reconstrução do País.”

Na primeira página do jornal **A Pátria**⁶⁰ poderemos visualizar um artigo que aparentemente é a favor do sufrágio feminino, só que não era um artigo assinado:

⁵⁷ Notícia publicada no jornal **O Estado**, n. 5629, de 5 jun. 1932.

⁵⁸ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, Sexta-Feira, n. 460, de 1 jul. 1932.

⁵⁹ Notícia transcrita do jornal **Folha da Manhã**, publicada no jornal **A Pátria**, p. 2, n. 443, de 13 fev. 1932.

⁶⁰ Primeira página do jornal **A Pátria**, Quarta-feira, n. 619, 25 jan. 1933..

“Para as próximas eleições, as mulheres, contra a expectativa geral, vão se qualificando em grande número. Há dias, ouvimos de uma senhora, esta expressão; “Vocês homens se queixam de falta de liberdade para exercerem o direito de voto: conosco, hão de ver, não haverá força capaz de nos coagir. Nós mulheres, haveremos de dar o exemplo.” E , assim, vamos assistir, em 3 de maio, um belo espetáculo de civismo em que homens e mulheres, numa parada inédita, vão travar, em igualdade de condições, a memorável batalha das urnas para a reintegração do nosso País ao regime constitucional”

Era muito comum os jornais de Florianópolis não assinarem as colunas de um artigo considerado polêmico, que como um termômetro media as opiniões dos leitores sobre o assunto. Se o assunto fosse polêmico, e os leitores não gostassem do artigo, o dono do jornal *“puxava as orelhas dos seus meninos”*, ou despedia um jornalista qualquer, dizendo ser ele o responsável pela artigo. Logo mais o mesmo jornal admitia o jornalista.

Os jornais de Florianópolis, também traziam notícias de cruzadas travadas por mulheres não só no Rio de Janeiro, mas de outros estados. Do Recife, transcreveu a seguinte notícia:

*“Foi lançada a candidatura da Sra. Edwiges Sá Pereira, pela confederação do Progresso Feminino, para representar a mulher pernambucana na constituinte.”*⁶¹

De São Paulo⁶², com a epígrafe, *“Feminismo e Civismo”*, publica:

“A Dra. Carmem Gordilho, que desde ontem se encontra nesta Capital, disse que São Paulo, talvez será o único estado que levará a mulher à constituinte, dado o elevado número de eleitores de que dispõe. E acrescentou: “O que no Rio é feminismo, em São Paulo se transforma em civismo.”

⁶¹ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, primeira página, n. 627, Sexta-feira, de 3 fev. 1933.

⁶² Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 671, Terça-feira, no dia 28 mar. 1933.

No que diz respeito às notícias publicadas nos jornais em Florianópolis, a respeito do voto feminino, entre 1932 e 1933 gostaríamos de evidenciar os diferentes títulos utilizados nas apresentações das mesmas. Primeiramente no jornal **A Pátria**:

“O direito de voto a mulher.”
“O voto feminino”
“O avanço do feminismo.”
“O alistamento feminino.”
“Feminismo e civismo.”
“Parcialmente Feminista.”
“As mulheres querem voar.”
“E as mulheres deveriam ir para a caserna.”
“Dever Social da Mulher Brasileira.”
“O nazismo e o Feminismo.”
“A mulher no júri.”⁶³

E no jornal **O Estado**:

“Uma seção que só votaram três homens.”
“Um trote feminista.”
“O feminismo de Verdade.”
“O alistamento de Macróbios.”
“O alistamento de freiras.”
“Duas mulheres na constituinte.”
“Um milhão ... de eleitoras.”
“O caso das religiosas que se qualificaram eleitoras em São Paulo.”
“Quanto eleitoras terá o Brasil?”
“O entusiasmo da mulher paulista nas eleições.”⁶⁴
“Uma mulher para o cargo de presidente da República.”

Do jornal **O Estado**⁶⁵, podemos também observar outro texto com uma epígrafe muito sugestiva:

“Eva nas eleições”
Diz-se por aí que vai ser uma surpresa nas eleições de maio, o Sufrágio Feminino, mas, surpresa em que sentido? Grande ou pequena votação? Parece arriscada qualquer conjectura.

⁶³ Títulos referentes ao voto feminino, publicados no jornal **A Pátria**, entre o ano de 1932 e 1933.

⁶⁴ Títulos referentes ao voto feminino, publicadas no jornal **O Estado**, entre 1932 e 1933.

⁶⁵ Notícia publicada no **jornal O Estado**, n. 4437, de 27 fev. 1933.

Entretanto, o fato é que o movimento eleitoral feminino não processa com entusiasmo na maioria dos Estados (...) É admirável que o Distrito Federal, São Paulo, e Rio Grande do Sul. Nos tragam da Eva contribuições apreciáveis. Se dermos crédito ao noticiário dos periódicos do resto do Brasil, porém não parece que se possa esperar grande coisa. Seja como for, iremos ver, no termômetro do pleito se a mulher brasileira queria ou não o direito de votar.”

Parece que os jornais que circulavam em Florianópolis não estavam apostando na participação das mulheres brasileiras na campanha pela conquista do voto. É o que poderemos constatar com esta notícia transcrita pelo jornal **A Pátria**⁶⁶, de um jornal de Minas Gerais. Segundo o articulista, o juiz eleitoral, em Minas Gerais, declarou que já tinha pedido sua qualificação eleitoral e que se achavam inscritos 1874 homens. Em relação as mulheres, o articulista, diz: *“elas não estão animadas. Ao contrário, mostram-se quase completamente desinteressadas do direito de votar.”*

Com o título *“Parcialmente Feminista”*, o articulista do jornal **A Pátria**,⁶⁷ transcreve a opinião do general Gois Monteiro:

“Em reunião da super- comissão constituinte, o general Gois Monteiro manifestou-se contra a faculdade concedida às mulheres de fazerem parte do conselho supremo. Manifestou-se também, contra a possibilidade de uma mulher eleita para o cargo de Presidente da República.”

Face ao despertar político das mulheres observados em outros estados em notícias transcritas nos jornais de Florianópolis, nos é possível inferir que o homem catarinense, representado no discurso jornalístico, parece que tinha receio da igualdade jurídica que aos poucos as mulheres vinham conquistando. Primeiro a cidadania e depois o poder. E isto conseguido por via política, o que nos remete ao questionamento de Mariette Sineau (1991, p. 567): *“A política, último refúgio da masculinidade?”*

⁶⁶ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, primeira página, n. 622, em 28 jan. 1933.

Os periódicos que circulavam em Florianópolis utilizavam um discurso reacionário sob a forma de piadas, ridicularizando a participação da mulher nas eleições, como este assinado pelo jornalista Joe Colaço, publicado no jornal **A Pátria**, com a epígrafe, “*Madame votou.*” Segundo o articulista, havia um cartaz impresso na porta da seção eleitoral com os dizeres: “*Impróprios para senhoras e crianças.*”

Nas primeiras eleições, as seções eram separadas por sexo, assim com também o eram na Europa. Ironicamente, Mariette Sineau (1991, p.567), diz que “*urnas separadas seria uma medida científica para medir o fenômeno.*” Entretanto, em Florianópolis, foi também motivos de piadas, como podemos observar nestes textos publicados no jornal **O Estado**,⁶⁸ transcritos de um jornal do Rio de Janeiro.” Com a epígrafe, “Um trote feminista”, o artigo comentava:

“Em várias secções verificou-se o fato de não faltar nenhum eleitor. Em um telegrama ontem, informamos que haveriam sido localizados em uma secção do Mayer, 400 eleitores femininos. Este fato determinou cenas hilariantes, por terem ali comparecido cinco cavaleiros com nomes epícenos como Athaide, Quaraci, etc... Esse fato determinou confusão e chamados de intrusos pelas donas da secção. Um deles não tendo coragem suficiente para resistir ao trote, retirou-se sem votar.”

Em um outro artigo, publicado no mesmo jornal:⁶⁹

“O exercício do voto feminino teve, entre nós, aspectos divertidos e inéditos. Antes de tudo; ao contrário do que se sucedia no passado, quando só o homem podia votar, ocorreu agora com diversos casais que só a mulher fosse eleitora e o marido, ou foi acompanhar a cara metade até a secção eleitoral, ou ficou em casa fiscalizando as panelas do almoço. Em outros casos, o marido e o filho não votavam, mas votavam em secções diferentes, a esposa e a filha. E ambas queriam que o chefe da tribo as acompanhasse, (...) Decididamente o voto feminino foi uma espiga de Adão.”

⁶⁷ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, terça feira, p. 7, n. 682, de 11 abr. 1933.

⁶⁸ Notícia publicada no jornal **O Estado**, n. 4680, de 4 maio 1933.

⁶⁹ Notícia publicada no jornal **O Estado**, n. 4685, de 11 maio 1933.

Segundo o decreto assinado por Getúlio Vargas, em 1932, o voto era facultativo para as mulheres, o que gerou algumas controvérsias entre os jornalistas. Na primeira página do jornal **A Pátria**⁷⁰ o articulista comenta:

“Entrevistado pela imprensa, o ministro Hermenegildo de Barros, presidente do Superior Tribunal Eleitoral, declarou que as senhoras, mesmo quando funcionárias, não estarão obrigadas a se inscreverem no registro eleitoral, isto porque o Código Eleitoral estabelece “que as mulheres podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral.”

Em um outro artigo, publicado no mesmo jornal⁷¹, o articulista não defende a decisão do relator Sr. Afonso Pena, em relação ao voto feminino ser facultativo. O articulista questiona se nesta decisão houve gentileza ou injúria:

“O legislador, concedendo o direito de voto às mulheres, libertou-se da obrigatoriedade que pesa sobre os homens e o fez talvez por galanteria com o sexo cada vez menos frágil, (...) Há nisso um salamaleque? Ou há disfarçado um ato de cortesia ou um ato de hostilidade?”

Não cabe nesta pesquisa questionar a indignação do jornalista. Entretanto na constituição de 1934 ficou estabelecido que somente as mulheres com funções remuneradas eram obrigadas a votar. Na constituição de 1946 houve a obrigatoriedade do voto feminino.

Tentando desmobilizar as mulheres, junto com as notícias do sufrágio feminino, os jornais traziam notícias sobre a obrigatoriedade do alistamento militar para mulheres. Para eles, o exército significava virilidade, assunto masculino. Às vezes, algumas reportagens tinham como título *“Eva fardada”*.⁷²

⁷⁰ Notícia publicada na primeira página do jornal **A Pátria**, n. 622, de 28 jan. 1933.

⁷¹ Reportagem publicada no jornal **A Pátria**, terça-feira, n. 653, no dia 7 mar. 1933.

⁷² Título publicado no jornal **A Pátria**, no dia 31 mar. 1934.

Sobre o alistamento militar para mulheres, o jornal **A Pátria**⁷³ publica a opinião do general Gois Monteiro:

“Já anteriormente, o general se havia manifestado partidário da concessão do voto às mulheres, desde que a elas fosse extensivo o serviço militar obrigatório.”

Ou então, em uma outra entrevista ao general Gois Monteiro, no mesmo jornal⁷⁴:

“— Que nos diz o general, sobre a publicação do coronel Raul Tavares, à respeito do serviço Militar?

— Eu acho que ele devia chamar também as mulheres, pois que, tendo estas os mesmos direitos que os homens, devem também ter os mesmos deveres sociais. Não sei porque poupá-las, quando são cidadãos como outros quaisquer.”

Do Rio de Janeiro o jornal **A Pátria**⁷⁵ transcreve:

“A propósito do serviço militar das mulheres, os jornais acentuam ser necessário esclarecer que o general Gois Monteiro, ministro da Guerra, jamais alvitrou o serviço militar propriamente dito, para as mulheres, mas sim o serviço que lhes caberia como auxiliares, imprescindíveis, no caso de mobilização, tais como costuras, fabrico de munições, e outros serviços, a exemplo do que ocorreu por ocasião da guerra européia.”

Este artigo nos faz lembrar a dificuldade da mobilização das médicas americanas na Segunda guerra mundial, que foram recusadas pelo exército americano. Segundo Françoise Thébaud (1991, p.55) :

“é surpreendente a forçada resistência à modificação dos papéis, a vontade de confinar as mulheres a função de substitutas (...) e de auxiliares utilizadas na linhagem de sua indelével < natureza >.”

⁷³ Reportagem publicada no jornal **A Pátria**, n. 682, Terça-feira, p. 7 de 11 abr. 1933.

⁷⁴ Entrevista publicada no jornal **A Pátria**, n. 753, primeira página, de 13 jul. 1933.

⁷⁵ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, Sábado, n. 954, Segunda página, de 24 mar. 1934.

E os comentários continuaram, como poderemos observar neste diálogo transcrito do jornal **A Pátria**,⁷⁶ do Rio de Janeiro:

*“Sr. Maurício Cardoso disse ao General Gois Monteiro:
— Precisamos dar um jeito nessa história de serviço militar
para as mulheres.
O ministro saiu dizendo: — Está aí um ponto em que não
chegaremos a um acordo.”*

Destro destas perspectivas, Antonieta de Barros, sintonizada com as repercussões das notícias sobre o serviço militar para mulheres, demonstrará através de suas crônicas que é contra ao serviço obrigatório para mulheres, como relata nesta crônica:

*“Comunicam-nos do Rio, da Federação pelo progresso
Feminino, na Convenção Eleitoral Feminina ali havida, de 3
a 6 do corrente, foi votada, unanimemente, a repulsa ao
serviço militar feminino.*

È muito importante compreender, que em todas as suas crônicas, Antonieta de Barros, fala em *“respeitar a si próprio”*, *“seguir a si mesmo”*, *“lutar pelos seus próprios ideais”*... Certamente ela não concordaria com o serviço militar para as mulheres, pois era uma imposição masculina em troca do voto feminino. E na mesma crônica⁷⁷ ela diz:

*“São insaciáveis os homens! Roubam às mulheres todos os
seus; transformam-nas em “fornecedoras de carne para
canhão”⁷⁸; (...) Mas não basta ainda. À preciso que elas se
incorporem à onda e estejam prontas ao primeiro chamado
para marcharem e se deixarem morrer, animalmente, pelos
ideais alheios, pelos objetivos alheios...(.) Tudo quanto a
consciência repelir, tudo quanto a consciência condenar nos
outros, toma, a nosso ver, maiores proporções, quando
praticado por nós.*

⁷⁶ Entrevista transcrita pelo jornal do Jornal **A Pátria** de Florianópolis, do jornal **A Pátria**, do Rio de Janeiro.

⁷⁷ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 24 ago. 1932,

⁷⁸ Antonieta de Barros, também usa o mesmo texto: *“fornecedoras de carnes para canhões”*, na crônica publicada no jornal **República** no dia 12 de março de 1933.

Antonieta de Barros, em outra crônica⁷⁹, diz:

“Luta-se e morre-se por um ideal.(...) mas não se deixam morrer, matar, assim, animalmente, pelos ideais alheios.”

Carlota Pereira Queiroz foi a primeira mulher eleita para a constituinte em São Paulo. Ela declarou-se antifeminista e até assinou uma emenda que subordinava o direito de voto à prestação do serviço militar. As sufragistas reagiram fazendo debates e escrevendo nos jornais contra a subordinação do serviço militar ao direito ao voto feminino. Antonieta também escreveu em suas crônicas notas de repúdio ao serviço militar obrigatório para mulheres. Depois das reações das sufragistas, a emenda foi cancelada.

Com as novidades do novo código eleitoral, sobre as eleições livres em 1933, os jornais⁸⁰ em Florianópolis, conclamavam os cidadãos para o alistamento eleitoral:

*“Cidadão:
Não serás digno do Brasil, se não te munires do teu título de eleitor. Vai, hoje mesmo, à sede da Legião Republicana, à rua Felipe Schmidt, número 9, sobrado, onde te serão fornecidos todas as instruções necessárias para a inscrição no registro eleitoral.”*

Sob o título:” **Tribunal Eleitoral**”⁸¹, a secretaria do tribunal eleitoral de Santa Catarina avisa que as pessoas nomeadas na coluna poderão receber seus títulos eleitorais, e entre eles, constatamos o nome de uma mulher, “Leonor do Livramento”, que de acordo com a pesquisa realizada nos jornais que circulavam em Florianópolis, entre 1900 e 1952, foi a primeira mulher a receber o título de eleitor em Florianópolis. No dia 18 de fevereiro de 1933, o jornal **A Pátria**, avisa a Sra Beatriz Pederneiras Ramos, que o seu título de eleitor já se encontrava na

⁷⁹ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 12 mar. 1933.

⁸⁰ Notícia publicada na primeira página do jornal **A Pátria**, n. 615, de 20 jan. 1933.

⁸¹ Aviso publicado na segunda-feira, do dia 30 jan. 1933, p. 6, no jornal **A Pátria**. Este aviso circulou também em outros jornais da capital, e no **Diário Oficial**.

secretaria do tribunal eleitoral. A Sra. Beatriz Pederneiras Ramos era esposa de Nereu Ramos.

Na reportagem transcrita do jornal **A Pátria** do Rio de Janeiro para o jornal **A Pátria**⁸² de Florianópolis, em 1934, circula a notícia de que os constituintes se reuniram no Rio de Janeiro com o objetivo de redigir o novo texto Constitucional. Seria difícil para as mulheres legalizarem via Constituição Federal seus direitos sufragistas, pois, segundo a reportagem eram 252 homens constituintes. A maioria talvez, poderia pensar como o Deputado Federal por Santa Catarina, o Sr. Arão Rabelo, que fazia parte da constituinte. Para ele:

“a natureza não dá saltos, cada ser deve conservar-se no seu setor, no setor que a natureza lhe destinou... a finalidade da mulher é ser mãe e ser rainha do lar. Dar-lhe missão política, é matar-lhe o sentimento materno.”

Estes discursos que definem a natureza feminina como não políticos, contribui para a exclusão das mulheres da esfera pública, adiando sua participação na construção da cidadania. São muitos opressivos os discursos que evidenciam a “*faculdade maternal*” pois eles foram construídos, ao longo do tempo, e a “*rotina*” os solidificaram. Esta “*faculdade maternal*”, “*natural*” nas mulheres, foi internalizada como qualidades psíquicas, físicas e sociais.

Segundo o articulista do jornal **A Pátria**, na reportagem citada acima, a sessão da Assembléia Constituinte foi “agitada”, pois o deputado federal, o Sr. Arão Rabelo disse que “*a mulher não tem vontade própria, nasceu para ser dirigida*” e muitos deputados não concordaram com a opinião do deputado catarinense. De acordo com a reportagem, a sessão ficou ainda mais agitada, quando um deputado lembrou ao Sr. Arão Rabelo que ele fora eleito por Santa Catarina, e o estado tinha sido berço de mulheres importantes, como Anita Garibaldi. Sentindo-se ofendido, o Sr. Arão Rabelo, disse: “*Anita Garibaldi era uma vagabunda.*” Segundo o articulista, a sessão ficou mais agitada ainda, e aos gritos, os constituintes pediram a “*retirada da expressão.*”

⁸² Reportagem transcrita do jornal **A Pátria** do Rio de Janeiro, no dia 5 jul. 1934.

Em razão dos discursos que definem uma natureza feminina, não política, com virtudes específicas, circunscrita ao espaço doméstico, fica cada vez mais difícil para as mulheres superarem este limite, e quando o faz ela é vista como um fenômeno extravagante, não autorizado pela natureza. E era com estes olhos que o deputado Arão Rabelo via Anita Garibaldi, e mais tarde a sociedade catarinense veria Antonieta de Barros: Algo não autorizado pela natureza. Se as mulheres infringissem este “*contrato social*” que fazia com que elas não tivessem desejos pessoais ou políticos, se ela rompesse com o modelo estipulado pela sociedade, segundo Stéphane Michaud (1991, p. 161):

”os homens abandonam imediatamente o espírito de cavalaria- ideal quixotesco com que fazem cintilar os falsos brilhos.”

Capítulo II

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS JORNAIS EM FLORIANÓPOLIS

“É necessário que a existência parta de si(...) e que, sem nunca ser o centro, seja sempre a força do seu próprio destino”

Mme de Stael.⁸³

Joana Maria Pedro (1994), em seu livro **“Mulheres honestas e mulheres faladas, uma questão de classe”**, analisou as imagens femininas que apareciam em jornais dirigidos por homens, no final do século XIX e início do século XX em Desterro⁸⁴. Nestes jornais, segundo a autora, circulavam imagens envolvendo a mulher, amor e maternidade. Porém a circulação da imagem da mulher nestes periódicos era realizada em um contexto específico respondendo a uma conjuntura determinada. Inicialmente, a elite de Desterro era constituída de pequenos funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários. Mas devido à posição estratégica da Ilha, famílias de militares estabeleceram-se em Desterro, configurando uma nova forma de distinção entre os moradores.

⁸³ Mme de Stael, era o pseudônimo de Loise Germaine Necker. Era uma escritora francesa, nascida em Paris, filha de Ministro de Luiz XV e banqueiro. Depois da queda da monarquia, exilou-se na Suíça, e só em 1814, regressou a Paris.

⁸⁴ Desterro era o antigo nome de Florianópolis. O Congresso Representativo (nova denominação do poder Legislativo), aprovou por aclamação o projeto de Lei do deputado Genuíno Vidal, cujo artigo primeiro

Na década de 50, no século XX, entre 1851 e 1855, as atividades portuárias representavam uma nova forma de enriquecimento local. Com estas atividades surgiu uma classe de comerciantes, armadores e construtores de navios. O porto de Desterro foi, no século XIX, o porto mais importante da província. A especialização da farinha de mandioca em Desterro fez com que o abastecimento de outros produtos necessários à comunidade fossem fornecidos por outras regiões. A dificuldade desse abastecimento e a política do governo em requisitar a farinha favoreceram o aparecimento de uma elite ligada ao comércio.

Segundo Joana Pedro (1994), juntamente com esta nova elite, novos referenciais de distinção e delimitação social⁸⁵ passaram a ser formuladas e, entre eles: ser civilizado, possuir novos hábitos de higiene e construir casas bem decoradas demonstrando acumulação de riqueza. Outro mecanismo de diferenciação apontado pela autora é o modelo idealizado de mulher, “*a construção social de mulheres destinadas exclusivamente às funções de esposas, mães e donas-de-casa e, portanto, a símbolos de status, de um ‘brilho’ recém-adquirido.*” (Pedro,1994,p.28). Esse modelo idealizado para a mulher circulou nos jornais até o final do século XIX. Além de formadores de opinião pública, os jornais seriam instrumentos “*divulgadores de çivilidade’ e ‘moralidade’.*” (Pedro,19994,p.32)

Estas imagens que circulavam nos periódicos de Desterro/Florianópolis no final do século XIX e início do século XX não eram criações locais e sim cópias de modelos europeus que valorizaram o papel da mulher enquanto mãe, responsável pela preservação da vida e da educação das crianças. Era uma imagem que favorecia a elite que estava se formando, possibilitando a ascensão social recorrente da filiação de seus princípios.

A nova elite, formada pelas atividades portuárias e comerciais e pelos pequenos funcionários públicos civis e militares, criou para si própria espaços sociais delimitados e códigos de identificação e distinção. Assim, através da nova ordem burguesa que se constituía, novas posições de sujeitos foram sendo

determinava: A atual capital do Estado de Santa Catarina fica desde já denominada Florianópolis. Esta lei foi sancionada no dia primeiro de outubro de 1894.

⁸⁵ Segundo Joana Pedro (1994) em 1763 Desterro tinha duas edificações de sobrado. As outras casas eram do estilo “porta e janela”. A autora descreve estas casas de “porta e janela” como de chão batido e sem forro. Entretanto, “*Em 1871, já havia 151 sobrados, 31 assobrados, e 1360 casas térreas.*” (Pedro, 1994,p.29)

construídas. Constata-se esta afirmação não só nos jornais, mas na literatura, na igreja, na educação, nos costumes e principalmente no cotidiano.

Nos jornais circulavam recomendações com funções normativas, por meio das quais ditavam-se os comportamentos, principalmente os papéis femininos, comportamentos esperados pelas mulheres. Era o discurso masculino, estipulando o que a mulher podia ou não fazer. Convém lembrar que as imagens idealizadas da mulher, como um pano de fundo da sociedade ocidental, eram padrões ocidentais construídos para as mulheres da elite. Entretanto, as mulheres pobres sofriam sanções por conta das imagens às quais não correspondiam: trabalhavam, “saíam”, tinham modos diferentes de sobreviver. Elas também se espelhavam nestes modelos, pois faziam parte da sociedade. Porém, suas práticas dificultavam seguir estes papéis normativos, mas eles existiam, e de uma forma ou outra eram cobrados delas. A elite também usava como parâmetro as práticas das mulheres trabalhadoras, mas como um modelo de comportamento a não ser seguido. As mulheres pobres talvez se sentissem inferiores pela dificuldade de atingir aqueles ideais. Querendo ou não, mesmo que as mulheres pobres não lessem jornais, elas eram julgadas pelas imagens neles veiculadas, visto que estas imagens circulavam nas igrejas, nas festas populares, nos costumes, no cotidiano. No século XIX, os jornais do Rio de Janeiro publicavam matérias referentes à educação da mulher. Em Desterro/Florianópolis também, mas tanto no Rio de Janeiro como em Florianópolis, a preocupação com a educação da mulher era referente à preservação de sua “natureza” feminina, para que continuasse a exercer seu papel de mãe e esposa, tão útil para o fortalecimento da sociedade. Esta educação que a sociedade reivindicava, reservava-se às mulheres da classe emergente e não às mulheres pobres, que tinham de trabalhar em casa, nas ruas, ou até para outras mulheres, as consideradas de natureza “delicada”. Segundo Joana Pedro (1994), mesmo antes de 1894, circulavam notícias nos jornais de Desterro, envolvendo a educação da mulher, mas só a partir de 1897, no governo de Hercílio Luz, esta educação foi implementada. Foi criada a **Escola Modelo** (1897), e em janeiro de 1898 foi inaugurado o **Colégio Coração de Jesus**. Era um colégio particular, de elite,

dedicado principalmente ao sexo feminino, como nos mostra a notícia no jornal **República** de 6/9/1898.

*“Colégio Coração de Jesus.
Das irmãs da Divina Providência.
Escola de sexo feminino”.*

Segundo Joana Pedro (1994), a elite não recebeu bem a notícia da Proclamação da República, pois teve que disputar cargos com o governo Republicano, sendo assim, a imagem da mulher era muito utilizada nos jornais. Para a mulher da elite, ou para as famílias que almejavam ascensão social, o comportamento feminino era muito visado. Parecia que a honra da família, sua permanência ou exclusão nos grupos de comando, dependia do comportamento da mulher. Segundo Pedro (1994, p.58) *“qualquer “deslize” que as tornasse “falada”, poderia eliminar sua família da arena política”.*

Na disputa local pelo poder, tanto para os Federalistas, representados pelo **Jornal do Comércio**, quanto para os Republicanos, representados pelo jornal **República**, a imagem da mulher era importantíssima para a obtenção de concessões e privilégios. As opiniões políticas entre os Republicanos e Federalistas divergiam, porém, em relação à imagem da mulher ideal, coincidiam. Com a proclamação da República, houve um remanejamento dos grupos do poder e, em suas disputas, a honra da família, segundo Pedro (1994), poderia ou não desqualificar os grupos em disputa. Sendo assim, na redefinição das famílias que compunham a elite, o comportamento da mulher precisava ser controlado.

A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por crises políticas: mudanças das relações de produção provenientes da extinção da escravidão, modificação do regime político, da Monarquia para a República, o aparecimento de cargos políticos administrativos, e a disputa por esses cargos que significava ascensão social. Havia dificuldade de trabalho, pois o porto de Florianópolis e seu comércio estavam em declínio.

Uma das piores crises que enfrentou a economia florianopolitana foi a decadência do porto no século XIX, que representou o desaparecimento de uma das

formas de enriquecimento local, além da dificuldade de trabalho, pois as atividades portuárias empregavam grande parte de mão-de-obra da cidade. Quando uma sociedade passa por momentos de instabilidade, ela precisa recorrer a imagens para sustentar alguns valores que diferenciam uma classe da outra. Assim, a sociedade florianopolitana, por intermédio dos jornais, recorria a divulgação de imagens femininas. As imagens femininas delineadas eram aquelas relacionadas com o casamento.

Com a República, jovens recém-formados da faculdade de direito vieram para Florianópolis compor o quadro judiciário, que ampliou consideravelmente com a instalação do Supremo Tribunal de Justiça em 1891.

Segundo Joana Pedro, as colunas sociais do início do século XX, ainda, referiam-se quase que exclusivamente a estes novos funcionários públicos. Eram estes e os filhos de comerciantes, os noivos disputados na época.

De acordo com a mesma autora, os jornais dirigiam-se a uma classe em ascensão ou que queria ficar no poder e tentava demonstrar sua riqueza através da ociosidade das mulheres. A imagem da mulher ideal tinha como pressuposto a meiguice, a fragilidade e o amor. A vaidade, a frivolidade e a infidelidade eram os grandes defeitos.

Os jornais, no final do século XIX e início do século XX, publicavam várias reportagens tematizando a imagem feminina. Destacava-se dentre elas, a preocupação com a fidelidade das mulheres. Essa preocupação com a fidelidade, segundo Joana Pedro (1994), parecia prender-se à redefinição das famílias que compunham a elite. A autora (1994, p.78) supõe:

“que a modelação das famílias, o ressurgimento de imagens atávicas referentes à mulher, podem ser explicadas por essa intensa mobilidade social que estava se processando no final do século XIX e início do século XX.”

A conduta da mulher, seu posicionamento perante a sociedade era ponto de referência para a permanência ou ascensão dos grupos no poder. No início do século XX, em Florianópolis, o porto e o comércio estavam em declínio. Em contrapartida,

as outras áreas do estado estava em franca expansão. Todas as reformas da capital foram realizadas graças à força política da elite para conseguir empréstimos internacionais, pois a capital não tinha produção industrial, não gerava recursos e a maioria dos produtos vinham de outras partes do estado.

Em 1900, em Florianópolis, havia uma divisão dentro do próprio partido Republicano chefiado pelo ex-governador Hercílio Luz. As famílias da elite tendiam a controlar os cargos públicos através do apoio de um político importante. Se o político fosse afastado por qualquer motivo, mesmo para ocupar um cargo federal de maior prestígio, este afastamento da política local enfraqueceria as famílias dos políticos que o apoiavam. E como cada partido tinha seu jornal, a vida do periódico local dependia da força política vigente. Foi o que aconteceu com o jornal *República*, onde a falta de prestígio político não conseguiu mantê-lo em circulação. Havia uma estreita relação entre poder, partido e circulação dos jornais em Florianópolis. Para se proteger, para propagar suas idéias, a elite tinha seus jornais. Por exemplo, Felipe Schmidt funda o jornal **O Dia** para defender-se dos ataques de Hercílio Luz, provenientes do jornal *República*.

Parece que com o intuito de fechar a edição e não havendo assunto, pois o jornal estava acostumado a intrigas políticas, o articulador recorria a reprodução de textos onde circulavam imagens femininas. Esses espaços vazios na edição poderiam ser preenchidos com outros tipos de textos? Entretanto, a maneira como estes eram trabalhados refletia as preocupações da sociedade. Segundo Joana Pedro (1994 p.30) *”o motivo de inquietação eram as mulheres”*.

Tanto no jornal **República**, que estava passando por sérias dificuldades, como no jornal **O Dia**, havia uma grande circulação de imagens femininas, porém com menos “virulência” do que no período anterior à Revolução Federalista. Segundo Joana Pedro (1994), a circulação de imagens femininas semelhantes àquelas divulgadas nos jornais entre 1890 e 1893, poderia ser provocada pelos novos remanejamentos da política local. Como novamente no início do século as famílias que compunham a elite local estavam em disputa, as mulheres tornaram-se o ponto central da honra familiar. Segundo a autora, talvez por isso, as imagens idealizadas das mulheres voltassem a circular.

Nos jornais, novamente circulavam notícias sobre o cotidiano feminino, onde o casamento parecia ser a única ocupação possível para as mulheres.

No jornal República, havia uma coluna, o “**folhetim das moças**” assinada por Ed. Sylvestre que falava sobre casamentos. Para o cronista, o casamento era o grande projeto da vida da mulher, como nos mostra esta crônica do dia 7 de junho de 1902 :

“A moça estava desolada porque foi traída, mas foi só outro homem pedir-lhe em casamento, esquecera. Não mais acreditava nos homens, mas casou. Ella, compreendendo que nem todos os dias aparecem doutores, sejam embora pergaminhado... aceitou-o. ”

Segundo o articulista, “*ella o tinha agarrado com unhas e dentes*”.

O casamento para a mulher era tido como a aquisição de uma identidade social. Escolher o cônjuge requeria uma estratégia social definida, uma negociação. Os homens em ascensão social procuravam uma mulher de boa educação, bonita, não sendo necessário que ela fizesse os serviços domésticos, deixando-os a cargo de uma empregada. Era sinônimo de riqueza e ostentação, uma esposa bela, pálida, de mãos delicadas, denunciando uma certa ociosidade.

A missão de casar as filhas era uma tarefa das mães, responsáveis pelo bom andamento de todas as etapas anteriores: namoro, noivado, até chegar ao casamento. Era imprescindível para a classe em ascensão iniciar suas filhas na arte do refinamento e boas maneiras.

De acordo com os jornais da época, parece que as mulheres da elite em Florianópolis, no decorrer do final do século XIX e início do século XX, não se preocupavam muito em continuar os estudos secundários. Estudar para elas significava preparar-se para desempenhar bem o seu papel de mulher no lar, cuidar da casa, dos empregados, do social. Isto fica evidenciado no artigo do jornalista do jornal **República**, E. Schutel, que aconselhava as mães a ensinarem às filhas as tarefas domésticas, “*embora não tenham de a praticar*”⁸⁶. Em outra edição ,o mesmo cronista alertou que “*a instrução não pode ser para a mulher senão objeto*

secundário”⁸⁷, aconselhando que seria necessário educá-las “à sujeição e à dependência”.⁸⁸

Criavam-se oportunidades para as moças casadouras, como por exemplo, bailes e saraus dançantes. Nos jornais frequentemente circulavam textos referentes à preocupação da mulher com um bom casamento. Um casamento menos proveitoso representaria uma vida mais difícil, e isso, a família da elite não estava disposta a aceitar. Em alguns artigos publicados no jornal **República**, em 1902, de autoria de Donato Silva, percebe-se também esta preocupação. Sob o título de “Novelas Amorasas”, seus artigos sintetizavam os problemas da jovem casadoura que, segundo o jornalista “*um bom casamento resolve*”.⁸⁹

Na edição de 7 de junho de 1902, o **República** destacou na primeira página, o artigo de Donato Silva, trazendo à luz informações sobre o perigo de se casar com um homem sem fortuna, no caso, com um poeta. Para o articulista, casar com poeta significava passar fome, mas talvez a mulher, com medo de ficar “*solteirona*”, continuava “*dando-lhe corda, até que apareça um partido melhor*”

Sob o título de “Casar ou não casar”, Donato Silva, na edição de 01/06/1901, revelou o imaginário da sociedade florianopolitana em relação ao comportamento da mulher. O jornalista falou sobre a preocupação das mulheres da época, através de um diálogo entre duas amigas. Uma delas não sabia se casava, pois já tinha 30 anos, e “*não quer ficar para tia*”. Havia recebido um pedido de casamento, mas o problema estava no rapaz ser poeta e pobre. A amiga comentou que isso não era importante, pois ele tinha talento e o futuro lhe traria a glória nacional, porém, a amiga responde: “*Não duvido. Mas, sê franca*” já ouviste dizer que a glória matasse a fome de alguém?”

A coluna assinada por Inclemente, que circulava diariamente no **República**, em 1902, tinha a preocupação de fazer sempre uma recomendação para as moças casadouras “*não casar com poeta sem condição*”⁹⁰

⁸⁶ Crônica publicada no jornal **República**, n. 592 de 20/11/1891.

⁸⁷ Crônica publicada no jornal **República**, n. 599 de 20 nov. 1891.

⁸⁸ Crônica publicada no jornal **República**, n. 585, de 12/11/1891.

⁸⁹ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 10 jun. 1902.

⁹⁰ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 21 jun. 1902.

Era muito comum essa posição dos jornais em relação ao casamento das mulheres, porém, como saber qual era realmente a posição das mulheres, se ainda em 1902 elas não escreviam em jornais?

Se a mulher não casasse ficava “solteirona”. A literatura era muito cruel com a mulher que não se casava. Segundo Ed. Shutel, devido a sua “natureza”, não poderia viver sozinha, pois “*carece do auxílio e apoio do homem*”.⁹¹ Além de ficar à margem da sociedade, chamavam-na de “ser improdutivo” pois não tinham filhos, “rabugenta”, “cheira a ranço”, “mulher sem homem” etc...

O celibato era distinguido de forma diferente para homens e para mulheres. Segundo Michelle Perrot, (1997) o homem era caracterizado celibatário, entretanto as mulheres recebiam denominações diferentes: “*um nada*”, uma “*anormal*” e “*desclassificada*”.

Para os homens, o celibato era um tempo de intensa sociabilidade masculina. Tempo para fazerem suas “*loucuras*”, suas “*liberdades*”. O perigo eram as doenças venéreas que afligiam a população no início do século. As mulheres prostitutas eram consideradas culpadas pela transmissão da doença aos homens. No jornal **República** havia uma grande circulação de propagandas de remédio contra as doenças venéreas, visto que o proprietário do jornal, Raulino Horn era farmacêutico. O remédio mais popular era a “**Essência Passos**”, “*eficaz contra sífilis*”. Havia também charlatões que exploravam a ignorância do povo em proveito próprio anunciando remédios miraculosos contra a gonorréia. É o caso das “*injeções de Brou*”, que segundo o anúncio, eram “*higiênicas, infalíveis e preservativas*”. Era vendida uma falsa proteção aos frequentadores do bairro Figueira, (bairro onde se concentravam as casas de prostituição em Florianópolis no início do século), e de onde eles voltavam infectados com a gonorréia.

Entretanto, a partir dos anos 30, as propagandas contra as doenças venéreas eram até exageradas. Mesmo nas primeiras páginas dos jornais, que eram páginas dedicadas aos assuntos políticos, a cada reportagem havia uma propaganda de remédios. Chegava ao exagero de ter seis propagandas em uma só página: Eis alguns exemplos:

⁹¹ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 12 nov. 1891.

*“Pílulas de Bruzzi.
Específico puramente vegetal para cura da Gonorréia,
aguda ou chronica. Já se encontram à venda nas drogarias de
Florianópolis, e em todo o Brasil.”⁹²*

*“Gonorréia - Mocidade! Vós que ambicionais uma
velhice risonha e calma não deixeis em abandono a vossa
Gonorréia, evitai sofrimentos futuros usando o poderoso
medicamento Neisserina, único que cura radicalmente”⁹³*

*“O único - Preparado eficaz nos casos de Blenorragia
aguda ou crônica que foi premiada com o grande prêmio e
medalha da grande Exposição Internacional de Roma, em
1926, foi glorioso.”⁹⁴*

O casamento para o homem significava “assentar”, o “fim” de uma aprendizagem, ou como era amplamente divulgado na novela traduzida por L.A. Boiteux, *“casamento, cadê por toda vida, para o homem”*.⁹⁵ A mulher que não se casava permanecia, às vezes, durante toda a vida na família das irmãs, irmãos casados ou outros parentes. A outra alternativa, mesmo se fosse mulher pertencente a elite, era ser governanta ou criada. Cuidava da casa, mas não tinha lar. Na sociedade florianopolitana do início do século XX, possuir uma governanta com boas maneiras, educada ou falando uma outra língua, era símbolo de poder.

A escolha, vocação ou necessidade de trabalhar, colocava a mulher perante a uma alternativa que marcaria sua identidade social: casar ou não casar. Não se cogitava que poderia ser uma escolha, deliberada ou não, ou uma escolha derivada da preferência por uma carreira.

A mulher poderia não casar também pela vocação religiosa ou pelo nascimento de profissões pioneiras que capacitavam a sua “faculdade maternal”: professora, enfermeira ou assistente social.

Através da *“metáfora maternal”*: dedicação, humildade, abnegação, doação e sacrifício, estas profissões seriam qualificadas como femininas, pois possuíam qualidades reservadas às mulheres.

⁹² Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, em set. 1931.

⁹³ Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, n. 1177, primeira página. no dia 3 jan. 1935.

⁹⁴ Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, n. 1177, primeira página, no dia 3 jan. 1935. As propagandas eram repetidas na mesma página várias vezes.

No final do século XIX e no decorrer do século XX, em Florianópolis, ser professora era considerado um perfil feminino ideal, mas é claro que deveriam ser vigiadas.

Segundo Dauphin (1997, p.487), para alguns “pensadores” masculinos “*cérebro e útero não se podem desenvolver ao mesmo tempo*”, por isso a identidade, os gestos, a fala e o comportamento cotidiano dessas mulheres deveriam ser vigiados. Era o caso das professoras em Florianópolis que, em 1917 sob vigilância, deveriam permanecer solteiras ou abandonar o magistério no caso de se casarem, como prescreveu a lei promulgada em 1917:

“as candidatas ao magistério público que se matricularem na Escola Normal, da data desta lei em diante, diplomadas e nomeadas Professoras, perderão o cargo se contratarem casamento.”

Maura de Senna Pereira, professora e escritora em Florianópolis, estava à frente de um movimento para pôr fim à lei que proibia as professoras de se casarem. Segundo ela, esta lei era uma expressão maior de desprezo e opressão sobre as mulheres.

Na conferência de ensino em 1927, Maura de Senna Pereira e as professoras que faziam parte da Liga do Magistério, onde Antonieta de Barros era secretária, pressionaram o deputado Arthur da Costa para que apoiasse a moção aprovada no encontro, em relação à lei. Em favor da revogação da mesma, as professoras explicaram que, na prática, muitas professoras mantinham suas inscrições com seus nomes de solteira, omitindo a informação oficial sobre mudanças no estado civil quando contraíam matrimônio. Tanto o legislativo como o executivo estadual negaram-se a atender a reivindicação das professoras. Segundo o deputado Marcos Konder, líder do governo chefiado por seu irmão Adolfo Konder, o congresso não deveria acolher a proposta da conferência de ensino, porque “*as professoras casadas trazem embaraços à Instrução Pública*”. Segundo a mesma lei, não era digno que a professora se apresentasse como mãe, grávida, perante os alunos.

⁹⁵ Anúncio publicado no jornal **República** em 29 jun. 1902.

Só no governo de Getúlio Vargas as professoras brasileiras garantiram o direito de contraírem matrimônio e continuarem professoras.

As conquistas das mulheres sempre foram muito difíceis, mas como diz Antonieta de Barros, “*tanto mais admirável quanto mais difícil.*”⁹⁶ Somente em 1931 elas foram consideradas emancipadas, como nos mostra o seguinte anúncio:

As professoras diplomadas são consideradas emancipadas. O juiz de Órfão da Segunda Vara acaba de decidir que o diploma de professora passado pela Escola Normal, confere a emancipação legal”⁹⁷

Entretanto, as professoras ganhavam menos que os professores. Antonieta de Barros, em sua crônica, publicada no jornal **República**⁹⁸, falou sobre esta diferenciação de salários:

“Aqui em nosso estado, nós tivemos, até pouco depois do Congresso dos professores, reunido nesta cidade, em 1927, esta iniquidade gritante, revoltante, no magistério estadual. Os professores, não sei por que graça de que santo, tinham vencimentos maiores do que as professoras! A trabalho igual, a esforço igual, as prerrogativas do sexo facultam um salário desigual!”

Joana Pedro (1994) constatou uma mudança no enfoque da educação da mulher por volta de 1901, registrado no jornal **O Dia**: a educação das mulheres que, no final do século XIX, era direcionada para a formação de mães, responsáveis pelo lar e pela educação dos filhos, no início do século XX foi orientada de maneira que irradiassem sua cultura, brilhando nos salões da sociedade.

Na edição numero 108, que circulou no dia 10/05/1901, o articulista do jornal sugeria que os bailes realizados nos clubes 12 de agosto e 16 de abril, apesar de reunirem tudo que era de “*mais belo e educado*” da elite local, deveriam ser mais movimentados. Aconselhava que as moças se reunissem e promovessem um “soirée” musical ou literário. O desejo do articulista era que:

⁹⁶ Texto publicado no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

⁹⁷ Anúncio publicada no jornal **A Pátria**, n. 231, de 8 set. 1931.

⁹⁸ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 22 maio 1932.

“as moças, por si mesmas, procurem esta luz e esse espaço, que floresçam, perfumando os nossos salões, e que abram asas cantando pela nossa sociedade afora(...).”

Aqui cabe o questionamento de Joana Pedro (1994, p.276) :

” O que mudara em Florianópolis? Será que as mulheres, como donas- de- casa e mães, não eram mais referência de distinção familiar na elite local?”

A circulação de textos com imagens femininas demonstra a tensão na disputa de cargos, prestígios e privilégios, que poderia ser medida pela quantidade e qualidade desses textos. Parece que quanto mais tensa e acirrada era a disputa, mais havia a ocorrência de circulação dessas imagens.

Segundo Joana Pedro, talvez por isso as imagens femininas retornaram no início do século XX, em função das quais seria possível medir a distinção das famílias. Entretanto, o que muda é a forma de distinção que passa a ter importância no jogo político. A mulher além de ser mãe e educadora, seria a transmissora desta educação na sociedade. Além do mais era necessário terem seus nomes publicados nos jornais, demonstrando o bom desempenho dessas funções, que as fariam destacarem-se na sociedade.

Sendo assim, as mulheres a partir do início do século XX, seriam retratadas nos jornais em relação às suas relações familiares e o lugar que ocupavam na sociedade.

Os jornais, não só de Florianópolis como de outros centros, começaram a ter colunas especializadas para os eventos familiares. Era o início da crônica social. As famílias que estavam no poder, através dos jornais, tornavam público o rol dos grupos mais influentes, fixando limites e causando a exclusão dos demais grupos que, como foi demonstrado anteriormente, no início do século, estavam em disputa por poder.

No jornal República havia uma hierarquização das notas em relação não só às mulheres, mas a sua classe social. Notícias referentes à esfera particular, privada,

de altos membros da elite política, ou de famílias importantes do partido Republicano, eram publicadas na primeira página, no espaço destinado à discussão política. Muitas vezes ganhavam destaque sendo estampadas nas primeiras páginas do jornal, como a saudação referente ao aniversário do senador Hercílio Luz, acompanhada de fotos. Era comum destacar, na primeira página, o nome do político importante do partido :“**RAULINO HORN:** *Tem estado enfermo nosso ilustre amigo e chefe Raulino Julio Adolpho Horn*”⁹⁹; outro exemplo: “**SENADOR RICHARD :** *Regressou ao Estado*”.¹⁰⁰ Às vezes, a notícia ganhava destaque em toda a primeira página, como o seguinte exemplo, que anuncia o aniversário do vice- governador do estado de Santa Catarina, cunhado de Hercílio Luz, que apesar de ser vice de Felipe Schmidt, não compactuava com suas idéias :

*“Firmino Lopes Rego : aniversário natalício do nosso bravo e ilustre co- religionário e chefe coronel Firmino Lopes Rego”*¹⁰¹

Quando era a esposa de um político muito importante, o nome dela ganhava destaque na primeira página, mas não em relevo:

Aniversário, Faz annos hoje a exma. Sr. D. Cecília Rego, virtuosa esposa do nosso illustre amigo e chefe coronel Firmino Lopes Rego, honrado vice- governador do Estado.”¹⁰²

No jornal **O Dia**, as notícias referentes à esfera privada da família de políticos importantes do partido, como Felipe Schmidt e Lauro Muller, também vinham publicadas em destaque nas primeiras páginas, no espaço destinado à discussão política, como por exemplo o seguinte anuncio:

⁹⁹ Notícia publicada no jornal **República**, no dia 5 jan. 1902.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Notícia publicada no jornal **República**, n. 64 ,de 7 fev. 1902.

¹⁰² Nota publicada no jornal **República**, n. 41, de 6 jan. 1901.

*“Acha-se melhor a Exma Sr. D. Felisbina Schmidt, virtuosa consorte do Sr. Major Felipe Schmidt e mãe do nosso prestimoso chefe, Senador Felipe Schmidt.”*¹⁰³

No jornal **República** de 1901 a 1903, circulou a coluna “**Várias Notícias**”, onde eram publicadas notícias de casamentos, aniversários, falecimentos de familiares menos graduados ou amigos de políticos que prestavam favores.

Na coluna “**Solicitadas**” eram publicadas notícias de nascimentos, falecimentos, festas, ou às vezes notícias de familiares de pequenos comerciantes.

Quando o jornal “**República**” retornou, em 1918, apareceu a coluna “**Notas sociais**”, com notícias privadas de familiares de pessoas importantes do Estado:

*“a galante Zizi Luz, dileta filha de nosso eminente chefe e amigo sr. Hercílio Luz,, ilustre governador do Estado, faz anos hoje. Meiga, de uma meiguice que encanta, é dona de uma bondade que atrai. Zizi, como é conhecida na intimidade de sua família, verá quanto é querida pelas suas numerosas amiguinhas.”*¹⁰⁴

No jornal “**O Dia**” também havia coluna social. Anteriormente chamava-se “**Várias**” e a partir de 1903, passou a ser chamada “**Salão Azul**”. Esta coluna era destinada aos demais funcionários públicos e correligionários do partido:

*Colheu mais uma violeta no jardim primaveril de Sua existência a senhorita Olga Ramos, dileta Filha do Sr. Francisco José Ramos, negociante nesta praça.”*¹⁰⁵

Nota-se que o nome da mulher no início do século começava a sair nos jornais. Elas eram caracterizadas através de laços de dependência em relação ao pai, ao marido, à família, porque no cotidiano ela estava submetida a estes laços. As mulheres da família da elite ou mesmo esposas e filhas de funcionários públicos eram retratadas como “*virtuosas*”, “*gentil senhorita*”, “*digna esposa*”, “*dileta*

¹⁰³ Nota publicada no jornal **O Dia**, n. 220, de 24 set. 1901.

¹⁰⁴ Nota publicada no jornal **República**, n. 927, de 1 dez. 1921. p.2.

¹⁰⁵ Nota publicada no jornal **O Dia**, n. 149, de 02/7/1901.

filha” etc. . Os homens não eram caracterizados como “*virtuosos filhos*” ou “*dignos esposos*”, porque segundo Joana Pedro, esta não era a referência que os distinguia.

Quando a mulher da elite anunciava seu aniversário no jornal, a notícia aparecia com adjetivos que denotava a existência de um jardim: colheu mais uma violeta no jardim primaveril de sua existência...Quando o anúncio era de aniversário masculino, havia somente uma parabenização ou simples nota. Entretanto uma nota, publicada no jornal República, chamou-nos a atenção, visto ser a única reproduzida desta maneira, observada durante a pesquisa:

*“Colhe mais um Repolho da horta de sua existência o nosso amigo Geraldino Stuart, por esse motivo felicitam os seus Amigos.”*¹⁰⁶

Os homens eram mencionados por sua coragem, como exemplifica o seguinte anúncio: “*aniversário natalício de nosso ilustre e corajoso correligionário e chefe coronel Firmino Lopes Rego*”. Entretanto, o jornal **República** transcreveu, do jornal de Blumenau “**Blumenau Zeitung**”, detalhes de um ataque de bugres nas tropas comandadas por uma mulher: Mafalda Lisboa. Segundo a reportagem,

*” a tal viúva Lisboa, era conhecida por sua coragem e robustez, pois foi Ella a única pessoa que aceitou a empresa de transportar para Lages, os grossos e pesado postes de telégrafo.”*¹⁰⁷

A “viúva” Lisboa foi retratada como “*corajosa*” e “*robusta*”, adjetivos ditos masculinos. As mulheres da elite eram retratadas como “*virtuosas*”, “*gentis*”, “*dignas*” ou “*meigas*”. A viúva Lisboa assumia um papel diferente dos papéis normativos, por isso sua caracterização tinha que ser diferente também.

A mulher da elite era definida socialmente por tudo o que traduzia a sensibilidade e a delicadeza. As heroínas eram retratadas nos jornais como “*delicadas*”, “*graciosas*”, e “*pálidas*”. Como elas eram tidas como a representação

¹⁰⁶ Nota publica no jornal **República**, n. 237, de 24 ago. 1902.

do privado, a palidez atestava que não saíam de casa. Para conservar a cor pérola da pele, utilizavam nuvens de pó de arroz, produto muito difundido nos jornais no início e na metade do século XX em Florianópolis. Circulavam nos jornais propagandas¹⁰⁸ do “*Leite Virginal*” a mil e quinhentos réis o vidro, o sabão sulfuroso “*Caldas de Bagneres de Luchor*”, dois mil réis e a Rainha do Toilette, “*Thimolina Rauliveira*”. Na década de 30, havia pressão normativa, em prol de uma aparência inspirada nas estrelas de cinema e nos concursos de beleza. O modelo de mulher, ainda, em Florianópolis, na década de 30, era da mulher “*languidamente pálida*”, como poderemos observar nestes seguintes anúncios:

*“ Creme Simon – O vosso rosto é uma delicada obra que deveis protegerl. O creme Simon, fabricado segundo fórmulas experimentais, liberta a pele de todas as suas imperfeições, conservando-lhe a beleza, a frescura e o aveludado. Dá-lhe a brancura e pureza , impedindo rugas.”*¹⁰⁹

*“Sabonete Dorly- O melhor de todos- Beneficia a cútis e conserva a formosura. Transmite ao corpo um perfume delicadíssimo, embranquece e dá a pele a maciez de veludo.”*¹¹⁰

*“Saúde, vivacidade, e a brancura, formam o atrativo e encerram a felicidade da mulher. Conseguiras tomando a legítima Emulsão de Scott.”*¹¹¹

Esta imagem da mulher “*languidamente pálida*”, pode ser constatada nas crônicas dos jornais. Um exemplo é o seguinte recorte da crônica de Ed. Shutel :

*“... e ela entrava na sala, bonita e Pálida, pésinhos nús,”*¹¹²

ou nesta outra crônica editada no mesmo jornal::

*“Ela, era um anjo, estava pálida, sempre Encantadora”.*¹¹³

¹⁰⁷ Nota transcrita do jornal **Blumenau Zeitung**, publicada no jornal **República**, n. 70 de 15 fev. 1902.

¹⁰⁸ Propagandas publicadas no jornal **República**, n. 55, de 28 jan. 1902.

¹⁰⁹ Propaganda publicada no jornal **O Estado**, n. 4972, de 23 abr. 1930.

²¹ Propaganda publicada no jornal **O Estado**, n. 2076, de 29 mar. 1921.

¹¹¹ Propaganda publicada no jornal **O Estado**, n. 1450, no dia 03 mar. 1930.

¹¹² Nota publicada no jornal **República**, no dia 7 set. 1902..

¹¹³ Nota publicada no jornal **República**, n. 250, no dia 9 out. 1902.

Ser pálida era um ideal de beleza, e ter a pele rosada seria até uma ofensa. A referência que distinguia a viúva Lisboa, não era a sua “*meiguice*”, “*palidez*”, mas a sua “*robustez*”. Os adjetivos, “robustez” ou “róseos” tinha algo a ver com a mulher Eva, que os homens não sabiam definir, como nos mostra esta outra crônica, publicada no jornal **República**.

*“A cobiça, o desejo desmedido de conquista e do gozo seriam, exclusivamente pela carne Febril, rósea da mulher, da mulher que é ainda aquela nossa Eva Paradisiaca...”*¹¹⁴

As mulheres pobres tinham que trabalhar, “sair”, andar nas ruas, sendo assim, era difícil ter a pele “languidamente pálida”. Elas eram “robustas” ou “rosadas”. Constata-se assim que a imagem da mulher publicada nos jornais de Florianópolis no século XX, ainda, apelava para o privado. Estas mulheres, pobres, brancas, negras, que trabalhavam, circulavam ativamente nas ruas de Florianópolis lavando roupas, vendendo doces, costurando, eram invisíveis, ou melhor, indizíveis no discurso jornalístico, porque não ocupavam posições legitimadas na sociedade florianopolitana, a não ser como o oposto das mulheres da elite. Elas não eram consumidoras, mas certamente tinham o desejo de ter os produtos anunciados. Os jornais, os discursos, as modernidades não eram para elas. E Antonieta de Barros se representava como essas mulheres. Elas eram invisíveis porque eram colocadas fora do campo do dizível. Eram interditadas, rejeitadas. E assim passavam despercebidas pela sociedade. Entretanto, nada mais perturbador do que aquilo que passa despercebido. Nada é mais visível do que a invisibilidade. O não ver é uma forma de ver.

O discurso jornalístico tem ainda, como função, delimitar espaços. As mulheres da elite tinham seus nomes publicados na condição de filhas, esposas ou mães. No entanto, parece que o jornalista teve dificuldades de caracterizar a sr^a Mafalda Lisboa, pois sua imagem não correspondia à imagem de mulher ideal. Foi noticiado que a Sr.^a Mafalda Lisboa era viúva, entretanto, não foi submetida a

¹¹⁴ Nota publicada no jornal **República**, n. 229, de 2 set. 1902.

nenhum laço de dependência, visto que não havia referência da família de seu ex-marido.

Resistindo aos papéis normativos, que não eram construídos para as mulheres trabalhadoras, mas lhes eram cobrados de certa forma, elas, as mulheres trabalhadoras, à luz de suas experiências, seguiam suas vidas, com suas normas, seus gestos e suas vozes, que foram silenciadas pela história.

Esse silenciamento do papel da mulher funciona diferentemente na elite e na classe trabalhadora, e nos dois casos faz com que surjam formas diferentes voluntárias ou involuntárias de transgressão. Marina Maluf, em seu livro “Ruídos da Memória”, reconstruiu e tornou visível o papel desempenhado pela mulher da elite rural, em fins do século XIX e início do século XX. Demonstrou que apesar de as mulheres da elite trabalharem e participarem ativamente na construção de fazendas no interior de São Paulo, o seu trabalho era invisível. Floriza Barbosa Ferraz e Brasília Oliveira Franco de Lacerda, personagens do livro de Marina Maluf, trocam o conforto de seus lares pelas *“inatingíveis capoeiras do sertão de São Paulo, à margem direita do rio Tietê”*. Era um trabalho árduo, como foi possível verificar através das páginas do livro, mas elas são lembradas numa história de “clausura e passividade”, como damas da alta sociedade paulista, nora de conde, neta de comendador, bisneta de Visconde etc...Mas isto ocorre com todas as Florizas, Mafaldas e Antonietas. Sendo assim, é importante indagar como o fez Marina Maluf, através do questionamento de Joan Scott “porque (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que nós saibamos que elas participam dos grandes e pequenos eventos da história?” Uma forma das mulheres ganharem individualidade em Florianópolis, no decorrer do século, foi a caridade. Aí, seus nomes vinham publicados sem os nomes dos maridos, pais ou irmãos. No entanto o sobrenome destas mulheres identificava perfeitamente o prestígio das famílias às quais pertenciam, como nos mostra o anúncio publicado na primeira página do jornal República :

“Bazar: O Sr. Ovídio Joaquim de Oliveira oferecem para o bazar em benefício do Hospital de Caridade, 24 elegantes caixinhas com cartões de visita trazendo o nome das exmas

*...sras Alice Sá Freire, Thereza Wendhausen, Adelaide Linhares etc...”*¹¹⁵

A senhora Thereza Wendhausen fazia parte de uma poderosa família de banqueiros, assim como o Sr. André Wendhausen, que assinava pela Caixa Geral das Famílias. Começaram a surgir nos jornais anúncios sobre a filantropia, como este anúncio da Sociedade Irmão Joaquim, “*protectoras dos necessitados, o que seria do mundo sem os pobres e o que são os pobres?*” Logo após respondia:

*“A caridade é a reciprocidade do Bem espalhado no espaço da Fraternidade... A caridade nasce com os povos, mas só manifesta-se claramente ou exercita-se quando estes puderem reconhecer-se em si a idéia de Deus.”*¹¹⁶

Para o articulista, continuando a mesma nota:

*“Encarar o mundo com pobres é o mesmo que encarar-se a caridade, que é a virtude da resignação em romaria pela humildade”*¹¹⁷

Na edição de setembro, o mesmo jornal responde a pergunta que foi formulada anteriormente: *O que seria do mundo sem os pobres, e o que são os pobres?* “*Seria a confusão babélica de carnes, orgia dos costumes, dilúvio da matéria sobre si mesmo*”¹¹⁸. Parece incompreensível a resposta, mas anunciava uma nova era na sociedade florianopolitana: a era das “**beneméritas damas da caridade**”.

¹¹⁵ Nota publicada no jornal **República**, no dia 4 abr. 1902.

¹¹⁶ Nota publicada no jornal **República**, n. 227, de 10 set. 1902.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Nota publicada no jornal **República**, n. 299, no dia 12 set. 1902.

Lendo o jornal **República**, que retornou em 1918, e o jornal **A Pátria**, a partir de 1931, é possível constatar que as festas, bazares e chás, promovidos pelas mulheres da elite em prol dos “*pobres necessitados*” eram amplamente divulgados: “*Amanhã, às 18:30 horas , haverá na sala da igreja de S Francisco, sessão da Assembléia Geral da Benemérita Associação das Damas de Caridade.*”¹¹⁹

No dia 30 set. 1931, o jornal “**A Pátria**” publicou a inauguração da Sociedade Cristo Redentor, que fazia parte da Associação das Damas de Caridade que “*prestavam serviços aos pobres*”. O mesmo jornal comunicou que :

*“A piedosa instituição que é a Associação Das Damas de Caridade, cujos benefícios À pobreza desta capital são sem conta, Promoveu como de hábito, o Natal de Seus socorridos..”*¹²⁰

Apesar de toda publicidade dada pelos jornais sobre as associações de caridade, em nenhum momento, nos periódicos analisados, noticiaram algum envolvimento de Antonieta de Barros nestes movimentos. Isso se explica pelo fato de que apesar dela, em seus escritos, demonstrar ser católica, não deixava de demonstrar a sua não aceitação por essas atividades. Em sua crônica “**Tu és pó e em pó te tornarás**”, publicada no jornal **República** , em 12/01/1933, falando de uma mulher do povo, na obra de Ida Messler, escritora catarinense, Antonieta de Barros diz:

“Não conhece nem louva o mundo e as obras de caridade nunca lhe ouviram o nome (...) Não pertence a nenhuma dessas associações religiosas, cujas festas e medalhas, às vezes, favorecem a vaidade e patrocina cizânias (...)”

Na metade do século XX, nos jornais de Florianópolis, circulavam notícias sobre mulheres ocupando cargos que antigamente eram ocupados por homens, notícias sobre emancipação das mulheres, voto feminino concedido à mulher *sui jûris*. Mas, simultaneamente a estas notícias, como uma pressão normativa em prol

¹¹⁹ Anúncio publicado no jornal **República**, n. 1129, de 29 jul. 1922. p.2.

¹²⁰ Anúncio publicado no jornal **A Pátria**, de 4 jan. 1932.

daquela imagem de mulher que circulava anteriormente no início do século XX, circulavam imagens de mulheres ligadas a fracassos e violências. É importante lembrar também que discursos que enaltecem a mulher, para melhor conquistar a sua submissão, também são uma forma de violência.

Parece que estes discursos propunham a desmobilização das mulheres e suscitavam o medo, que uma vez instaurado provocaria um sentimento de culpa caso ela tentasse avançar os domínios da casa.

Estes discursos talvez tivessem como objetivo cercear os desejos femininos, e provavelmente tinham o efeito de amedrontar e desmotivar. Poderíamos ilustrar essa afirmação com o texto do jornal “**A Pátria**”. Sob o título, “**Trágico fracasso de asas femininas**”, o jornal citado transcreveu o trágico acidente com as aviadoras Ruth Swart e Deby Stanford, “*onde seus corpos foram encontrados em uma montanha*”¹²¹. O mesmo jornal noticiou: “*Esposa de Gandhi, presa quando pregava numa assembléia nacionalista*”.¹²² O jornal “**A Pátria**”, trouxe do Rio de Janeiro, a notícia da detenção de uma mulher “*chefe de uma quadrilha de ladrões, que agia ultimamente nos subúrbios.*” Do Ceará, traz a notícia da violenta prisão da poetisa Adele de Oliveira por ter protestado contra a violência da prisão do agrônomo Varela. De acordo com o jornal: “*Ela foi arrastada por soldados e atirada à cadeia do Ceará em companhia de raparigas*”¹²³. O mesmo jornal em uma reportagem transcrita do Rio de Janeiro, intitulada “*Tentando rasgar a cortina do futuro*” traz previsões trágicas para mulheres da sociedade: “*Uma senhora porá termo à sua existência, devido ao fracasso de seus planos monetários.* Outro exemplo: *Uma outra senhora da alta sociedade tentará “assassinar seu marido”, ou, “Outra senhora, ferirá a morte seu esposo.”* Traz também várias previsões de “*casos de adultério, suicídios por amor e por desonra.*”¹²⁴ Outra forma de violência contra as mulheres, eram os excessos verbais com que os jornais descreviam os acontecimentos das mulheres pobres que cometiam alguma “*infração*”. As infrações não eram das senhoras da elite ou da classe média, mas

¹²¹ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 3112, de 11 jan. 1932.

¹²² Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 317, de 13 jan. 1932.

¹²³ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, no dia 19 mar. 1935.

¹²⁴ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, 10, de 10 jan. 1935.

eram elas que liam os jornais. As mulheres pobres não tinham nem chance de se defenderem. Um exemplo foi a nota publicada no jornal “**A Pátria**”:

*“Foram presas as decaídas Julieta Góes, Custódia Henriqueta e Inês Henriqueta”.*¹²⁵

Ou então a notícia publicada no jornal **O DIA** :

*“No intuito de converter as vadias em trabalhadoras, o honrado Sr. Dr. Prefeito de Polícia tem agido para acabar com a vagabundagem dessas infelizes...”*¹²⁶

Outra forma de violência para com as mulheres é o discurso que faz apologia da mulher, como ela deveria ser, enaltecendo sua suposta fragilidade, onde seu encanto estaria na sua ignorância, meiguice, timidez e infantilidade. Insistiam na predestinação biológica da mulher em que a maternidade seria seu dever. Mesmo quando reconhecem a mulher trabalhadora, esses textos procuram enfatizar as qualidades femininas, diferenciando-as dos homens. Na edição de Quinta-feira, do jornal **A Pátria**, o articulista demonstra esta insistência:

*“Todos estão satisfeitos com o trabalho feminino pois: não fumam, e não estão como os homens, absolvidos pelas preocupações financeiras – que sabe dissimular, quando as têm. Além do mais o inquérito revelou que as mulheres que trabalham são mais dóceis, assíduas e pacientes”.*¹²⁷

Também no mesmo jornal, o articulista referia-se a mulher como “*ornamento da nossa sociedade*” ou “*bondade extrema com que amparava os desprotegidos da fortuna, delicada esposa*”¹²⁸.

Em uma crônica – “**Retratos**”, editada no jornal **A Pátria**, o cronista Flávio de Campos, idealiza um comportamento feminino baseado em modelos que sugerem, dependência, subordinação etc...

¹²⁵ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 312, de 11 jan. 1932.

¹²⁶ Notícia publicada no jornal **O Dia**, n. 553, de 7 nov. 1903.

¹²⁷ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 22, de 17 set. 1931.

¹²⁸ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, no dia 9 set. 1931.

”Alta, Silenciosa, quase muda - Com uma voz carícia, uma voz que seja o resumo do chilreio de todos os pássaros, da doçura de todas as arpas. E pálida, Pálida como um pôr-do-sol em Ceilão... As mãos finas- frias. Frias, finas ... Porque as mãos polpudas..., não, meu Piano não gosta de mãos carnudas e quentes...” E finalizando diz: “É esta mulher que espero. A definitiva. A única.”¹²⁹

Sob o título *“O orgulho maior que tudo”*, o articulista conta o episódio da mulher que foge à normatização e não casa, sacrificando, segundo ele, *“sua felicidade, ao seu orgulho e a sua gramática”*:

“O funcionário cumpriu as praxes legais, e, dispunha-se a lavrar o respectivo auto, quando surgiu um incidente curioso a complicar a cerimônia. A noiva opunha-se terminantemente a que a classificassem de doméstica, designação que se dá a todas as categorias que, não exercendo qualquer profissão se limitam a ser donas de casa. Doméstica?! Protesto! Não sou nenhuma criada de servir. Sou proprietária! Mas... ser proprietária não é modo de vida minha Senhora...Deixá-lo. Prefiro não me casar a deixar que me chamem de doméstica! E não casou, sacrificando a sua felicidade, ao seu Orgulho e a sua gramática.”¹³⁰

Um fenômeno importante foi possível verificar nas páginas dos periódicos em Florianópolis. Eles divulgavam o avanço das mulheres nas ocupações anteriormente exercidas por homens em outras cidades, no exterior ou Rio de Janeiro e São Paulo, mas não em Florianópolis. O jornal **A Pátria** comunica que houve uma *“Original manifestação feminista no Senado da França”*¹³¹. No mesmo ano, vinha a notícia de aviadoras em Nenville, Pennsylvânia, Ruth Stewart e Debi Stanford.¹³²

No jornal **A Pátria**, o jornalista fala com entusiasmo da primeira mulher ocupando a função de mecânico de bordo na Rússia. Para o articulista:

¹²⁹ Crônica de Flávio de Campos, intitulada **Retratos**, publicada no jornal **A Pátria**, de 2 fev. 1932.

¹³⁰ Notícia publicada na primeira página do jornal **A Pátria**, n. 8, na coluna destinada a notícias políticas, no dia 1 set. 1931.

¹³¹ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 341, de 11 fev. 1932.

¹³² Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 312, de 11 jan. 1932.

“a luta Pela vida levou a mulher a concorrer com o homem em todos os ramos da atividade Humana- Um habilíssimo mecânico... De saias Um comandante enérgico e competente como poucos”. Continuando, “a mulher invadiu nos Últimos 20 anos, por múltiplas causas sociais e psicológicas, todas as esferas da atividade Humana...”¹³³

O articulista sentia-se à vontade de falar de mulheres que viviam tão distantes de Santa Catarina. Estas mulheres fortes foram ilustradas como símbolo, e como símbolo não abalavam a autoridade moral dos florianopolitanos. Mas era difícil encontrar notícias circulando nos periódicos dos jornais de mulheres florianopolitanas ocupando papéis não normativos. Mas aos poucos elas foram ganhando espaços nos jornais, em profissões diferentes daquelas ligadas à extensão dos papéis de mãe e dona de casa. Além de “damas de caridade”, a mulher em Florianópolis poderia ser professora e datilógrafa.

Em 1920, no artigo intitulado “*A vitória do Feminismo*”¹³⁴, publicado no jornal *República*, o jornalista anunciava que não somente em outros países ou outras capitais as mulheres vinham ocupando funções exercidas anteriormente pelos homens, mas também em Florianópolis. Diz o autor que muitas “*senhoritas e senhoras estão exercendo os cargos de datilógrafos nas repartições públicas e nos estabelecimentos bancários.*”

Em 1931, o jornal **A Pátria** anunciava a mulher no “*cargo de datilógrafa, ocupando cargos na administração Pública.*” Dizia o anúncio:

*“Foi nomeada a normalista Porfíria Medeiros, para exercer cargo de escriturária datilógrafa do Montepio dos funcionários públicos do estado”*¹³⁵

segundo outro anúncio no mesmo jornal:

¹³³ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 312, no dia 11 set. 1932.

¹³⁴ Notícia publica no jornal **República**, n. 431, de 13 mar. 1920. p.2.

¹³⁵ Nota publicada no jornal **A Pátria**, n. 300, de 8 jan. 1932. p.2.

*“Para exercer o cargo de datilógrafa da Secretaria do Estado dos negócios da fazenda foi nomeada a Sra. Adalgisa Bonassis”.*¹³⁶

Anunciavam também promoções:

*“Por merecimento à datilógrafa de primeira classe da Secretaria de Estado do negócios da Fazenda, Viação, Obras Públicas e agricultura a datilógrafa de Segunda Maria da Glória Ferreira”*¹³⁷

Na metade do século XX, as professoras também tinham seus nomes nos jornais, em uma coluna onde eram divulgados os atos oficiais do governo, exonerações e nomeações. Os nomes das professoras, filhas de políticos ou funcionários públicos importantes, eram publicados duas vezes: na coluna dos jornais que publicavam os editais de nomeação e exoneração e nas páginas principais do jornal que defendia o partido de seu pai. Com a epígrafe *“Uma nova professora”*, o jornal **A Pátria** Publica:

*“Foi nomeada professora pública do distrito de João Pessoa(Estreito) a Senhorinha Felicidade Trompowski, filha do Ilustre magistrado Dr. Alfredo Von Trompowski Eminente membro do tribunal regional do estado.”*¹³⁸

Na primeira página do jornal **A Pátria** foi possível verificar uma das poucas vezes em que foi publicado o nome de uma mulher da elite em Florianópolis estudando na academia de direito, onde talvez, no futuro, ocupasse uma carreira que extrapolasse a imagem da mulher em papéis normativos.

Uma justa nomeação. Foi nomeada professora do Grupo Escolar Vidal Ramos, a inteligente acadêmica de direito, senhorita Emília Ferro da Costa, sobrinha do ilustre

¹³⁶ Nota publicada no jornal **A Pátria** n. 311, p. 4, de 8 jan. 1932,

¹³⁷ nota publicada no jornal **A Pátria**, edição n. 310, de 05 jan. 1932.

¹³⁸ Jornal **A Pátria**, n. 1192, de 21 jan. 1935.

Advogado e destacado membro do Tribunal Eleitoral do Estado, Dr. Pedro de Moura Filho".¹³⁹

Os nomes das professoras, em Florianópolis, também apareciam em exonerações, e segundo o jornal **A Pátria**, “*As vocações são medidas pelo prestígio eleitoral dos que apadrinham as candidatas*”.¹⁴⁰ As professoras que não eram do partido sofriam perseguições políticas. Na primeira página do jornal **A Pátria** circulava uma denúncia de que as professoras eram: “*removidas por suspeitar que seus maridos tivessem votado contra o PL*”¹⁴¹ ou “*Essas pobres funcionárias estão sofrendo perseguições, em geral, porque alguns parentes são republicanos.*”

Outra estratégia política contra as mulheres eram as remoções, como nos mostra esta reportagem intitulada, “*As derrubadas em Tijucas*”. De acordo com a reportagem, a professora Julia Reis Simas, de Tijucas, foi removida para o interior de Bom Retiro. Os residentes de Tijucas escreveram uma carta a Aristiliano Ramos, com um abaixo assinado, pedindo que O Interventor tornasse sem efeito a Remoção da Professora Julia Reis Simas. Pediram também que o Interventor fizesse um apelo ao diretor de Instrução, para que este revisse o caso. O documento foi assinado por 250 pessoas e somente 9 pessoas da comunidade não assinaram. - A totalidade da população local era 259 – Segundo o jornalista, “*A professora estava sendo vítima do Dr. Galoti Júnior*”¹⁴².

No dia 2 de março de 1935, em edição número 1227, sob a epígrafe, “*Uma grande injustiça*”, o jornal **A Pátria** denuncia:

*“ nomeação da Sr. Madalena de Moura Ferro, para exercer o cargo de Diretora do Grupo Escolar “Dias Velho” do Instituto de Educação desta capital sem passar a ser professora, nomeada politicamente ”.*¹⁴³

¹³⁹ Primeira página do jornal **A Pátria**, n. 1201, de 31 jan. 1935.

¹⁴⁰ Jornal **A Pátria**, n. 1196, de 25 jan. 1935.

¹⁴¹ Primeira página do jornal **A Pátria**, n. 1205, de 5 fev. 1935.

¹⁴² Jornal **A Pátria**, n. 1118 de 28 jan. 1935.

¹⁴³ Jornal **A Pátria**, n. 1227, de 2 mar. 1935.

Impunha-se a partir dos anos 30, nos periódicos de Florianópolis, simultaneamente à imagem da mulher no lar, caridosa, mãe, irradiadora de bondade, a imagem da mulher consumidora. A publicidade além de vender objetos, vendia representações das próprias mulheres.

Começam a circular em Florianópolis, nos anos 30 do século XX, várias propagandas de máquinas de costura, sabão etc..., todas apelando para a suposta emancipação das mulheres: a mulher que compra. Um exemplo interessante é de uma propaganda que circulava nos jornais, com o desenho de uma freira segurando um pacote de absorvente. A propaganda tinha a seguinte epígrafe: *“Uma palavra amiga da irmã Camélia.”*¹⁴⁴

“Absorvente Camélia.’ Os métodos antigos (toalhas de pano) são anti-higiênicas e inestéticas! A senhora verdadeiramente moderna emprega sempre Camélia: contornos arredondados, que oferecem segurança absoluta, mesmo com as toilettes mais ligeiras. Livre e alegre pela Camélia’”

As representações das mulheres, que antes eram utilizadas para que ficassem em casa, pouco a pouco passaram a ser representações que incentivavam a mulher a sair, mas sair para comprar. Apesar destas imagens circularem com uma aparência de modernidade, pareciam ser as mesmas imagens que circulavam anteriormente, no século XIX. Só a embalagem muda, pois o apelo continuava sendo para aquela antiga imagem de dona de casa, mãe, responsável pela educação e conforto dos filhos. A sua inteligência só seria enaltecida para comprar os produtos anunciados, como nos mostram estas chamadas publicitárias:

*“mulheres inteligentes, ... têm constatado que a Simples cera mercolizada aplicando a cútis todas as noites antes de deitar-se, basta para que a pele se mantenha isenta de toda fealdade e resplandeça com todo o brilho de sua natural formosura.”*¹⁴⁵

¹⁴⁴ Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, n. 581, no dia 7 dez. 192.

¹⁴⁵ Jornal **A Pátria**, n. 211, de 4 set. 1931.

“As mulheres inteligentes são muito pouco volúveis quanto à eleição dos produtos que elas usam para a conservação de sua beleza.”¹⁴⁶

A publicidade, ao veicular a imagem da mulher relacionada a uma mercadoria, a transforma em mercadoria. Ninguém perguntava o que realmente as mulheres queriam ou gostavam. O conteúdo das propagandas apoiava-se na reelaboração da imagem tradicional da mulher. A percepção que elas tinham de si mesmas eram imagens elaboradas pelos homens. Percepção de fora para dentro, ou percepção outorgada. Continuavam as mulheres a serem objetos. Um estudo interessante a ser realizado, seria o modo com que a publicidade reformula a subordinação das mulheres.

Nos Estados Unidos e na França, a partir dos anos vinte, segundo Luiza Passerini (1991, p.387),

“ assiste-se uma verdadeira proposta de << taylorizar>> o trabalho doméstico, com a oferta de eletrodomésticos e de novos equipamentos ”

Em Florianópolis, a nova dona de casa só seria convidada a racionalizar o trabalho doméstico a partir de 1933, mas muito timidamente, como nos mostra este anúncio publicado no jornal **A Pátria**¹⁴⁷: *“Fogão Eterno. É o único que resolve os problemas máximos das donas de casa - a cozinha.”*

Surge assim, em Florianópolis, um novo espaço não somente de consumo, mas de socialização e lazer para as mulheres florianopolitanas de elite e da classe média: as grandes lojas.

*“Inaugura-se à rua Felipe Schmidt, uma filial da Casas Pernambucanas, tendo como gerente o Sr. Frederico Pollack”.*¹⁴⁸

¹⁴⁶ Primeira página do jornal **A Pátria**, n. 222, de 18 set. 1931.

¹⁴⁷ Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, Segunda feira, n. 862, no dia 20 nov. 1931. p.3.

¹⁴⁸ Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, n. 320, no dia 23 jan. 1931.

Mais tarde, o mesmo jornal acima citado¹⁴⁹, publica nota parabenizando o primeiro número do jornal **O Arauto**, que seria responsável pela publicação de propagandas das Casas Pernambucanas. As grandes lojas, também patrocinavam “*Concursos de Elegância*”:¹⁵⁰

“Concurso para escolher a senhorinha mais elegante de Florianópolis, patrocinado pelas ‘grandes e conhecidas Casas Pernambucanas’. Ao primeiro lugar será oferecido um riquíssimo corte de sêda das Casas Pernambucanas. A Segunda colocada no concurso, receberá um finíssimo corte de tricoline de sêda.”

Começa a circular nos jornais de Florianópolis, a exigência de uma aparência física bem cuidada, onde a indústria cosmética têm uma influência determinante. Havia também propagandas de cirurgia plástica.¹⁵¹ “*Para a mulher não há coisa pior que a velhice. Por isso é necessário cirurgia plástica.*”

Se no final do século XIX e início do século XX as propagandas de cosméticos, publicadas nos jornais, prometiam uma “*pele clara*”, sinalizando a mulher que não saía de casa, no decorrer do século XX, a proposta seria de mudar tanto o exterior como o interior, pois “*saber maquiar-se é ao mesmo tempo encontrar-se a si mesmo*”. A propaganda iria ao encontro do desejo secreto de emancipação da mulher, só que o caminho era outorgado e não conquistado. Parece que os criadores de imagens, nas propagandas, tinham consciência do desejo da mulher em conquistar a sua identidade, e prevendo que esta conquista seria inevitável, entregavam-na, aos poucos, em doses homeopáticas.

Multiplicando as vias de expressão para que as mulheres tornassem evidente a sua identidade, juntamente com a publicidade, inicia-se nos jornais de Florianópolis, a partir dos anos 30 do século XX, os concursos de beleza: Rainha da Primavera, Rainha dos Estudantes etc. Estes concursos eram patrocinados pelos jornais que anunciavam os bailes, publicavam as fotos das candidatas e principalmente pela indústria de cosméticos que impunham a procura pela beleza:

¹⁴⁹ Jornal **A Pátria**, edição n. 347, de 18 fev. 1937.

¹⁵⁰ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 512, Sábado, no dia 3 set. 1932.

¹⁵¹ Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, no dia 17 ago. 1932.

“Concurso da Rainha da Primavera, patrocinado pelas importantes e universalmente conhecidas e preferidas Perfumarias, J.E.& Atkinson, de Londres e Rio, e Gueldy, de Paris- Concurso de beleza e elegância, visando eleger a Rainha da Primavera e suas 4 primeiras Damas de Honra.”¹⁵²

Junto ao anúncio acima foi publicada a foto da Rainha da Primavera, Sra. Nair Wendhausen, primeira foto feminina encontrada em jornais no decorrer dessa pesquisa. No título do anúncio destacam-se os adjetivos: “**mocidade, beleza, e bondade**”. O adjetivo bondade parece que faz retornar o discurso tradicional da mulher no lar, caridosa, benemérita dama da sociedade, a mulher Maria, símbolo de pureza. Talvez esses adjetivos aí estejam para justificar a foto de uma mulher da elite publicada no jornal, espaço outrora ocupado somente por políticos importantes. De qualquer forma, a imagem da mulher veiculada no discurso publicitário acima é ambígua, tensa. O publicitário reflete os anseios do homem em Florianópolis e a urgência da redefinição do ideal feminino. Parece a desconstrução de uma imagem para a criação de uma outra, onde o imaginário masculino continua a buscar a mulher mãe, Maria, através de um discurso que apela para a mulher Eva, aquela que compra. A sociedade masculina florianopolitana receava que a mulher rompesse com aquela identidade inculcada de ser um adendo do homem, e construísse outra nova, segundo seu próprio modelo. E a mulher florianopolitana, o que será que ela pensava sobre o rompimento dessa identidade? Tornar-se - ia uma outra pessoa? Como seria esta outra pessoa? Talvez o medo de deixar de ser aquilo que se era, ou melhor, aquilo que se era representado como sendo, tornava mais difícil vislumbrar o que se poderia ser.

No jornal **A Pátria**, de 20 de setembro de 1934, o jornalista traz um texto que apresenta a primeira mulher piloto de dirigível: “*A mulher é Ludmila Eichewald. Pode ter 30 anos, é casada e tem um filhinho encantador*”.

Este texto demonstra a dificuldade do jornalista em romper com o modelo tradicional de mulher, pois foi importante, para ele, na transcrição da notícia,

¹⁵² Jornal **A Pátria**, de 21 set. 1934. p.2.

colocar que a aviadora tinha um “*filhinho encantador*”. O jornalista tentou conciliar a maternidade com a emancipação, onde a mulher além de ser aviadora, continuava a ter qualidades “ditas” femininas. Parece, também, que os florianopolitanos, na figura do articulista, temiam “*A nova Eva*”. Segundo Annelise Mangué (1991), Eva estaria morta e no seu lugar surgiria a “*Nova Eva*”, criatura de um gênero novo, diferente, desconhecida.

O protótipo de mulher emancipada mas que ainda preservava a imagem de mãe no lar, poderia ser aceito. Segundo Annelise Mangué, até as feministas tiveram dificuldade de se libertar destas normas que foram impostas pela tradição, ou segundo a mesma autora (1991, p.584) desta :

*“identidade genérica herdada pelas mulheres” e assim:
“acabam paradoxalmente a lutar pelo direito de fazerem os
dois trabalhos, de realizarem uma tarefa dupla...”*

O que o articulista desejava, em nome de todo o gênero masculino, era a emancipação sob tutela.

Este texto também demonstra uma nova proposta de modelo de mulher a circular nos periódicos de Florianópolis: modelo que articula a não contradição da mulher dona de casa e mulher emancipada. E é esta nova imagem de mulher que começava a ser utilizada nas publicidades. Novas formas de imagens, novas formas de comportamento.

Segundo Joana Pedro (1994), nos periódicos analisados no final do século XIX e início do século XX, não havia notícias do envolvimento de mulheres de Florianópolis lutando pelo direito ao voto. A autora questiona: “*será que aceitavam a esfera pública política como exclusivamente masculina?*”

Não é fácil responder, mas até 1931, os jornais analisados, **A Pátria** e **República**, não noticiaram, em nenhum momento, qualquer envolvimento da mulher florianopolitana com a luta pelo direito ao voto. Em 1931, o jornal **A Pátria** publicou a opinião da senhora Berta Lutz a respeito do sufrágio feminino, mas ela atuava no Rio de Janeiro, e neste estado, as mulheres já lutavam pela incorporação do voto feminino desde a Constituição de 1891.

Sendo assim, é importante questionar: Qual o poder das imagens, das representações da mulher? Regular a conduta? Instrumento de poder? Como lutar contra estas imagens que vêm de todas as direções, dos discursos da medicina, do direito, da política, da literatura, e principalmente do discurso jornalístico? Todas estas imagens acentuam o exílio interior da mulher e a sociedade é surda às suas vozes, que se fazem ouvir nos lares, nas ruas, no trabalho, nas igrejas... Onde a mulher pode albergar as suas contradições e sonhos?

Um dos caminhos mais importantes é a escrita. Mas, em Florianópolis, as mulheres não escreviam em jornais, a não ser em jornais literários, onde seus escritos, aparentemente, não afrontavam abertamente a ordem estabelecida. Entretanto, segundo Fairclough (1995), assim como a linguagem é usada para dominar ou reforçar as desigualdades, ela pode ser também meio de transformação.

E foi o que aconteceu em Florianópolis, quando, a partir de 1932, algumas mulheres começaram a escrever nos jornais dirigidos por homens, questionando o seu estar no mundo, como Antonieta de Barros, que de acordo com essa pesquisa, foi a primeira mulher a ter uma coluna própria, aos domingos, em jornais de grande circulação.

Tinha-se conhecimento, em Florianópolis, dos avanços das mulheres no direito. Antonieta de Barros escreveu uma crônica criticando os jornalistas que em suas matérias duvidavam da capacidade da mulher: *“Pensar, agir, cultuar o Belo, será privativo da metade do Universo?”*¹⁵³ Nesta crônica ela fala ironicamente: *“do sexo fraco, representados pelas Dras. Natércia Silveira e Maria Xavier da Silveira,”*¹⁵⁴ que se puseram em defesa do *“sexo forte, conseguindo a absolvição do réu”*¹⁵⁵. E a jornalista, dizendo estar emocionada termina a sua crônica:

*“Não foi sem emoção e, talvez, espanto, que se assistiu a êste espetáculo surpreendente, soberbo manifesto da inteligência feminina.” Depois da eloquência dos fatos, quem mais resta dizer? Inegavelmente, le monde marche...”*¹⁵⁶

¹⁵³ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 03 jan. 1932.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

E há quem diga que Antonieta de Barros não era feminista, e não defendia os direitos das mulheres...

Como havia mulheres advogadas, havia também nomes de mulheres na lista de jurados. E este fenômeno, também, era matéria de reportagens para os jornalistas florianopolitanos. O jornalista do jornal **A Pátria**¹⁵⁷ tenta amenizar essa conquista política dizendo que a “*mulher no júri seria um mero ornamento*”:

“O ambiente austero do tribunal popular vai se amenizar assim com a presença não do sorriso feminino, incompatível com a majestade da justiça, mas com a poetização dos debates com a elegância das frases de salão...”

Para o jornalista, o Código Penal era “*leitura que jamais interessará aos olhos femininos.*”¹⁵⁸

O problema não era a existência da mulher trabalhadora, pois ela sempre trabalhou, o problema é que a mulher estava ficando visível. E o trabalho contra a visibilidade seria a desconstrução discursiva desta visibilidade. A mulher estava começando a ficar visível, por exemplo, ao praticar a soberania pelo exercício do voto. E em Santa Catarina, uma mulher, pobre e negra, estaria se candidatando a uma cadeira na Assembléia Legislativa. Era um acontecimento “*virgem*”, e isto poderia despertar em todas as mulheres negras de Santa Catarina, que acompanhavam a evolução literária pelo texto de almanaques, a veleidade de deputadas, senadoras....¹⁵⁹

Mas, apesar de haver poucas mulheres escrevendo em jornais, elas agora os liam, e os colunistas teriam que moderar a linguagem, pois elas estavam se conscientizando dos seus direitos e reclamando desse discurso que tentava desmobilizá-las. O jornalista do jornal **A Gazeta**, que utilizava o pseudônimo de Bisbilhota, tinha uma coluna, e periodicamente fazia piadas, que dizia serem brincadeiras, sobre as mulheres, com conotações pejorativas. Dizia ele que: “*as*

¹⁵⁷ Notícia publicada na quinta-feira, do no jornal **A Pátria**, n. 959, no dia 16 nov. 1933.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Parafraseando Altino Flores, quando este falava de Cruz e Souza, “*que despertou em todos os negros de Santa Catarina, que acompanhavam a evolução literária do Brasil pelo texto de almanaques, a veleidade de poetas*”. **Revista Terra, Florianópolis**, ano I, n. 19, de 24 out. 1920.

mulheres só dizem bobagens”,¹⁶⁰ ou “*A mulher é invencível pela língua e pelo absurdo, o homem é invencível pela razão e pela lógica.*”¹⁶¹ Mesmo os jornais opositores, como o jornal **A Pátria**, não utilizavam palavras “deselegantes” como as do Bisbilhota. E o colunista do jornal **A Gazeta** continuava, “*As mulheres são uns animais inúteis que vieram ao mundo para fazer os homens perderem tempo.*”¹⁶² Ou “*A mulher, o fogo e o gato, são três coisas com as quais não se pode brincar: a mulher logo quer casar, o fogo queima e o gato arranha...*”¹⁶³

O jornalista que utilizava o pseudônimo de Bisbilhota era o Sr. Antônio Bottini, da Diretoria de Higiene do Estado. O jornal **A Pátria**¹⁶⁴ denunciou em reportagem do dia 6 de fevereiro, o pseudônimo do Sr. Bottini, que começou a criticar virulamente os jornalistas do jornal **A Pátria**.

Entretanto, o jornalista começou a receber cartas de mulheres, reclamando sobre o conteúdo de suas “*injúrias.*” Isso foi possível constatar em outros jornais que diziam que as mulheres pediam que ele se retratasse, como o próprio jornalista comentou em sua coluna que o “*mulherio queimou-se*” e tinham mandado cartas para a redação. Entretanto ele dizia: “*nós não nos penitenciamos do que fizemos e nem tão pouco retiramos o que já temos escrito...*”¹⁶⁵

Estes textos demonstram que juntamente com o discurso reacionário, que pretendia atingir as mulheres, começa a surgir um discurso de resistência, de âmbito público, de autoria de mulheres que querem fazer prevalecer o seu ponto de vista e almejam impor-se junto à sociedade, contestando o que diziam a seu respeito. O jornalista disse que não iria retratar-se, mas deve ter sido pressionado pelo diretor do jornal e também pelo governo do estado, pois fazia parte da Secretaria da Higiene. Seus textos não estavam encontrando respaldo junto a sociedade, e era necessário atender os pedidos das mulheres, pois elas também eram consumidoras, e poderiam não comprar mais este jornal. O jornal teria que modificar o seu editorial a partir de então, pois as mulheres em Florianópolis, eram leitoras e eleitoras. No

¹⁶⁰ Texto retirado do jornal **A Gazeta**, no dia 2 maio 1935.

¹⁶¹ Texto retirado do jornal **A Gazeta**, no dia 27 abr. 1935.

¹⁶² Texto publicado no jornal **A Gazeta**, no dia 18 maio 1935.

¹⁶³ Texto publicado no jornal **A Gazeta**, no dia 21 maio 1935.

¹⁶⁴ Reportagem publicada no jornal **A Pátria**, n. 1206, Quarta-feira, do dia 6 fev. 1935.

¹⁶⁵ Texto publicado no jornal **A Gazeta**, no dia 25 maio 1935.

dia 8 de junho, o articulista, faz a sua retratação e diz que há uma grande diferença entre brincar e injuriar-se. Diz ele que estava brincando e ¹⁶⁶:

“Em represália à defesa das supostas injúrias, nós hoje não vamos brincar, mas falar sério, dizer o que sentimos e sentir o que dizemos... No deserto tedioso da vida, Deus pôs o oásis vivificador da mulher que anima, consola e estimula... Mulher, nós te reverenciamos.”

¹⁶⁶ Retificação publicada no jornal **A Gazeta**, no dia 08 jun. 1935.

Capítulo III

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

“Os filósofos construíram a noção de subjetividade e que, 'uma vez introduzido em filosofia, o pensamento do subjetivo não mais se deixa ignorar' Aquilo que é tomado como “verdadeiro”, por mais construído que seja, torna-se tão sólido quanto um fato, e o pensamento do subjetivo é um desses sólidos que a filosofia deverá digerir”.

Merleau Ponty

3.1 Língua, linguagem e discurso

A linguagem , para a **Análise do Discurso**, é a mediação entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação é discurso, objeto sócio- histórico, onde o sujeito se constitui.

Para a **Análise do Discurso**, não há um sujeito não assujeitado, visto que a linguagem é o lugar simbólico de constituição de todo sujeito e não é construção de um só. Também não há um sujeito pronto, já que o homem/sujeito nasce “aberto para o mundo” e a linguagem é o lugar de sua transformação permanente (representação). O animal nasce pronto, mas o homem não. E é esta facticidade, esta “fragilidade” que faz do homem/sujeito um ser em constante constituição. Nascer numa sociedade que tem estrutura lingüística definida não garante uma situação permanente do sujeito. O caráter inacabado do sujeito faz com que as

palavras possuam sempre diferentes sentidos. A identidade do sujeito está sempre em movimento.

O sujeito quando se constitui, não o faz utilizando-se estritamente de um código lingüístico, mas incorporando as palavras dos outros que num processo de assimilação tornam-se suas, diferentes, repletas de “outras” significações. Ao expressar o entendimento em relação a um assunto, as palavras do sujeito voltam diferentes, modificadas. As palavras “de todos” tornam-se de cada um quando tomadas em uma enunciação, e logo após transformam-se novamente nas palavras “de todos”. Esse movimento não é consciente. Para a constituição do indivíduo em sujeito, é necessária a ilusão de “se” estar na origem do sentido, o esquecimento de que os sentidos que se propõem na presente enunciação, já foram propostos em outro lugar e em outro tempo.

O sujeito se constitui na e pela internalização dos signos. E este sujeito sempre incompleto avalia, informa, convence, seduz, harmoniza, sente, cria novas expressões a partir das já existentes, produz metáforas, paráfrases, a partir de sentidos internalizados através dos processos interativos, ideologias, utopias, determinações sociais e históricas. São essas determinações que interessam à Análise do Discurso, não como algo pronto, mas como algo “sempre – já –lá” e ao mesmo tempo um empreendimento de significação.

A matéria prima da **Análise do Discurso** é o discurso. Segundo Orlandi (2000,p.15) “*a palavra discurso etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por , de movimento.*” O discurso não é um conjunto de textos e sim uma dispersão de textos, uma prática.

A linguagem, para a **Análise do Discurso**, é o lugar do conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico - sociais. Ela é o elemento de mediação entre o homem e a realidade natural e social. Ela não é neutra, por isso seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção, da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. A **Análise do Discurso** leva em conta o homem na história, considerando que é nela que se dão os processos semânticos e as condições de produção da linguagem.

A **Análise do Discurso** procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico. Essa instância conjuntural, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e transformação do sujeito e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Na perspectiva discursiva a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história. O sentido não é algo em si mesmo, mas está sempre em “*relação a*”. Ele não existe a priori, mas é construído e produzido no processo de interlocução entre os sujeitos.

3.2 O trabalho de análise

A **Análise do Discurso** visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos. O sentido “verdadeiro” é sempre relativo a uma **Formação Discursiva**. Existe uma compreensão da construção do sentido que pode ser atingida pela **Análise do Discurso**. Para o sujeito da **Formação Discursiva** o sentido aí produzido é um “**real**”. E é este real do sentido, sua materialidade que interessa à **Análise do Discurso**.

A análise do discurso não procura atravessar o texto para ver o que tem do outro lado. O analista pergunta, “Como este texto significa?” e não tenta extrair sentidos do texto, perguntando “o que este texto quer dizer?”. O texto é um documento de um momento histórico que já foi trabalhado em outro lugar, por isso, quando perguntamos “o que o texto quer dizer?” já estamos presos a um sentido, pois a interpretação trabalha com as frases do texto e o contexto imediato. Mas quando perguntamos, “como o texto significa?”, a materialidade é simbólica, e o analista vai compreender as condições que explicam aquela produção de sentido, aquela interpretação. Compreender é percorrer o funcionamento da interpretação, explicitando como o texto se organiza. Nesta organização, os dizeres deixam vestígios, rastros de onde vieram. Os vestígios existem, mesmo se não há ninguém para olhá-los. O analista vai apreender estes rastros para compreender os sentidos aí

produzidos, pondo o dizer em relação com suas condições de produção, com seus sentidos pré- construídos. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música), produz sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto, permitindo que se possa “escutar” outros sentidos que ali estão em concorrência. Esses sentidos têm relações com que é dito ali e o que não é dito, mas aí significam, assim como, com o que poderia ser dito e não foi. O interessante na **Análise do Discurso** é que também fazem parte do texto as margens do dizer .

O texto é espaço significante, lugar de jogos de sentidos, de trabalho da ideologia, de funcionamento da discursividade, e o recorte é o olhar. A análise não é realizada a partir de uma seqüência lingüística fechada em si mesma, mas refere-se ao texto de acordo com formações ideológicas, que se materializam em formações discursivas, a partir das condições de produção desse texto.

O texto é carregado de significações e não existe um significado apriorístico, por isso é importante verificar as condições de produção nas quais se constituem os discursos. As condições de produção levam em conta certos fatores: relações de sentidos, antecipação e relações de força.

Relação de sentidos significa a relação do discurso com outros discursos. Segundo Orlandi (2000) há uma relação do dizer com outros dizeres. O discurso é um processo contínuo, não havendo começo absoluto e nem ponto final.

No mecanismo de antecipação, de acordo com Pêcheux, o protagonista do discurso representa imaginariamente aquilo que seu interlocutor pretende dizer. Colocando-se no lugar de seu interlocutor, o sujeito regula sua argumentação pelo efeito que ele pensa produzir em seu ouvinte. Lacan (1992,p.159) também fala sobre a antecipação:

“o que distingue a frase enquanto compreendida da frase que não o é, o que não a impede de ser ouvida, é precisamente (...) a antecipação da significação.”

Para Lacan (1992) há um vínculo permanente entre o emissor e o ouvinte do discurso. Na antecipação o sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor e “ouve” suas palavras. Esse ouvir não é no nível sensorial, mas no nível do

fenômeno da linguagem, onde o significante acarreta a significação. O dizer do sujeito vai ao encontro do dizer do imaginário do outro. Antecipando as representações do receptor, o emissor pode fundar estratégias de discurso. Parece até que o vínculo entre o emissor e o ouvinte do discurso é tão forte, que o discurso tende a se fechar para aquilo que se ouve. São discursos obedientes. Neste “discurso obediente” o sujeito adquire sua identidade através do que diz, a quem diz e da resposta que terá. E o que faz com que o discurso seja obediente é o que na **Análise do Discurso** é denominado “relações de forças”.

As relações de forças estão na constituição do dizer do sujeito, dependendo do lugar que ele ocupa em determinada estrutura social. No discurso, as relações entre estes lugares são representadas por várias formações imaginárias que designam a imagem que o sujeito e o seu interlocutor atribuem a si mesmo e ao outro. Numa instituição jornalística, se o sujeito fala do lugar de jornalista de um jornal de oposição, suas palavras significam de modo diferente se falasse do lugar do jornal que representa a situação. Como a nossa sociedade é constituída hierarquicamente, a fala do jornal da situação significa mais que o jornal de oposição, e assim por diante.

Estes mecanismos de funcionamento do discurso tem por base as formações imaginárias, que segundo Pêcheux (1969) “*designam o lugar que A e B [‘os protagonistas do discurso’] se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.*” Sendo assim é importante ressaltar as seguintes considerações de Orlandi:

“não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.” (Orlandi, 2000,p.40)

As marcas lingüísticas são analisadas, considerando o modo como aparecem no texto. Fazem parte da análise os ditos e os não ditos, relacionados não com a intenção de um sujeito (enunciação) ou sujeito universal, mas com a posição

particular que o sujeito ocupa a partir de certas condições de produção. Deve-se assim levar em consideração o contexto imediato e o contexto mais amplo que inclui as condições históricas, sociais e ideológicas. Aquilo que está presente em outro lugar, parece que na **Análise do Discurso** tem oportunidade de (re)velar-se. Mas não se revela por completo, pois se assim fosse, deixaria de ser o que é, ou seja, o(s) outro(s) sentido(s). Por isso a **Análise do Discurso** compreende o “véu” que como num jogo, (en)cobre aquilo que nem o próprio enunciador percebe. O trabalho do analista não é o de desvelar, mas o de revelar como se vela. No próprio cobrir, se descobre.

O que torna possível este revelar é a prática de análise discursiva que relaciona o dizer com determinada formação ideológica, pois a interpelação do sujeito em uma dada formação discursiva é que determina o que pode e o que deve ser dito por ele. E quando este sistema se fecha, os sentidos se sustentam para além (ou aquém) do enunciado e da enunciação, embora tenham aparente transparência. É tarefa do analista do discurso, diante da transparência enunciativa e da materialidade discursiva, constituir um *corpus*, um “**constructo**” para interpretar o discurso. O analista do discurso interpreta o discurso do outro, levando em conta sua própria inscrição enquanto sujeito, pois a escolha dos textos e a constituição do *corpus* significam.

O movimento do *corpus* não é cumulativo, é contínuo, analítico, como se ele fosse se construindo também no decorrer da análise. E, por ser esta constituição nunca pronta, do *corpus*, que o analista faz “**recortes**”, para que o possa “**olhar**”, “**apreender**” os processos discursivos colocando-se questões. Convém lembrar que na **Análise do Discurso** há uma certa constância do dispositivo teórico, o que não ocorre com o dispositivo analítico. E isso garante que o “objeto” possa ser interpretado de várias faces, e que sua interpretação nunca se esgote. Por isso uma análise nunca é igual a outra. Por outro lado, o quadro teórico é mobilizado diferentemente a cada análise, em razão da especificidade do *corpus*, e com isso ganha sempre um deslocamento, e está em permanente movimento.

A questão, a pergunta que se formula sobre o *corpus*, é de responsabilidade do analista, e essa responsabilidade organiza a sua relação com o discurso, levando-

o à construção de “seu” dispositivo analítico. Poder-se-ia dizer também que o dispositivo analítico está sempre latente, e tece vínculos quando é colocado em questão pela relação com a pergunta, que por sua vez desenvolverá o dispositivo analítico. Este caráter de incompletude do dispositivo analítico corresponde à incompletude do sujeito, é dialética, por isso o dispositivo analítico não é fixo, mas se desenvolve na e pela relação do analista e seu objeto ou recorte.

O recorte é absoluto e fugaz. Absoluto no instante, mas fugaz devido a sua natureza, porque na **Análise do Discurso** a interpretação/compreensão acarreta uma mudança naquele que analisa e concomitantemente no objeto, porque este não é mais desconhecido. Seria pretensão também do analista pensar que a análise do recorte esgota a capacidade do *corpus*. O recorte desperta sentidos e outros recortes. Os sentidos despertados assediam o envolvimento com a ideologia trazendo novas interpretações. Não há perigo de se perder nestas “vagas” de interpretação, pois a análise se garante na relação estabelecida entre o discurso e o interdiscurso. Outra garantia é o próprio “recorte”. Só se vê aquilo que se olha. Mas como aquilo que se olha é uma representação do real e esta representação é ideológica, o analista não está ele mesmo fora do recorte. O reflexo do “real” embaralha sua visão, levando-o a moldar “seu” dispositivo analítico que encontra seus limites no recorte.

Há uma estreita relação entre teoria e dispositivo analítico. Entende-se que o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico e quando se refere a dispositivo analítico está se pensando em dispositivo teórico já individualizado, num *corpus*. Por isso o dispositivo teórico é o mesmo, mas o analítico não.

O analista se pergunta por que as palavras, naquele momento, estão ali. O que está em jogo para que aquela forma produza um sentido e não outro. O que é que se esconde para mostrar-se? Na **Análise do Discurso** aquilo que está no inconsciente é um significante em potencial e se mostra na linguagem. O analista procura os sentidos articulados e apreendidos na palavra que se coloca como um objeto reconhecível de acordo com o dispositivo analítico que vai se desenvolvendo na e pela relação do analista e seu objeto. Mostra-se, neste sentido, a dificuldade da análise e justamente sua virtude.

A “responsabilidade” do analista é mostrar, a partir de seu recorte, aquilo de que todos participam sem perceber. É mostrar algo que não é de domínio de ninguém e se mostra. Seria como, segundo Orlandi, “*desfazer a ilusão de transparência da linguagem*”. O recorte seria como uma “obra” de arte e o trabalho do analista seria como o trabalho do artista. A **Análise do Discurso** poderia ser chamada “análise primordial”, não no sentido de “verdade”, mas no sentido de que “desperta sentidos”. Não há verdade oculta atrás do texto, há gestos de interpretação que o constituem. O analista pergunta como as significações se organizam para ter este ou aquele sentido. Dependendo da riqueza do dispositivo analítico desenvolvido na relação do analista e seu objeto, será possível um trabalho mais ou menos abrangente da relação com o simbólico, dando um estatuto de rigor científico ao relacionar o dispositivo teórico ao dispositivo analítico¹⁶⁷.

Quando o analista faz o recorte, o que ele quer? Quer desvelar os meios pelos quais aquelas palavras fazem sentido, trazem sentidos. Aquilo que não é da intenção do enunciador, mas que compõem, naquele momento, o sentido.

Segundo Lacan (1992, p.159), “*O sentido vai sempre em direção a alguma coisa, em direção a uma outra significação*”. Para o autor, o sentido sempre remete a alguma coisa que está adiante ou que volta sobre si mesmo.

A memória também faz parte da produção do discurso. Na **Análise do Discurso**, trabalha-se a memória como interdiscurso. E o interdiscurso, segundo Pêcheux (1998, p.259) é o “*todo complexo das formações discursivas*”. A formação discursiva é aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito. Pêcheux esclarece que o interdiscurso é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. Podemos dizer, então, segundo Orlandi (2000,p.33) que

“o interdiscurso é o todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas façam sentido.”

O sujeito não tem acesso sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele, pois o dizer não é só dele. As palavras, segundo Orlandi (2000, p.32)

¹⁶⁷ Ver no livro **Análise do Discurso** de Eni P. Orlandi, 2000. p.28.

“significam pela história e pela língua.” De acordo com a autora, o interdiscurso é estruturante e sustenta a possibilidade de todo dizer. Há uma relação entre o já-dito (interdiscurso) e o que se está dizendo (intradiscurso), entre a constituição de sentido e sua formulação. Todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é nesse jogo que se constituem os sentidos. A **Análise do Discurso** procura *“escutar o não-dito naquilo que é dito.”*(Orlandi, 2000, p.34)

3.3 Ideologia e Inconsciente em Análise do Discurso

O sujeito é condicionado e determinado pelo inconsciente, sendo assim sujeitado, quer dizer, o sujeito é condicionado por elementos estruturados linguisticamente, mas ele adquire seu lugar, sua identidade, no momento da fala, do discurso, através do que diz, a quem diz e do que recebe como resposta. No plano formal, estes elementos estão conectados em relações de significante a significante. Estas relações produzem o efeito de sentido. Nestas relações, a significação sempre desliza, mas não em uma relação de equivalência biunívoca entre um conteúdo e uma forma, pois não é uma relação entre significado e significante. O signo saussuriano é representado por significado/significante e o signo lacaniano é representado por significante/significante. Para Saussure, significante e significado são dois processos indissociáveis da unidade do signo. Lacan separa o significante do significado, dando maior importância ao significante. Em sua teoria, o autor fecha o significante num sistema, pois o significante, como um elemento em um sistema de relações, faz com que nenhum significante seja visto fora do sistema. O lugar do significante é sua relação com outros significantes, de modo que o substrato topológico é a cadeia significante. Por isso Lacan diz que não ha nenhuma significação que se sustente, a não ser remetendo a outra significação.

Para Lacan o inconsciente é o discurso do **Outro**.¹⁶⁸ Esse Outro refere-se a um lugar e não a uma entidade. O discurso do Outro é o discurso resultante da combinatória que está além da regulação do sujeito. Este outro, segundo Auroux seria *”um outro ao qual o sujeito tenderia mais que a si mesmo já que é ele que o faz agir e falar”* (Auroux, 1998, p. 269). O discurso do Outro é o sistema de convenções significantes que compõe o inconsciente e determina a posição do sujeito desde o nascimento. Segundo Freud quando nascemos somos já pegos pela rede de inter-relações inconscientes que organizam o meio familiar. Mesmo antes de nascer o sujeito está condicionado a inscrever-se num sistema simbólico já existente. Este sistema simbólico é o inconsciente estruturado como uma linguagem, só que este inconsciente não reproduz as articulações da linguagem consciente. Segundo Althusser (1999, p. 214)

”Antes de nascer, a criança é portanto, sempre-já um sujeito, destinada a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica que envolve a sua ‘espera’, depois de ter sido concebida (‘voluntária’ ou ‘acidentalmente’)”.

Dizendo que a ideologia se assemelha ao inconsciente freudiano, Marilena Chauí (1995) expõe as principais semelhanças entre eles. Primeiro adotamos crenças, opiniões, idéias, sem saber de onde vieram e avaliar se são ou não verdadeiras. A ideologia e o inconsciente operam através do imaginário (representações e regras saídas da experiência imediata) e do silêncio, indiretamente perante a consciência. Falamos, agimos, pensamos, temos comportamento e práticas que nos parecem perfeitamente naturais e racionais porque a sociedade os repete, os aceita e os incute em nós pela família, pela escola, pelos livros, pelos meios de comunicação, pelas relações de trabalho e pelas práticas políticas. O inconsciente e a ideologia não são deliberações voluntárias. Na Análise do Discurso há uma relação necessária da ideologia com o inconsciente. Orlandi (1996, p. 145) define esta relação dizendo que *“a ideologia é solidária da noção de inconsciente”*. Mas alerta que ao dizermos que inconsciente e ideologia são noções solidárias não estamos reduzindo a ideologia ao inconsciente, pois compreendemos a língua como

¹⁶⁸ Segundo Lacan o **Outro** representado com letra maiúscula, refere-se ao sentido de ordem simbólica, lugar

sistema, mas não como sistema abstrato. Isso implica em considerar a língua como ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido e o sujeito como sujeito histórico onde o mecanismo de sua constituição é ideológico.

A análise do Discurso trabalha com o conceito de ideologia formulado por Althusser. Segundo o autor, a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem ou segundo o mesmo autor (1990, p.119):

“existem, em sua individualidade concreta, em seu trabalho, sua vida cotidiana, seus atos, seus compromissos, suas hesitações, suas dúvidas, assim como em suas mais imediatas evidências”

Althusser faz um retorno à Marx para construir sua teoria. Para Marx, ideologia é um conceito pejorativo que implica ilusão ou se refere à consciência deformada da realidade que se realiza através da ideologia dominante: as idéias das classes dominantes são as idéias dominantes na sociedade. A palavra ideologia em Marx aparece relacionada às classes dominantes. Marx não utilizou o termo ideologia do proletariado. Ideologia para Marx são imagens, idéias que pretendem representar a realidade, diferentemente de Althusser onde ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência.

Na ideologia alemã, segundo Althusser (1999, p.83), *“A ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada”*. Althusser faz uma comparação do estatuto teórico do conceito de ideologia formulado por Marx que seria o mesmo dos autores anteriores a Freud. Para os pré-freudianos, o sonho era o resultado imaginário de resíduos diurnos, apresentados de forma invertida e desorganizada. Segundo Althusser (1999, p.83),

“Para eles, o sonho era o imaginário vazio e nulo, arbitrariamente bricole, de olhos fechados, dos resíduos da única realidade positiva, a do dia: “

A função da ideologia para Marx é ocultar, dissimular e negar a verdadeira natureza da classe do Estado, e as divisões sociais e políticas. Para Althusser, graças

a ideologia, o sujeito humano, em suas práticas, é dotado de coerência. Para o autor, ideologia não é ilusão, pois fundamenta a relação imaginária dos homens tal como vivem no mundo. O homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. A função da ideologia é constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpretação e o (des)conhecimento exercem papel importante no funcionamento da ideologia. É através desses mecanismos que a ideologia opera a transformação dos indivíduos em sujeito. O reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Só existe ideologia porque existe sujeito.

Althusser, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, declara que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração.

O estado, através de seus Aparelhos Repressores – **ARE** (Governo, administração, exército, política, os tribunais, as prisões etc...) e Aparelhos Ideológicos – **AIE**, compreendendo Instituições como : a religião, a escola, a família, o Direito, a política, o sindicato, a cultura e a informação, intervém ou pela ideologia ou pela repressão, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações de condições de exploração.

Segundo Althusser , a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu. Os Aparelhos Ideológicos do Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, mas são seus meios de realização. É pela instalação dos aparelhos Ideológicos do Estado, nos quais a ideologia da classe dominante é realizada e se realiza, que ela se torna dominante.

Todo funcionamento da ideologia dominante está concentrado nos Aparelhos Ideológicos do Estado. Da hegemonia ideológica, exercida através destes aparelhos ideológicos, depende a criação de condições necessárias para reprodução das relações de produção.

Althusser estabelece entre os **ARE** e os **AIE** uma diferença em relação ao funcionamento. Enquanto os **ARE** funcionam pela repressão (inclusive física),

embora funcionem secundariamente pela ideologia, inversamente os AIE, funcionam pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão.

Althusser, na segunda parte de seu ensaio, conceitua Ideologia em geral, que é distinta das ideologias particulares, e para melhor explicá-la formula três hipóteses:

a) *“a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”*.

Para melhor conceituar ideologia, Althusser refuta as concepções mecanicistas, do século XVIII, retomando sua tese para reafirmar que a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e esta relação é necessariamente imaginária. Para o autor (1999, p.204) *”Graças a Deus, a imaginação é uma faculdade comum a todos os homens ”*. Assim, o homem produz e cria formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade concreta.

b) *“A ideologia tem uma existência material”*

Segundo Althusser, as idéias ou representações, que compõe a ideologia, não têm uma existência ideal e nem espiritual, mas material. As idéias de um sujeito humano existem nos seus atos, e se isso não acontece, emprestam-se-lhes outras idéias correspondentes aos atos que ele realiza. Estas idéias têm materialidade, deixam de ter existência ideal no seio de um aparelho ideológico. A ideologia se materializa na existência concreta e, através desta objetivação, as ações serão moldadas.

c) *“A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”*

Althusser cita Freud, para explicar que, mesmo antes de nascer, o sujeito está condicionado a inscrever-se num sistema simbólico já existente, portanto segundo o autor (1999, p.215), o sujeito é *“sempre- já um sujeito”*. Para ele, mesmo antes da ideologia religiosa interpelar a criança como sujeito, ela é *“já- sujeito”*, não sujeito- religioso, mas sujeito- familiar. Quando a ideologia escolar se põe a

funcionar interpelando a criança como sujeito, ela já era sujeito, ainda não sujeito-escolar, mas sujeito-religioso e sujeito-familiar. No decorrer da vida as ideologias vão interpelando os sujeitos como sujeitos. Para Althusser (1999, p.215), “*As ideologias não cessam de interpelar os sujeitos com sujeitos*”. Portanto, a ideologia “*recruta*”, interpela os indivíduos em sujeitos. Como o sujeito é, “*sempre-já sujeito*”, pratica interruptamente os rituais de reconhecimento ideológico, que garantem que ele é sujeito concreto, individual, inconfundível e insubstituível. O reconhecimento ocorre no momento em que o sujeito insere, a si mesmo e as suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos.

É pelo sujeito e através dele que a existência da ideologia será possível. A ideologia só existe porque existe o sujeito.

Segundo Pêcheux (1988), a Ideologia em geral não se dá nos aparelhos ideológicos do Estado e não é a ideologia dominante, resultante das relações de desigualdade - contradição - subordinação. Para o autor, não podemos identificar a Ideologia como uma mentalidade de uma época que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade. É impossível também atribuir à cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse previamente a luta de classes, em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas. A luta de classes ideológica não é a luta entre dois mundos com suas práticas e suas concepções de mundo, onde a classe “mais forte” imporia sua ideologia a outra, a vencida. O conceito de Ideologia em geral, segundo Pêcheux (1998, p.152):

“permite pensar o homem como “animal ideológico”, isto é, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza, no sentido espinosano do termo;”

Segundo Espinoza, tudo é governado por uma necessidade lógica absoluta. Nada ocorre por acaso no mundo físico. Tudo o que acontece é uma manifestação de Deus. E para o filósofo, há só uma substância, Deus ou natureza. A filosofia de Espinoza não explica a Natureza apoiada na idéia de um Deus transcendente e sim num Deus Natureza. O homem é parte desta natureza universal e segue a sua ordem.

Para Pêcheux, a ideologia, através do hábito, da norma e do uso designa o

que é, e o que deve ser. É ela que fornece evidências pelas quais “*todo mundo sabe*” o que é um político, uma mulher negra e pobre, uma mulher da elite. Evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “*queiram dizer o que realmente dizem*”, e que mascaram, assim, sob “*a transparência da linguagem*” o caráter material do sentido. O caráter material do sentido, mascarado por sua evidência transparente para o sujeito, consiste na sua dependência constitutiva ao “*todo complexo das formações ideológicas*”. Neste ponto, também, podemos citar Espinosa, e dizer que há uma necessidade absoluta entre o sentido e o “*todo complexo das formações ideológicas*”.

Segundo Pêcheux (1998, p.160)

“o sentido de uma palavra, ou de uma expressão, de uma proposição, etc., não “existe em si mesmo”, (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio- histórico no qual as palavras expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).”

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas extraem seu sentido em referência às “*formações ideológicas*” nas quais as posições se inscrevem. Pêcheux, (1998, p.160), introduz o termo, “*formação discursiva*”:

“aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.”

As palavras adquirem, pois, seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Podemos dizer que os indivíduos serão sujeitos de seu discurso, quando interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam as formações ideológicas correspondentes. Da mesma forma que Espinosa diz que o homem é livre quando age pela necessidade de sua própria natureza, o sujeito da **Análise do Discurso** será interpelado em sujeito do seu discurso no lugar que

ocupar na formação discursiva correspondente às formações ideológicas.

Uma palavra ou expressão não tem um sentido próprio, numa relação biunívoca signo /signo ou signo/ significante. O seu sentido se constitui na relação com outras palavras da mesma formação discursiva. E nesta relação “intersubjetiva” o sujeito se reconhece em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos. A formação discursiva é a “matriz” do sentido e o lugar da identificação do sujeito. Entretanto, é próprio da formação discursiva dissimular pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência ao interdiscurso das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.

O funcionamento da Ideologia em Geral, como interpelação dos indivíduos em sujeitos, se realiza através do interdiscurso intrincado no complexo das formações ideológicas, fornecendo a cada sujeito sua realidade. Pode-se dizer que a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos, garante-nos a “realidade” do mundo e de nós mesmos.

Segundo Pêcheux (1998, p.164)

“o pré- construído corresponde ao “sempre-já aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob forma da universalidade (o “mundo das coisas”). Ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito.

As fronteiras das formações discursivas estão em permanente processos de estabilização/desestabilização, uma tensão constitutiva dos processos de produção de sentidos, realizando-se por relações antagônicas, pois as formações discursivas são invadidas por outros discursos, resultantes da intervenção do interdiscurso, sob a forma de pré-construído, cuja historicidade se apaga no sujeito. A ideologia é um mecanismo imaginário, através do qual coloca-se para o sujeito, conforme o lugar que ele ocupa na formação discursiva, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente. O sujeito se imagina como sendo dono do seu dizer. O funcionamento ideológico produz a ilusão de que o sujeito é dono de seu dizer e é

natural ocupar a posição social para dizer este dizer, ou melhor, apaga para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas ideológicas já existentes.

O imaginário, na relação do sujeito com o dizível, atua na ilusão subjetiva que o faz crer ser a origem do dizer. O sujeito não tem controle sobre sua inscrição em uma Formação discursiva dominante. A prática discursiva do sujeito é afetada pela interpelação ideológica, que faz com que ele ocupe uma posição enunciativa, identificando-se com uma Formação Discursiva. Mas, como ele ocupa mais de uma posição enunciativa, podendo ser afetado pelos efeitos ideológicos produzidos em outras situações de interlocução, pode haver um acontecimento, um evento discursivo imprevisível, deslocando as formas de assujeitamento que não possuem uma relação de necessidade, não são perfeitas.

Por isso é que a Análise do Discurso analisa os dizeres já ditos, com sentidos legitimados em outros lugares e também com a possibilidade de ruptura desse dizer, onde haverá a possibilidade de emergir outros sentidos.

Segundo Orlandi (2000p.45), *”o fato de que não há sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia.”* Para a **Análise do Discurso**, quando se interpreta já se está preso à ideologia, pois tudo o que se fala faz sentido numa formação ideológica.

A interpretação não é livre, é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Na **Análise do Discurso**, só é interpretável o que é reconhecível. A interpretação é determinada, mas ser determinada não significa ser imóvel, pois o sujeito não é centrado, passa por várias formações discursivas. O sujeito tem contato com a realidade pelo simbólico, usando instrumentos que lhes são exclusivos: os signos. Os signos funcionam como mediadores na relação do homem e seu real e constituem-se no material da consciência. Estes signos, são ideológicos. O homem não se relaciona com o real diretamente, mas através do simbólico e do imaginário.

Os signos, ao refletirem a realidade, refletem uma visão necessariamente determinada desta realidade, um recorte. Este reflexo é um processo ativo e não passivo, pois quem reflete é o sujeito. É subjetiva a relação com a realidade, já que é o sujeito que a reflete. A mesma realidade “objetiva” pode ser refletida de maneiras

diferentes por sujeitos diferentes. Por isso que na análise de discurso, o *corpus* possui uma dimensão de incompletude. É necessário fazer um corte, um recorte de acordo com os objetivos da análise para ancorar “subjetivamente” a amostra, para contemplar os processos discursivos.

A palavra, a imagem, o gesto significante constituem abrigo da ideologia. Ideologia definida não como conjunto de representações ou ocultação da realidade, mas como caracteriza Orlandi (1998, p.48) “*prática significativa*”

A análise de conteúdo concebe ideologia como “ocultação”, considerando a transparência da linguagem e visando buscar “o que x quer dizer”, procura descobrir os “verdadeiros” sentidos do discurso que estariam escondidos.

Diferentemente, a **Análise do Discurso** procura entender o modo como os textos produzem sentidos, pois os sentidos não estariam fixados **a priori** como essência das palavras, e nem estariam livres e sim determinados historicamente.

Na **Análise do Discurso**, os sentidos nunca estão soltos. Eles são, segundo Orlandi (1998, p.96) “*administrados*”. O sujeito frente a um objeto simbólico se encontra na necessidade de dar sentido. Há condições para que os sentidos sejam x e não y, para que eles tenham uma direção. Existe pois, um mecanismo de controle dos sentidos.

Quando na **AD** se diz que há uma **determinação histórica** dos sentidos, não se estaria pressupondo a história como evolução, cronologia e datas, e sim, segundo Orlandi (1998, p.33) “*os modos como os sentidos são produzidos e circulam*”.

A interpretação possui um caráter dialógico porque é uma relação entre sujeitos. Em **Análise do Discurso** não se observa o fato do indivíduo pertencer a uma classe, mas a forma como o sujeito se inscreve numa formação ideológica, o que mostra a compreensão do mundo que determinada classe possui, num determinado momento histórico. O sujeito não escolhe voluntariamente a formação ideológica para ser interpelado em sujeito. Ele já nasce interpelado ou significado pelo outro, o que não quer dizer que não será interpelado infinitas vezes em condições diferentes.

Quando o homem diz o que isso quer dizer, está compreendendo e julgando, pois diante do objeto simbólico o homem diz: “*o que isso quer dizer*” com uma

concepção de mundo já formada, a partir de um dado ponto de vista. A resposta do sujeito será determinada de acordo como seu ponto de vista ideológico. Mas existe algo de novo que é a ação que o objeto simbólico produz no sujeito.

Segundo Orlandi (2000, p. 33) “*Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas façam sentido* “. E isto é o efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em minhas palavras. No interdiscurso fala uma voz sem nome...

O sujeito é afetado por certos sentidos e não outros porque eles são determinados pela relação do sujeito com a língua, com a história, pela experiência simbólica do mundo, através da ideologia. Os sentidos se representam como originando no sujeito pela maneira como este é interpelado em sujeito numa dada formação discursiva. E assim, sujeitos e sentidos estão dialéticamente em movimento, significando sempre de muitas maneiras, pois o sujeito não é centrado, ele transita em muitas formações discursivas. Ele somente é objetivo na palavra, potencialmente, quando é significado, olhado pelo outro. Mas é uma aparição rápida, pois perpassam por ele outros sentidos a serem significados.

As formações discursivas representam, nos discursos, as formações ideológicas.

O trabalho do analista é observar as condições de produção e verificar o funcionamento da memória. Ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva dominante e outras dominadas para compreender o sentido do que está dito. O analista não procura ver se há um discurso político, mas a partir de uma formação discursiva semanticamente identificada, procurar descrever o funcionamento deste discurso.

3.4 O sujeito do discurso

Na Análise do Discurso o sujeito não é fonte do sentido porque na sua fala há o encontro de outras vozes. O espaço discursivo criado na relação entre essas vozes no confronto com o outro é o espaço constitutivo do sujeito. Como o sujeito divide

este espaço discursivo com o outro, a Análise do Discurso trabalha a concepção da linguagem fundamentada na noção de heterogeneidade.

Authier Revuz trabalhou com a enunciação e com o sujeito da psicanálise, que é diferente do sujeito da psicologia. A autora trabalha com dois tipos de heterogeneidade discursiva: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. Heterogeneidade propõe o princípio de que a linguagem é heterogênea. O discurso é tecido a partir do discurso do **Outro**, que é o “já dito” sobre o qual qualquer discurso se constrói. O discurso não opera sobre a realidade, mas sobre outros discursos. Os dizeres são vestidos, habitados, pelos discursos do **Outro**. Por isso a palavra é heterogênea, pois sob ela há outras palavras. A palavra do outro é condição de constituição do discurso.

Bakhtin critica o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista por tratarem a enunciação monológica como seu ponto de partida. A verdadeira substância da língua é constituída, segundo o autor (1997, p.123) pelo “*fenômeno social da interação verbal, realizado através da enunciação e das enunciações.*” Para Bakhtin não existe o monólogo, um personagem predominando sobre os outros, onipresente. No monólogo o outro permanece sempre objeto da consciência, no entanto, ele não pode formar outra consciência. O monólogo é surdo à resposta do outro, e a aparente supremacia do discurso absoluto apaga as outras vozes, censura, mas significa por este gesto.

Rompendo com o monologismo, Bakhtin tem uma proposta dialógica. O diálogo para o autor, é uma das formas mais importantes de interação verbal. É o encontro de todas as instâncias da linguagem, de vozes, de manifestações discursivas sempre relacionadas às atividades humanas, que se entrecruzam, e se complementam. Os outros constituem o eu que se transforma dialogicamente num outro de novos eus.

Cada um de nós ocupa um lugar e um tempo no mundo sendo responsável pelas atividades que realiza. As atividades ocorrem nas fronteiras entre o eu e o outro, colocando a interação entre as pessoas como um eixo fundamental. O eu para Bakhtin só existe a partir do diálogo com os outros eus. O outro é co-autor do

eu. Posso ver o que o outro não pode ver (a própria imagem) e o outro vê o que não posso ver de mim.

A compreensão do eu através do outro manifesta-se primeiramente quando a criança vê a si própria através dos olhos da mãe. Segundo Bakhtin, é nos lábios e no tom amoroso da mãe, dos familiares que a criança começa a reconhecer o seu nome e assim vai aos poucos construindo a sua identidade, com “materiais” do “outro”. A criança, segundo o autor (1992, p.67):

“ouve denominar seu corpo, suas emoções e seus estados internos: as primeiras palavras, as mais autorizadas, que falam dela, as primeiras a determinarem a sua pessoa, e que vão ao encontro da sua própria consciência interna ainda confusa, dando-lhe forma e nome, aquelas que lhe servem para tomar consciência de si pela primeira vez e para sentir-se enquanto coisa-aqui, são as palavras de um ser que ama. As palavras amorosas e os cuidados que ela recebe vão ao encontro da sua percepção interna e nomeiam, guiam, satisfazem: ligam-na ao mundo externo como a uma resposta.”

É nesse amor que a criança encontra sua posição no mundo, se reconhece como sujeito ou segundo Bakhtin, (1992,p.68) *“um clima de amor no qual ela encontrará seu primeiro movimento, sua primeira postura no mundo.”*

Depois de *“desenvolver ao máximo a concepção idealista que ameaça a ‘teoria do discurso’, a partir de diversos pontos de ataques,”* Pêcheux propõe uma teoria não-subjetiva do sujeito para a formulação de uma teoria materialista do discurso. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, Pêcheux (1998,p.153) ressalta que a característica comum da ideologia é,

“dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’”.

A teoria materialista do discursos é necessária para que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e dos sentidos.

Na **Análise do Discurso**, tudo é simultâneo: o eu constitui o tu e o tu constitui o eu. Entendendo que o sujeito ocupa no espaço simbólico, um lugar intersticial, o quadro epistemológico da Análise do Discurso é atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. O sujeito da psicanálise em Lacan se distingue do sujeito “agente” de Descartes. O sujeito para Lacan não é o sujeito da relação com o mundo e nem o sujeito do conhecimento. Para o autor, (1999, p. 489)

“É o sujeito que nasce na emergência do indivíduo humano nas condições da fala, e como marcada, portanto, pelo Outro por, sua vez condicionado e marcado pelas condições de fala.”

Segundo Descartes, o sujeito se identifica com o cogito e através deste se identifica com a consciência. O cogito, para o filósofo, é um movimento de consciência, em que o ser pensante debruça-se sobre si mesmo. Cogito e consciência, sistema fechado, onde o sujeito coincide consigo mesmo. Não há espaços para rupturas, pois o sistema já está pronto, fechado. Diferentemente, para Pêcheux o sujeito é uma posição, um lugar de ruptura e não de síntese. A ruptura caracteriza o sujeito que nasce constitutivamente fendido.

Lacan, em sua reeleitura de Freud, traz a concepção da dialética freudiana que subordina o sujeito a não-convergência consigo mesmo. A reflexividade só é postulada num lugar além dele, na ordem do inconsciente, estrutura simbólica, determinada de acordo com as estratégias de linguagem. A relação do sujeito consigo mesmo é através do outro, e esta relação não é direta, mais mediada por convenções simbólicas. O sujeito se reconhece e se faz conhecer no Outro. O outro nos dá a nossa própria imagem. Segundo Lacan (1995) a primeira inscrição do sujeito é feita em relação a um sistema simbólico que pré-existe a ele e que o condiciona. Por isso podemos dizer de acordo com Althusser (1999) que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. A constituição do sujeito deve ser buscada no bojo da ideologia. O sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado

em sujeito. Segundo o autor, o sujeito é interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do sujeito, ou melhor, para que ele aceite (livremente) seu assujeitamento. Há portanto, uma contradição no interior desse sujeito: não sendo totalmente livre, nem totalmente submetido, o espaço de sua constituição é tenso, pois, ao mesmo tempo em que é interpelado em sujeito pela ideologia, ele diz, na formação discursiva que o determina, sua história particular, um lugar que é especificamente seu. O sujeito é sujeito “de” e é sujeito “à”. Ele é sujeito à história e à língua. Mas ele não reconhece essa subordinação pois esse assujeitamento se realiza “*sob forma da autonomia*”. (Pêcheux, 1988, p. 163). O sujeito tem a impressão de ser a fonte do sentido do que diz e da realidade de seu pensamento, já que para ele, o que diz só poderia ser dito do modo como se diz. Segundo Pêcheux (1975, p. 156) “*cada sujeito é assujeitado no universal como singular*”. É o que Pêcheux chama de efeito-sujeito. O sujeito não tem acesso direto à exterioridade que o constitui. Segundo Pêcheux (1998) o funcionamento da Ideologia em Geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza através do completo das formações ideológicas fornecendo a “*cada sujeito*” sua “*realidade*”. A identificação do sujeito do discurso (na formação discursiva que o domina) constitui o que Pêcheux chama a “*forma - sujeito*”. A forma - sujeito é caracterizada pelo autor como o sujeito afetado pela ideologia:

“*como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos.*” (Pêcheux, 1988, p. 167)

Na **Análise do Discurso**, nada é dado à priori: nem o sujeito, nem o sentido, pois as palavras só adquirem sentido dentro de uma formação discursiva. A articulação da palavra se dá na formação discursiva, por isso, conhecer todo o léxico de um idioma não é conhecer o idioma. A palavra está sempre habitada de muitas falas. Falar não é somente expressar algo, falar é colocar-se, cada um, em determinada posição com relação ao outro. Essa posição possui uma interdependência de ordem simbólica, a linguagem, que opera de forma compactual,

onde dependendo do que este simbólico exercita, é possível localizar o lugar que o sujeito ocupa.

Quando Antonieta de Barros fala a partir de sua posição de cronista, o que ela diz, adquire seu sentido na formação discursiva em que está inscrevendo suas palavras. Mas ela tem também a posição de mulher, professora, filha, deputada e negra. Possui e está inserida num mundo sócio-historicamente construído. O seu discurso deriva seu sentido da posição de professora que está ocupando naquele momento, mas o que ela é, em outras condições, suas outras posições, acrescentam-se a sua posição de cronista, embora no texto jornalístico haja a dominância dessa posição sobre as outras.

Quando o sujeito fala, fala de suas condições materiais. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. As formações discursivas se constituem na relação com o interdiscurso, a história, representando, no dizer, as formações ideológicas.

Todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre os processos parafrásticos e processos polissêmicos. A polissemia é a multiplicidade de sentidos, ruptura do processo de significação, uma constante tensão entre os sentidos. A paráfrase é considerada “**matriz do sentido**” e a polissemia é a “**fonte de sentido**”, uma vez que é a própria condição de existência da linguagem. Se os sentidos e os sujeitos não fossem múltiplos, não haveria necessidade do dizer. O discurso se faz na tensão entre paráfrase e polissemia. O contrário, polissemia e paráfrase confluem. A harmonia pressupõe mudança e conflito. Neste processo se não houver conflito não é harmônico. Este processo é invisível ao olhar comum, mas visível para o analista do discurso, que, no entanto, só vê a posteriori. A polissemia aponta para o conflito, a ruptura. O material ligado ao conflito é conservado no inconsciente enquanto significante em potencial que se mostra na relação de substituição da metáfora. A metáfora, na **Análise do Discurso**, não é considerada figura de linguagem. Segundo Pêcheux(1998,p.263)

o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as

palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. Simultaneamente, a transparência do sentido que se constitui em uma formação discursiva mascara a dependência desta última em relação ao interdiscurso.

Sobre a metáfora Pecheux (1998) acrescenta uma nota de Lacan, "A metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no non-sens", para dizer que uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade.

De acordo com Lacan, a metáfora mostra o advento de um novo sentido. É na relação de substituição que reside o recurso criador, a força de engendramento da metáfora. Segundo o autor (1999, p.35),

"É pela possibilidade de substituição que se concebe o engendramento, por assim dizer, do mundo do sentido."

É pelo intermédio da metáfora, pelo jogo de substituição de um significante por outro num lugar determinado, que se cria o surgimento de sentidos que vem contribuir para aprimorar, complicar, dar sentido de profundidade àquilo que, no real, não passa de opacidade. A metáfora é sempre suscetível de criar e gerar novos sentidos na medida em que algo não é apenas percebido, mas no qual o sujeito se inclui.

Falamos com palavras já ditas, mas toda vez que a usamos produzimos uma mudança na rede de filiação de sentidos. Assim, não existe sentido literal. Este é o último que aparece a partir de todos os usos, o mais "metafórico". A linguagem é sempre metafórica, sempre há um sentido pelo outro, uma proposição por outra e essa transferência pela qual elementos significantes se confrontam não é determinada por propriedades próprias da língua, e sim pelas formações discursivas nas quais as palavras se inscrevem. O significante opera estando presente no sujeito. O sujeito se torna significado através do encadeamento dos significantes porque não é ele o agente do processo de significação.

A unidade imaginária do sujeito é dada pelo discurso, no qual ele se inscreve. É nesse discurso que o sujeito se identifica.

A significação não está no sujeito, mas na formação discursiva, por isso que o sujeito é um “lugar”, uma posição. Ele toma como sua, a voz anônima produzida pelo interdiscurso. No discurso o sujeito adquire sua identidade através do que diz, a quem diz, a forma deste dizer, determinado pelo que o levou a dizer e do que receberá como resposta.

“E se quiser, o desenrolar de um novelo, pois não há ser vivo que não se sinta chegar pouco a pouco ao fim de sua meada; e viver consiste em envelhecer. Mas é , da mesma maneira , um enrolar-se contínuo, como o de um fio numa bola, pois nosso passado nos segue, cresce sem cessar a cada presente que incorpora em seu caminho; e consciência significa memória.”

Bergson.

Capítulo IV

BIOGRAFIA INTERPRETADA

“se nos voltarmos pensando para o já pensado, seremos convocados para o que ainda está para ser pensado.”

Heidegger

Antonieta de Barros nasceu em 11 de julho de 1901, na rua Arcipreste Paiva, número 15, esquina com Vidal Ramos.

Hercílio Luz era governador do Estado de Santa Catarina e logo seria substituído por Felipe Schmidt.

A mãe de Antonieta de Barros, Dona Catarina de Barros, era escrava liberta e tinha seis filhos.¹⁶⁹

De acordo com a escritora Helena Theodoro,

“Desde os tempos da escravidão, que a situação da mulher negra estava necessariamente determinada para a condição de coisa, propriedade do senhor” (1996, p.32)

A mulher negra escrava foi esteio da mulher branca, pois,

“além de levar os recados amorosos da sinhá, criou em suas casas condições de vida amena, fácil e até mesmo ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos, o

¹⁶⁹ De acordo com a entrevista realizada com a sobrinha de Antonieta de Barros, filha de Maria do Nascimento, (maninha), irmã de Antonieta de Barros, que foi morar em Lages com a família Waltrick, Dona Catarina teve seis filhos: Antonieta de Barros, Leonor de Barros, Cristalino, Manoel, Bermino e Maria do Nascimento.

chão das salas e dos quartos; cuidada dos filhos da senhora branca e satisfazia as exigências do senhor” (1996, p. 33)¹⁷⁰

Segundo a mesma autora, como o homem negro teve dificuldades para sustentar a família, a mulher negra arcou também com os afazeres fora do lar. Da senzala foi para os cortiços das cidades.

E foi o que aconteceu com a mãe de Antonieta de Barros. Ela trabalhava como empregada doméstica na casa da família Ramos,¹⁷¹ em Lages, e posteriormente na casa de Otávio e Cora Silveira,¹⁷² família esta, com a qual Dona Catarina de Barros veio estabelecer-se em Florianópolis.

Segundo Helena Theodoro (1998, p.34) a mulher negra nos primeiros tempos de “liberdade”,

“Contribuiu, com a humildade de seus serviços, para a emancipação das mulheres brancas, já que a grande indústria e a organização de classes fez desaparecer o modelo tradicional da mulher caseira e dedicada integralmente à família”

Como Florianópolis era uma cidade portuária, havia várias pensões que abrigavam rapazes que desembarcavam na cidade, provenientes de outros municípios do interior ou de outras capitais. A mãe de Antonieta de Barros trabalhava numa destas pensões.

Se os jornais, no início do século XX, fossem referir-se à mãe de Antonieta de Barros, certamente não usariam palavras gentis, pois ela era mulher, pobre e negra e, devido a sua situação, tinha formas diferentes dos leitores de viver e manter sua família. Se estes leitores estabeleciam sua relação com a notícia a partir de seus valores e suas visões de mundo, provavelmente não tinham boa opinião das classes

¹⁷⁰ Theodoro, Helena. **Mito e espiritualidade: mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

¹⁷¹ Informação retirada do trabalho de conclusão de curso de Andréa Aparecida da Luz, intitulado Antonieta de Barros: uma vida dedicada à educação pública.

¹⁷² Informação de acordo com entrevista realizada com as senhoras Celina Beller Testi, Carmosina (sobrinhas de Antonieta de Barros, filha de Maria do Nascimento que foi morar em Lages) no hall do Tribunal de Contas do Estado, onde estava sendo realizado as festividades do centenário de Antonieta de Barros.

pobres, pois a forma como os jornais apresentavam suas imagens, a linguagem empregada, colaborava ainda mais para esta formação de opinião.

As notícias veiculadas nos jornais do início do século, relacionadas com as classes pobres¹⁷³, eram notícias policiais, roubos, crimes, brigas, infanticídios, “vagabundagens”, prostituição, como estes exemplos:

*“Por ordem do sr. Commisário de polícia, foram ante-hontem recolhidos à cadeia, por se acharem luta corporal, Maria das Dôres e Maria das Neves.”*¹⁷⁴

*“A crioula Maria Luiza, foi hontem photographada na polícia. A sua photographia inicia a galeria de gatu nas.”*¹⁷⁵

*“No louvável intuito de converter as vadias em trabalhadoras, O honrado Sr. Dr. Prefeito de Polícia tem agido para acabar Com a vagabundagem dessas infelizes...”*¹⁷⁶

*“O jornal noticia o espancamento que é vítima uma criança de 3 anos pela “Parda” Henriqueta. O jornal alerta as autoridades para o castigo que merece esta “megera” assim como outras que “infectam a nossa sociedade.”*¹⁷⁷

Nos anos trinta, a linguagem continuava a mesma:

*“Palmira Reis, residente na pensão de proprieda de Alzira de Tal, no Bêco do Loureiro, foi ontem, agredida por Izaura , também ali residente.”*¹⁷⁸

*“O preto Pedro Conceição, ontem, encharcou-se na branquinha e, de repente, se viu transportado para o mundo da Lua e para o xadrez da Chefatura...”*¹⁷⁹

¹⁷³ Sobre as opiniões que circulavam nos jornais de Florianópolis a respeito das mulheres pobres, é importante conferir o livro de Joana Maria Pedro, **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**.

¹⁷⁴ Jornal **República**, n. 257, 18 out. 1901.

¹⁷⁵ Jornal **República**, n.8, 29 nov. 1902.

¹⁷⁶ Jornal **O Dia**, n.553, 07 nov. 1903..

¹⁷⁷ Jornal **República**, 23 mar. 1902.

¹⁷⁸ Jornal **República**, n. 312, de 11 nov. 1932.

¹⁷⁹ Jornal **República**, n.460, de 1 jul. 1932.

É importante salientar que esse “imaginário” da classe pobre não correspondia necessariamente à imagem que os indivíduos faziam de si mesmos. O desacordo entre estas visões representaria para estas mulheres pobres, segundo Joana Pedro (1994 , p.120) , *“repressões várias, que iam desde a delimitação de seus espaços até a prisão delas e de seus filhos.*

O pai de Antonieta de Barros, segundo os jornais, era Rodolfo de Barros¹⁸⁰, entretanto na certidão de nascimento não consta o nome do pai e dos avós paternos.

No registro de Batismo,¹⁸¹ que se encontra na Cúria Metropolitana, em Florianópolis, também não há referência do nome do pai:

“Aos vinte de agosto de 1901, nesta capital, matriz de Nossa Senhora do Desterro, batizei solenemente a Antonieta, nascida aos onze de julho do corrente ano, filha natural de Catarina Waltrick, sendo padrinhos Maximiliano Fryslieben e Maria Josepha Cunes”

Nota-se que nestes registros, Dona Catarina de Barros se apresenta com o nome de Catarina Waltrick.¹⁸² É importante também notar que no registro de batismo lê-se *“filha natural de”*, termo usado na época para referenciar os filhos de mães solteiras e pais desconhecidos.

Gostaríamos de salientar que, no período da escravidão a noção de família não incluía o escravo, pois o senhor tinha o direito de decidir sobre todos os aspectos de sua vida. Os escravos eram considerados propriedades dos senhores, não poderiam ter sua própria família. Trinta anos antes do nascimento de Antonieta de Barros, no projeto de lei de 1870, Lei do Ventre Livre, a relação entre escrava e filhos (como família) foi reconhecida:

¹⁸⁰ Celina Beller Testi, sobrinha de Antonieta de Barros, em entrevista cedida a jornalista Andréa Aparecida da Luz diz que ninguém na família conheceu Rodolfo de Barros: *“essa pessoa nunca existiu ,inventaram, porque na família ninguém nunca ouviu falar nele”* Em entrevista posterior, cedida à mesma jornalista, pôr outra sobrinha de Antonieta de Barros, Dona Carmosina Nunes de Souza, foi afirmado que ninguém na família conheceu Rodolfo de Barros.

¹⁸¹ Registro de Batismo de Antonieta de Barros, realizado pelo Padre Francisco Topp.

¹⁸² Cartório “Ofício Faria”, Livro número A- 7, página 206, folhas 095. Neste registro de nascimento consta o nome da avó materna, Maria Waltrick. Este sobrenome era de uma família vizinha da mãe de Antonieta de Barros, em Florianópolis. Família esta com a qual a irmã mais nova de Antonieta de Barros, foi morar em Lages.

“Art. 7-... Providências para manter a integridade da família, estabelecendo-se que no caso de libertação das escravas, os filhos menores de oito annos acompanharão suas mãis...”

Talvez a mãe de Antonieta de Barros não fizesse referência ao pai de seus filhos, pois na comunidade escrava a relação familiar era constituída de mãe e filhos. Trinta anos era pouco tempo para apagar estes resquícios da escravidão.

Sobre a paternidade no tempo da escravidão, Helena Theodoro (1996, p.35) comenta:

“A questão da paternidade inexistia, já que se negava aos escravos sua objetividade, sempre violada, negada e ignorada, no que tange às relações entre mãe-escrava e pai escravo.”

Muito ilustrativa também, a observação de Maria Beatriz Nascimento (apud Helena Theodoro, 1996, p.26) a respeito da maternidade das mulheres negras:

“Nossas mães, avós, bisavós e tataravós nos legaram a força da resistência, a capacidade de amar e doar, cuidando de filhos que nelas foram plantados sem permissão ou ternura, mas que amaram com desvelo e dedicação.”

Dona Catarina era alfabetizada e iniciou o ensino das primeiras letras para sua filha mais velha, Antonieta de Barros. O que será que Dona Catarina de Barros, naqueles momentos, passou a sua filha? Privada da “cultura letrada”, ela também ensinou sua filha pela experiência, no dia a dia, pela “rotina”, como sobreviver nas fimbrias do sistema, à margem. Ensinou a experiência desprezada pela elite, o trabalho da mulher negra, que arcou com o “*sustento moral e com a subsistência dos demais*”.¹⁸³ Teve “*que encontrar energias, consciente ou inconscientemente, para enfrentar todo um complexo de situações novas,*”¹⁸⁴ que “*Trocou a senzala*

¹⁸³ Comentário de Helena Theodoro, sobre o comportamento da mulher negra após os tempos de “liberdade”. (1996, p. 34).

¹⁸⁴ Idem.

pelos cortiços das cidades”¹⁸⁵, que lavava a roupa no rio da bulha, que dormia no chão da cozinha das pensões, que passava o dia no fogão, nos quartos abafados, nos cortiços, nos becos, nas conversas. Mulheres que não eram alvas, que não vestiam roupas de sedas e rendas, que não usavam “*Leite Virginal*” ou “*Pó de arroz Lanegre*”, mas viviam ali e aqui, *à margem*. E segundo Antonieta de Barros, *à margem* é que havia vida, e elas, as mulheres pobres, negras ou brancas, não eram “*vencidas*” e sim, “*desencantadas*”.

Aos cinco anos de idade, Antonieta de Barros teve aulas particulares com a professora Maria Meira Lima e, mais tarde, com 7 anos, foi matriculada no Grupo Escolar Lauro Muller, para cursar as séries iniciais.

Somente aos 17 anos, através do líder político da época, Vidal José de Oliveira Ramos, a mesma pôde ingressar na Escola Normal para iniciar o curso de magistério.

De forma muito emocionante, demonstrando o quanto foi difícil para ela conseguir chegar ao “*Sinai de seus sonhos*”, Antonieta de Barros transborda em sentimentos na crônica, “**De Joelhos**”.¹⁸⁶ Como se tivesse passado para um outro patamar, um lugar do qual pudesse ver “*horizontes sempre deslumbrantes*”, sem poder acreditar, ela agradece a Deus. Este sentimento reflete em sua escrita: “*Mestra, Senhor! Bendito Sejas*.”

Antonieta de Barros compara a sua profissão com a chegada de Moisés, quando recebeu as tábuas com os 10 mandamentos. Demonstra que de agora em diante será tudo novo, assim como a verdade recebida das tábuas.

No início da oração “De joelhos”, Antonieta de Barros diz que a benção do olhar do Senhor “*abre-me os olhos para um horizonte sempre deslumbrante*”.

Antes mesmo de concluir o magistério, mantinha, junto a sua casa, um curso primário de alfabetização que levava o seu nome: “**Curso Particular Antonieta de Barros**”, oficializado em maio de 1922, funcionando até 1964. No jornal República, no início do ano de 1932 Antonieta de Barros comunicava:

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Oração de agradecimento escrita pôr Antonieta de Barros, em 1921, por ocasião de sua formatura. Encontra-se na Introdução do Livro “Farrapos de Idéias”.

“Curso Antonieta de Barros. Externato fundado em 1922. Acha-se aberto diariamente, das 09:00 às 12:00h, a matrícula para os quatro anos deste curso cujas aulas se iniciarão a 16 do corrente”

O desejo de Antonieta de Barros era dar continuidade aos estudos, complementando com um curso superior, o que não foi possível, uma vez que o curso superior em Florianópolis era destinado a homens. Sendo assim, por sua própria conta, por vias paralelas, começou a fazer sozinha o seu caminho. Começou a ler e pesquisar obras de Ingenieiros, Sócrates, Platão e Oscar Wild.

Por indicação do professor Barreiros Filho, em 1931, foi nomeada para substituí-lo na cadeira de Português. No mesmo ano, o jornal **A Pátria** anunciou o início dos exames supletivos. Antonieta de Barros fazia parte da banca examinadora de Português e Literatura, Álgebra e Aritmética.

Antonieta de Barros iniciou sua carreira jornalística em 1929, no jornal **Folha Acadêmica**, sob a epígrafe “**Farrapos de Idéias**”, assinando com pseudônimo “**Maria da Ilha**”. No mesmo ano, começou a escrever algumas crônicas no jornal **A Semana**.

Em junho de 1931, Nereu Ramos passou a dirigir o jornal **República** e convidou Antonieta de Barros para ser escritora em seu jornal. Ela passou a escrever semanalmente crônicas, com a mesma epígrafe, Farrapos de Idéias. De acordo com a pesquisa, a primeira crônica publicada no jornal **República**, foi “**Indiferentes**”, em 15 de novembro de 1931:

*“À margem da vida, que é luta, trabalho, conquista, existem os indiferentes.
Vencidos .Não. Desencantados.
(...) E, indiferentes, ficam à margem da vida, que é luta, trabalho, conquista.”*

A coluna de atos oficiais do governo do Estado , no jornal **A Pátria**, publica:¹⁸⁷

Designando Antonieta de Barros para, na Escola Normal Catarinense, substituir o lente da primeira cadeira da

¹⁸⁷ Jornal **A Pátria**, n. 411, de 6 maio 1932. p.5.

referida escola Francisco Barreiros Filho, enquanto durar a licença ao mesmo concedida.”

Em 12 de dezembro de 1933¹⁸⁸, o mesmo jornal publicou a nomeação de Antonieta de Barros para exercer o cargo de professora complementar Lauro Muller.

Ela substituiu novamente Francisco Barreiros Filho, que fora eleito deputado em 16 de março de 1934:¹⁸⁹

“Designamos a lente substituta Antonieta de Barros, para substituir o lente Francisco Barreiros Filho, da primeira cadeira- português e princípios de literatura da língua, enquanto durar seu afastamento.

De 1937 a 1945, Antonieta de Barros lecionou Português e Psicologia no Colégio Coração de Jesus. Em 1944, passou a dirigir o Instituto de Educação Dias Velho (que hoje é a Faculdade de Educação) e continuou até sua aposentadoria em 1951.

Reunindo 52 crônicas que foram publicadas no jornal República, foi editado em 1937, o livro **Farrapos de Idéias**, cuja venda reverteu para os filhos de portadores de hanseníase da Colônia Santa Teresa. No prefácio da primeira edição, Antonieta de Barros justifica- se:

“A Razão de ser deste livro.

É simples, muito simples, a razão de ser deste livro.

Se não fora um instante de grande entusiasmo de fraternidade, em que o coração se coloca mais alto do que a cabeça, este livro não existiria.

E não existiria, porque os meus Farrapos, eu os fiz, pare que tivessem a vida breve, diminuta, exígua e quase despercebida de cada número de jornal.

¹⁸⁸ Jornal **A Pátria**, Terça feira, n. 881, de 12/12/1933. p.5.

¹⁸⁹ Jornal **A Pátria**, n. 648, sexta-feira, de 16/3/1934. p.8..

No entanto, este livro ressuscita as crônicas ligeiras do rodapé de “República”, aos domingos.

Não lhes dei nova feição, mas as modifiquei.

Elas ressurgem como eram, para tentativa de auxílio aos pequeninos filhos dos leprosos.

Tendo passado toda a minha vida, por força da profissão, entre pequeninos por causa deles, não hesitei em aceitar a sugestão da Senhora Carmem Linhares Colônia.

Tudo me foi facilitado: o Governo deu a impressão e ao lápis de Malinverne Filho, devo a ilustração da capa.

Livro do coração catarinense, não o entrego à crítica, porque não me animam pretensões literárias; entrego-o, sim ao coração da minha gente, em benefício do Preventório”.

Em 1971, sua irmã Leonor de Barros reeditou o livro, sendo a renda revertida para a escola Básica Antonieta de Barros, na rua Saldanha Marinho, no centro de Florianópolis.

Fazendo parte das homenagens ao centenário de seu nascimento, a Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania, em parceria com o governo de Santa Catarina, reeditou a terceira edição em 11 de julho de 2001.

A autora fazia parte do “**Centro Catharinense de Letras**”¹⁹⁰, como primeira secretária, em virtude da coligação com a Liga do Magistério Catharinense. Apesar

¹⁹⁰ Em 1912, um grupo de alunos do Ginásio Catarinense, criou uma academia literária, cuja divulgação ficou sob os cuidados de Othon Gama D’êça, através do jornal literário **Argos**, de propriedade de Altino Flores. O movimento não teve continuidade, entretanto o **Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, continuou com a idéia da circulação de uma revista literária catarinense. Em 1920, foi criada a **Sociedade Catharinense de Letras** por José Arthur Boiteux, secretário de Interior e Justiça no governo de Hercílio Luz. Em 1921, a Sociedade contava com 24 membros, considerados fundadores da instituição. Três anos mais tarde foi transformada em **Academia Catharinense de Letras**. Entretanto o pensamento da elite de Florianópolis era de que os “*poetas menores*” não participariam da Academia. Segundo Humberto Corrêa, este conceito circulava nos periódicos do Estado. Altino Flôres, diretor da **Academia Catharinense de Letras**, analisava a qualidade dos poetas, para fazerem parte da academia. Para ele somente alguns eram “*legítimos homens de letras*”, “*o resto era uma ciganaria literária de quinta classe, composta de fabricantes de maças brochuras ou linfáticos folhetos vis, onde os pronomes andam como gatos em sacos e os conceitos lembram monólogos idiotas em corredores de manicômio...*” Entretanto, em 1922, em virtude das divergências de suas concepções estéticas e políticas, a Academia mergulhou num clima de Marasmo Cultural.

de ter escrito em vários jornais em Florianópolis, Antonieta de Barros, não fazia parte da **Academia Catharinense de Letras**, pois esta possuía estreitas concepções estéticas e restringia a participação de escritores negros e mulheres.

Carlos Humberto Corrêa descreve bem o conceito racista que circulava na época e transparecia nos principais periódicos da sociedade catarinense. Segundo o autor, Othon Gama D'Eça, articulista da revista **Terra**, elogiara alguns poetas catarinenses, mas em compensação dizia que no geral a poesia em Santa Catarina era “*um amontoado de chatices ignobilmente rimadas.*”

Idelfonso Juvenal, poeta e jornalista negro, em seu artigo na revista “**A semana**”, divergindo da opinião de Gama D'Eça e no que dizia à respeito dos poetas catarinenses, comentou que muitos outros poderiam ser lembrados. Altino Flores, diretor da **Academia Catharinense de Letras**, utilizando-se das páginas da Revista **Terra**, saiu em defesa de seu amigo Gama D'Eça, através de seu artigo intitulado “**A sombra de Cruz e Souza**”:¹⁹¹

Cruz e Souza foi um bem e foi um mal para as letras catarinenses: foi um bem porque, dando-nos versos admiráveis, tornou o nome de nosso Estado conhecidíssimo entre os demais; foi um mal porque, por ser negro, despertou em todos os negros de Santa Catarina, que acompanham a evolução literária do Brasil pelo texto de almanaques, a veleidade de poetas. Ildefonso, por exemplo, é um destes... Ildefonso é bronco, iletrado, vaidoso, embora se cubra do verniz da modéstia, não tem o mínimo sentimento do que seja o ritmo poético e ignora todas as condições de prosa artística.

Desconhecendo a técnica do verso e as leis sintáticas que condicionam a integridade estrutural do período na prosa portuguesa, não pôde, por isso, até hoje, fazer coisa que prestasse. E não o poderá nunca...”

Como a Academia era elitista, não incorporava escritores negros, desconhecidos ou mulheres, um grupo de intelectuais e escritores excluídos da mesma, fundaram em 1925, o **Centro Catharinense de Letras**. Entre estes intelectuais estavam Antonieta de Barros, Beatriz Brito, Maura de Senna Pereira, Idelfonso Juvenal e outros. Entretanto por desavenças entre os membros, o **Centro Catharinense de Letras**, cessou suas atividades em 1926. Por outro lado a **Academia Catharinense de Letras**, continuou a existir, mas timidamente.

¹⁹¹ **Revista Terra**, Florianópolis, ano I, n. 17, de 24 out. 1920. Citado por Corrêa, Carlos Humberto, História da cultura, Op.cit., p.167.

Antonieta de Barros deve ter lido nos jornais o artigo de Altino Flores, e isso refletiu em sua escrita, pois suas crônicas são instrumentos de crítica à sociedade racista. Por esse motivo, ela lutou pela “cultura”, pela educação, para que os negros não mais acompanhassem a evolução literária do Brasil “*pelo texto de almanaques*” como ironizou Altino Flores, mas pelos livros.

Enunciados como esses, comentados por Altino Flores, produzem um efeito de sentido do negro como personagem secundário na sociedade, ocupando espaços à margem da elite letrada. Quando Altino Flores, em seu artigo publicado na **Revista Terra**, fala que Cruz e Souza, “*foi um bem*”, porque tornou o nome do estado conhecido, não mencionou a cor do poeta, mas quando foi explicar que “*foi um mal*”, especificou a sua cor negra. Isso pode sugerir que se o negro serve aos anseios da elite, ou silencia a sua cor, a sua presença, não há problema, pois, segundo Helena Theodoro, (1996, p.41) :

“No Brasil do século 19, logo após a abolição, todo um dispositivo de atribuição de qualidades negativas ao negro é criado, com o objetivo de manter o espaço de participação social no país restrito aos estreitos limites da antiga ordem escravagista.”

Continuando, a autora enfatiza:

“A história da ascensão social do negro brasileiro pode ser vista como a submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se faz hegemônico. E, desta forma a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais.”

Antonieta de Barros, no decorrer de sua vida, como mulher negra que circulava na elite, observava que os sentidos, que prevaleciam no discurso jornalístico em relação a ser negro/negra, engendraram uma condição de desconhecimento que a aprisionava em uma imagem alienada, da qual tentava libertar-se: a imagem de que a mulher negra era empregada doméstica, escrava,

babá, ou personagem nas páginas policiais dos jornais. Ainda segundo Helena Theodoro (1996, p.41)

“a ascensão social implica uma luta contra esta ideologia dominante, para a preservação de sua identidade.”

Para Antonieta de Barros preservar a sua identidade era preciso percorrer as *“alamedas interiores”*, interrogar a si própria através de suas crônicas tecidas de uma experiência particular e ao mesmo tempo construída por uma história partilhada socialmente.

Como lutar contra a ideologia dominante? Toda diferença está na posição que se ocupa. O lugar de onde se fala constitui o dizer e como os sentidos não são estáticos, dependem do movimento histórico. Era uma mulher negra, filha de escrava alforriada, que provavelmente lavava roupas no rio da Bulha¹⁹², mas apesar disso era uma mulher que lutava pela sua identidade, assim como sua mãe a ensinara:

*“para compreender e lastimar a tortura dos pobres escravos que vivem acorrentados, no mundo infinitamente pequeno das cousas infinitamente pequeninas e insignificantes...”*¹⁹³

E quanto mais lutava, mais mitos sobre a mulher negra e pobre derrubava. Mas foi uma luta inglória também, pois foi cada vez mais silenciada ou acusada de *“aliar-se ao poder”*¹⁹⁴, de *“manter-se distante dos conflitos envolvendo racismo e feminismo”*¹⁹⁵, *“de não se ver como negra”*¹⁹⁶ e *“conservadora”*¹⁹⁷.

¹⁹² Rio da Bulha era o lugar onde as mulheres pobres lavavam roupas. Provavelmente a mãe de Antonieta de Barros lavava roupas neste rio.

¹⁹³ Jornal **O Estado**, de 06 maio 1951.

¹⁹⁴ Nunes, Karla Leonora Dahse em tese de mestrado em História intitulado **Antonieta de Barros: uma história**, 2001. p.57.

¹⁹⁵ Luz, Andréa Aparecida da. Em trabalho de conclusão do curso de jornalismo intitulado: **Antonieta de Barros. Uma vida dedicada à educação pública**, 2002. p.36.

¹⁹⁶ Karla Nunes, em entrevista concedida para a jornalista Andréa Aparecida da Luz em seu trabalho de conclusão de curso, 2002. p.41.

¹⁹⁷ José Carlos Damião, editor chefe do jornal **A Notícia** em Florianópolis, em entrevista concedida, para a jornalista Andréa Aparecida da Luz, em seu trabalho de conclusão de curso, 2002. p.41.

Entretanto, é importante lembrar que outros escritores negros também foram criticados. Cruz e Souza foi acusado de ser indiferente à abolição. Machado de Assis foi acusado de estar ausente das grandes questões nacionais e de que teria vivido e produzido “*a sombra do poder*”.

Mas, cada um luta com as armas que possui. Com seu estilo pessimista, apocalíptico, quem pode dizer que Cruz e Souza, o Cisne Negro, não foi abolicionista quando escreveu “**Crianças Negras**”? E a vida de Cruz e Souza, pode-se dizer que viveu “*a sombra do poder*”? Machado de Assis utilizava a ironia como instrumento de crítica profunda em seus escritos.

Como a história geralmente é escrita da perspectiva da elite, ela pode silenciar o valor das realizações dos “outros” sujeitos que inscrevem-se em outra formação ideológica.

A escrita produz seus sentidos, não é neutra, seleciona o que deve e o que não deve ser lembrado. É importante analisar os textos de Antonieta de Barros para verificar o que foi selecionado para ser lembrado e o que foi selecionado para ser esquecido. Para a **Análise do Discurso**, nem tudo pode ser dito, há um dizer inacessível ao próprio sujeito, mas que aparece atravessando seus textos. O trabalho do analista é percorrer o caminho pelo qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto. O importante é apreender as várias possibilidades do texto, e não dar somente atenção ao conteúdo. É compreender como ele se organiza em sua discursividade.

Os escritores e jornalistas sentiam muito o “*recolhimento*” da **Academia Catarinense de Letras** e constantemente faziam apelos nos jornais, ou questionavam quem deveria participar da Academia.

Em sua coluna **Bilhete Verde**,¹⁹⁸ Luiz Henrique, articulista do jornal **A Pátria**, dirigindo seu artigo a Mancio da Costa, diz que com a morte de Delminda Silveira de Souza, a poesia de Santa Catarina sofreu grande perda. Para o articulista, “*presentemente não temos nenhuma poetisa. É de se lamentar*” Mas para a felicidade do cronista, havia a senhora Livia Martins Falcão, que segundo ele, no mesmo artigo:

¹⁹⁸ Jornal **A Pátria**, n. 507, de 29 ago. 1932. p.2.

“Ela não se recomenda pelo sensualismo epidêmico da maioria das poetisas brasileiras. Os seus versos são simples, amáveis, cantantes: caminho e renda.”

Nota-se que o estilo da **Academia Catarinense de Letras** era bem diferente do estilo da **Academia Paulista de Letras**. A impressão que se tem é a de que a Academia Catarinense ainda se mantinha ligada ao parnasianismo e a Semana da Arte Moderna não a tinha influenciado.

Luiz Henrique, articulista do jornal **A Pátria**, utilizava a sua coluna **Bilhete Verde** para mandar recados a seus amigos jornalistas, mesmo de jornais opositores. Através de sua coluna, mantinha diálogos com Antonieta de Barros e esta também respondia através de suas crônicas. No dia 20 de fevereiro de 1932, Luiz Henrique abriu a sua coluna para mandar um recado a Joe Colaço, presidente da Academia Catarinense de Letras. Segundo o articulista, havia vagas e muitos candidatos para honrar as poltronas, porém o que não se explicava era a falta de reuniões para movimentar a academia:

“Murmura-se, nas rodas literárias, que há vários candidatos para as cadeiras vagas. Entre os apontados figuram: Manuel da Nóbrega, Abelardo Fonseca, padre Humberto Rohden, Antonieta de Barros, Otaviano Ramos e outros.”¹⁹⁹

José de Diniz, outro articulista do jornal **A Pátria**, em sua coluna, respondendo a uma correspondência que tinha recebido de uma escritora portuguesa que queria saber sobre os trabalhos literários das “inteligências femininas” do Brasil citou o nome de Antonieta de Barros, Maura de Senna Pereira Lamote, Edesi Aducci e Isaura Veiga de Farias. De Antonieta de Barros disse:

“Antonieta de Barros(Maria da Ilha) é das mais fulgurantes inteligências de nossa terra. Escreve bem , o bom português, admiravelmente. As suas frases são medidas, claras sem o prosalmo de muita gente que blasoma sabença. As suas crônicas – Farrapos de Idéias- fogem, ou melhor, fazem esquecer, pelo seu fulgor, a modéstia do nome de Batismo. Na escolha dos vocábulos, no misticismo das suas idéias, estou

¹⁹⁹ Jornal **A Pátria**, n. 348, de 20 fev. 1932.

*sempre a vê-la ,lendo-a, de olhos voltados para as alturas”.*²⁰⁰

Nessa passagem Antonieta de Barros é mais reconhecida como escritora do que fazendo parte do partido Liberal, pois se assim fosse, o que se esperaria seria o silenciamento do seu valor por ser esse jornal “**A Pátria**”, jornal que através de suas páginas fazia ampla oposição ao partido da escritora.

Uma prática comum utilizada pelos jornalistas da época de Antonieta de Barros era a ironia. Ironia é uma maneira de expressão com a qual se comunica o contrário daquilo que as palavras no texto dão a entender ou segundo Gallo (2001, p.64), “*conta com o “outro dizer” sem explicitá-lo, para produzir o seu sentido.*”²⁰¹ Para compreendê-la é necessário recuperar o contexto para deixar à vista elementos contraditórios. Tomemos como exemplo o anúncio não assinado,²⁰² publicado no jornal **A Pátria**. Nesta coluna, de acordo com a pesquisa, só eram parabenizados políticos importantes do partido e seus familiares muito próximos. Os responsáveis pela publicação desta coluna eram, na época, Bayer Filho, e Rupp Júnior, políticos que faziam oposição à família Ramos, que se expressava politicamente através do jornal **República**, no qual Antonieta de Barros iniciara sua coluna **Farrapos de Idéias**. Eis o anúncio publicado na primeira página:²⁰³

“Professora Antonieta de Barros. A data de hoje assinala o aniversário natalício da senhorinha Antonieta de Barros, professora normalista e diretora do curso primário que tem o seu nome. A distinta aniversariante é um nome acatado e de raro brilho no meio intelectual de nossa terra. Gozando de grande estima e admiração na alta sociedade, a talentosa escritora ver-se-à cercada de expressões e alvo de manifestações de simpatias.”

²⁰⁰ Jornal **A Pátria**, n. 753, de 7 jul. 1932. p.3.

²⁰¹ Neste texto, a autora, Solange Gallo, explica e exemplifica a heterogeneidade mostrada, mas não marcada.

²⁰² Outro exemplo foi a coluna “**O Fantasma**” publicada no início do século, onde o jornal não mencionava a autoria. O objetivo era atacar Felipe Schmidt. Outro exemplo, foi o que aconteceu no jornal **República**, em 1902. Neste ano, o jornal é proibido pela censura a publicar a coluna **O Fantasma**, ou qualquer outro tipo de ataque. Entretanto, o jornal **República** utilizou a coluna destinada a comunicar acontecimentos de pessoas não tão importantes, para registrar melhoras ao governador do Estado, Felipe Schmidt, que estava doente. Em outra ocasião, para parabenizar Felipe Schmidt pela passagem de seu aniversário, utiliza a mesma coluna, enfatizando a profissão de Felipe Schmidt antes de ser político: funcionário do Correio.

²⁰³ Jornal **A Pátria**, de 11 de julho de 1932.

Baseando-se nos estudos de Authier, percebemos neste anúncio uma maneira de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva na forma de denegação, ou melhor, percebemos a ironia, que é, segundo a autora, uma forma de heterogeneidade mostrada não marcada. Segundo Authier, a heterogeneidade pode ser qualificada em mostrada ou constitutiva. Para a autora, o discurso não é somente um espaço onde se introduz o discurso outro, mas é espaço de alteridade, de constituição. A alteridade constitutiva, segundo Gallo (2001, p.63):

”refere-se a um nível de inconsciente em que todo sujeito “esquece” daquilo que determina os sentidos de seu dizer, e em razão desse “esquecimento” (apagamento) , coloca-se na origem do dizer, conforme postula Pêcheux, quando formula o “esquecimento número um.”

A heterogeneidade mostrada pode ser dividida em marcada e não marcada. As formas não marcadas são identificáveis com a ironia, a alusão e o discurso indireto livre. Podemos visualizar as formas marcadas da heterogeneidade mostrada, pelas aspas, as glosas enunciativas e o discurso direto.

No anúncio publicado, o primeiro ponto a ser destacado é o fato do texto não ter sido publicado na seção de aniversariantes, mas na coluna reservada a políticos importantes do partido. Esta coluna era um espaço institucional reservado para o político dono do jornal.

Na Análise do Discurso, os discursos são constituídos por outros discursos que lhes antecedem. No anúncio em análise, identifica-se a presença de um discurso sobreposto no interior da enunciação do jornalista. À primeira vista, parece ser somente um texto de felicitação, mas se observarmos as condições de produção e o contexto imediato, constatamos que o texto rejeita o que está sendo reportado. Ele distancia a aceitação de Antonieta de Barros pela elite, e estabelece uma cumplicidade do jornalista com seus interlocutores.

Segundo Pêcheux (1998, p.263), *”as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem.”* Estes sentidos não são meramente transportados, mas sim, através de um processo discursivo, transferidos. Segundo Orlandi (2001, p.24)

“é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes. Desse ponto de vista não há equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra.”

As palavras do anúncio mudaram de sentido ao passarem de uma ordem de discurso para outra. As mesmas palavras na formação discursiva da elite mudaram de sentido quando, por uma superposição, pelo processo discursivo, foram transferidas para a formação discursiva à qual Antonieta de Barros se inscreve. A posição de Antonieta de Barros, mulher, negra, filha de escrava alforriada, não sustentava ideologicamente as palavras e o lugar do anúncio. O processo discursivo é determinado pelo interdiscurso e no que se refere ao anúncio, houve um choque entre o interdiscurso e a formação discursiva. Os sentidos de um discurso foram transportados para outro discurso. Segundo Orlandi, quando há um transporte e não transferência de sentidos, o resultado é uma caricatura. Foi sob a forma de uma caricatura, que o jornalista ao publicar a matéria, no jornal **A Pátria**, num lugar institucionalmente marcado, alinhou-se à perspectiva do imaginário da elite. A formação discursiva em que o jornalista assume o dizer é a formação discursiva de seus interlocutores. Ele justapôs os discursos, produzindo um efeito de unidade. Segundo Gallo (2001, p.64): *Essa é a forma de negociação do sujeito com o inconsciente que irrompe como Outro, e que é denegado quando convertido em “outro” interlocutor”*.

O jornal também se referiu a Antonieta de Barros como “*senhorinha*”. Esta expressão era utilizada para meninas da elite. Antonieta de Barros era solteira, mas na época do anúncio estava com 31 anos, o que não justifica a expressão “*senhorinha*.” O texto do anúncio também denomina Antonieta de Barros, como “*professora normalista*.” Geralmente em outros anúncios, não constava se a professora era normalista ou não. Quando os jornais se referiam a moças da elite, só escreviam o nome da pessoa. É o que poderemos constatar, comparando estes dois anúncios, publicados no mesmo dia e jornal.²⁰⁴

²⁰⁴ Jornal **A Pátria** número 881, p.5, terça-feira de 12/12/1933.

Exonerada, Maura de Senna Pereira Lamote, que assim pediu, do cargo de lente da Escola Complementar Anexa grupo Escolar Lauro Muller, desta capital.

Nomeando a normalista Antonieta de Barros para exercer o cargo de professora da Escola complementar anexa ao grupo escolar Lauro Muller desta capital.

Maura de Senna era da elite e não a denominaram normalista, mesmo porque o enunciado “normalista” traz uma ambigüidade por ser aplicável, também, e principalmente a uma estudante do curso “normal”.

Essas marcas nos sugerem um tom irônico do jornalista, sobretudo, considerando o fato do mesmo trabalhar no jornal de oposição ao partido ao qual Antonieta pertencia.

No texto publicado no jornal, o que o enunciado diz é o contrário do que diz a enunciação. Parece que é possível detectar a presença de um discurso outro ao longo do texto. O texto é ambíguo pelo lugar onde foi publicado e pela posição política da jornalista que era diferente da dos dirigentes do jornal. O anúncio dirige-se, simultaneamente, com os mesmos enunciados, a vários destinatários: aos leitores do jornal **A Pátria**, que pertenciam à sociedade florianopolitana e que não aprovavam Antonieta de Barros, aos leitores e eleitores do partido Liberal, cujo figura principal era Nereu Ramos, que convidou a jornalista para fazer parte dos colaboradores do jornal **República** e à própria Antonieta de Barros. É interessante perceber neste texto que a ironia atua no domínio das antecipações: a imagem que o jornalista faz da imagem que seus leitores fazem do jornal e do partido ao qual ele pertence, e a imagem que os leitores fazem da imagem que o jornal faz de Antonieta de Barros. Trabalhando com o jogo de imagens o jornalista ajusta o seu dizer a seus objetivos políticos. Dessa perspectiva, pode-se dizer que o melhor político é aquele que mobiliza de forma eficaz o jogo das imagens na constituição do seu dizer, dizendo o que seus interlocutores desejam.

Para a Análise do Discurso, o sujeito do discurso ocupa um lugar determinado em uma estrutura de dimensão social, histórica e ideológica. Não nos

referimos a um lugar físico, mas à representação do sujeito, um lugar discursivo. Na instituição jornalística há o lugar do dono do jornal, político importante, e há o lugar dos jornalistas que escrevem para determinado jornal. Também há lugares políticos diferenciados: Nereu Ramos ocupa o lugar de diretor do jornal **República** e o mesmo jornal defende os interesses do partido liberal. Bayer Filho ocupa o lugar de diretor do Jornal **A Pátria**, que defende os interesses da Legião Republicana. Cada um destes lugares está marcado por propriedades diferenciais. Se o sujeito fala a partir do lugar do jornal **A Pátria**, suas palavras significam de modo diferente do que significam quando ditas do lugar do jornal **República**. Estes lugares são atravessados por várias “formações imaginárias”. Estas formações imaginárias fazem com que os protagonistas do discurso tenham uma imagem de seu lugar e do lugar do outro. Pelo mecanismo de antecipação, o emissor pode antecipar as representações do receptor, fundando estratégias de discurso. O sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor regulando a argumentação, ou melhor, a fala do sujeito será regulada pelo efeito que ele pensa produzir em seu ouvinte.

Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. O lugar que o sujeito ocupa é constitutivo do que ele diz.

De acordo com o contexto da época, parece também que o jornal **A Pátria**, na figura de Rupp Júnior e Bayer Filho, membros da alta sociedade catarinense, produziu uma imagem sobre sua posição enunciativa representante da elite que não aprova Antonieta de Barros como seu membro. Essa posição está sustentada por uma memória não dita, mas pressuposta interdiscursivamente: mulher negra é escrava, portanto não faz parte da elite catarinense.

Devia ser muito difícil para Antonieta de Barros legitimar um dizer próprio nessa sociedade. Em entrevista concedida à jornalista ²⁰⁵ Andréia Aparecida da Luz, a sobrinha de Antonieta de Barros, Sra. Celina Testi disse que tinha muita pena do sofrimento da tia. Segundo a mesma, a irmã de Antonieta de Barros, Leonor de Barros, tinha que entrar sorrateira para levar um papel para a irmã porque era tudo

²⁰⁵ Entrevista cedida à jornalista Andréia Aparecida da Luz durante as comemorações do centenário de Antonieta de Barros. Esta entrevista encontra-se no trabalho de conclusão do curso de jornalismo, 2001, intitulado: Antonieta de Barros: uma vida dedicada à educação pública.

muito escondido. Segundo a sobrinha “*Antonieta sofria ameaças por telefone, ouvia coisas terríveis.*”

Em entrevista cedida pela mesma jornalista, outra sobrinha de Antonieta de Barros, Dona Carmosina, relata que “*Logo que fui morar com ela em 1936, eu sempre ia atender o telefone porque para mim era uma novidade. Atendia, e as pessoas me mandavam perguntar à Antonieta se ela queria vender o beijo para fazer feijoadada.*”

Quando Antonieta de Barros escreveu a crônica **Indiferentes**²⁰⁶, no jornal **República**, o jornal **A Pátria**, através de seus jornalistas, achou uma forma de “atacá-la”. O texto da crônica, era o seguinte: “*À margem da vida, que é luta, trabalho e conquista, existem os indiferentes.*” Os jornalistas do jornal opositor, então, começaram a iniciar suas crônicas com o título: **à margem**, em várias edições: “*À margem da crônica de um sindicante*”²⁰⁷, ou “*À margem de uma crônica*”,²⁰⁸ “*À margem de uma crônica eleitoral*”²⁰⁹, “*À margem de uma entrevista*”.²¹⁰ Até 1933, os colunistas usavam esta epígrafe nas colunas, principalmente, quando era para agredir o partido do jornal **República**, onde Antonieta escrevia suas crônicas. Com a epígrafe, “*à margem de uma entrevista*”, o a coluna assinada pelo jornalista “Frei Leandro”, do jornal **A Pátria**, que defendia as idéias da Legião Republicana, escreve:

“Fazendo um balanço nos três partidos existentes: ‘O Liberal’, que tem, para o fim de novo partido, o mal de nascença- os Ramos. ‘O Republicano’ e a ‘Legião Republicana’, que na atualidade, é um partido organizado e forte.”

Em 1934, Antonieta de Barros foi convidada por Nereu Ramos, importante político da época, para integrar a chapa do partido, lançando-a como candidata, representando a mulher catarinense. Ele estava imbuído de idéias modernas,

²⁰⁶ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 15 nov. 1931. Esta crônica foi uma das primeiras publicadas no rodapé do jornal, aos domingos, com a intitulação “Farrapos de Idéias”

²⁰⁷ Reportagem publicada na Primeira página do jornal **A Pátria**, n. 333, no dia 1 fev. 1932.

²⁰⁸ Anúncio publicado no jornal **A Pátria**, n. 334, no dia 2 fev. 1932.

²⁰⁹ Anúncio publicado no jornal **A Pátria**, n. 335, no dia 3 fev. 1932.

²¹⁰ Anúncio publicado na terceira página do jornal **A Pátria**, n. 337, no dia 5 maio 1932.

dizendo que o seu partido romperia os velhos hábitos políticos. Mas porque Antonieta de Barros? Por que ela já se interessava por política muito antes de escrever no jornal **República**. Segundo algumas amigas de Antonieta de Barros,²¹¹ ela adorava participar dos comícios e não faltava a nenhum deles. Elas e outras mulheres participavam dos cortejos nas principais ruas da cidade de Florianópolis. Estes comícios eram previamente anunciados pelos jornais que circulavam na capital catarinense.

Conforme o cortejo avançava, aconteciam várias paradas em diferentes pontos da cidade, onde eram proferidos discursos. Como se fossem procissões, após cada pronunciamento, novos grupos, incorporavam-se ao cortejo. Depois ficavam em frente à residência de Nereu Ramos, onde encontravam-se as autoridades municipais. Terminada a manifestação, todos iam para a praça XV. Antonieta era muito conhecida nestes cortejos. O trecho que segue é um exemplo de notícia relacionada a essas manifestações: *Grandiosa manifestação em homenagem à Nereu Ramos.*”²¹² Segundo a reportagem as “mulheres ganhavam destaque nos cortejos.”²¹³

Um dos principais objetivos do **Partido Liberal** era estender o direito de voto às mulheres. Com o título, “**Pretensões Femininas**”, o jornal **O Estado**²¹⁴ publicou que as mulheres dialogariam “*com os vultos da Revolução dos direitos da mulher.*”

Por isso, quando o decreto de Getúlio Vargas,²¹⁵ que instituía o voto facultativo às mulheres alfabetizadas, maiores de 18 anos, foi regulamentado, Antonieta de Barros publicou uma matéria no jornal **República**²¹⁶ dizendo:

“As feministas brasileiras estão vencendo a última etapa, na campanha por que tanto se bateram: a conquista dos direitos políticos.(...)”

²¹¹ Informações obtidas em entrevistas concedidas por algumas das amigas de Antonieta de Barros, nas comemorações do centenário de seu nascimento.

²¹² Notícia publicada no jornal **República**, em 22 nov. 1930. p.2.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Notícia publicada no jornal **O Estado**, no dia 10 jan. 1931.

²¹⁵ Segundo o decreto, o voto era facultativo às mulheres alfabetizadas maiores de 18 anos, somente as mulheres com funções públicas remuneradas eram obrigadas a votarem. Em muitos casos, as mulheres alfabetizadas, maiores de 18 anos, teriam que pedir permissão para os pais ou os maridos para votarem.

²¹⁶ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 17 jul. 1932.

Não fazemos coro com a legião dos conservadores, os quais, diante de quaisquer inovações de idéias e costumes que trazem à monotonia dos dias, alguma coisa de novo, se rebelam, e, frios, imóveis, tentam resistir à vida que é movimento, evolução, evolução, progresso.

Não compreendemos, mesmo, a grita, levantada contra a porta aberta ao sexo fraco, pelo direito do voto.

E isto, porque, diga-se entre parênteses, Mulheres na política, em nosso país, sempre as houve.

Não há novidade, pois, a não ser que abandonem os bastidores, para se apresentar em público.”

As mulheres sempre estavam presentes nos acontecimentos políticos, no entanto não apareciam ou apareciam de forma marginal. Antonieta de Barros deu esta visibilidade às mulheres, que por conta dos valores masculinos da época eram ocultadas.

As opiniões divergiam em Florianópolis. A maioria das notícias que circulavam nos jornais, eram reportagens que separavam o espaço público do privado, colocando as mulheres à distância do político, no âmbito privado. A retórica dos jornalistas sobre o voto ressuscitava as antigas reportagens do início do século XX, que elogiavam as atividades tradicionais das mulheres, como mãe e dona de casa e criticavam a mulher emancipada, colocando nela a culpa pela desintegração da família. Os homens temiam que as mulheres penetrassem nos espaços públicos, que para eles era um espaço reservado. Por exemplo, havia o temor de que com o direito ao voto, viria também o direito de candidatar-se a cargos políticos.

E o medo dos homens de que as mulheres se manifestassem a esse respeito tinha fundamento, pois Antonieta de Barros defendia abertamente o direito de voto para as mulheres. Ela denunciava o fato desse direito ser negado às mulheres em Florianópolis, visto que nem todas poderiam votar, pois não eram alfabetizadas. Não só se preocupava com a alfabetização, mas também reivindicava o direito a “*escalada deslumbradora*”, que só seria possível se as mulheres tivessem mais que a alfabetização. Ela também não acreditava muito em leis, pois sabia a diferença entre a posse de um direito e o seu pleno exercício.

Como dissemos, o jornalista Luiz Henrique do jornal **A Pátria**²¹⁷ dialogava com Antonieta de Barros através de sua coluna **Bilhete Verde**. Em um dos seus *bilhetes*, ele defendia a opinião da jornalista à respeito do voto feminino.

“apesar daquela restrição de sua capacidade citadina, nós a encontramos instalada hoje, na vida pública, exercendo, com nobreza, entre o respeito dos homens educados, os mais difíceis encargos das repartições do Estado. Foi uma conquista que vai tornando cada vez mais ridículo o desejo de arredá-la do convívio dos problemas nacionais. Temo-la negociante, industrial. Vemo-la nas profissões liberais, nos laboratórios científicos, na aviação, em todos os ramos da atividade honesta, útil, misericordiosa ou heróica.(...) De qualquer modo, ser contra ao sufrágio feminino é como fechar os olhos à luz que nos alumia. Com a velha admiração. Luiz Henrique.”

Em plena campanha política, a mãe de Antonieta de Barros faleceu. Ela não teve oportunidade de ver sua filha eleita. O jornal *República*, no dia 1º de julho de 1934, noticiou o falecimento de Dona Catarina de Barros, três meses antes das eleições.

Antonieta de Barros, com o mesmo ânimo que participava dos cortejos pelas ruas de Florianópolis quando ainda não era candidata, seguia em caravana por toda Santa Catarina. Nos comícios,²¹⁸ ela falava às eleitoras:

“Em Santa Catarina, nesse instante, cada mulher deve perguntar-se, conscientemente, com quem votarei? Com o Partido onde a igualdade é fictícia? Com o partido onde a igualdade é um fato concreto? Mulheres catarinenses, por vós e para vós, meditai- na chapa do Partido Liberal, há um nome feminino que a integra.”

Os jornais noticiavam sobre os cortejos que Antonieta de Barros tanto gostava de participar, só que agora eram as pessoas que a seguiam.

²¹⁷ Coluna intitulada **Bilhete Verde**, assinada por Luiz Henrique, numa Quinta-feira, no jornal **A Pátria**, n. 504, no dia 25 ago. 1932.

²¹⁸ Reportagem publicada no jornal **República**, no dia 13 out. 1934.

*“Realizou ontem nesta capital o Partido Liberal a marche aux Flambeaux, que precedida da banda musical da Força Pública partiu da sede para a frente da Catedral onde compacta massa popular aguardava a realização do comício que havia sido previamente anunciado. Falaram com eloquência, sendo fartamente aplaudidos os Drs. Nereu Ramos, Diniz Júnior, Ivens de Araújo, a Professora Antonieta de Barros, acadêmico Altamiro Guimarães e Professor Barreiros Filho.”*²¹⁹

O partido Liberal chamava a atenção dos eleitores e eleitoras, enfatizando que a igualdade não era fictícia e sim um fato concreto. O jornal República, anunciava:

“Chamada a dar, nas urnas a sua opinião livre com o mesmo direito de cidadania conferido ao homem, a nobre Mulher Catarinense, só estará representada na próxima Assembléia Estadual, entre o deputados eleitos pelo Partido Liberal Catarinense... Antonieta de Barros, professora das de maior prestígio entre suas colegas, que também lhe sufragam o nome, figura como lídima e fiel intérprete do sentir e do pensar femininos em Santa Catarina, na chapa do Partido Liberal – única organização partidária que assim presta homenagens à mulher e a nobreza de sentimentos da Mulher Catarinense. Votar pois, na chapa Liberal é defender as reivindicações femininas, é elevar mais alto que ao simples dever de opinar – ao direito de ser eleita – a Mulher de Santa Catarina.

O jornal **O Correio do Estado**²²⁰ chamava Antonieta de Barros de “a Maria da Ilha, a Maria da nossa Ilha,” dizendo que “depois que Antonieta de Barros falou, nenhuma estrela no céu brilhou mais que Ela.”

Antonieta de Barros venceu as eleições, e o jornal **A Gazeta**²²¹, publicou:

“Antonieta de Barros está eleita Deputada à Assembléia Constituinte Estadual. A sua inclusão na chapa pelo Partido Liberal Catarinense foi, incontestavelmente, a maior conquista até hoje assinalada pelo feminismo em nossa terra...”

²¹⁹ Notícia publicada no jornal **A Gazeta**, no dia 11 out. 1934.

²²⁰ Notícia publicada no jornal **O Correio do Estado**, no dia 8 out. 1934.

²²¹ Notícia publicada no jornal **A Gazeta**, no dia 3 abr. 1935.

Os jornais, que defendiam o **Partido Liberal**, comemoravam a vitória do partido com grandes reportagens. O jornal **A Pátria**²²², que era um jornal de oposição, revoltados contra o resultados das eleições, publicou o artigo intitulado “**Chá de Laranja**”. Segundo o artigo: “*Não há de ser os insultos, a encenação ridícula e o palanfrório de fogo de artifício, empregados pelos escribas alugados à Interventoria.*” Segundo os jornalistas do jornal **A Pátria**, os jornalistas políticos, eram pessoas pagas para fazerem este tipo de reportagem com esta linguagem especial, que se chamava “*fogo de artifício*”. Era uma linguagem política para encobrir algo, ou não falar nada. Para o articulista, “*parece bem fogo de artifício, só para o momento brilha, mas depois, apaga e quem está vendo fica na ilusão.*” De acordo com a pesquisa, mesmo quando o partido não tinha novidades, eles usavam nos jornais este tipo de linguagem para que o jornal opositor pensasse que estava tudo bem.

Em 1946, depois de muita luta das feministas, foi decretado o voto obrigatório feminino, e em 1947, Antonieta de Barros concorreu novamente às eleições, pelo partido de Nereu Ramos, o **Partido Social Democrático** que estava em maioria na Assembléia. A deputada ficou como segunda suplente, retornando à Assembléia, em 1948.

O jornal **O Estado**,²²³ em 1948 entrevistou Antonieta de Barros e a deputada explicou os seus projetos apresentados. Como constatamos desde as suas primeiras crônicas, ela “*estava convencida de que todos os problemas que agitavam o mundo passavam pela educação.(...) Daí o rumo dos meus trabalhos, no legislativo*”.

Desde 1932, Antonieta de Barros reivindicava estudos superiores para as mulheres. Para ela,

“o elemento feminino vê, assim fechados diante de si, todos os grandes horizontes. O excelente ginásio que possuímos, não permite à mulher a assistência das aulas...O máximo de ilustração oficial, proporcionado às Mulheres em Santa

²²² Notícia publicada no jornal **A Pátria**, ano V, n. 1181, no dia 8 jan. 1935. p.1.

²²³ Entrevista concedida por Antonieta de Barros, ao jornal **O Estado**, no dia 11 set. 1948, explicando os Projetos apresentados e próximos.

*Catarina, está restrito a um curso de normalista e nada mais.*²²⁴

Continuando a entrevista, Antonieta de Barros disse que em 1948 apresentou o projeto relacionado à Escola Profissional Feminina, a única instituição no Estado voltada à instrução técnica e profissional da mulher. Sugeria o Curso de Cultura Geral, obrigatório a todas as alunas que freqüentassem a escola Profissional Feminina, pois as mulheres, segundo a autora, precisam elevar o seu nível cultural, por causa da sua função social de educadora, e *“Tanto mais cultas, mais teremos de esperar das gerações por elas educadas”*²²⁵. É importante lembrar que, em 1932, Antonieta de Barros também disse sobre a mulher:²²⁶

“não é que ela tenha nascido para o lar, como querem os que se firmam na tradição, por hábito ou por comodidade; não é que lhes falte inteligência. O que se nota de imperfeito é consequência do nosso defeituoso sistema educativo.”

E para *“aproveitar as inteligências e vocações que as condições financeiras impossibilitam de avançar e realizar,”*²²⁷ Antonieta de Barros elaborou projeto de lei que regularia a concessão de bolsas escolares para os cursos superiores. Outros de seus trabalhos completariam os já iniciados na legislatura anterior sobre as leis de ingresso e remoção no Magistério. Sobre o concurso de Cargo de Diretor e Inspetor de Grupo Escolar diz:²²⁸

“As nossas indicações visam alargar a carreira de Professor Normalista, visto como condição básica para ser Inspetor ou Diretor, ter cinco anos como professor(...) Convertidos em lei, terão os nossos diretores inspetores escolares, uma situação estável o que, ao meu ver, representa muito para as finalidades dos trabalhos que lhes está afeto(...) O concurso da margem a todos os que querem subir(...) E todos os nossos professores primários encontrarão, nas perspectivas que se

²²⁴ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 12 jul. 1932.

²²⁵ Entrevista concedida ao jornal **O Estado**, no dia 11 set. 1948.

²²⁶ Crônica publicada no jornal **República**, dia 17 ago. 1932..

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem.

abrem, um grande estímulo e uma real compensação a tantos esforços.”

Além destes trabalhos falou ao jornalista sobre a possibilidade dos professores particulares inscreverem-se no Montepio dos Funcionários Públicos e a adesão de Santa Catarina em instituir como feriado nacional o dia 15 de outubro, o dia do professor.

Sobre a possibilidade de aprovação de seus trabalhos, pela Assembléia Legislativa, Antonieta de Barros declarou:²²⁹

“Devo esclarecer-lhe, meu prezado jornalista, que tanto o nobre Governador do Estado, como o Dr. Armando Simone Pereira, ilustre Secretário da Justiça, Educação e Saúde, como o Dr. Elpídio Barbosa, incansável Diretor do Departamento de Educação- todos grandes amigos dos professores e partidários de uma educação sempre melhor- aplaudiram, com simpatia, as medidas sugeridas, quando lhas submetemos à esclarecida inteligência.

Ademais, os nobres dirigentes do Estado e os representantes do nosso grande povo, na Assembléia, compreendem, perfeitamente, os anseios da classe que trabalha pelo ideal duma Pátria forte e rica, pela cultura de seus filhos.”

Com as novas eleições, em 1951 foi eleito ao governo do estado de Santa Catarina o Sr. Irineu Bornhausen que era um dos presidentes da **União Democrática Nacional**. O **Partido Social Democrático** elegeu 4 deputados federais, a **UDN** também 4 e o **PTB** elegeu Saulo Ramos. Na Assembléia Legislativa, O **PSD** colocou 18 deputados, a **UDN** 13, o **PTB** 5, o **PRP** 2 e o **PSP** 1. A **UDN** era um partido forte e tinha a maioria na Assembléia, pois contava com a adesão dos outros partidos e seu candidato ao Senado, Carlos Gomes de Oliveira derrotou Nereu Ramos. Antonieta de Barros estava no fim de seu mandato e, no dia 13 de dezembro de 1951, na modificação nos escalões do **PSD** ingressou no

²²⁹ Idem.

Diretório Regional do Partido e continuou a escrever crônicas para o jornal **O Estado**.²³⁰

Conclui-se então que, em 1951, Antonieta de Barros fazia parte do partido de oposição, o **PSD**, e como todos os outros políticos sofreria várias sanções e derrotas. Uma delas foi a anulação do Concurso de Ingresso e Remoção ao Magistério, um dos primeiros atos do governador Irineu Bornhausen.

Em uma crônica publicada no jornal **O Estado**²³¹, Antonieta de Barros ficou consternada, quando leu “*numa das folhas da terra*”²³² a notícia da anulação do Concurso de Ingresso e remoção ao Magistério. Para a cronista:

“Dentro de mim, uma névoa de tristeza e mágoa foi crescendo, crescendo e se adensando, até dominar, por completo, todo meu mundo interior. Era a simpatia devida à professora que, ainda não morreu em mim, aos colegas, cujo caminho um decreto governamental fechou... Que triste despertar!”

Outro acontecimento ocorrido em fevereiro de 1951 deixou Antonieta de Barros muito triste. Ela tinha sido dispensada da cadeira de literatura que ministrava no colégio Dias Velho. Ela via este ato como perseguição política, pois ela já tinha sido aposentada no governo anterior por tempo de serviço, mas continuava na regência da cadeira de Literatura, portanto não seria necessário que um ato oficial viesse dispensá-la. Ela foi exonerada quando voltava de uma viagem e seu nome não constava como examinadora das bancas de segunda época, para as quais comumente era chamada pelos jornais que circulavam em Florianópolis. O texto de sua dispensa foi publicado na seguinte portaria²³³:

“O secretário dos Negócios do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina, resolve dispensar Antonieta de Barros da função de Professor de Português do Colégio Estadual dias

²³⁰ O jornal **O Estado** era de propriedade de Altino Flores.

²³¹ Crônica publicada no jornal **O Estado**, no dia 13 mar. 1951.

²³² “*Uma das folhas da terra*”, era o jornal **O Diário da Tarde**, de propriedade de Pedro Carneiro da Cunha e José Medeiros Vieira, que defendia as idéias da UDN, partido de Irineu Bornhausen, Adolfo Konder, Aristiliano Ramos ...

²³³ Portaria publicada, no dia 24 fev. 1951.

Velho da cidade de Florianópolis, visto ter sido aposentada por Decreto de 10 de janeiro de 1951.”

Na época Antonieta de Barros não escreveu nada sobre o assunto, mas quando em 9 de setembro de 1951, o jornal **O Estado**, questionando o governo de Santa Catarina sobre a dispensa de Antonieta de Barros, teve como resposta que não a tinham dispensado, mas somente aplicado o decreto do próprio partido da professora, assinado pelo governador Aderbal Ramos da Silva.

Esta reportagem fez com que Antonieta de Barros, já desolada por outros acontecimentos, escrevesse uma crônica falando sobre este assunto que a tinha deixado tão triste. Somente seis meses depois de ter sido exonerada, ela manifestou o seu descontentamento nesta crônica²³⁴:

“Neste instante da vida catarinense, quando a dirige um grande sentimento de Paz, Harmonia e Justiça sui generis, são interessantes e impõe meditação os reclamos da Paz que se ouvem de homens da situação. Colocando-se num partidatismo estreito e doentio, os homens que nos governam, mal subiram ao poder enveredaram pelas vielas estreitas e sombrias das perseguições. E surgiram desde fevereiro, para anular as belas palavras de paz do candidato, os fatos de guerra do governante que estabeleceram barreiras e impediram que, num gesto de compreensão democrática, finda a luta eleitoral, não houvessem vencedores, nem vencidos, mas catarinenses que se apertavam as mãos e acertavam o passo, na caminhada comum para o bem da terra que é de todos nós. As exonerações, dispensas e remoções com que castigam os funcionários pessedistas e que constituem uma página triste para a administração udenista em terras catarinenses, não podem basear-se no fato de o PSD não querer ou não poder cooperar com o atual governo, integrando-o. Também é cooperação e cooperação de alta valia a das oposições que, fora da esfera administrativa, ficam muito à vontade para o trabalho saneador e construtivo de fiscalizar... Pessoalmente, sempre prevíramos que não se conteria o nobre governante atual, naquela linha de conduta que se traçara, fazendo com que os udenistas perdessem um correligionário, para que os catarinenses tivessem um governador... Ao senhor Irineu Bornhausem faltou firmeza e

²³⁴ Crônica publicada no jornal **O Estado**, no dia 11 nov. 1951.

valentia para... resistir à onda gigante e volumosa de ódio e vingança que o rodeou e dominou desfazendo o açúcar do bombom das promessas do candidato. Nós também fomos, duas vezes, duas vezes, atingida pela interessante Justiça do Governo atual: quando recebemos a dispensa da cadeira que ministrávamos no Colégio Estadual Dias Velho e quando se negou o trabalho do professor catarinense, classificando de desoladora a situação do nosso ensino público... Nada obrigava a conservar-nos na cadeira de Português. Era um direito seu dispensarmos. Depois havia a necessidade de vagas... Aprendemos com o filósofo que a maldade dos inimigos devemos sempre, considerá-las pequenas... A professora Antonieta de Barros, foi, em verdade, dispensada da regência da cadeira de Português do Colégio Dias Velho. O governo atual não lhe poderia conceder a aposentadoria, porque o já governador Aderbal Ramos da Silva lhe havia concedido a 10 de janeiro, quando ainda, não dirigia o Estado, Sua Excelência, o senhor Irineu Bornhausen. Aposentando-se jubilada, nada impedia que continuasse na regência da cadeira de Português do Colégio, onde se percebe por aula ministrada. Se a aposentadoria implicasse na dispensa não havia necessidade de um ato oficial para provocá-la. Mas historiemos o fato. De volta da viagem de férias... o dinâmico Diretor excluía-a. E sua Excelência havia prometido colocar o ENSINO À MARGEM DA POLÍTICA...E SER O GOVERNADOR DE TODOS OS CATARENENSES. Muitas vezes vale a intenção... Agora perguntamos nós aos leitores que nos acompanham até aqui: A professora Antonieta de Barros não foi dispensada?"

As crônicas de Antonieta de Barros escritas neste ano eram em sua grande maioria críticas ao governo de Irineu Borhausen. Podemos até dizer que eram críticas “*virulentas*”. Ela agora estava “do outro lado”. Tanto no primeiro mandato, como no final do segundo, o seu partido estava em maioria na Assembléia, e na época que Nereu Ramos foi Interventor (durante 10 anos) ela escrevia nos jornais sem oposição aparente. Entretanto, em 1951, Nereu Ramos viu-se derrotado para o senado e estava se preparando para ser candidato à Presidente da República. Os deputados do **Partido Democrático Social** buscavam colocações estratégicas para enfrentarem as novas épocas eleitorais barganhando postos e colocações. Como os jornais eram agremiações políticas partidárias, Antonieta de Barros seria mais um “*escriba*” que defenderia os interesses do **PSD**, através do jornal **A Gazeta**.

Os jornalistas do jornal **A Pátria**, nos anos 30, também criticavam o partido de Nereu Ramos pelas remoções e exonerações que sofriam as professoras no governo do **Partido Liberal**. O concurso de ingresso foi uma conquista de Antonieta de Barros e com muita tristeza ela leu em uma das “*folhas da terra*”, sobre o Concurso de Ingresso promovido pelo governo de Irineu Bornhausen. E consternada com a ação indigna dos situacionistas escreveu a sua última crônica no jornal **O Estado**²³⁵ antes de falecer:

“A lei que estabeleceu este Concurso vem do Governo Constitucional de Nereu Ramos, que foi quem a sugeriu à então Deputada Antonieta de Barros, a fim de premiar o esforço das normalistas, evitar-lhes a humilhação de ter que esmolar o que lhes era de direito e dar à capacidade a prioridade que deve ocupar dentro da vida. Desconheceriam os situacionistas esta verdade?”

Antonieta de Barros convivia com jornalistas e sabia que os jornais eram agremiações político-partidárias, submetidas por um partido político. Em suas crônicas sabia utilizar as artimanhas dos jornalistas da época. Um exemplo é o fato de que Irineu Borhausem, em seus discursos, dizia que nestes anos de seu governo reinava em Santa Catarina a “*Paz, Harmonia e Justiça*”. Antonieta de Barros, assim como anteriormente os jornalistas utilizavam a expressão *à margem* para iniciar as suas colunas, empregava as três palavras, “*Paz, Harmonia e Justiça*” como epígrafe, em suas crônicas. De acordo com a pesquisa realizada, esta prática era constante nos jornais que circulavam em Florianópolis. Seguem alguns exemplos das crônicas em que Antonieta de Barros usava estas três palavras: “*Neste instante da vida catarinense, quando dirige um grande sentimento de Paz, Harmonia e Justiça sui generis...*”²³⁶, ou “*Há oito meses, Santa Catarina vive a era da PAZ, HARMONIA E JUSTIÇA.*”²³⁷

²³⁵ Última crônica escrita por Antonieta de Barros, no jornal **O Estado**, no dia 17 fev. 1952.

²³⁶ Crônica publicada no jornal **O Estado**, no dia 11 nov. 1951.

²³⁷ Crônica publicada no jornal **O Estado**, no dia 21 out. 1951.

Quando o jornal de oposição descreveu o discurso do Governo referente ao ensino dizendo que a situação da educação em Santa Catarina estava desoladora, Antonieta de Barros desabafou:

*“Passando pela vida, um infinito de criaturas caminha de mãos limpas do sangue do próximo. É o respeito cristão, no sentido material. Todavia nem só a matéria sucumbe. Nem só o corpo é susceptível de sofrer o ataque e morrer. Matam-se esperanças, matam-se sonhos, matam-se ideais. E, nem por não haver sangue, deixa de haver crime e crime inominável... Sofremos a grande decepção, ao ler a fala do Governo ao Poder Legislativo, no capítulo referente ao Ensino. Lá está escrito textualmente: ‘a situação do ensino público é desoladora’. Tão grande foi o desencanto, que pensamos que houvesse, na expressão julgadora, as artimanhas de um infeliz... Ao Magistério Catarinense, naquela frase, nega o governo, a dignidade, a honra ao sacerdócio, o Amor à causa santa do Brasil, na Educação da sua gente... Como eu desejava que houvesse um pastel nesta expressão! Mas o pastel não existe. E a palavra chefe do estado, ali, está jogando a fama da incompetência e da negligência a todo professorado barriga verde.”*²³⁸

O deputado Oswaldo Rodrigues Cabral, tido na Assembléia como *“acostumado a tumultuar os trabalhos e provocar os oradores quando em defesa de seus princípios”*²³⁹, não gostando das crônicas escritas por Antonieta de Barros sugeriu que ela :

*“em vez de criticar o atual governo, devia filiar-se a UDN e criticar o governo anterior...é uma sugestão interessantíssima na qual, Maria da Ilha, tomará a devida nota.”*²⁴⁰

As crônicas polêmicas de Antonieta de Barros estavam perturbando o deputado Oswaldo Rodrigues Cabral, e este, em uma sessão na Assembléia proferiu

²³⁸ Crônica publicada no jornal **O Estado**, no dia 29 abr. 1951.

²³⁹ Qualificativo imputado por Moacir Galloti do **PSD** ao deputado Oswaldo Rodrigues Cabral, em reportagem publicada no jornal **O Estado**, no dia 18 abr. 1951.

²⁴⁰ Artigo publicado no jornal **O Estado**, no dia 1 maio 1951, onde o jornalista, publica a opinião de Oswaldo Rodrigues Cabral em relação a um artigo publica por Antonieta de Barros.

“*que aquilo*” que Antonieta de Barros fazia aos domingos nos jornais era “*Intriga barata de senzala*”.

Antonieta de Barros escreveu um longo texto no jornal **O Estado** tendo como epígrafe justamente as palavras com as quais o deputado terminara o seu discurso na sessão da Assembléia: “**Intriga barata de senzala**”.²⁴¹

“Intriga barata de senzala”

(palavras do Deputado Oswaldo R. Cabral, ao comentar o nosso editorial de Domingo passado, na Assembléia Legislativa.)

Tencionávamos, hoje, continuar as nossas considerações despretensiosas, acerca da fala governamental ao Legislativo no capítulo referente à educação.

Todavia, porque o nobre Deputado nos apanhou as “idéias esfarrapadas”(segundo expressão sua) e as levou para a Assembléia, tivemos de alterar os nossos propósitos.

E, pelo respeito que nos merecem os leitores amigos, aqui estamos, repisando o mesmo terreno, para nos esclarecer a atitude, em face da afirmativa do Deputado.

Não conhecemos, na íntegra, o discurso com que o “irritado” e nobre deputado da oposição nos castigou a incrível ousadia de achar injustos os conceitos com que o Governo aponta o magistério ao Estado e ao país.

Da peça- monumental e admirável, por certo, como são todos os trabalhos do ilustrado tribuno e historiador- apenas nos contaram a frase final e conceitos depreciativos sobre os nossos Farrapos.

A frase é a que epigrafa estas linha.

Rimos. É tudo tão pueril, que achamos graça. E, pensamento distante, perguntamos aos amigos: Mas onde foi isto? Na Alemanha de Hitler, ou nos Estados Unidos?

Discordar das nossas considerações é direito de toda gente e, principalmente, dos que militam na situação, embora haja certos fatos, cuja cristalinidade e transparência impõe silêncio, para evitar que sejam focados.

Este é o caso da ‘situação desoladora do ensino público’, de que fala a Mensagem.

Por que desce o Deputado a apanhar as ‘nossas idéias esfarrapadas’? Qual foi o nosso crime? O Ter dito pela Imprensa o que se comenta à boca pequena? Fomos nós, por acaso, que criamos aquela afirmativa chocante de que a “situação do ensino público é desoladora”? Não.

²⁴¹ Crônica publica no jornal **O Estado**, no dia 6 maio 1951.

Lá está ela na Mensagem Governamental, como um 'interessante louvor' à respeitável classe do Magistério.

Se aquela frase não grita, implicitamente, à ineficiência do professorado barriga-verde, não compreendemos mais nada. A quem se culparia, se fosse apontada como doloroso a situação da nossa legislação? Aos legisladores, parece-nos. E não há como sair daí.

Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade de comportamento. Somos leal. Leal e agradecida. Sempre fomos. E é um dos característicos dos negro.

Fizemos do Magistério o nosso caminho, e agimos, sempre, respeitando a professora que não morreu em nós, ainda, graças a Deus. Como, pois, descer à intriga?

Ademais, para que os professores conhecessem a extensão da injustiça com que lhe reconheciam os esforços, o sem-descanso, o desvelo pela educação pública, não havia necessidade das nossas pobres 'idéias esfarrapadas', no rodapé de 'o Estado'. Havia necessidade de ler a Mensagem, que foi publicada, também, pelos jornais. Os professores sabem ler. Ou o nobre deputado julga que não?

Compreendemos que a delicada sensibilidade do nobre deputado nada tenha sofrido, diante daquela frase. Sua Excelência, para a felicidade de todos quantos não são arianos- apesar de portador de um diploma de normalista, não milita no ensino público.

Dizemos felicidade, porque a Sua Excelência falta uma das qualidade do professor: não distinguir raças, nem castas, nem classes.

Nós, porém, até 1950, que foi ontem, contribuimos com o nosso trabalho para o ensino público.

Temos, portanto, uma grande parcela de responsabilidade na suposta situação desoladora do ensino, e , até nós, chegou, atingindo-nos, na dureza da expressão, o juízo do governo sobre o Magistério.

Daí a intensidade da nossa mágoa, que o nobre deputado não quis ou não pode compreender; daí a sinceridade dos nossos despretensiosos conceitos, em que explanamos a injustiça de um julgamento.

Assim, não houve intriga, nem barata, nem cara. Foi mero engano de Sua Excelência. A nossa palavra não tem preço.

A chave de ouro', com que fechou o seu monumental discurso, não nos ofendeu. A ofensa viria e nós a repeliríamos, se vislumbrássemos que quis chamar-nos de 'branca'.

Na verdade, não há intriga, porque não houve, mas as considerações em torno da situação 'desoladora do ensino

público’, foram ditadas pelo coração de uma negra brasileira, que se orgulha de sê-lo, que nunca se ‘pintou de outra cor’, que nasceu, trabalhou e viveu nesta e que bendiz a Mãe, a santa Mãe, também negra, que a educou, ensinando-a a Ter liberdade interior, para compreender e lastimar a tortura dos pobres escravos que vivem acorrentados, no mundo infinitamente pequeno das cousas infinitamente pequeninas e insignificantes... (Não voltaremos ao assunto) “.

Com suas palavras, Oswaldo Rodrigues Cabral demoliu um mito decorrente ainda hoje na sociedade, a “democracia racial” do povo brasileiro. Conforme o editorial do jornal **O Globo** (apud Helena Theodoro1996, p.150) ”*falar em racismo no Brasil é inventar o que não existe.*” E parecia ser este o pensamento que perpassava na sociedade florianopolitana como poderemos observar na seguinte passagem. No dia 19 de setembro, o jornal **A Pátria**²⁴² publicou uma notícia transcrita de um jornal do Rio de Janeiro: “*os homens de cor vão formar uma frente única* ” e logo após comentou: “*os jornais mostram receio que essa atitude venha criar a questão racial sempre afastada das cogitações dos brasileiros.*”

As palavras de Oswaldo Rodrigues Cabral são um dizível marcado historicamente e textualizado em seu discurso.

Segundo Bethania Mariani (1998, p.34) a

“memória social é um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais.”

A memória social mantém um sentido predominante que apaga os demais sentidos. O discurso jornalístico atua na fixação e na manutenção da memória. Há um efeito linear que projeta uma realidade que domestica as relações de poder contraditórias. O historiador que tem como ponto de vista somente a memória imaginária, segundo Eduardo Guimarães, trabalha com uma abordagem de história antiga, que, segundo o autor (2001, p.14)

²⁴² Notícia publicada na primeira página do jornal **A Pátria** Sábado, n. 223, em 19 set. 1931.

“toma os acontecimentos atestados empiricamente por documentos, caso em que ao historiador caberia fazer o relato destes acontecimentos atestados pelos documentos conseguidos e considerados fidedignos. Neste caso os fatos do passado são individualizados...”

O historiador ou Analista do Discurso também pode questionar esta memória imaginária e trabalhar segundo a “Nova História” que conforme Guimarães (2001, p.14):

“ os acontecimentos não são individualizados por uma temporalidade cronológica, mas por uma interpretação do historiador a partir de uma posição e uma problemática específica que o historiador se põe.”

Fazendo um questionamento, segundo a Nova História, poderemos dizer que o discurso jornalístico na década de 30 atuava como um espaço de reprodução de consensos. O jornalista noticiava um acontecimento a partir das representações dos partidos políticos com um discurso afirmativo que ditava o que devia ser dito e o que deveria ser esquecido. Apesar disso, o efeito produzido pela imprensa florianopolitana era de ser um veículo neutro e imparcial. Muitas vezes esse efeito era conseguido através da repetição de textos dos jornais que circulavam no Rio de Janeiro ou São Paulo. A partir daí, os jornais que circulavam na capital assumiam abertamente o seu lado interpretativo, não só tomando partido, mas defendendo *ferozmente* o partido do dono do jornal. Com esta prática jornalística a sociedade florianopolitana se tornava cada vez mais fechada, ou melhor dizendo, ilhada.

Os processos discursivos atuam na memória, neutralizando uns sentidos e perpetuando outros. Mas, como a memória não é homogênea, não pode haver um silenciamento dos sentidos, pois eles ficam em circulação, como se esperando as brechas, as lacunas para surgirem. Os sentidos silenciados podem ameaçar o *“status quo”* e Antonieta de Barros ameaçava esta estabilidade vigente, pois o esquecimento engendra por outro lado sentidos outros.

Muitos são os “viéses” que atravessam o texto de Antonieta de Barros. Acreditamos que, sem dúvida, um dos elos que o organiza, diz respeito à questão racial. Portanto, joga aí uma memória já constituída, e aquilo que a ela se opõe no dizer de Antonieta de Barros. Tentaremos observar essa relação contraditória de sentidos.

Os jornais que circulavam em Florianópolis, raramente falavam sobre a sua cor. Parecia que havia um contrato: desde que ela se sujeitasse às representações designadas às mulheres na sociedade, “*a cor de sua epiderme*” passaria despercebida. Talvez houvesse ainda um acordo tácito de silenciamento do modo de tratamento, principalmente como deputada, conservando-se o tratamento de professora, que parecia ser mais “aceitável”. Dizemos isso, pois em nenhum momento ela foi descrita como excelentíssima deputada como seus colegas do legislativo, ou jornalista. Era lembrada somente como professora, que era uma profissão permitida na época. Ela não se casou, pois em seu tempo as professoras não podiam casar-se, e sim doar-se ao sacerdócio.

A memória institucional, construída pelos brancos sobre os negros, descreve o escravo, segundo Pedro de Souza (2001p.59), “*como um instrumento passivo diante do domínio dos senhores brancos.*” Dentro desta perspectiva, a história dos negros era vista com condescendência, dissimulada, num ponto de vista excêntrico, como esta reportagem publicada no jornal **A Pátria**²⁴³, pelo colunista Dante Costa:

“*O negro.
Nunca lutou, dormindo na tristeza, Palmares foi um detalhe de final melodramático... Fez a mestiçagem... E o negro foi uma sombra de sofrimento jogada nessa terra de sol e alegria...*”

Muitas vezes no discurso jornalístico os negros eram representados de forma oblíqua, como a seguinte reportagem. Com o intuito de mostrar “*a idéia do que tem sido, nestes cem anos, a nova evolução*”, o jornal **A Pátria**²⁴⁴ transcreveu,

²⁴³ Reportagem publicada no jornal **A Pátria**, n. 937, Sábado, última página, no dia 3 mar. 1934.

²⁴⁴ Reportagem publicada no jornal **A Pátria**, Sábado, n. 914, no dia 3 fev. 1933,

em 1934, cem anos depois do jornal **O Diário do Rio de Janeiro**, número 8, de 11 de novembro de 1834, o seguinte artigo:

“Amas de Leite”

“Vende-se na rua São José, número 29, uma preta ama de leite, com uma cria de 4 meses, que cose, engoma, lava e cozinha, tudo com perfeição: também se vende uma mulatinha de 15 anos, prendada.”

“Vende-se uma preta de nação, bonita, e perfeita mocambo, tendo de idade 18 a 19 anos, sabendo lavar, engomar, coser, aprontar um chá, e todo o mais arranjo de uma casa, tendo uma cria de 6 a 7 meses, muito bonita e gorda, na rua do Ouvidor, número 88.”

Esse texto aparecia para mostrar como a sociedade tinha evoluído em 100 anos, em relação ao tratamento aos negros.

Segundo Helena Theodoro (1996, p.41):

“logo após a abolição, todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas atribuídas aos negros é criado, com o objetivo de manter o espaço da participação social no país restrito aos estreitos limites da ordem escravagista.”

A história da ascensão social do negro brasileiro, segundo a autora, pode ser vista como a história de assimilação aos padrões brancos de relações sociais.

A partir da década de 30, com a participação de vários intelectuais negros, iniciou-se uma revisão do passado escravagista, denunciando a abordagem histórica oficial sobre a participação do negro na sociedade brasileira. Esta nova abordagem centra o negro como agente ativo, construindo um discurso de reação, buscando transformar os modos de pensar do negro brasileiro e segundo Helena Theodoro (1995, p.150):

“mostrando-lhe sua cultura, conscientizando-o de seu próprio valor, devolvendo-lhe sua dignidade e criando com os demais uma relação de integração com mudança nos padrões de relacionamento inter-étnico, desfazendo-se, assim a

*ideologia racista cristalizada na chamada **democracia racial brasileira**²⁴⁵.*”

A estratégia, segundo Pedro de Souza (2001, p.59):

*“é transformar em mito a passividade do negro e estabelecer a resistência e o ativismo dos escravos como a **verdade histórica**²⁴⁶.”*

Segundo o mesmo autor, são diversos os modos com os quais se pode instituir a verdade.

A historiografia oficial em relação ao negro manipula ideologicamente a memória, produzindo um discurso em que o negro não pensa, não possui desejos, vontades, está sempre à margem, “escória” onde nunca é sujeito, destituindo sua condição de pessoa. Mas essa memória da exclusão, construída pela sociedade, cristalizada no inconsciente coletivo e controlada pela mídia, não conseguiu anular a sua condição humana.

Segundo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1997, p.18):

“Pelo contrário, a humanidade e a dignidade dos negros eram reafirmadas quotidianamente, quando estes contrapunham à escravidão, resistindo e lutando. Esse processo de resistência se deu desde a repulsa ao trabalho compulsório, aos abortos, suicídios, crimes contra os senhores e até as fugas e revoltas em maior escala.”

Podemos até dizer que os negros decidiam assumir o desprezo, para fazer dele, fonte de orgulho, e a crise, a angústia, despertou-lhes ainda mais um desejo de afirmação. Segundo Ilma Fátima de Jesus (1997, p.44):

“No Brasil, onde nossa identidade étnica, e histórica foi e é constantemente fragmentada, a consciência negra é a força que nos move a reconstruir esta identidade e a auto-estima, buscando despertar no outro essa força transformadora.”

²⁴⁵ Texto grifado pela autora.

²⁴⁶ Texto grifado pelo autor.

Para a **Análise do Discurso**, só é permitido lembrar, porque é permitido esquecer, e segundo Lacan, só o que pode ser esquecido é que deve ser lembrado. Para Pêcheux, a memória é polêmica, repleta de lacunas e divisões. Segundo o mesmo autor (1988,p.304) “*não há dominação sem resistência*”, o que vem corroborar o pensamento de Petronilha B.G.Silva, citado acima.

Segundo Ilma Fátima de Jesus (1997, p.47),

”A consciência negra é o ápice de um processo de reflexão da experiência. Não se chega a ela sem passar pela experiência de ser negro sob o racismo.(...) todo negro tem consciência negra.”

Antonieta de Barros tinha consciência negra, e a sua forma de afirmar a sua humanidade exigiu dela não apenas pensar, mas agir nos meios que vinha desumanizando os negros, a escola.²⁴⁷

Através da **Análise do Discurso**, das formas de inscrição do sujeito em determinada formação discursiva, é possível observar de que modo se pode antecipar como os processos discursivos tecem e tentam homogeneizar a memória de uma época.

As denominações atribuídas aos negros se inserem na manutenção da memória constitutiva do florianopolitano. Nos jornais estas denominações assumem um efeito de evidência, verdade. Os negros e negras são descritos a partir de um imaginário já constituído. Sob o efeito de “ilusão referencial”, constrói-se um imaginário sobre eles.

Este imaginário, esta memória é tão fortemente tecida, que apesar do racismo ser literalmente expresso em Florianópolis, por exemplo com leis que não permitiam que os negros utilizassem um lado da praça, os jornais traziam notícias de São Paulo, sobre racismo, como se isso não existisse em Florianópolis. Por exemplo, com a epígrafe, “*excluem os pretos e conservam os estrangeiros*”, o jornal

²⁴⁷Parafraseando Ilma Fátima de Jesus (1997, p.45) que diz, “*Enquanto forma do negro afirmar a sua humanidade, a consciência negra exige que se pense nos meios que vem nos desumanizar; Escola...*”

A Pátria²⁴⁸ publica uma “*carta -protesto*” da “**Frente Negra**” de São Paulo, dirigida ao interventor paulista:

“A frente Negra desta capital dirigiu uma carta ao interventor federal de protesto contra a exclusão dos brasileiros de côr da Guarda Civil de São Paulo.”

Outra reportagem, publicada no jornal **A Pátria**²⁴⁹, tem como epígrafe, uma frase que simula um desabafo: “*Ainda estamos no Brasil.*”

“Não queria servir um preto. O gerente do restaurante automático pretendeu não servir a um freguês de côr preta. O povo protestou, tendo chegado ao local uma guarda civil, que se pôs ao lado dos populares, voltando o preto à sua mesa, sob aplausos.”

Esses trechos evidenciam argumentos desenvolvidos no jornal favorável à causa negra. O que nos interessa aqui, é comparar essa situação combatida pelo jornal, relativa a fatos ocorridos em São Paulo, com o quase silenciamento das atitudes racistas (como a referida lei de circulação pública restrita) vigente em Florianópolis na mesma época. Parece ser fácil aderir a um argumento anti-racista, desde que a referida discriminação esteja longe. Difícil é enxergá-la no seu próprio comportamento.

Os sentidos negativos sobre a população negra podem se estabilizar ou não, pois há sempre um retorno ao já-dito, como podemos observar no **Diário On Line**, no dia 24 de novembro de 2002:

“Ex. governador disse que iria “desinfetar” o Palácio da Guanabara após a saída de Benedita da Silva.”

²⁴⁸ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 315, no dia 11 jan. 1932.

²⁴⁹ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 327, no dia 25 jan. 1932.

O negro foi silenciado na cultura brasileira. Entretanto, há por outro lado, o silêncio do negro. Esse silêncio também pode ser visto como forma de resistência. Ele não falava do lugar em que se esperava que ele falasse. Era necessário construir outro lugar.

Importante também, segundo Paulino de Jesus Cardoso e Claudia Mortari, olharmos Florianópolis no início do século, não como negação de um modelo como São Paulo, mas uma cidade onde a escravidão era predominante e proporcionou a formação de entidades anti-racistas. Os autores (2000, p.88) relatam: “*se centrarmos na cidade em si mesma, veremos que uma outra imagem é possível.*”

Silenciar não é não dizer, mas segundo Eni Orlandi (1997, p.105) “*Importa silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso.*” O silêncio na perspectiva da Análise do Discurso não é o não dito e sim o excluído.

No texto de Antonieta de Barros intitulado **Intriga Barata de Senzala** havia um interlocutor, e esse interlocutor era Oswaldo Rodrigues Cabral, que defendia as idéias da **UDN** e, por outro lado, havia os leitores dos jornais que circulavam em Florianópolis. O sujeito abriga contradições, mas ela como autora, fazia antecipações, escrevia de acordo com a imagem que os leitores tinham dela, a imagem que ela tinha deles e a imagem que ela tinha da imagem do assunto em questão, e assim por diante. O sujeito se insere no simbólico pelo discurso. Este discurso possui palavras usadas no dia-a-dia, palavras conhecidas. Mas subjacente a este discurso, opera uma linguagem formada por uma sequência simbólica, o que Lacan chama de cadeia significante, que se relaciona com o discurso do autor. Antonieta de Barros, várias vezes, foi impedida de sustentar outros discursos, pela forma de inscrição em formações discursivas em que não era reconhecida, ou mesmo, não se identificava. Como a identidade é um movimento, este movimento é afetado, e ela não se identificava com as regiões do dizer pelas quais ela se representava como responsável, como autor. Não era reconhecida pela sociedade como deputada, às vezes nem por ela mesma. Ela não ocupava a posição que deveria ocupar na formação discursiva dominante. Esse fato tem sua explicação, ou seja, esse lugar que ela deveria ocupar não existia em termos discursivos. Não é só ocupar o lugar, o sujeito tem que se identificar com regiões deste dizer. No caso,

trata-se de regiões de sentidos proibidos para mulheres, e principalmente para mulheres negras. A censura, para Orlandi (1997 p.107) :

“é a interdição da inscrição do sujeito em formação discursiva determinada, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.”

Entretanto este silêncio, por parte do sujeito, ou de Antonieta de Barros, não é consciente, mas segundo Orlandi (1997, p.108) é *“um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação.”*

Por não existir um lugar no discurso político para Antonieta de Barros, ela precisou inaugurar esse lugar. A forma para que isso ocorresse foi colocar-se “à margem”, mas uma “marginalidade” absolutamente própria e voluntária. Pelo mecanismo de antecipação, ela vai ao encontro do imaginário florianopolitano e constrói um lugar diferente para ser ouvida e significada . Um lugar de uma mulher culta, negra, deputada e “à margem”. Este tipo de silêncio é uma interdição. O não dizer não significa não-saber. Por isso, talvez, Antonieta de Barros, em uma relação com o **ser** da linguagem, diz *“aurora mentirosa”*, pois é uma aurora que sabe a verdade, mas não a diz. Para dizer o que pretendia, Antonieta de Barros construiu um outro lugar para ser ouvida, para significar. Este lugar que Antonieta de Barros construiu não é um dizível sócio- historicamente determinado, mas segundo Orlandi (1997, p.108) *“um dizível produzido pela intervenção de relações de força nas circunstâncias de enunciação.”*

Esse lugar que Antonieta de Barros construiu foi invadido pela fala de Oswaldo Rodrigues Cabral. Ele disse **”Intriga Barata de Senzala”**, não chamou Antonieta de Barros de negra. Mas há uma articulação entre senzala e negro escravo. No discurso jornalístico da época, não se falava em racismo, e não encontramos nada referente a este respeito sobre Antonieta de Barros nos periódicos pesquisados. Entretanto, na bibliografia pesquisada, e nas entrevistas foi possível constatar que a sociedade era racista e Antonieta de Barros, provavelmente, sofreu muito com isso. Ela criticava os projetos de Educação do governo como qualquer

outro jornalista, só que Osvaldo Rodrigues Cabral, que tinha fama de irritadiço, levou os textos polêmicos de Antonieta de Barros para a Assembléia, dizendo que tudo que ela fazia não passava de *“Intriga barata de senzala.”* Antonieta de Barros, corajosamente, trouxe este discurso para os jornais, e no texto em sua defesa fica visível o que a sociedade florianopolitana, nas palavras de Osvaldo Rodrigues Cabral, pensava sobre ela, sobre os negros. Ou melhor, o quanto ela incomodava pelo fato, inclusive, da desestabilização dos sentidos que sua posição exigia. Seu dizer na crônica **“Intriga barata de senzala”** é polêmico e cheio de ironias. Mostra-se mais abalada com a mensagem governamental, de que a *“situação do ensino é desoladora”*, do que com a frase que epigrafia a crônica.

No texto, Antonieta de Barros diz:

“Nós, porém, até 1950, que foi ontem, contribuimos com o nosso trabalho para o ensino público. Temos, portanto, uma grande parcela de responsabilidade na suposta situação desoladora do ensino, e, até nós, chegou, atingindo-nos, na dureza da expressão, o juízo do governo sobre o magistério.”

Quem é esse nós? É um nós inclusivo, eu, professores, leitores e partido, que abarcavam o universo jornalístico. Deste lugar, ela tenta estabelecer cumplicidade, um simulacro de diálogo, não só com as professoras, com os leitores, mas principalmente com o partido que estava anteriormente no poder e que ela fazia parte.

Ela também no mesmo texto diz:

Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade de comportamento. Somos leal. Leal e agradecidos. Sempre fomos. E é uma característica dos negros.”

Neste texto, há um confronto de formações imaginárias. Antonieta de Barros tenta antecipar uma negação para desconstruir sentidos negativos construídos e estabelecidos no jornal, enquanto um veículo de consenso. Ela se confronta com uma memória que é dita nos jornais e pressuposta na sociedade, de que mulher

pobre e negra faz intriga. Ao se posicionar, ela se coloca no lugar do leitor e “trabalha” sua produção a partir disso. Antonieta sabe que seu lugar à margem está sendo colocado em questão. Os leitores esperavam dela uma resposta. Como ela se conservaria “à margem” e ao mesmo tempo entraria na polêmica criada pelo adversário? O “nós”, referente a um “eu” e “vocês” leitores, é uma construção quase impossível, mas parece ser a única possível para Antonieta de Barros. Isso porque sua posição é no entremeio, entre dois discursos. Aí ela tenta tecer uma cumplicidade. Enunciador e leitor, aqui, neste texto, não compartilham o mesmo imaginário e esse imaginário comum precisa ser construído no próprio texto.

No texto de Antonieta de Barros, ao qual estamos fazendo referência, a cronista diz que “*Não é de nosso feitio, a intriga. Somos leais.*” Oswaldo Rodrigues Cabral disse que as crônicas de Antonieta de Barros eram “*Intriga barata de senzala*”, não disse que os negros eram desleais. Mas Antonieta silencia os sentidos, e antecipa o que os leitores queriam ouvir: que os negros, ou ela, deveriam estar agradecidos pelo lugar concedido. Este texto nos faz lembrar a proposta do Teatro Experimental do negro, que buscava transformar a mentalidade do negro brasileiro, criando com os demais uma relação de integração com mudança nos padrões de relacionamento inter-étnico, desfazendo a chamada democracia racial brasileira. Segundo o movimento, estas idéias provocaram diferentes reações na sociedade política da época. Uma destas reações, segundo Helena Theodoro, (1996,p.150) foi que alguns, “*se mostraram simpatizantes com o esforço dos desgraçados, reconhecendo a importância da sociedade branca de conceder um lugar para o negro no país.*”

Antonieta sabia o que deveria escrever, fazer o jogo para continuar o seu trabalho, pois até hoje muitos historiadores dizem que Antonieta de Barros conseguiu ser deputada graças à forte ligação que ela mantinha com Nereu Ramos, ou só conseguiu chegar à política conduzida pelas hábeis mãos de Nereu Ramos. A memória oficial é muito perversa com Antonieta de Barros, pois é esquecida toda a sua história, sua vida, sua luta política, nos comícios, nas escolas, nos jornais e na sociedade. Em geral a memória é ingrata com as mulheres, pois segundo muitos historiadores, os avanços das mulheres são concedidos, e não conquistados.

Oswaldo Rodrigues Cabral desenhou uma caricatura de Antonieta de Barros, quando eles representavam o estado na Assembléia Legislativa, entre 1948 e 1950. Autografou o seu desenho, como “Ela”.

Antonieta de Barros, estava muito doente, sentia muita dor de cabeça, segundo sua sobrinha Carmosina²⁵⁰. O médico dizia que era necessário trocar de óculos. Mas ela foi internada no hospital de caridade, falecendo, no dia 28 de março de 1952, aos 51 anos.

O jornal **O Estado**,²⁵¹ onde Antonieta de Barros escreveu sua última crônica, dizendo que a notícia de sua morte causara a maior consternação, após ter se propalado por toda a cidade, anuncia:

“A capital do Estado foi ontem abalada com a dolorosa notícia do falecimento da Exma. Sra. Antonieta de Barros, que dias antes fora internada no Hospital de Caridade(...) Dona Antonieta, nestes últimos anos, vinha prestando à O Estado, o concurso de sua pena magnífica, sob o pseudônimo Maria da Ilha. A sua morte, inesperada e prematura, foi recebida, por isso, em nossa redação com lágrimas(...) Além de pensadora culta e talentosa, era ainda um coração grande e magnânimo, como poucos sensível ao sofrimento do próximo... Chorando a sua morte, podemos dizer todos: “Desapareceu uma grande catarinense.”

O cronista G. Silveira, colega de Antonieta de Barros, no jornal **O Estado**²⁵², escreveu uma crônica, comparando-a com uma árvore:

*“Aquela Árvore
Franolosa, pela sabedoria com que estendia seus ramos, era que amparava uma e fazia crescer outras.
Indiferente às rajadas da ventania, aos cochilos de aves tagarelas ou aos rugidos de feras indomáveis, distribuiu, a todas suas irmãs mais novas as virtudes que Deus lhe dera muitas vezes, os seus ramos, na fraternal atitude de amparar os humildes, debaterem-se ao vento. Um dia, ela tombou. Uma clareira abriu-se no ar, copa florestal... Uma grande mestra morreu. Uma lacuna ficará aberta no brioso*

²⁵⁰ Informação retirada da entrevista cedida à jornalista pela sobrinha de Antonieta de Barros, Carmosina,, em sua monografia de conclusão de curso: Antonieta de Barros, uma vida dedicada à educação pública.

²⁵¹ Notícia publicada no jornal **O Estado**, no dia 29 mar. 1952.

²⁵² Crônica publicada no jornal **O Estado**, no dia 29 set. 1952.

Magistério Catarinense... Maria da Ilha, legou-nos entre outras, três coisas: respeito aos direitos de liberdade, soberania e humanidade... Uma árvore tombou. Milhares de outras vozes hão de levantar-se, numa proclamação de soberania, a memória da saudosa Educadora..."

Quando, em 1956, a Associação Feminina do **PSD** fez uma homenagem à Antonieta de Barros, Nereu Ramos²⁵³ que fora convidado para o acontecimento, falou da mulher que “serviu a nossa terra com dedicação e bravura cívica”:

“De origem modesta, ela cresceu pelo esforço, pela sua inteligência, para marcar na inteligência de tantas gerações aqueles sinais que hão de definir, constantemente, as nossas convicções e os nossos sentimentos morais. Professora de várias gerações a nossa Maria da Ilha foi uma alma forte, cujos exemplos serviram para animar quantos lhe acompanhavam a ação. Minha companheira de inextinguível bravura em campanhas cívicas, pude segui-la apreciando as grandes virtudes que lhe marcaram a personalidade. Lembro-me ainda de que pouco antes de desaparecer, ela levantava a sua voz inflamada para defender a classe que ela tanto honrava, para defender a classe dos professores. E, com que energia, e com que bravura ela estigmatizava as perseguições e as injustiças do Governo! Integrada na sua profissão, ela nos deixou um exemplo que não devemos e não podemos esquecer.

4.1 A carreira política de Antonieta de Barros

O diretor do jornal para o qual Antonieta de Barros passou a escrever, Nereu Ramos, era presidente do **Partido Liberal** e deputado Federal. Conseqüentemente, de acordo com a época, ela estaria subordinada às diretrizes do partido

O jornal República fez parte da vida política de Antonieta de Barros. No início do século, o jornal República foi fundado em Florianópolis para defender os anseios do partido Republicano que imperou majoritariamente sem adversários até o início dos anos 30. Mas, como os adversários estavam no próprio partido, entre os correligionários, preocupados com o poder e como segundo Lenzi (1983,p.73)

“todo partido que incha demais na situação, sem oposição razoável acaba implodindo em dissidências”,²⁵⁴ houve uma cisão dentro do próprio partido, definindo o antagonismo entre Felipe Schmidt e Hercílio Luz.

Hercílio Luz estava ocupando um cargo federal, mas deixava em Florianópolis Raulino Horn para dirigir o jornal e o redator chefe Abílio de Oliveira.

Os nomes se revezavam no poder, mas, quando estavam fora dele, não perdiam as rédeas do domínio partidário através da participação na comissão executiva do partido ou então fundavam ou patrocinavam jornais. Como o jornal **República** não iria defender as idéias do governo Republicano, Felipe Schmidt, que era governador na época, trouxe da Alemanha os mais modernos equipamentos de uma empresa jornalística e funda o jornal **O Dia**, que passou a ser órgão oficial do partido Republicano de Felipe Schmidt até 1918.

O jornal **República** deixou de circular em 1903, logo após suas oficinas serem empasteladas, retornando em 1918, no governo de Hercílio Luz.

Uma nova era despontou na política catarinense, trazendo à luz a família Ramos, de Lages.²⁵⁵

No início dos anos 30, foi possível observar nas páginas dos periódicos que circulavam em Florianópolis, **“A Pátria”**, e **“República”**, uma disputa apaixonada e *“virulenta”* entre Aristiliano Ramos e Nereu Ramos.²⁵⁶

Segundo Lenzi (1983), o pai do Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Senior era Laureano José Coelho, mas mudou o nome para *“Ramos”* em homenagem à sua data natalícia, no dia de Ramos.

Esse vocábulo **“Ramos”** foi motivo para muitas brincadeiras e ironias nos jornais e correspondências de políticos opositores:

²⁵³ Texto retirado de Perfis Parlamentares, Nereu Ramos, Brasília, Câmara dos Deputados, que se encontra na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

²⁵⁴ Lenzi, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983, p.73.

²⁵⁵ Em Lages, os republicanos eram denominados *“Federalistas”*. Eram liderados pelo coronel Vidal José de Oliveira Ramos Senior, avô de Nereu Ramos. Vidal de Oliveira Ramos era pai de Nereu Ramos e irmão de Belizário Ramos. Belizário Ramos era pai de Aristiliano Ramos, futuro governador de Santa Catarina, o primeiro governador catarinense.

²⁵⁶ Segundo Lenzi (1983) houve uma disputa entre os primos lageanos, que dividiu o partido liberal. Na época os políticos diziam, *“nereístas”* e *“aristilianistas”*.

*“tantos são os ramos de cada tronco que desde já temos uma floresta a cuja sombra comodante se vai agazalhando uma respeitável fauna política”.*²⁵⁷

Ou então este texto publicado no jornal **A Pátria**:

*“Galho árvore do Congo, tendo embora aqui nascido, tocaiou-se no A Pedido, Deixando os ramos de fora.”*²⁵⁸

A carta de Rupp Júnior à Oswaldo Aranha demonstrou outro fato importante na história de Santa Catarina: oligarquia no poder, garantido pôr ligações consangüíneas.²⁵⁹

Em 1920 Vidal Ramos era presidente estadual do Partido Republicano. Na apresentação dos candidatos à Câmara Federal sugeriu o nome de seu filho Nereu Ramos.

Lages era o quinto município em população, mas a sua representação política era a mais importante do Estado, pois da região saiu dois grandes governadores, Felipe Schmidt que governou duas vezes e Vidal Ramos. Talvez por este motivo, aliado a outros, os lageanos achavam que deveria ser escolhido um nome de Lages.

O jornal **O Estado** já estava fazendo campanha política para Nereu Ramos, entretanto seu nome não foi aceito.

Com a rejeição, Vidal Ramos renunciou a seu posto de chefe do Partido, e com seu filho Nereu, em 1921, funda a **Reação Republicana**. Muitos jornais apoiaram a nova agremiação: **O Lageano**, **Correio de Joinville**, **Pharol** de Itajaí e **O Estado** da capital.

²⁵⁷ Esta frase foi dita pôr Rupp Júnior em uma carta destinada a Oswaldo Aranha, onde o político declarava que não fazia mais parte do partido Liberal, pois o Presidente do Partido era Vidal Ramos, Presidente do diretório, Nereu Ramos, líder do Partido, Aristiliano Ramos, secretário do Estado, Ramos... Arquivo Oswaldo Aranha, Fundação Getúlio Vargas, apud. Corrêa (1984. p. 86)

²⁵⁸ Jornal **A Pátria**, Coluna “A La Diable”, de 9 set. 1931.

²⁵⁹ Exemplo de ligações consangüíneas: Lauro Muller protegia seu primo Felipe Schmidt e seu irmão Eugênio Muller. Eugênio Muller foi vice de Vidal Ramos. Fulvio Aducci era cunhado de Felipe Schmidt. O irmão de Vidal Ramos era casado com a irmã de Felipe Schmidt. Na família Ramos, além de Vidal Ramos Senior, Vidal Ramos Júnior (pai de Nereu Ramos) Nereu Ramos. Hugo Ramos, Mauro Ramos, Vidal Ramos Júnior Vidal Ramos Neto e Joaquim Ramos (irmãos de Nereu). Candido Ramos, Henrique Ramos Júnior, Henrique Ramos, Laerte Ramos,, Saulo Ramos, Aristiliano Ramos e Aristides Ramos (primos de Nereu Ramos) e Aderbal Ramos da Silva (sobrinho de Nereu). Todos eles atuaram com cargos

Estranhamente apoiava este movimento Henrique Rupp Júnior. Em 1917, a família de Rupp Júnior foi indiciada como mandante do assassinato do Coronel Francisco de Albuquerque. Nereu Ramos, advogara contra a família de Rupp Júnior. A partir deste episódio, as famílias começaram a disputar poder na região.

Entretanto, Rupp Júnior desligou-se do partido de Nereu Ramos, pois segundo Corrêa (1984, p.85), o achava “*vaidoso e intolerante*”

Mais tarde, Rupp Júnior fundou a **Legião Republicana**. Na edição de 25/4/1931, o jornal **A Pátria** publicou as bases da organização da **Legião Republicana** e no dia 14/6/1931, o mesmo jornal abriu destaque, na primeira página, para publicar na íntegra o programa político da nova agremiação, enfatizando os princípios políticos, sociais e financeiros.

Em dezembro de 1931, a **Legião Republicana** transformou-se em partido político, com a denominação “**Legião Republicana Catarinense**” O jornal **A Pátria** passou a apoiar o novo partido, e por intermédio de seus “*escribas*”, passou a fazer oposição ao partido de Nereu Ramos e a criticar algumas crônicas que Antonieta de Barros passara a escrever aos domingos no jornal **República**.

Em 1927, Nereu Ramos se ligou ao **Partido Democrático** de São Paulo e em outubro do mesmo ano fundou o **Partido Liberal Catarinense**. Para apoiar o novo partido utilizou as páginas do periódico **Folha Nova**.

Nas eleições de 1930, Nereu Ramos foi eleito deputado federal mais votado em Santa Catarina. Bulcão Viana governou o Estado na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa, pois Adolfo Konder candidatara-se ao Senado.

O ano de 1930 foi muito importante para o **Partido Liberal Catarinense**, pois com a Revolução de 30, o **Partido Republicano** foi esfacelado. Adolfo Konder, presidente²⁶⁰ do Estado de Santa Catarina e Fulvio Aducci foram presos. Victor Konder, ex ministro da Viação seguiu a bordo do paquete “Madri” para a Europa.

importantes: Senadores, deputados Federais, Governadores, Vereadores e prefeitos. Houve fases da políticas em que eles atuaram ao mesmo tempo.

²⁶⁰ Naquela época, usava-se o termo presidente do estado em lugar de governador do estado.

Em 25 de outubro de 1930, tomou posse da presidência do Estado, o Interventor general Ptolomeu de Assis Brasil, lançando um manifesto, explicando os objetivos do processo revolucionário.

A sua primeira ação como interventor²⁶¹ foi substituir a direção do jornal **República**. Nomeou Haroldo Callado, Batista Pereira, Jaime Callado, Francisco Barreiros Filho e Antônio Mâncio da Costa.

Em dezembro de 1930, foi criado na rua Felipe número 19, primeiro andar, o jornal **A Pátria**. As oficinas foram instaladas na rua Deodoro e a gerência na rua Felipe Schmidt número 33. O diretor e redator chefe era Bayer Filho e o gerente José Duarte Magalhães.

Em junho de 1931, Nereu Ramos passou a dirigir o jornal **República**, onde em 15 de novembro de 1931 Antonieta de Barros começou a sua coluna, “Farrapos de Idéias”.

Com apoio do interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, Aristiliano Ramos, filho de Belizário Ramo e primo de Nereu Ramos, foi nomeado interventor em Santa Catarina.

Em todo Brasil, em 3 de maio de 1933, num cenário pluripartidário, foram realizadas as eleições para Assembléia Nacional Constituinte, onde os representantes seriam responsáveis pela elaboração da Carta Constitucional. Em Florianópolis, ganharam todos os candidatos do **Partido Liberal**: Cândido Ramos, Carlos de Oliveira, Fontoura Borges de Amaral e Arão Rebelo. Este bom resultado, demonstrava, segundo Corrêa (1984, p.164) :

“O prestígio inicial do coronel Aristiliano Ramos que havia, há poucos dias, tomado posse na interventoria de Santa Catarina, sendo o primeiro governante revolucionário genuinamente catarinense”

O partido **Evolucionista** derrotado entrou com recurso e nova eleição foi marcada para 3 de dezembro.

²⁶¹ O título- Interventor Federal- substituiu a denominação presidente do estado, em decreto assinado por Getúlio Vargas.

Na reformulação dos partidos, o **Partido Liberal** substituiu Candido Ramos, (que estava doente) por Nereu Ramos.

Novamente, na eleição de 3 de dezembro o **Partido Liberal** obteve mais votos sendo eleitos, Nereu Ramos, Arão Rebelo e Carlos Gomes de Oliveira, e da **Coligação**, Adolpho Konder.

O próximo passo para o interventor e também para Nereu Ramos que desejava ocupar o governo de Santa Catarina, foi tentar eleger um número suficiente de deputados, os quais posteriormente os elegeriam governadores.

A estratégia de Nereu Ramos, que fora eleito presidente do **Partido Liberal** em substituição a Aristiliano Ramos, foi apresentar ao **Partido Liberal** o nome de Antonieta de Barros como candidata à Deputada Estadual. Nereu Ramos, inteligente articulador político trabalhava sempre pensando à posteriori. Escolher Antonieta de Barros seria um golpe inteligente, pois esta poderia apoiá-lo nas eleições ao cargo de governador. Parece que Nereu Ramos estava trabalhando sorrateiramente dentro do próximo **Partido Liberal**, tentando afastar o máximo de candidatos possíveis que porventura pudessem apoiar um outro candidato, indicando e fazendo eleger uma maioria de liberais que o apoiassem na escolha do cargo.

Mas, por que Antonieta de Barros, uma mulher? Porque Nereu Ramos, inteligente articulador político, motivado por ideais modernos e pela divulgação de que o voto feminino fora sancionado, tentava mostrar ao eleitorado catarinense o quão democrático seria o **Partido Liberal**. Através das páginas do jornal **República**²⁶² podemos observar a constituição da chapa do Partido:

Câmara Federal, Nereu Ramos, José Eugênio Muller, Carlos Gomes de Oliveira, Dorval Melchiades de Souza, Leopoldo de Diniz Martins Junior e Fontoura Borges do Amaral. Para a Assembléia Constituinte, Aderbal Ramos da Silva, Olívio Januário de Amorim, Francisco Barreiros Filho, Roberto Soares de Almeida, Ivens Bastos de Araújo, Antonieta de Barros, Benjamim Galllotti Júnior, Pompílio Pereira Bento, Altamiro Lobo Guimarães, Manoel Florentino Machado, Márcio Machado Portela, Antônio Lúcio, Francisco de Almeida, Dionísio Veiga, Afonso Maria Cardoso da Veiga,

²⁶² Jornal **República**, primeira página, de 12 out. 1934.

Luiz Abry Junior, Luiz Rigo, Rodolfo Vitor Tietzmann, Eugênio Davet Schneider, Rogério Vieira, Plácido Olympio de Oliveira, Emílio Ritzmann, Braz Limongi, Manoel Thiago de Castro, Celso Fausto de Souza, Carmosino Camargo de Araújo, Álvaro Trindade da Cruz, Adolfo José Martins e Leônidas Coelho.

Os jornais em Florianópolis convocavam as eleitoras:

A senhora já é eleitora?

Se não é, peça hoje mesmo ao oficial do seu registro civil a certidão do seu nascimento, ou de casamento ou ainda de nascimento de um filho de cinco anos para cima. “A mulher, hoje em dia, tem os mesmos direitos e deveres.”²⁶³

O jornal **O Correio do Estado** também apresentava Antonieta de Barros ao eleitorado Catarinense:²⁶⁴

“O Diretório Central do Partido Liberal Catarinense apresenta ao eleitorado conterrâneo, os candidatos a deputado federal e estadual que irão disputar o pleito a 14 de outubro vindouro. Dentro de seu programa, alguns de cujos pontos cardeais já se achavam inscritos na Constituição Brasileira do Partido Liberal Catarinense, fez timbre no escolher nomes de ilibada vida social e ardente fê cívica para merecer a confiança e as preferências do corpo eleitoral que, já por duas vezes, lhe deu palma de vitória. Os cidadãos aqui recomendados ao sufrágio popular são índices de forças democráticas – de cultura, produção e trabalho – integrada ainda por uma lídima expressão de inteligência feminina. Foi com honrados escrúpulos e sob império do exaltado amor patriótico que o Partido Liberal Catarinense, por seu Diretório Central, mediante as indicações e propostas dos Diretórios Municipais, apurou em votação secreta, os nomes dos seguintes correligionários, candidatos, À ASSEMBÉIA LEGISLATIVA: Aderbal Ramos da Silva, Olívio Januário Amorim, Francisco Barreiros Filho, Roberto Soares de Oliveira, Ivens Bastos de Araújo, Antonieta de Barros, Benjamim Gallotti Junior e Pompílio Pereira Bento.”

²⁶³ Jornal **A Pátria**, n. 1001, Sexta-feira, de 25/5/1934. p.3.

²⁶⁴ Jornal **O Correio do Estado**, de 28/09/1934.

Os candidatos iniciaram suas campanhas em caravanas por todo o estado. Os jornais noticiavam de acordo com o candidato que apoiavam.

No dia 15/07/1934, quando Antonieta de Barros estava em Campanha Eleitoral, o jornal **República** noticia a morte de Dona Catarina de Barros, mãe de Antonieta de Barros.

Nas páginas dos jornais, que comentavam os comícios e as campanhas pelo estado, podemos ver o nome de Antonieta de Barros sendo citado, como nestas reportagens publicadas nos jornais **O Correio do Estado**²⁶⁵ e **A Gazeta**:

(...) se fez ouvir a voz límpida deste grande espírito iluminado, que é a excelsa personalidade Antonieta de Barros, A Maria da Ilha, a Maria da nossa Ilha, esta candidata liberal felicíssima, que anda no coração do povo, aflorando nos lábios de toda gente, nestas palavras consagradoras: a nossa candidata. Para darmos uma idéia do que foi o discurso de Antonieta de Barros, cuja essência publicamos em outro local em fidelíssimo resumo, só mesmo parodiando em escritor patricio: depois que Antonieta de Barros falou, nenhuma estrela no céu brilhou mais que Ela”²⁶⁶

Realizou ontem nesta capital o Partido Liberal a marche aux flambeaux, que procedida da banda musical da Força Pública partiu da sede para a frente da Catedral onde compacta massas popular aguardava a realização do comício que havia sido previamente anunciado. Falaram com eloquência, sendo fartamente aplaudidos os Drs. Nereu Ramos, Diniz Júnior, Ivens de Araújo, a Professora Antonieta de Barros, acadêmico Altamiro Guimarães e Professor Barreiros Filho.”²⁶⁷

O Partido Liberal estava confiante por ser a “única organização partidária que presta homenagem à cultura e a nobreza de sentimentos da mulher”:

²⁶⁵ O jornal **O Correio do Estado** Também fazia campanha política para o **Partido Liberal**, porque quando Aristiliano Ramos lançou a sua candidatura ao governo do Estado em 15 de agosto de 1934, como era de costume, funda o jornal **O Correio do Estado**, que iria servir aos anseios do governo e do **Partido Liberal**. Circulam dois jornais do mesmo partido, assim com em 1902, circulava ao **República** e o **Dia**. Entretanto este ato de Aristiliano Ramos demonstrava que os primos iriam travar uma luta dentro do partido.

²⁶⁶ Jornal **O Correio do Estado**, de 08/10/1934.

²⁶⁷ Jornal **A Gazeta**, de 11/10/1934.

“Chamada a dar, nas urnas a sua opinião livre com o mesmo direito de cidadania conferido ao homem, a nobre Mulher catarinense só estará representada na próxima Assembléia Estadual, entre os deputados eleitos pelo Partido Liberal Catarinense... Antonieta de Barros. Professora das de maior prestígio entre as sua colegas, que também lhe sufragam o nome, figura como lídima e fiel intérprete do sentir e do pensar femininos em Santa Catarina, na chapa do Partido Liberal –única organização partidária que assim, presta homenagens à cultura e a nobreza de sentimentos da mulher Catarinense. Votar pois, na Chapa Liberal é defender as reivindicações femininas, é elevar mais alto que ao simples dever de opinar ... ao direito de ser eleita – a Mulher de Santa Catarina”²⁶⁸

“Eleitora! Antes da Revolução sempre te foi negado o direito de voto. Hoje desfrutas desse direito, direito sagrado que deves zelar. E a única maneira de zelar por este direito é sufragar os candidatos liberais”²⁶⁹

Oficializada a candidatura de Antonieta de Barros foi possível constatar que os jornais em Florianópolis não a “atacaram”. Nem mesmo o jornal **A Pátria** que era oposicionista e atacava Nereu Ramos de uma forma apaixonada e “virulenta”. Em nenhuma artigo foi possível observar resistência a seu nome. Entretanto, nesta pesquisa não foi possível observar os jornais que circulavam em outras cidades, como Blumenau, mas podemos observar por esta entrevista, que Antonieta de Barros concedeu ao jornal **A Noite** do Rio de Janeiro e posteriormente reproduzida no jornal **República**, que ela enfrentou problemas de preconceito. Na entrevista, o jornalista perguntou se ela pensava em ingressar na política:

“Não, Absorvida pelo meu grande trabalho de professora, eu entendia que nele se devia resumir a projeção da minha vida, Assim, apesar de estar ontem, como hoje e como sempre, como Partido Liberal, nunca me passou pela cabeça, militar na política. Mas que sabemos nós do instante que está por vir? Se consenti na inclusão de meu nome na chapa liberal foi

²⁶⁸ Jornal **República**, de 14/10/1934

²⁶⁹ Jornal **O Correio do Estado**, de 24 out. 1934.

por, sentindo-me identificada com a causa, não achar razoável, nem digno, negar-me a combater o bom combate.”²⁷⁰

No final da entrevista o jornalista comentou:

“Estava terminada a nossa palestra com a ilustrada educacionista catarinense que acaba de receber uma grande votação dos verdadeiros brasileiros, muito embora a campanha infeliz que os alemães e os teutos de Blumenau fizeram à cor de sua epiderme””²⁷¹

De acordo com este comentário podemos pressupor alguma relutância com a indicação do nome de Antonieta de Barros:

“Eleitora! Tens em Antonieta de Barros a nossa candidata, o símbolo da Mulher Catarinense, queiram ou não os aristocratas de ontem.”²⁷²

Terminadas as eleições do dia 14 de outubro de 1934, o governo elegeu maioria expressiva de parlamentares. Para Deputado Federal, Leopoldo de Diniz Júnior, Nereu Ramos, José Eugênio Muller e Dorval Melchhiades de Souza. Da **Coligação por Santa Catarina** foram eleitos Henrique Rupp Júnior e Abelardo Wenceslau da Luz.

Pelo **Partido Liberal** foram eleitos os seguintes deputados Estaduais: Francisco de Almeida, Thiago de Castro, Olívio Amorim, Aderbal Ramos da Silva, Trindade Cruz, Altamiro Guimarães, Gallotti Júnior Pompílio Bento, Braz Limongi, Roberto de Oliveira, Emílio Ritzmann e Plácido Olympio de Oliveira. A **Coligação Republicana Por Santa Catarina** conseguiu eleger, Alvaro Catão, Acácio Moreira, Heriberto Hulse, João de Oliveira, Severiano Maia, Markos Konder, Cid Campos, Sylvio Ferraro, Arthur Costa, Cid Campos, Cid Gonzaga, Henrique Voight, Renato Barbosa, João Gualberto e Agripa de Castro Faria.

²⁷⁰ Notícia transcrita do jornal **A Noite** no jornal **República**, em Florianópolis, em 24/11/1934.

²⁷¹ Idem Jornal **República**, de 24/1/1935.

²⁷² Jornal **Correio do Estado**, de 13 out. 1934.

Antonieta de Barros obteve 35.484 votos, mas ficou como primeira suplente. Entretanto, segundo Corrêa (1984), no ano seguinte, a relação dos candidatos que assinaram a Constituição foi modificada, pois faziam parte da lista os nomes de Antonieta de Barros e Rogério Vieira pelo **Partido Liberal** e Domingos Rocha, pela **Coligação**. Antonieta de Barros assumiu o seu mandato porque o Deputado Leônidas Coelho de Souza foi nomeado para o cargo de Prefeito Provisório de Caçador.

Os jornais anunciaram os resultados das eleições;

A legenda Por Santa Catarina está vitoriosa por 457 votos. Eis os resultados das chapas partidárias para a Constituinte Estadual: Por Santa Catarina, 35.391- Partido Liberal, 34.934²⁷³.

O jornal República, convidou a população para a data festiva:

“Celebra-se às oito horas na Catedral metropolitana missa festiva em ação de graças pela vitória conquistada pelo Partido Liberal Catarinense nos pleitos de 14 de outubro e 16 de dezembro, para qual estão convidados a direção e os membros do Partido, deputados eleitos, altas autoridades federais, estaduais e municipais com suas famílias e público em geral. Após essas solenidade religiosa, que se revestirá de excepcional imponência, haverá distribuição de pães aos pobres.”²⁷⁴

Na primeira página, o jornal **A Pátria** estampou a foto do Sr. Marcos Konder, deputado eleito à Assembléia Constituinte e de Edmundo da Luz Pinto.²⁷⁵

O jornal **A gazeta** comentou sobre a vitória de Antonieta de Barros como uma conquista feminista.²⁷⁶

“Antonieta de Barros está eleita Deputada à Assembléia Constituinte Estadual. A sua inclusão na chapa pelo Partido

²⁷³ Jornal **A Pátria** n. 1176, de 2 jan. 1935

²⁷⁴ Jornal **República**, 24/01/1935.

²⁷⁵ Jornal **A Pátria** Sábado, n. 1179, primeira página, de 5 jan. 1935.

²⁷⁶ Jornal **A Gazeta**, de 03 abr. 1935.

Liberal Catarinense foi, incontestavelmente, a maior conquista até hoje assinalada pelo feminismo em nossas terras...”

Antonieta de Barros fez um longo discurso ao assumir pela primeira vez a cadeira de deputada. Dirigindo-se ao presidente da Assembléia Constituinte enfatizou o que perpassava em todas as suas crônicas, o direito à educação. Porém, não só a alfabetização, mas uma educação integral:

É na cultura que os povos têm o índice principal de sua grandeza. E a educação representa, na vida dos povos civilizados, a base de todas as conquistas elevadas; é o princípio em se faz sentir em qualquer condição social; só ela é capaz de integrar o indivíduo na sua individualidade; e, avançando mais, Sr. Presidente, eu afirmaria que só a educação pode dar ao homem dentro da vida, as pequeninas migalhas de felicidade, da desejada felicidade, ponto objetivo de todos os nossos anseios e de todos os nossos atos.

E, se assim, Sr. Presidente, não se compreende porque não se integram todos os seres no direito da instrução.

Entre nós, ela se resume, para o povo, na primária. É pouco, Já não basta. Tudo evolui e só “Há, Sr. Presidente, na vida dos povos civilizados, um direito que corre paralelo ao direito e ao dever do trabalho- é o direito da instrução. E este direito que é de todos, tem sido, entre nós, até os nossos dias, infelizmente, em geral, o privilégio de alguns, daqueles a quem a fortuna sorri, daqueles que possuem a felicidade monetária.

A verdade desta minha afirmativa é visível e palpável aos que se detiverem um instante sobre este ponto da vida da nossa coletividade.

Eu tenho, Sr. Presidente, que o direito de educação é tão sagrado na existência das criaturas, como o próprio direito de viver.

Daí o sentir que, embora tenhamos feito alguma coisa em matéria de instrução, não hajamos feito o bastante que nos era possível e preciso realizar. É que temos fixado a nossa atenção tão somente na instrução primária. E a alfabetização, Sr. Presidente, é muito mas não é tudo. Para quantos ela não se transforma num suplício de Tântalo? Quantos, e estes são inúmeros, depois de sorverem os primeiros goles do líquido maravilhoso da instrução, não se martirizam toda uma existência pelo desejo de se abeirarem da fonte donde emana

a água viva do saber, sem que lhe permitam as correntes torturantes da pobreza, da falta de recursos!

E no entanto, Sr. Presidente, a instrução é um direito de todos!

E, se ela tem como finalidade, preparar, com eficiência, os indivíduos para a vida, por que não distendê-lo a todas as criaturas?

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, que, apesar da instrução ser um direito de todos, criaturas há que a desejam e não conseguem possuí-la, criaturas há que os fatos dotaram com almas e corpo de condor e lhe negaram as asas num sorriso escarninho. E estas criaturas, Sr. Presidente, se encontram no seio das massas populares que nós representamos e para quem, no presente, elaboramos uma Carta Magna. Não se concebe, dentro da evolução contemporânea, estes desperdícios de inteligências e aptidões. A educação primária não satisfaz as aspirações populares. Se a educação secundária representa o ponto em que as estrelas se cruzam para verdadeiros rumos superiores, levemos até ela o povo, franqueemo-la a todos os que a desejarem.,

Nós precisamos avançar, abandonar as planície, em que nos encontramos, precisamos possibilitar as massas o comparecimento ao banquete da Sabedoria, para que se satisfaçam do pão do espírito, sem o qual não se vive, no sentido integral da palavra...²⁷⁷

Logo após as eleições o **Partido Liberal** acusou a **Coligação Republicana** de ter procurado, para fins políticos, explorar o sentimento de raça que dizia ter existido em Blumenau. O jornal **A Pátria** defendeu-se:

“Nada mais injusto e menos verdadeiro do que explicar a recente derrota eleitoral como um movimento racial do eleitorado do vale do Itajaí.”²⁷⁸

Iniciou-se logo após o término das eleições uma disputa dentro do próprio **Partido Liberal** para a escolha ao cargo de governador. Nereu Ramos e Aristiliano Ramos se apresentaram como candidatos, e caberia aos Deputados eleitos essa escolha.

²⁷⁷ Discurso proferido ao presidente da Assembléia Constituinte, Sr. Altamiro Lobo Guimarães, publicado no jornal **República**, no dia 23 jun. 1935.

²⁷⁸ Jornal **A Pátria**, n. 1196, de 25 jan. 1935.

O jornal **A Pátria** comentou muito sobre este assunto:

“O interverntor não teve coragem de se declarar candidato, por medo, não por escrúpulos tardios, mas da derrota, que dentro do seu próprio partido lhe foi infligida por uma ala hábil, para não dizer mais ambiciosa”.²⁷⁹

“É da condição humana a ingratidão. Mas, é da condição humana, ser ingrato quando o favorecedor decai da posição que ocupa ou da fortuna que possui. O jornal República nada publica em relação ao interventor Aristiliano. O República é órgão do PL, Aristiliano é do PL, mas o República não fala nada de Aristiliano Ramos. Segundo o jornal o Partido não se dá com o Interventor.”²⁸⁰

“Os Liberais já tem candidato ao governo- O PL irá para a eleição de governador do Estado com dois candidatos: Nereu e Aristiliano Ramos.”²⁸¹

“A cabeça e a alma do partido é Nereu Ramos. (mesmo sendo Aristiliano Interventor). Todos no partido combatem o Aristiliano, Chegam a dizer cobras e lagartos do homem que quando outra virtude não tivesse, bastava a lembrança de Ter ressuscitado o Liberal, para merecer a gratidão que todos os que agora o combatem.”²⁸²

Os articulistas do jornal **A Pátria**²⁸³ comentavam sobre a preferência do **Partido Liberal** por Nereu Ramos. Na primeira página, o jornal trazia uma reportagem sobre um retrato a óleo de Aristiliano Ramos, pintado por um artista conterrâneo. O retrato teria sido oferecido ao deputado e futuro líder da Assembléia sr. Olívio Amorim, que repeliu a oferta, e segundo o jornal aquela oferta parecia um insulto. Entretanto quando o artista pintou o retrato de Nereu Ramos, o órgão do partido elogiou o grande trabalho.

Como Nereu Ramos já esperava, Antonieta de Barros fazia parte dos deputados que apoiavam a sua candidatura. Em entrevista, concedida ao jornal **A Gazeta**, Antonieta de Barros, elogiada como “*Nossa Deputada, a ilustrada*

²⁷⁹ Jornal **A Pátria**, n. 1092, de 15/7/1934.

²⁸⁰ Jornal **A Pátria**, n. 1191, Sábado, de 19 jan. 1935.

²⁸¹ Jornal **A Pátria**, n. 1192, de 21 jan. 1935.

²⁸² Jornal **A Pátria**, n. 1197, de 25 jan. 1935.

professora e a festejada belletrista conterrânea”, relatou sobre o momento político, apoiando incondicionalmente Nereu Ramos:

“Há nomes que valem por uma bandeira, por um programma, pelas mais soberbas realizações, pelas mais justas conquistas. Assim o é o de Nêreu Ramos, o tribuno vibrante, o maior catharinense do momento. Não há quem negue a cultura invulgar, correndo paralella com a honestidade impar... e se os grandes homens pódem offerecer como penhor das suas acções de amanhã a sua vida pública de ontem, a victória de Nerêu Ramos assegurará a Santa Catharina os dias que, de facto, merece viver. Com elle triumpho o povo cujas aspirações e direitos tem advogado, durante toda uma existência com o carinho e a pertinácia dos verdadeiros patriotas... quando se procuram consolidar os ideaes por que se levantou a Nação, em trinta, balanceando-se os homens, e os caracteres, dentro da communhão barriga-verde, fica-se a pergunta: - Quem maior do que Nerêu Ramos? Quem o suplantará?”²⁸⁴

Um dia antes da eleição para o cargo de governador, que ocorreria no dia primeiro de maio de 1935, segundo Corrêa (1984, p.208):

“Os Deputados que apoiaram o nome de Nereu Ramos se reuniram na casa deste e, ante as constantes ameaças de vida daquele grupo, recolheram-se ao quartel do 14 batalhão de Caçadores de onde impetraram “habeas corpus” ao Tribunal Superior Eleitoral, para que fosse garantida a sessão da Assembléia do dia primeiro de maio, para a eleição”

Os jornais de Florianópolis comentavam sobre este acontecimento, enaltecendo os deputados que apoiavam Nereu Ramos. O jornal **O Estado** comenta que *“com o intuito de garantir a eleição”²⁸⁵*, Nereu Ramos e Manoel Pedro da Silveira, juntamente com mais 16 deputados, deixaram a casa do Sr. Nereu Ramos, para asilarem-se no quartel, porque a casa estava sendo ameaçada .

²⁸³ Reportagem publicada no jornal **A Pátria**, na primeira página, da Segunda-feira, de 18 fev. 1935.

²⁸⁴ Reportagem publicada no jornal **A Gazeta**, n. 84, de 18 abr. 1935.

²⁸⁵ Notícia publicada na primeira página do jornal **O Estado**, de 30 abr. 1935.

Os deputados coligados estavam reunidos em um hotel e deliberaram a não comparecerem às eleições. Entretanto o jornal **A Gazeta**²⁸⁶ relatou que:

“Os Deputados Coligados Srs. Drs. Arthur Costa e Agrippa de Faria, estiveram hoje pela manhã no quartel do 14 BC, onde estão asilados os deputados que apoiam o Dr. Nereu Ramos em maioria na Assembléia Constituinte. Os dois constituintes coligados ali foram levar aos colegas a expressão do seu protesto vehemente e da sua solidariedade de companheiros pela maneira degradante com que se pretende amordaçar a consciência livre de cidadãos livres, enxovalhando assim, as tradições de cavalheirismo da gente barriga verde...”

Entretanto, segundo o jornal **República**²⁸⁷, Arthur Ferreira da Costa estava presente à votação na Assembléia, contrariando as ordens deliberadas por seus correligionários. Logo mais, compareceu também Agrippa de Faria.

Segundo a edição do mesmo jornal, Antonieta de Barros também fazia parte dos deputados que se recolheram no quartel.

Entretanto, no dia seguinte, o jornal **A Pátria**²⁸⁸ iria revidar o “*gesto de altivez e nobreza*”²⁸⁹, anunciando na primeira página que “*por haver traído os compromissos de honra solenemente assumidos*”, resolvia cassar o mandato conferido a Arthur Costa para representar a organização junto ao Superior Tribunal, desligando também da Coligação o **Partido Social Evolucionista**. No mesmo jornal, a **Legião Republicana** publicava nota que afastava Agripa de Castro Faria. De acordo com a pesquisa realizada, também foi possível constatar em várias edições do jornal **A Pátria**²⁹⁰, a publicação de fotos, ocupando quase toda a primeira página, de Arthur Costa e Agrippa de Faria, com o título, “*Traidores da Pátria*”. Juntamente com as fotos, publicavam reportagens *virulentas*, que atacavam os *traidores*. Elogiavam Marcos Konder, Álvaro Catão e outros, pois ao contrário

²⁸⁶ Primeira página do jornal **A Gazeta**, n. 136, de 30 abr. 1935.

²⁸⁷ Primeira página do jornal **República**, do dia 2 maio 1935.

²⁸⁸ Primeira página do jornal **A Pátria**, do dia 3 maio 1935.

²⁸⁹ Título da reportagem que anunciava que os deputados Arthur Costa e Agrippa de Farias estavam prestando solidariedade a Nereu Ramos publicada em edição número 136, no jornal **A Gazeta**, no dia 30 abr. 1935.

²⁹⁰ Jornal **A Pátria**, em edições dos dias 03,04,05,06 maio 1935, em todas as primeiras páginas.

dos traidores, “*souberam honrar os compromissos assumidos*” e não aceitavam qualquer espécie de “*suborno*”.

Nereu Ramos ganhou a eleição e o jornal **A Pátria**²⁹¹ publicou um recurso que foi apresentado pelos deputados **Republicanos** contra o novo governador. O recurso alegava que a eleição estava irregular, e que feria o artigo 53, número 2, da Constituição Federal que estabelecia que nenhum deputado poderia exercer cargo, comissão ou emprego público remunerado, a partir da expedição do diploma. Segundo constava, Aderbal Ramos era fiscal Federal, Benjamim Galloti, prefeito de Tijucas, Pompílio de Pereira Bento era agente do Loyd Brasileiro e Antonieta de Barros era Professora da Escola Normal.

No dia 22 de julho os deputados **Republicanos** foram derrotados e Nereu Ramos tomou posse no governo.

João Bayer Filho resolveu fechar o jornal **A Pátria**, que fazia violenta oposição a Nereu Ramos, em 18 de maio de 1935. Entretanto, o partido de Nereu Ramos não ficaria sem oposição pela imprensa, pois sob a direção de Adolpho Konder e de Fulvio Aducci foi fundado o jornal **O Diário da Tarde**.

Um fato “*virgem*” ocorreu em julho de 1937. Nereu Ramos e Altamiro Guimarães (presidente da Assembléia), ausentaram-se por motivo de viagem. Assumiu o governo Rogério Vieira que era segundo Presidente da Assembléia. Como Antonieta de Barros era a primeira secretária, assumiu a presidência da casa. O jornal oposicionista, **Dia e Noite**, sob a administração de Menezes Filho, em reportagem intitulada, “*Fato Virgem em nossa história*” declarou:

*“Observou-se, anteontem na Assembléia Legislativa, um fato curioso, virgem na história de Santa Catarina: aquela casa presidida por uma mulher. É que, ausentes os Srs, Altamiro Guimarães e Rogério Vieira, assumiu a presidência a Sra. Antonieta de Barros. O fato não pode passar em branca nuvem. Pelo contrário, Merece ser estereotipado em letras bem visíveis para que a posteridade o conheça e o julgue...”*²⁹²

²⁹¹ Jornal **A Pátria**, de 03/05/1935, p.12.

²⁹² Jornal **Dia e Noite**, de 21 jul. 1937.

Em 1937 no estabelecimento do **Estado Novo**²⁹³, foram dissolvidas as Assembléias Estaduais, a Câmara e o Senado Federal. Antonieta de Barros reassumiu suas atividades como professora, começando também a lecionar Português e Psicologia no Colégio Coração de Jesus. Permaneceu neste estabelecimento de ensino até 1945. Nereu Ramos foi reafirmado no governo de Santa Catarina, como Interventor Federal. Nereu governou sem oposição dez anos, até 1945, pois com o **Estado Novo** foram fechados os partidos políticos.

Segundo Carlos Alberto Silveira Lenzi (1983, p.133):

“Rompidas as comportas do autoritarismo do Estado Novo, precipitam-se as águas da democracia, na corrida célebre para a ocupação dos espaços políticos”.

Entretanto, segundo o mesmo autor, as novas siglas partidárias tinham as mesmas características das agremiações anteriores. As novas siglas não romperam com as oligarquias, regimes centralizadores e coronealismo. O que se verificou foi justamente a consolidação destas velhas formas de poder. Com a fundação do **Partido Social Democrata**²⁹⁴ em maio de 1945, por Nereu Ramos, e da **União Democrática Nacional**²⁹⁵ em 2 de outubro de 45, em Ibirama, por Henrique Rupp Júnior, Adolpho Konder e Aristiliano Ramos, institucionalizou-se a oligarquia catarinense. Segundo Carlos Humberto Corrêa (1984, p.235): “os ‘coronéis’ do planalto e oligarcas do Litoral”.

No dia 28 de abril de 1945, Nereu Ramos conclama pelo jornal **A Gazeta**²⁹⁶, os correligionários para a convenção de fundação do **Partido Social Democrático**, que ocorreria no dia 12 de maio de 1945, no cine Ritz. Segundo o jornal:

²⁹³ O período denominado “**Estado Novo**”, compreendido entre os anos de 1937 a 1945, segundo Carlos Alberto Silveira Lenzi (1983, p.129), “Foi uma espécie de fase cinzenta da história política brasileira, quando o autoritarismo - ditatorial firmou-se com base no poder local das oligarquias estaduais, coonestadas e coniventes com o governo central”

²⁹⁴ O **Partido Social Democrático** em Santa Catarina foi fundado por Nereu Ramos em maio de 1945, após convenção realizada no cine Ritz, em Florianópolis. Aderbal Ramos da Silva funda a emissora de rádio **Guarujá** e adquire o jornal **O Estado**, para defenderem as idéias do partido.

²⁹⁵ A **União Democrática Nacional**, em Santa Catarina foi fundada em 2 de outubro de 1945, em Ibirama, na casa de Henrique Rupp Júnior, juntamente com Aristiliano Ramos, Adolfo Konder e outros. Para defender e divulgar a propaganda partidária a **UDN** funda o jornal **O Diário da Tarde**.

²⁹⁶ O Jornal, **A Gazeta** era de propriedade de Jairo Callado. Tinha como diretores de Redação, Rubens de Arruda Ramos e Oswaldo Mello. Este jornal passou a ser órgão oficial do Partido Social Democrático.

“A Convenção deliberará a respeito da forma e do método dessa organização, definindo, desde logo, a diretriz que o novo Partido adotará em face da política nacional”

Segundo os jornais, Florianópolis estava em festa no dia da Convenção. Havia faixas, fogos de artifícios e um alto falante da rádio Guarujá anunciando todos os passos da Convenção. Segundo o jornal **A Gazeta**²⁹⁷, *“compareceram à Convenção um número superior a mil pessoas”*

No dia 12 de maio, de 1945, o jornal **O Estado**²⁹⁸ publicou:

“Em sessão solene prestigiada com a presença de representativos elementos da política de Santa Catarina, e sob a presidência do Sr. Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado, será instalado hoje, às 15 horas, no cine Ritz, a Convenção para a organização no Estado do Partido Social Democrático”

O jornal oposicionista, **O Diário da Tarde**²⁹⁹ continuando com o mesmo debate apaixonado e virulento que constatamos anteriormente desde o início de século XX, na primeira página publicou:

“Senhores Convencionais, Ides hoje, a convite ou por imposição dos homens do governo, que está na agonia, vos reunir para a formação de um partido político. Lembrai-vos, no entanto, que essa organização que ides ajudar com a vossa presença, será a continuação dos que se habituaram num regime de arbítrio e dos que são causadores de todas as queixas que tendes tido.

²⁹⁷ Jornal **A Gazeta**, do dia 13 maio 1945.

²⁹⁸ O proprietário e diretor gerente do jornal **O Estado** era Altino Flores e Rubens de Arruda Ramos. Nota publicada no dia 12 de maio de 1945. Houve um engano, e a data do anúncio saiu com o dia 21 de maio.

²⁹⁹ O jornal **Diário da Tarde** tem como diretores, Pedro Carneiro da Cunha e José Medeiros Vieira. Notícia publicada na primeira página, do dia 12 de maio de 1945. Na ala Jovem da **UDN**, o presidente era José Medeiros Vieira, apelidado de “boca do inferno” porque atacava “virulentamente” os partidos opositores.

Segundo o articulista, o governo de que faziam parte os correligionários do PSD, anteriormente:

“vos arrancou através de impostos escorchantes, o fruto de vosso trabalho; que vos reduziu o nosso município, a um boneco de palha, sem valor e sem prestígio; que vos deixou em completo abandono durante dez anos(...) Vós não ireis trair o nosso passado de honra e dignidade.

E concluindo diz: *“O Brasil não pode sucumbir ao jogo que vos oprime.”*

Defendendo-se dos “ataques” do jornal oposicionista, e chamando seus integrantes de “*minoria plutocrática e amiga do conforto íntimo*”, o jornal **A Gazeta** rebateu:³⁰⁰

“Desdenhamos, preliminarmente, as vozes isoladas que não sentiram, em recesso do Estado à decisão solene dos imperativos da nacionalidade, para acompanhar a ingloria arremetida de alguns extemporâneos, encurralados no saudosismo ou na ambição pessoal. Desdenhemos nesta data festiva, àqueles que persistem no erro de isolacionismo fragmentário, protegendo anseios que o desfecho da guerra extirpou das consciências honestas e esterilizou perante a humanização dos adventos políticos sociais(...) Depois da Convenção, se houver luta, há de ser uma ultimação da grande guerra que já vencemos.”

No dia 13 de maio, o mesmo jornal, **A Gazeta**³⁰¹ abriu manchete em toda a primeira página, destacando sobre a convenção realizada no dia anterior.

“Transcorreu num ambiente de profunda emoção cívica e pronunciada convicção patriótica, a grande convenção das forças políticas catarinenses, ontem reunidas para fundação do Partido Social Democrático,...

A reportagem acima foi muito longa, descrevendo todos os acontecimentos e a presença de diversas representações do interior do estado. Antonieta de Barros e

³⁰⁰ Editorial publicado no jornal **A Gazeta**, no dia 12 maio 1945.

³⁰¹ Manchete publicada na primeira página, do jornal **A Gazeta**, Domingo, dia 13 maio 1945.

sua irmã Leonor de Barros também estavam presentes nesta festa cívica. Leonor de Barros foi oradora.

Nereu Ramos comandava o partido e decidia sobre a composição dos candidatos. Novamente escolheu Antonieta de Barros para compor a chapa da Assembléia legislativa.

Realizado o pleito em Santa Catarina, no dia 2 de dezembro de 1947, os novos componentes da assembléia legislativa tiveram novamente funções constituintes. Nestas eleições votaram 216.241 eleitores, de um total de 248.086. Para o senado, o **PSD** elegeu Nereu Ramos e Ivo Dáquino Fonseca. Pela **UDN** foi eleito Aristiliano Ramos.

No pleito de 19 de janeiro de 1947³⁰², o Dr. Irineu Bornhausen era candidato a governador pela **UDN** e o Dr. Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos, candidato a governador, pelo **PSD**. Para o senado concorriam pelo **PSD**, o Dr. Francisco Benjamim Gallotti e Dr. Lúcio Corrêa. Para deputado federal, Dr. Joaquim Fiuza Ramos, Dr. Aristides Largura e Dr. Leoberto Leal. Entre os deputados estaduais estava o nome de Antonieta de Barros. Pela **União Democrática Nacional**, para o senado concorriam, o Dr. Adolfo Konder e o Dr. João Bayer Filho. Para deputado federal a **UDN** tinha uma candidata: Silvia Amélia Carneiro da Cunha³⁰³.

Realizada as eleições, de um total de 259.285³⁰⁴ eleitores, votaram 186.302. Para o governo do estado foi eleito Aderbal Ramos da Silva, com 95.740 votos.³⁰⁵ O **PSD** elegeu Francisco Benjamim Gallotti e Lúcio Corrêa. Na assembléia legislativa, das 37 vagas, o **PSD**, obteve 21. Antonieta de Barros foi eleita como

³⁰² O jornal **A Gazeta**, de 15 jan. 1947, publicou o Edital do Tribunal Regional Eleitoral que registrava a nominata de todos os partidos e candidatos. Os partidos eram: **O Partido Social Democrático, O Partido Comunista do Brasil, A União Democrática Nacional, O Partido da Representação Popular e o Partido Trabalhista Brasileiro**, que apoiou Aderbal Ramos da Silva, para governados. Nesta pesquisa, enfatizamos somente os representantes da **UDN**, liderada por Irineu Bornhausem, em razão de ser o principal partido opositor do **PSD**, o qual Antonieta de Barros, fazia parte.

³⁰³ De acordo com o TRE/SC- Secretaria Judiciária/ Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação Silvia Amélia Carneiro da Cunha, obteve 38 votos.

³⁰⁴ Dados de acordo com o TRE/SC - Secretaria Judiciária/ Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação.

³⁰⁵ Irineu Borhausen obteve 81.313 votos.

suplente com 2.092 votos. Ela assumiu a cadeira de deputada em 1948, com o seguinte discurso:³⁰⁶

“Senhor Presidente: Pela Segunda vez, o eleitorado livre da minha terra me conduz a êste recinto.

Venho, Sr, Presidente, dum setor, onde o trabalho é um sacerdócio; onde esquecidos de nós mesmos, procuramos construir um mundo melhor, por meio de uma humanidade melhor; onde a única paixão que nos anima, é a mais pura e santa das paixões, porque baseada no desejo da perfeição humana.

Deixei, Sr. Presidente, a seara harmoniosa da escola, onde não há ódios, onde o amor é o princípio e o fim, onde todo o trabalho é construtivo, para responder presente à chamada do meu Partido. E aqui estou, coração e espírito cheios de boa vontade, para colaborar com os meus dignos pares.

Mas, se assim procedi, Sr. Presidente, foi, é porque assim creio que, nesta casa, como na Escola, acima dos partidos, sem distinção de credos , a preocupação máxima, a preocupação única é Santa Catarina! Santa Catarina por si mesma! Santa Catarina, dentro do Brasil!

Acima de nós mesmos ,Srs. Presidentes; acima de nossos sentimentos e paixões pessoais; acima de todos quantos aqui representam uma parcela da terra querida; há o Estado, há os problemas do Estado, há a vida do Estado; há o engrandecimento de Santa Catarina; há o bem estar do povo que representamos, há o engrandecimento de Santa Catarina e a sua situação dentro da Federação Brasileira!

Sei, Sr. Presidente, que êstes são os anseios que norteiam todos os atos dos meus ilustres pares. E por isto, solidarizo-me fraternalmente com êstes anseios, dentro do meu trabalho, no sentido de tudo dar e tudo fazer por Santa Catarina e para Santa Catarina!

Durante sua segunda legislatura, Antonieta de Barros apresentou vários projetos, e alguns viraram leis: elaboração de um projeto de lei que regularia a concessão de bolsas escolares para os cursos superiores e técnicos., concurso ao cargo de diretor e inspetor escolar, concurso de ingresso e remoção ao magistério, inscrição dos professores particulares no montepio dos funcionários públicos, instituição do feriado nacional no dia do professor, 15 de outubro.

³⁰⁶ Este Discurso encontra-se no livro de Antonieta de Barros intitulado **Farrapos de Idéias**, p. 215-16.

Continuavam os ataques entre os jornais, quase da mesma forma com foi visto anteriormente no decorrer desta pesquisa. O partido de Antonieta de Barros, o **PSD**, atacava a **UDN**, através do jornal **O Estado**, alertando o povo que Irineu Borhausen estava sendo apoiado pelos comunistas. A notícia do envolvimento com o partido comunista poderia influenciar os eleitores, pois no decorrer da pesquisa, constatamos que eles eram chamados de “*praga vermelha*” e “*adoradores do amor livre*”.

Para desfazer o que fora divulgado pelo jornal **O Estado**, a **UDN**, através do periódico **O Diário da Tarde**³⁰⁷, publicou uma carta do Vigário de Itajaí: Monsenhor José Locks, na primeira página. A publicação da carta, sob o título, “*A bem da Verdade*” relatou:

“Com o fim de desfazer qualquer notícia tendenciosa em defesa da candidatura do senhor Irineu Bornhausen a Governador do Estado, declaro como Vigário desta Paróquia que o referido senhor, paroquiano meu, é batizado e educado no seio da Igreja Católica, tendo sempre vivido como católico praticante, como bom pai de família e bom esposo.”

Em 1950, Nereu Ramos presidia o diretório nacional do **PSD** sendo considerado candidato à presidência da república. Entretanto, na convenção do **PSD**, realizada no dia 12 de maio de 1950, o presidente Eurico Gaspar Dutra declarou o seu apoio a Cristiano Machado. Nereu Ramos decepcionado, deixou a presidência do PSD e voltou para Santa Catarina, para tratar das eleições gerais que ocorreriam em 3 de outubro de 1950. O jornal oposicionista “**O Diário da Tarde**”³⁰⁸, aproveitou a ocasião para rechaçar com a derrota de Nereu Ramos:

“Nereu, um filho de um Estado pequeno, não foi candidato à presidência da República, porque não conseguiu pacificar a sua terra”.

³⁰⁷ Carta publicada na primeira página do jornal **O Diário da Tarde**, do dia 9 jan. 1947.

³⁰⁸ Jornal **Diário da Tarde**, n. 67, do dia 7 jul. 1950.

Nereu Ramos não aprovou o candidato do **PSD**, Cristiano Machado, passando a apoiar Getúlio Vargas. O **PSD** lançou o nome de Nereu Ramos para o senado federal e o nome de Udo³⁰⁹ Deeck ao governo do Estado. A **UDN** lançou o nome de Irineu Bornhausen para o governo do estado. Para o senado, Carlos Gomes de Oliveira.

Segundo o resultado do pleito de 3 de outubro de 1950 Irineu Bornhausen foi eleito governador do estado. Nereu Ramos perdeu a vaga no senado, para Carlos Gomes de Oliveira, ficando com a cadeira de deputado federal³¹⁰. O **PSD** elegeu 4 deputados federais e 18 deputados estaduais. A **UDN** elegeu 4 deputados federais e 13 deputados estaduais. Foi uma derrota do partido de Antonieta de Barros, pois a **UDN** contava com o apoio de outros partidos, como o **PTB**, o **PRP** e o **PSP**.

Em 1951, Irineu Bornhausen assumiu o governo do estado, e para tristeza de Antonieta de Barros, um dos seus primeiros atos foi a anulação do Concurso de Ingresso e Remoção do Magistério. Para Antonieta de Barros e para o magistério foi um descaso, pois como foi possível observar, no capítulo *A Representação das mulheres nos jornais em Florianópolis*, as professoras que não eram do partido sofriam perseguições políticas, ou eram removidas para lugares longe da família. O próprio partido de Antonieta de Barros utilizava esta estratégia. Talvez foi por este motivo que Antonieta de Barros ergueu a bandeira do concurso de ingresso, pois ela mesma nunca fez um concurso e talvez sentia-se ameaçada ou era obrigada a proteger-se, “usar máscaras”, “bater palmas, mesmo quando se deseja patear”, “bajular”, ou usar “muletas”, não se realizando, deixando a “alma em farrapos”.

³⁰⁹ O **PSD** através do jornal **O Estado** publica na primeira página, o nome de Udo Deeck ao governo do estado, em edição do dia 8 jul. 1950.

³¹⁰ Naquela época, era possível ser candidato ao Senado e a Câmara Federal no mesmo pleito eleitoral.

4.2 O Feminismo em Antonieta de Barros

Os jornais em Florianópolis investiam numa mulher imaginária que tomou o lugar da mulher de “*carne e osso*”, e impediu essa mulher de ter um lugar, ou segundo Antonieta de Barros, em seu artigo “A Sombra”, publicado no jornal **República** de 26 de março de 1933, impediu “*de se esporem ao sol, de lutarem.*” Mas, como fazer esse movimento, se é barrada pelas imagens e como lutar contra essas imagens se elas as envolvem na igreja, na medicina, no direito, na política, na literatura, nos olhares e principalmente nos jornais? Como fazer essa “*escalada*”, se os jornais insistem em circular imagens da mulher mãe, Madona, bondosa, “*irradiadora*”, bela, pálida e meiga?

Como já foi dito anteriormente, um dos caminhos é a escrita. A mulher começa a se exprimir publicamente por meio da escrita. A imprensa abre oportunidades principalmente para Antonieta de Barros. Nereu Ramos, logo após ter assumido a direção do jornal **República** em junho de 1931, convida-a para fazer parte dos colaboradores do jornal.

Antonieta de Barros, abriu, com o pseudônimo de “*Maria da Ilha*”, uma coluna intitulada “*Farrapos de Idéias*”. Através de seus *Farrapos*,³¹¹ ela vai abrir às mulheres domínios que eram reservados somente aos homens: a inscrição no cenário político.

A nossa personagem tinha um pensamento singular sobre a emancipação da mulher que perpassa em todos os seus textos. Era um pensamento determinado, quase uma imposição, um “*leitimov*”, se assim podemos dizer: tornar a cultura acessível a todos, homens ou mulheres, pobres ou ricos. Ela trilhou sozinha este caminho, pois na época, em Florianópolis, não havia estudos superiores para mulheres. Reivindicava a todos a “*escalada deslumbrante*”, lutava principalmente pela educação das mulheres como poderemos constatar nestes artigos:

³¹¹ “*Farrapos* “era a maneira que os jornalistas denominavam a coluna de Antonieta de Barros. Era comum na época chamar as colunas dos jornalistas desta forma, como por exemplo também denominar a coluna *Bilhete Verde*, de Luiz Henrique do jornal **A Pátria** de “*Bilhetes.*”

Não se pode negar, Santa Catarina tem progredido quanto ao ensino superior. O Instituto Politécnico, com seus cursos de Engenharia e Farmácia, já reconhecidos pelo Governo Federal, e com outros que também esperam sê-lo, e a Faculdade de direito, há pouco fundada, atestam aquela nossa afirmativa... Há contudo, uma grande lacuna na matéria de ensino: a falta dum ginásio, onde a Mulher possa conquistar os preparatórios, bilhete de ingresso para os estudos superiores. O elemento feminino vê, assim, fechados diante de si, todos os grandes horizontes. O excelente ginásio que possuímos, não permite à Mulher a assistência das aulas... O máximo de ilustração oficial, proporcionando às Mulheres em Santa Catarina, está restrito a um curso de normalista e nada mais.³¹²

“Com a pressa com que o tempo passa, a Civilização avança e a Humanidade não melhora. Os escritores modernos, com exceções muito raras, mergulham a pena no lamaçal em que essas mesma humanidade se debate para lhe traçarem o perfil e, trazerem à luz, em letra de forma, toda hediondez encontrada... esses trabalhos muitas vezes caem em mãos de criaturas inexperientes, espíritos incapazes dum pouco de lógica, deixando-se arrastar pelas idéias arrojadas, pelas frases de efeito... A educação intelectual dos povos encontra no livro a sua mais poderosa força ... a literatura, chamada feminina é escassa, escassíssima e ... completamente virgem de idéias. Literatura para convalescentes. Enfronhando-se nesta leitura oca, fatalmente, consequentemente, logicamente, formarão o espírito à sua imagem e semelhança.”

“São os próprios homens que depois se riem da falta de cultura e do pieguismo da quase totalidade das mulheres. Tudo é natural, é o reflexo da falta de comedimento, com que escrevem os artífices da idéia. A literatura chamada feminina é escassa, escassíssima. E, além de minguada ainda vem repleta de pieguismo, pieguices, virgem completamente virgem de idéias, Literatura para convalescentes.”³¹³

³¹² Jornal **República**, de 12 jul. 1932.

³¹³ Jornal **República**, de 6 mar. 1932.

Sob o título “**A inteligência feminina é um capítulo de interrogações**”, Antonieta de Barros questiona sobre a sabedoria, a inteligência;

*Se é divina, porque negam à Mulher, a graça dêste Dom?
Será que Deus, a própria Justiça, negaria às descendentes
De Eva, o traço íntimo de aproximação, entre o humano e
O divino?
Pensar, agir, cultivar o Belo será privativo da metade do
Universo?*³¹⁴

Com o título **Sexo fraco em defesa do sexo forte**, Antonieta de Barros enaltece o avanço feminino:

*“Tudo isso nos fez lembrar as notícias, vindas do Rio, em
que o sexo fraco, representado pelas dras Natércia Silveira e
Maria Xavier da Silveira pôs em defesa do sexo forte, num
juri, conseguindo a absolvição do réu, criminoso de morte.
Não foi sem emoção e, talvez, espanto, que se assistiu a êste
espetáculo surpreendente, soberbo manifesto da inteligência
feminina.
Depois da eloquência dos fatos, que mais resta dizer?
Inegavelmente, **le monde marche...**”*³¹⁵

Segundo as crônicas seguintes, Antonieta de Barros tinha correspondência com mulheres que lutavam à favor do voto feminino e eram consideradas “feministas”:

*Entre os espíritos femininos conscientes do seu idealismo
elevado, fora da órbita comum, encontra-se inegavelmente, a
senhora Nathercia Lacerda de Moura. Esta senhora, é na
verdade, como, com acerto já foi julgada, um fenômeno
mental na literatura feminina brasileiro... a nobre escritora,
aos seus presentes e futuros insultadores, retribui-lhes as
injúrias, com o silêncio bom de uma piedade imensa, tão alta
que não quer humilhar”*³¹⁶

³¹⁴ Jornal **República**, de 03/01/1932.

³¹⁵ Jornal **República**, de 03/01/1932.

³¹⁶ Notícia publicada no jornal **República** no dia 10/04/1932. A Sr. Nathércia Lacerda de Moura, gaúcha, criou em 1931 a Aliança Nacional de Mulheres com 3.000 filiados. Em 1932, prestava assistência jurídica a operárias.

*Comunicam-nos do Rio ,da Federação pelo progresso Feminino, na Convenção Eleitoral Feminina ali havida, de 3 a 6 do corrente, foi votada, unanimemente, a repulsa ao serviço militar feminino.*³¹⁷

“As feministas estão vencendo a última etapa porque tanto se bateram: a conquista dos direitos políticos. Não encontramos, na concessão do voto da mulher, nada mais que uma interpretação certa à letra de nossa constituição de 1891.

E, se esse triunfo não nos deixou indiferente, ser sermos feminista, foi ter ele sido alcançado pela força do direito...

Não compreendemos, mesmo, a gruta, contra a porta, aberta ao sexo fraco, pelo direito de voto.

E isto, porque, diga-se entre parênteses, mulheres na política, sempre as houve.

Não há novidade, pois, a não ser que abandonem os bastidores, para apresentarem ao público.

Todavia, infelizmente, nem tudo que temos direito, estamos apto a fazê-lo. E não é justo que, criticando um mal procuremos engrosá-lo. As leis não são feitas para exceções mas sim para as coletividades.

Daí a necessidade da educação das massas, para que os atos correspondam aos intentos, para que o real seja a imagem mais ou menos, perfeita do sonho.

Não descremos da sinceridade da mulher brasileira, mesmo porque todas as vitórias empolgam de começo, os que as alcançam.

Entretanto, afim de que o eleitorado fraco seja conscientizado, é necessário integralizá-lo no conhecimento das suas responsabilidades.

A mulher brasileira por influência e causas múltiplas, não se encontra, na sua maioria, ainda na altura da norte-Americana, nem da Européia.

Não é que tenha nascido para o lar, como querem que se firmam na tradição por hábito ou por comodidade, não é que lhe falte inteligência.

*O que se lhe nota de imperfeito é consequência de nosso defeituoso sistema educativo.*³¹⁸

³¹⁷ Notícia publicada no dia 24 de julho de 1932 no jornal **República**. A federação pelo progresso Feminino, foi fundado em 1922, no Rio de Janeiro, pela filha do famoso cientista Adolfo Lutz, Berta Lutz. Em 1919, Bertha Lutz já tinha criado a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. A Federação tinha como principal bandeira de luta a igualdade de condições com os homens. Nas primeiras eleições Bertha Lutz ficou suplente, mas segundo os jornais em Florianópolis, ela estaria movendo uma campanha para impedir que o Dr. Pereira Carneiro continuasse a exercer o seu cargo de deputado.

³¹⁸ Jornal **República**, 17/6/1932

Em maio de 1933 foram realizadas no Brasil eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Somente Carlota Pereira de Queiróz foi eleita à Constituinte por São Paulo. Bertha Lutz entrou como primeira suplente. Os jornais comentavam que Bertha Lutz não teve muito apoio das mulheres. Antonieta de Barros é solidária à luta das mulheres, e em suas crônicas tenta convencer da necessidade de uma educação que as prepare para a participação na vida política.

*Na derrota feminina nas eleições para a Constituinte, não vimos, a maldade das mulheres para com as mulheres, mas simplesmente, o que tínhamos – a falta de independência moral em que, sempre, se acorrentou o sexo fraco. Os frutos da rotina não se despedaçarão com simples golpes de audácia. São precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta, para que se vislumbre um raio de luz, em tão intensa treva”*³¹⁹

Germaine de Stael, escritora francesa, em um dos seus escritos, parece que tinha a mesma opinião de Antonieta de Barros :”*a ausência de solidariedade é apenas o peso da ignorância e do preconceito.*”³²⁰

Antonieta de Barros, através de sua coluna “**Farrapos de Idéias**” apresentava a sua opinião sobre as mulheres:

*Em todos os tempos, quando os homens, esquecendo a parte divina, neles existente, se investem, como leões da fábula, mas armados de todos os recursos guerreiros da época; quando as mulheres não passavam de bibelots, ou de simplesmente administradoras de casa, para quem o senhor olhava com superioridade, nunca faltou o desvêlo feminino nos hospitais de sangue, onde sofriam e morriam os mártires da ferocidade humana.*³²¹

Em uma crônica dividida em cinco partes – “**Como tem sido governado o mundo. A parte das mulheres. A parte dos homens. A parte que ficou sem dono. A sábia lição da Natureza**”, Antonieta de Barros revisita os costumes

³¹⁹ Jornal **República**, 3 set. 1933

³²⁰ Palavras de Germaine de Stael, retirado do livro **Histórias das mulheres do século XIX**, p. 606.

³²¹ Jornal **República**, de 24 ago. 1932.

elaborados pela sociedade e “solidificados pela Rotina”,³²² que simbolicamente governam as “partilhas”, mas que devem ser modificados para haver mudanças sociais e políticas.

Senhores do mundo, logo depois que findou o Paraíso, entenderam os homens da necessidade de governá-lo. Mas como fazê-lo? Com a cabeça? Com o coração? Com o estômago?

Difícil era o problema, todavia, exigia pronta solução.

Embora contrários a toda partilha nessa cousa de mando, não negaram à mulher, a colaboração na grande empresa.

Deram-lhe o coração, Tinha Eva de ser toda sentimentalidade, toda doçura.

Era a pasta da Bondade, nos destinos do mundo.

Em troca, porém, morreu-lhe o cérebro e ficou inibida de trabalhar pelo estômago, surgindo, assim, as parasitas.

Para si, escolheram eles o estômago, a víscera insaciável.

E a luta de todos os instantes, absorvendo-os, por completo, sob diferentes pretextos, dentro dos mais disparatos prismas, surgiu dantesca, terrível.

Incontestável, como a Humanidade que simboliza, o estômago... escravizou, dominou os homens e fá-los gastar toda uma existência para a satisfação dos seus desejos. E, quando, na “extrema curva do caminho extremo”, exaustos, vêem a aridez da jornada, compreendem a nulidade dos seus esforços.

O cérebro, como nas mulheres, se aniquilou sob o domínio do estômago, a célula mater da engrenagem; e o coração, orgulhosamente, tentam sufocá-lo.

Rolaram séculos. A Rotina consagrou a partilha e bateu palmas à direção do mundo.

De vez em quando; porém há olhares lúcidos para o que não se fez, e pensa-se, então, no que se poderia fazer.

E, desolados, clama-se pela necessidade de se endireitarem as coisas.

Como? Se tudo é acéfalo? Se, na partilha, se esqueceu a cabeça?

Ela, embora, depois de esforços titânicos, entre hoje, de mãos dadas com ele, na grande luta do estômago, tem de ser fonte de meiguice, toda coração e nada mais...

Ele é o grande enamorado do estômago, para e por quem luta e trabalha?

O mais... que importa?

³²² Palavras de Antonieta de Barros

Todavia, parece tão simples tudo. A sabedoria divina semeou o espaço de astros que têm vida autônoma, giram, sofrem a influência da simpatia universal e conservam, dentro da mais completa harmonia a sua integral personalidade.

Por que as criaturas não buscam a lição dos astros?

Cada ser é um mundo completo, com as suas leis e as suas obrigações.

*Por que não se observa a vida e não se lhe estabelece a harmonia, superiormente, humanamente, no sentido elevado da palavra, cumprindo a sábia lição da Natureza que colocou “o coração acima do estômago e a cabeça acima do coração”?*³²³

Novamente Antonieta de Barros fala sobre o que a rotina solidifica:

*“As conquistas o progresso, tudo quanto procura fugir ao que a Rotina solidificou sofre agora e sempre, o ataque impiedoso das pedradas infelizes dos maus... só os irracionais e os domesticados são, no panorama vital, os eternamente contentes e conformados... Que seremos nós, as mulheres? Irracionais ou domesticadas? Porque esta questão de inteligência e aptidões femininas, ora em foco, se resume, digamos de passagem, em classificar a Mulher entre as criaturas superiores ou entre os irracionais... A Mulher teve, até há pouco, as regalias de bibelô caro, de qualquer coisa quebradiça e de alto preço, para a qual todos tinham olhares, sorrisos, gestos e atitudes protetoras... É isto que está agonizando e querem reviver... Inferior aos próprios irracionais, doméstica e domesticada. Se contentará, eternamente em constituir a mais sacrificada metade do gênero humano?”*³²⁴

Antonieta de Barros disse em uma crônica publicada no jornal **República**³²⁵, *“não somos feministas, se entende-se por feminismo a aspiração política, cigarro à boca, etc...”* Esta fala da autora, não era receio de ser estereotipada e nem para defender-se de ataques. Antonieta de Barros tinha uma forma peculiar de escrever, suas crônicas eram irônicas. Em seus textos ela indiscutivelmente lutava pela valorização das mulheres, falava de política, enaltecia as realizações de outras

³²³ Jornal **República**, 15 jan. 1933

³²⁴ Jornal **República**, de 15/04/1934

³²⁵ Crônica publicada no jornal **República**, de 15 abr. 1934.

feministas e tinha uma reivindicação particular, estudos superiores, para um melhor futuro que proporcionaria “*sólida independência para as mulheres, para que se considerem indivíduos*”³²⁶.

Enquanto os movimentos feministas de São Paulo, Rio de Janeiro, ou Rio Grande do Sul estavam em expansão, o feminismo florianopolitano dormitava em atividades filantrópicas, e de movimentos de caridade. Antonieta de Barros disse, que “*Não somos feministas, se entende-se por feminismo a aspiração política e cigarro à boca*”. Entretanto, estava sempre presente politicamente, junto com outras mulheres do povo, professoras, nas ruas, nos cortejos. Nereu Ramos não a escolheu sem motivo, ela já militava nas ruas. Fundou por sua própria iniciativa uma escola, e lançou-se na tarefa inovadora de escrever nos jornais locais. Segundo Anne Marie Kapelli (1991, p. 548):

“A aprendizagem da escrita publica pelas mulheres está no coração do feminismo e torna-se essencial na luta contra o esquecimento e o efêmero.”

A mulher que diz “*a alma feminina tem se deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa*”³²⁷, as suas crônicas, ditadas pelo desejo de abrir as portas entreabertas da igualdade de direitos e a sua vida nos permite identificá-la como feminista. Não é objetivo deste trabalho identificar qual o tipo de feminismo, radical ou conservador, mas é um tipo diferente de feminismo, pois a maioria das feministas brasileiras eram da elite, e Antonieta de Barros construiu o seu lugar e com isso abriu espaço para outras mulheres.

Segundo Anne Marie Kapelli (1991, p.572)

“as feministas do século XIX, tenham elas agido solitariamente ou agrupadas, têm qualquer coisa de heróico. Pelas suas realizações fora do comum fazem-nos participar num momento de provocação e revelam-nos algo de decisivo: comunicam-nos o seu ‘orgulho de ser mulher’.”

³²⁶ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 4 de abril de 1932.

³²⁷ Crônica publicada na primeira página do jornal **República**, no dia 13 mar. 1932

E Antonieta de Barros tinha orgulho de ser mulher, de ser ela mesma:

“Mulher, à proporção que mais penetro na vida, mais compreendo as responsabilidades que nos cabem na felicidade do mundo.”

Em relação à situação dos negros, Antonieta de Barros tinha um pensamento singular: não era com leis que a situação poderia mudar, mas sim com a educação, e com as mudanças das práticas sociais. Para ela: *a lei inibe, mas não educa*. Eis na íntegra a sua defesa na Assembléia Legislativa:

“Acaba o Legislativo Federal de nos dar uma lei, em que se reconhece, oficialmente, o preconceito radical no país. E, como um grito na alma brasileira- democrática, até mesmo, quando tínhamos a governar-nos cabeças coroadas- os legisladores apontam esse comportamento, como crime passível de pena.

Lendo a lei em foco, que nos vem chegando, quando no cenário mundial, nós nos projetamos como uma potência, cuja capital deixou de ser para os nossos amigos europeus, Buenos Aires,(tão mal nos conheciam!) sentimos que estamos a retroceder, educacionalmente.

Qualquer coisa de muito grave deve estar influenciando na nossa vida e roubando-nos a nós mesmos, para que os legisladores tenham tomado aquela medida,

A nossa própria formação ética indica pelo elevado índice de cruzamentos raciais, que não nos podemos dar ao luxo deplorável de preconceitos de raça.

Se os fatos que provocaram os gritos da lei, são praticados por estrangeiros, tiremos do nosso ambiente, os que procuram desfazer um dos mais belos traços da nossa formação moral.

Mas, se paradoxalmente, depois de termos dado, sem olhar cores ou raças, o sangue dos nossos pracinhas pela vitória da Liberdade da Democracia, descemos, neste Brasil do índio, do europeu e do negro, à estreiteza do preconceito, será uma lei que nos erguerá?

Não. Ninguém é bom ou mau, por decreto. A beleza da alma não se consegue impor a ninguém. E isto, porque a lei inibe, mas não educa.(...)

Se o medo às sanções pudesse reter os gestos que amesquinham os homens pela ausência de afetividade ou os

animalizam, numa vertigem de sangue, as Penitenciárias deixariam de existir pela sua desnecessidade.(...)

Daí entendemos a inocuidade da lei, que faz do preconceito um crime, se, paralela e intensivamente, lar e escola não trabalharem no sentido de reconduzir o Brasil ao nível educacional donde não se deveria ter desviado. O trabalho, é pois, de educação, porque, só por meio dela, gestos e atitudes esplendem,, refletindo as belezas, cuidadosamente e conscientemente, cultivadas nos mundos anímicos.

Fora disto, a lei não terá o valor construtivo que o legislador lhe quis emprestar”.

Boris Fausto, historiador e sociólogo, também compactua com o pensamento de Antonieta de Barros. Para ele (1975),

“a superação do racismo não se resolve somente com legislação repressiva, mas o grande salto na questão racial será dado quando oportunidades educacionais, no mercado de trabalho, de acesso ao lazer etc. estiverem abertas a todos os cidadãos, independentemente de cor. E, mais ainda, quando a cor não for notada com estranheza ou suspeita, em situações que vão da frequência a um clube esportivo de classe média à acusação da prática de crime.”

4.3 Antonieta de Barros e a Filosofia

Para Antonieta de Barros, a finalidade da vida é a ascensão espiritual.³²⁸ Esta ascensão espiritual significa, para a autora, descobrir-se a si mesmo. Descobrir-se a si mesmo é realizar-se, ascender. Procurar, na incontentabilidade, a força vitalizadora da ascensão. Segundo Antonieta de Barros, só é possível realizar esta tarefa através da educação, da leitura: *“Às criaturas, não basta a instrução do saber ler e escreve,.”*³²⁹ *“Não basta a alfabetização. É preciso que se torne acessível, a todas as criaturas, a escalada deslumbradora”.*³³⁰

³²⁸ Antonieta da Barros fala que a finalidade da vida é a ascensão espiritual, nas crônicas publicadas no jornal **República**, nos dias 11 dez. 1936 e 19 fev. 1933.

³²⁹ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

³³⁰ Crônica publicada no jornal **República**, dia 14 maio 1933.

No sopé da montanha, na planície estão aqueles que só têm a alfabetização. Da planície da alfabetização, só é possível vislumbrar os horizontes vastíssimos. Na planície da alfabetização há uma legião de vencidos, “*são os que tem alma e corpo de condor, mas lhes negaram as asas*”.³³¹ É interessante notar que os “vencidos” ficam no sopé da montanha, diferentemente dos desencantados, que ficam à margem da vida, mas ficam tentando subir, galgar a montanha. Mas o caminho não é fácil,

*”todas as estradas são pedregosas e há espinho em todas as veredas, masque, por ser cada criatura o deus da sua trajetória, é seu dever imperativo a realização do divino milagre- tanto mais admirável quanto mais difícil: transformar em frutos e flores, as pedras e os espinhos”*³³²

Entretanto, se a pessoa atravessar o caminho será independente, livre, senhores de sua consciência, conhecedora do seu valor. De pigmeus transformar-se-ão em gigantes e terão forças para enfrentar os mais sérios obstáculos. Essa independência moral faz com que se “*quebrem todos os elos*” e as pessoas sejam apontadas como “*iconoclastas imnenitentes e contra elas chovam as censuras da Rotina*.”³³³

Antonieta de Barros fala sempre em chegar a si mesmo, utilizando a metáfora da montanha, onde subir é descer. Esta relação nos faz pensar em Fausto, quando este desce até as regiões primordiais, onde são produzidas as imagens, onde estariam as sementes de tudo que a pessoa pode ser. Lá estaria a potência, o que na obra em alemão, Goeth diz “*bildung*”, formação. E chegando a potência, a formação, a “*parte vibrátil*”, constata-se que a origem da descida está no “*auvorecer*”³³⁴, a noite que precede o dia. É uma parte especial do tempo para Antonieta de Barros, “antes do dia amanhecer”. É à noite que o pobre, operário, que “*dentro da amargura da vida, luta contra a indiferença das criaturas, e à noite,*

³³¹ Publicada no jornal **República**, no dia 14 maio 1933.

³³² Crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

³³³ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 maio 1933. Rotina, para Antonieta de Barros, são os costumes, os hábitos, de uma sociedade.

³³⁴ Texto retirado da crônica publicada no jornal República, no dia 20 de novembro de 1932. Neste texto, há um lapso, Antonieta de Barros, escreve “**auvorecer deslumbrante**”, troca a letra “l” pela letra “u”.

descansa, e rende graças a Deus, pelo miserável dia vivido...”.³³⁵ E é a noite, antes do dia amanhecer, numa ” *carícia envolvente*”³³⁶ que Antonieta de Barros, em silêncio, agasalhava seus desejos. A palavra aurora é tão significativa, que a autora troca a letra em “auvorecer”. Ela disse antes de nascer o sol, e não no alvorecer, no despertar da manhã. Para a autora no alvorecer o dia já amanheceu, não era mais hora de sonhar. Não foi um erro, e sim um lapso .

Segundo Lacan (1985, p.159) ”*O sentido vai sempre em direção a alguma coisa, em direção a uma outra significação*”. Para o autor, a significação tende a se fechar para aquele que a ouve. Há um vínculo entre o ouvir e o falar, mas este vínculo não é externo, no nível sensorial, mas se situa no próprio nível do fenômeno da linguagem. E é neste nível que Antonieta de Barros está ao dizer ” auvorada”, e este lugar, antes do nascer do sol, no silêncio, encontra o ser, ou a sua singularidade.

Lacan (1985, p.160) diz que “*o discurso visa essencialmente alguma coisa para a qual não temos outro termo que os Ser.*” Ele cita o exemplo de uma certa inquietação, um vínculo, na formulação “*paz do anoitecer*”. Um vínculo entre a formulação e o encontro do ser. Segundo o autor (1985,p.160)

”É precisamente quando não estamos à sua escuta, quando ela está fora de nosso campo e de repente ela nos cai em cima, que ela ganha todo o seu valor, surpreendidos que somos nós por essa formulação mais ou menos endofásica, mais ou menos inspirada, que nos vem como um murmúrio do exterior, manifestação do discurso enquanto ele mal nos pertence, que vem em eco ao que, de repente, há de significante para nós nessa presença, articulação sobre a qual não sabemos se ela vem de fora ou de dentro – a paz do anoitecer.”

E Lacan (1985 p.161)questiona: ”*O que será que quer dizer esse ser, ou não, de linguagem que é a paz do anoitecer?*”

O ser da linguagem se apresenta para Antonieta de Barros, como um significante quando articula “aurora” e ”Farrapos.” O texto farrapos é tão elucidativo que ele muda a formulação e nem sempre muda de sentido.

³³⁵ Texto publicado no jornal **República**, no dia 1 out. 1033

Heidegger também diz que o ser, como iluminação da linguagem, habita na linguagem, e assim como Lacan, o filósofo (1991, p.38) diz; “*quando não estamos propriamente ocupados com as coisas e com nós mesmos, sobrevém-nos este “em totalidade”*”.

Para melhor compreender este significante, em que Antonieta se encontra com ela mesma e com o ser, é importante observar o texto publicado no jornal **República**,³³⁷ intitulado “*O silêncio*”, que em si já é um significante em potencial.

“Nos instantes de grande inquietação, quando, em torno de nós, há uma carícia envolvente, o silêncio ergue os reposteiros de veludo para a revelação do seu poder mágico. E constrói e ressuscita, para nosso enlevo ou para nossa tortura, todo o castelo fantástico, onde agasalhamos os nossos anseios, que, as mais das vezes, vemos ruir, no malogro constante das esperanças que nos enchem a existência.

Quando ele se faz tão profundo que parece a própria vida, se paralisou e a alma, insensivelmente, se engolfa em si mesma, pelo poder da sua magia, o silêncio acorda, levanta, movimenta, e passas-nos, na tela maravilhosa do pensamento, os dias vividos, toda a glória ou toda derrota, a ronda espectral dos sonhos, tombados à margem do caminho, nessa nossa infinita ânsia construtora de mais vida, de mais perfeição.

Dos grandes silêncios, daqueles que obrigam as criaturas a uma integralização perfeita consigo mesma, é que surge todo o maravilhoso da existência.

O idealista, o rebelde, o revolucionário, o cientista, o artista, todos os espíritos criadores, é, sob a carícia do silêncio, que elaboram os planos dos novos e dilatados horizontes.

Lá fora, no embate com as criaturas, no jazz- band formidável da Vida, nada se produz.

A parte divina, que cada um de nós possui, como que amedrontada, refugia-se nos cantos mais secretos da alma, e lá se deixa ficar adormecida.

Só o silêncio, o mágico por excelência, tem o poder de despertar para a alma, os grandes planos, sementes de soberbas realizações.”

³³⁶ Texto publicado no jornal **República**, dia 24 abr. 1932, quando Antonieta de Barros, fala do silêncio.

³³⁷ Crônica publicada no jornal **República**, dia 24 abr. 1932.

Para Antonieta de Barros, esta carícia envolvente, esta “*quietude fascinada*”³³⁸ do silêncio revela o seu poder mágico. O silêncio, segundo Heidegger, é o lugar onde se possibilita o desvelamento, e onde Antonieta de Barros chega a si mesma, antes do nascer do dia. Para a autora, lá fora, no “*jazz- band formidável da Vida, nada se produz.*” Na vida, segundo Heidegger, o homem é levado a desviar do seu projeto essencial, em favor dos problemas, mas ele pode segundo o autor (1991, p.29) “*desvelar aquilo que, no comportamento cotidiano, nos ocultamos a nós mesmos: o exercício da transcendência.*” Nota-se que Antonieta de Barros se coloca “à margem”, voluntariamente, para fazer este inventário sobre sua vida, e exercer a sua transcendência, pois para ela:

“*Dos grandes silêncios, daqueles que obrigam as criaturas a uma integralização perfeita consigo mesma, é que surge todo o maravilhoso da existência.*”

Nas crônicas de Antonieta de Barros, publicadas aos domingos no jornal República, poderemos observar que a autora, constantemente, cita ou coloca alguns conceitos de Sócrates: “*Já não se procura, seguindo o grande filósofo grego- conhecer –se a si mesmo- devassar as alamedas interiores*”³³⁹.

Visitando os textos de Antonieta de Barros poderemos constatar que muito do pensamento e conceitos deste filósofo estão consubstanciados nas crônicas observadas.

Como nós já podemos constatar, Antonieta de Barros, em todas as suas crônicas, discursos e palestras, diz que a finalidade da vida é a “*ascensão espiritual*”, “*o reencontrar consigo mesmo*”, “*descobrir-se é realizar-se*”, “*Acima das sociedades, da família, da pátria, do Universo, devem os homens colocar-se a si mesmos*”, “*Respeita-te a ti mesmo*” e “*A moral, antes de ser social, tem que pertencer ao indivíduo*”³⁴⁰.

³³⁸ Segundo Heidegger, “*quietude fascinada*,”s sentimento manifestado na angústia, perante ao nada, o véu que cobre o ser. **Os Pensadores** (1995, p.40).

³³⁹ Texto publicado no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936..

³⁴⁰ Os três últimos textos foram retirados da crônica publicada no jornal **República**, no dia 18 dez. 1932.

O humanismo socrático está centralizado no conceito “*conhece-te a ti mesmo*”. Para Sócrates, este reencontro consigo mesmo, essa caminhada em direção a si mesmo, só é possível, a partir da consciência da própria ignorância. Quem se julga na posse de “verdades”, deve ser levado a despojar-se destas pseudo-verdades. Antonieta de Barros, diz que :

*“todo ser humano, julga-se um poço de perfeição, tão somente, porque se desconhece.(...) Tú não és uma esfinge somente para os outros, mas para si.”*³⁴¹.

ou então,

*“As criaturas, conhecendo o poder centrífugo da maldade, encobrem-se instintivamente as imperfeições. Não é uma hipocrisia calculada. É natural, naturalíssima, tão natural, como o é o desejo de alimentar-se”.*³⁴²

Sócrates demolia as falsas idéias que fundamentam a falsa imagem que as pessoas têm deles próprios, através de seu método. Primeiramente, a ironia, que era o momento em que ele, dizendo que nada sabia, forçava o interlocutor a expor suas opiniões, para com habilidade, no embate de sua própria consciência, emaranhá-los na teia de suas próprias conclusões, levando-o a reconhecer a ignorância a respeito do que antes julgava ter certeza. Antonieta de Barros, em suas crônicas , diz:

*“conhece-te e corrige-te, princípio da moral básica”,”(...) “é no conhecimento das imperfeições próprias e na sua conseqüente correção que a vida se ameniza”.*³⁴³

A ironia socrática propiciava a catarse que era a purificação da alma pela expulsão das ilusões que distanciavam a alma de si mesma. Logo após, Sócrates levava o interlocutor a tentar ele mesmo a conceber suas próprias idéias, sendo ele

³⁴¹ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 6 maio 1934..

³⁴² Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 6 ago. 1932.

³⁴³ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 1 jul. 1934.

mesmo sua própria alma. Antonieta de Barros diz que quando os homens descobrirem-se a si mesmos,

*“com o seu esforço de aperfeiçoamento próprio, sentirão que as renúncias obrigatórias de todos os instantes, (...), valem bem a delícia da escalada deslumbradora”.*³⁴⁴

A mãe de Sócrates ajudava as mulheres a dar à luz seus filhos. Ele, então, como a sua mãe, procurava auxiliar as pessoas em outra forma de concepção, a das idéias próprias: forma de ir ao encontro de si mesmo. O filósofo comparava-se aos médicos, que com a ironia, ajudava o interlocutor a recuperar a saúde da alma, que seria o conhecimento de si mesma. Quando o homem não se conhecia, não passara pelas etapas do método socrático, a sua alma não era sadia, era doente, ou segundo Antonieta de Barros, estava em farrapos. Para Antonieta de Barros, a alma está em farrapos, quando a pessoa não conhece a si própria, não concebe as suas próprias idéias. O mesmo ocorre com a moral e com a civilização, que fica em farrapos : *“A moral, antes de ser social, tem de pertencer ao indivíduo”.*³⁴⁵

Sócrates, neste processo de realização, de auto-conhecimento, não levava em conta a natureza social e econômica de seus interlocutores. Platão, no diálogo Menón, relata a prática do método socrático com um escravo revelando, o que para a época era uma afronta a democracia ateniense e aos preconceitos sociais, pois mostrava publicamente que um escravo, se bem conduzido, era capaz de ter acesso às difíceis questões, prova que a alma do escravo era igual a de qualquer cidadão de Atenas. Para Sócrates, como para Antonieta de Barros, todos os homens têm a capacidade da escalada deslumbrante. Há 399ac se discutia sobre preconceito, e no século XX, Antonieta de Barros lutava contra quase o mesmo preconceito:

*“Não deixeis que a raça, a cor, a fortuna, e todos estes ridículos nadas em que se perdem, muitas vezes, as criaturas, sejam traços de distinção, entre os pequeninos que o Senhor vos confiar”.*³⁴⁶

³⁴⁴ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 06 maio 1934.

³⁴⁵ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 18 dez. 1932.

³⁴⁶ Discurso proferidos às formandas do Instituto de Educação, publicado no livro, *Farrapos de Idéias*, Segunda edição.

Contrariando os interesses da minoria, Sócrates queria evidenciar que de direito todos eram iguais, diminuindo as distâncias sociais, e foi condenado à morte. Antonieta de Barros foi condenada ao esquecimento.

O Sol também tem um papel importante nas crônicas de Antonieta de Barros. Ela faz uma comparação entre o sol e a sombra, por onde nos foi possível constatar uma certa aproximação com a alegoria da caverna de Platão, onde o filósofo encena a ascese do conhecimento³⁴⁷: Os homens estão aprisionados em uma caverna, e só podem olhar numa direção, pois estão agrilhoados. De modo que não podem mover-se, podendo apenas olhar para frente, pois as correntes lhes impedem de voltar a cabeça. Atrás deles, há uma fogueira, e na frente uma parede. Entre a fogueira e eles existe um caminho escarpado. Ao longo deste caminho há um muro baixo, como o palco que os manipuladores de marionetes tem diante de si, e sobre o qual manobram os seus títeres. A situação muda, quando alguém foge da caverna, e depois de galgar a rampa que conduz à saída da caverna, pela primeira vez vê a luz do sol, e pode contemplar as coisas reais, percebendo que até então fora enganado. Como foi habituado à sombra, vai olhando o céu estrelado refletido nas águas, e, aos poucos, vai tendo condições de olhar o sol. Se este prisioneiro descer novamente à caverna, com o intuito de mostrar o caminho para a luz, pode ser que tenha dificuldade em persuadi-los, porque, vindo da luz do sol, verá as sombras menos claramente do que aqueles que estão na caverna, e parecerá que mente ou que sabe menos do que antes da partida. Antonieta de Barros fala que os idealistas, “*arquitetos de sonhos*”, são sempre “*mal compreendidos e muitas vezes, escarnecidos...*”³⁴⁸ sendo chamados de “*iconoclastas inmenitentes e contra eles chovam as censuras da Rotina*”³⁴⁹. No último livro da República, Sócrates diz ao jovem filósofo, Adimanto, que numa comunidade de sábios, os filósofos não pareceriam tolos, somente entre os tolos é que os sábios são destituídos de sabedoria.

³⁴⁷ Essa alegoria, também pode ter a dimensão da ascese religiosa, filosófica, científica e também política, se formos inseri-la no contexto da República.

³⁴⁸ Texto publicado no jornal **República**, no dia 28 fev. 1932.

³⁴⁹ Texto publicado no jornal **República**, no dia 14 maio 1933.

Para Platão, o sol é a fonte de luz, de verdade, realidade e bondade. Para Antonieta de Barros viver implica perfeição e a perfeição não se alcança na planície, mas afrontando soalheiras, tentando a escalada, onde há sempre deslumbramento. Segundo a autora, *“toda a gente detesta as soalheiras”*. É melhor, mais cômodo, seguir o provérbio *“chega à boa árvore, que boa sombra terás”*. Mas segundo ela, as pessoas deveriam desejar ser a árvore, crescer, dar flores, frutos e sombras. Enfrentar o sol e não *“gozar da doçura da sombra”*. O sol pode queimar, crestar, *“mas vitaliza”*, facilita a tarefa de chegar a si mesmo. Para a autora, a proteção da sombra é humilhante, pois toda a proteção diminui e avilta. A proteção da sombra não possibilita a ascense. O importante é ter o desejo e a coragem de se exporem ao sol, pois *“chegar a si mesmo”*, não se alcança no *“sossego plácido das sombras das árvores”* mas na vida, à margem, *“nas soalheiras dos desenganos”*. Para se chegar ao sol é necessário seguir o caminho escarpado dentro da montanha. Quem fica abrigado na sombra pode *“ser esmagado por esse mesmo abrigo”* ou então *“não passarão de seres inferiores, sem vontade sem energia, sem ideal, arrastando-se no rebanho dos domesticados”*,³⁵⁰ ou então estarão sempre no muro, ao longo do caminho dentro da caverna, sendo manipulados como marionetes. Para Antonieta de Barros:

*“os nulos desaparecem na domesticação, com as primeiras desgórias de que a existência está cheia, e que a sua nulidade aumenta, multiplica, prolifera, espantosamente”*³⁵¹.

Outra palavra importante para Antonieta de Barros é deslumbrado/deslumbramento. Para ela, a *“escalada deslumbradora”*³⁵² é acessível a todas as criaturas que não ficam na planície da alfabetização, ou agrilhoados dentro da caverna. E quem abre estas *“veredas deslumbrantes”*³⁵³? Segundo Platão, seria um filósofo político, apto, para tornar-se guardião e descer de novo à caverna para libertar os prisioneiros das sombras, fazendo de sua sabedoria conquistada por ele

³⁵⁰ Textos retirados da crônica, publicada no jornal **República**, dia 26 mar. 1933..

³⁵¹ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

³⁵² Crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 maio 1933.

³⁵³ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 17 set. 1933.

mesmo, às custas de uma escalada dolorosa, um instrumento de libertação de consciências, ou segundo o mesmo filósofo (1999, p.26) “*aquele que faz da procura da verdade uma arte de desprestidigitação*”. Para Antonieta de Barros, quem faz esta tarefa é o professor, que ela também chama de *guardião*³⁵⁴. A autora lembra de sua primeira professora, que a inspirou a transformar, através de um projeto de lei, o dia 15 de outubro, feriado, um dia de benção para o “*nosso primeiro mestre*”, pois são eles que podem levar as crianças para as grandes conquistas, e soberbas escaladas. O professor é o sol deste “*auvorecer deslumbrador*”³⁵⁵, o “*clarinador da alvorada*”³⁵⁶.

A palavra *deslumbrante* é tão significativa para a Antonieta de Barros, que em sua quinta crônica, escrita no jornal **República**,³⁵⁷ ela faz uma troca significativa, que foi apontada pelo jornalista Luiz Henrique. Na crônica, ela escreve:

“O despertar das cidades, a sua volta à vida, tem, nos primeiros instantes, um encanto maravilhoso. Florianópolis, a capital pequenina engastada – na ilha dos ocasos deslumbrantes, com os seus contornos verdes, tem o despertar das crianças sadias”.

Luiz Henrique, articulista do jornal **A Pátria**³⁵⁸, aponta o lapso de sua colega:

“Li, ontem, o que faço todos os domingos, os seus ‘Farrapos’. A minha admiração pelas suas letras não é de agora. Sempre fiz justiça a sua inteligência sadia, fúlgara. A maioria dos nossos homens de letra são da mesma opinião: em proclamarem o valor mental. Haja visto a escolha de seu nome, para reger a cadeira de literatura da Escola Normal.

³⁵⁴ Palavra retirada da crônica publicada no jornal **República**, no dia 29 out. 1933, onde Antonieta de Barros, diz que o professor não é só o artista apaixonado pela obra de despertar, nas almas das crianças, maleáveis ainda, a admiração pela maravilha da vida, mas também tem que ser o guardião cuidadoso do futuro.

³⁵⁵ Texto publicado no jornal **República**, no dia 20 nov. 1923.

³⁵⁶ Texto publicado no jornal **República**, no dia 17 set. 1933.

³⁵⁷ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 24 jan. 1932.

³⁵⁸ Crônica publicada no jornal **A Pátria**, n. 327, no dia 25 jan. 1932.

Sou dos que admiram a cultura alheia. Não sou egoísta: vou logo dizendo a toda gente. Há outros que sentem isso mesmo, mas preferem hipocritamente, guardar , para uso interno. Mas minha distinta amiga, a vida tem que ser assim: fardo de atribuições.

Lancei, como sabe, mais de um nome no mercado das letras... e da vida. Uns saíram-me imorais; outros ingratos. Alguns, pode crer, reuniram as duas “virtudes”.

O melhor é esquecer essa casta de pernibanbos das letras e da sociedade.

Nos “ Farrapos ” de ontem, alude, referindo-se cá a terrinha, aos ocasos deslumbrantes. Estou certo, porque está grifado, quis citar Diniz Junior. Desejo lembrar um lapso.

O autor dos “nervos”, escreveu “alucinantes” e não deslumbrantes”.

Diniz Júnior, como muitos escritores, é cioso do que escreve, e fica molestado quando lhe alteram o pensamento, a imagem.

Eis porque, expresso-me no lembrete.

E, quando teremos, ”Rosa dos Ventos”, o Livro? “

Antonieta de Barros, como o jornalista Luiz Henrique disse, sabia que o texto era de Diniz Júnior, pois ela o tinha até grifado. Ela quis dizer “alucinantes”, mas algo ultrapassou o seu querer.

Segundo Lacan (1985, p.139), “*O inconsciente é, no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem.*” Tudo o que está no inconsciente, construído pela memória, não é apagado ou esquecido, mas opera como um significante em potencial. Segundo Pêcheux, o processo de assujeitamento não é completo, pois o sujeito não ocupa uma única posição. No caso de Antonieta de Barros, a sua posição no jornal é de cronista, mas a voz que ecoou quando disse deslumbrante, foi uma ruptura do processo de assujeitamento que veio de outro lugar e outro tempo. Segundo Pêcheux (1985, p.301):

“O Lapso e o ato falho(falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-dectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa ”de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio.”

Nesta crônica, Antonieta de Barros fala sobre os operários, *”homens, com o cigarro ao canto da boca, ditando no caminho percorrido, uma tênue nuvem de fumaça...”* e das moças que trabalham nas fábricas, *“sobraçando embrulhos, conversando, comentando fatos do serviço, rindo muito.”*

Assim sendo, segundo Pêcheux (1985, p. 304) *“não há dominação sem resistência”* e;

“ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja, primado prático do inconsciente, que significa, que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ”ousar pensar por si mesmo”.

E por coincidência, pensar e agir por si mesmo é uma das condutas primordiais de Antonieta de Barros. Quem não pensa por si mesmo é simplesmente arrastado no grande turbilhão, mas para Pêcheux mesmo no grande turbilhão, ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja.

Segundo Antonieta de Barros,

“Às criaturas, não basta a instrução do saber ler e escrever. Não é suficiente o trabalho luminoso do mestre.(...) Só o conhecimento da ciência da vida, permite ao homem fugir das paixões negativas que proliferam lá fora”.³⁵⁹

Novamente a autora nos leva a Sócrates, onde a ciência da vida, a episteme, não pode ser ensinada. Não é uma ciência sobre as coisas, que pode nos trazer prestígio ou riquezas, mas é o conhecimento de si mesmo, que somente pode ser conduzido, despertado, e não instruído. Para Antonieta de Barros:

“ o professor, tem que ser mais que instrutor: - o arquiteto apaixonado do futuro, o plasmador consciente das individualidades, um idealista impenitente. Trabalhar com a alma e o coração, postos no futuro, e ser, desse aurorecer

³⁵⁹ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

deslumbrador- que se divisa, além, muito além, ainda, o sol, e a própria vida”.³⁶⁰

Segundo Sócrates, o homem (1999, p.30) “*age de acordo com as exigências de sua alma-consciência: seu oráculo interior finalmente decifrado.*” Antonieta de Barros diz que se a criança não for conduzida com cuidado, penetrará na vida sem conhecer-se a si mesma, sem conceber as suas próprias idéias, não estará pronta para enfrentar o sol, e no “*meio do aprendizado, apenas, já se sente a alma cansada, maguada, dolorosamente envelhecida, em farrapos*”³⁶¹. A sua alma estará em farrapos, pois não foi conduzida a encontrar nela mesma, com “*amor*”³⁶², as “*sementes da árvore*”, *sob cujos frutos saciem os sedentos e famintos que dela se acercarem*”³⁶³. É muito importante Antonieta colocar a palavra amor neste contexto, porque quase nunca ela fala esta palavra, somente quando fala da ciência da vida, a episteme, que para Platão é fruto de inteligência e de amor. Nota-se que Antonieta de Barros foi influenciada em sua obra por Sócrates e Platão. Não é novidade, pois muitos jornalistas citavam Sócrates ou Platão, mas neste contexto, quem cita é Antonieta de Barros, escritora, negra e mulher, que construiu este lugar para exprimir-se publicamente e falar por vezes em nome daqueles que ainda não têm voz.

³⁶⁰ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 10 nov. 1932.

³⁶¹ Texto retirado do jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

³⁶² Idem

³⁶³ Idem

Capítulo V

À MARGEM

Não se trata de uma análise exaustiva, mas exemplar. Ou seja, tomaremos duas expressões, “à margem” e “farrapos”, que consideramos representativas de todo um modo de apropriação e construção de sentidos na obra de Antonieta de Barros.

Como já mencionamos anteriormente, acreditamos que a análise dessas duas expressões exemplares nos permitem compreender a inscrição de Antonieta de Barros enquanto sujeito que se constitui no entremeio entre o discurso político, o discurso jornalístico e o discurso literário. Esses discursos, nas condições analisadas, se mostram imbricados, quase sobrepostos.

Se fizéssemos uma comparação do modo de significar do político, ou do literário, na relação com o jornalismo hoje em dia, observaríamos uma separação bem mais visível, pelas seções, pelos cadernos e pelos leitores (leitor ideal) que se diferenciam e estabelecem limites.

Essa separação de sentidos estabelecida hoje em dia por uma separação material, não observamos no jornalismo da época de Antonieta de Barros.

Crônica Indiferentes.

A primeira crônica de Antonieta de Barros, publicada no jornal **República**, 15 de novembro de 1931 tinha como título: “Indiferentes”. No primeiro parágrafo, a autora explica:

“À margem da vida, que é luta, trabalho, conquista, existem os indiferentes.

Vencidos? Não. Desencantados.

As terríveis soalheiras dos desencantos emurhecera-lhes, crestaram-lhes os sonhos; os desejos de conquista foram destruídos pela inexplicável força do Desconhecido.

Com o tempo, na sua marcha veloz, passam os sorrisos escarninhos da existência, transformando, aos poucos, num infinito de ilusões em farrapos.

E a alma, insensivelmente, como que amedrontada, entrincheira-se, nesta barreiras de desencantos, fechando-se aos anelos que agitam os homens, e lhes dão a única razão deserda vida.

Os desencantados... Farrapos de seres, abandonados voluntariamente, aos solavancos da sorte...

Falta-lhes o quid divino, existente em cada indivíduo, para a criação dos soberbos mundos interiores, para a arquitetura maravilhosa dos castelos no ar, donde, muita vez, surgem as grandes realizações.

E indiferentes, ficam à margem da vida, que é luta, trabalho, conquista.

Antonieta de Barros, no recorte acima, produz uma imagem que confronta com uma memória não dita, mas pressuposta pela sociedade: **à margem da vida, não há luta, trabalho e conquista**. “*Vencidos? Não. Desencantados*”. A interrogação é retórica e reitera um sentido já aceito em outro lugar, em outro tempo. A retomada em forma de pergunta permite uma resposta contraditória. “*Desencantados*” é um sentido outro, alternativo para o sentido legitimado, que circulava nos jornais e na sociedade: À margem da vida estão os vencidos. Sendo assim, para neutralizar esta equação lingüística: *à margem da vida = vencidos*, Antonieta de Barros, antecipa a negação: “*Não. Desencantados*”.

A expressão, “*À margem da vida*” é encontrada nos jornais. Em seus dizeres, à margem da vida, ficam as *decaídas, as prostitutas, as pretas caídas na sarjeta, os meninos nas ruas etc...*

O discurso jornalístico engendra as experiências sociais conforme uma ótica pré determinada. Inclui-se a imagem das mulheres pobres em uma determinada formação discursiva e a imagem das mulheres da elite em outra formação discursiva bem diferente. O encaixe, a escolha de narrar o acontecido com este ou aquele

imaginário, já marca a posição do sujeito. O mundo aí representado de uma certa forma, e o modo como o sujeito interpreta é o modo como ele é visto pelo mundo. O lugar do pobre, do negro, do analfabeto, já está previamente construído no imaginário social. Significá-los como estando à margem é torná-los visíveis no seu “invisível”, e de acordo em este imaginário social, isolados e sob-controle, sem condições de “*escalada*”.

A atitude de Antonieta de Barros é corajosa, pois ela assume este lugar sócio historicamente significado, para deslocá-lo, construindo um lugar para o seu dizer, pois ela fala de um lugar novo, diferente.

O discurso jornalístico sujeita-se a um já-dito. Pode-se dizer que Antonieta de Barros em um primeiro gesto de interpretação, tenha assujeitado-se a este dito e se auto denominado à margem. Mas a própria escolha de um lugar à margem por determinada pessoa, que possui a posição de professora e jornalista, etc..., provoca alterações no modo como a significação se realiza. Quando Antonieta de Barros se coloca no lugar à margem, ela resignifica um dizer “já-dito”. Esta resignificação vai estranhando sentidos antes tomados como evidentes e novos efeitos de sentido são produzidos.

O discurso jornalístico descreve a partir de um imaginário já constituído e também qualifica dentro de um universo de valores sociais já constituídos. A denominação “*a margem*”, no discurso jornalístico, torna objetiva uma dada realidade, produzindo o lugar da “*escória da sociedade*”. Segundo Orlandi, seria ilusão referencial o mecanismo ilusório de haver uma adequação entre dizer e as coisas do mundo, como se fosse possível “objetivar” um lugar inequívoco para os marginalizados. No imaginário criado pelo discurso jornalístico, há uma região de sentidos delimitando quem está à margem, silenciando desses, outros aspectos de significação.

Mas como os sentidos podem ser “naturalizados”, pontos estáveis de um processo discursivo, podem também ser desnaturalizados, pois na Análise do Discurso todo ponto estável é também um ponto de deriva de processos afetados pelo interdiscurso.

Antonieta de Barros como mulher da elite, se colocando à margem, desestabiliza, desvia estes pontos estáveis do processo discursivo. O desviante perturba, por ser desafiador, pois despreza os “valores” legitimados. E os desviados adquirem identidade social diferente, não são mais invisíveis. Rompem-se as barreiras do “à margem” através de um gesto de interpretação paradoxal para o sistema que produziu a própria transformação.

A maneira diferente de denominar “à margem” como lugar de luta, trabalho e conquista, vem de outra formação discursiva, e isso modifica o processo de produção de sentidos. Provoca-se, aí, um entrelaçamento entre as formações discursivas, e quanto mais choques houver entre elas, mais mudanças terão. Há, então, a instauração de um novo processo discursivo que atribui sentidos diferentes. Quem diz “à margem” é negra, então, está à margem, mas o seu lugar não é à margem, pois é ela Antonieta de Barros, quem escreve. Uma mulher que circula na elite. Ela põe em conflito o já produzido e que vai se instituir. É segundo Orlandi (2000, p.38): “*a passagem do irrealizado ao possível, do não – sentido, ao sentido.*” É um processo que retorna ao mesmo, mas diferente, no processo de atribuição de sentidos. Uma pessoa à margem que não está à margem. É paradoxal e por isso mesmo incômodo, ainda mais no discurso da imprensa que tinha por objetivo desambiguar o mundo.

Essa contraposição entre vencidos e desencantados traz um efeito de sentido que vai nortear a maioria dos textos de Antonieta e Barros. À margem da vida existem **os indiferentes** e não **os vencidos**. Para ir além do que fica na superfície das evidências é necessário analisar como os sentidos se produzem. No dicionário, Indiferença significa “*falta de interesse*” e interesse significa , “*zelo, simpatia ou curiosidade por alguém ou algo, empenho*”. Indiferença seria um estado de espírito que ficam as pessoas quando se decepcionam, ou quando o encanto se desfaz. Encantar, “*coisa que delicia*” e delícia, seria deleite, extrema felicidade. Perder o encanto seria estar infeliz. No entanto , seria diferente de ser vencido, que significa “*ser dominado*”, “*ser subjugado*” **ou** “*ser influenciado*”.

Os desencantados ficam à margem da vida, indiferentes, mas é uma situação passageira, pois os desencantados são pessoas que sonham, encantam-se, e só

perdem os sonhos quem os têm. Para Antonieta de Barros, desencantar, faz parte da vida daqueles que se encantam.

Segundo Pêcheux (1988, p.160), **Formação Discursiva**:

“aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito...”

Quando Antonieta de Barros escreve “à margem da vida”, quem controla suas potencialidades discursivas? À margem, o sistema não traça limites àquilo que vai ser enunciado. À margem da vida, Antonieta de Barros se expõe, então qual seria a formação discursiva na qual ela se inscreve? O seu dizer pressupõe-se em uma nova formação discursiva?

Há um recorte diferente no interdiscurso. Os sentidos “sempre - já - lá”, já prontos, que herdamos e tomamos como “naturais” sofrem aqui um atravessamento. Estar “à margem” pode significar não aceitar a “naturalidade” desses sentidos e por isso relacioná-los às práticas sociais. À margem, os valores sociais, políticos, econômicos, são denunciados, pois à margem da vida não há lei, ou melhor, a lei está em processo. À margem pode-se ver como são construídas as “verdades”. É à margem que Antonieta de Barros, chega a um lugar próprio de se dizer e constrói a sua individualidade. A lei reprime o desejo, e à margem, como não há lei, pode-se sonhar. E sonhar, para Antonieta de Barros, seria a “única razão de ser da vida”,

“à margem, a alma, insensivelmente, como que amedrontada, entrincheira-se, nestas barreiras de desencantos, fechando-se aos anelos que agitam os homens...”

Heidegger, em **Ser e tempo** descrevendo a disposição de humor da angustia que conduz o homem ao encontro de sua totalidade como ser, que foi esfacelado pela monotonia do cotidiano, explica que (1991, p.39): “Na angústia ...todas as coisas e nós mesmos afundamo-nos numa indiferença.” Para o filósofo, nós nos afastamos das coisas e é justamente aí que elas se voltam para nós.

Na angústia, até os desejos e ambições passariam a ser considerados como insignificantes. O homem faria um inventário de sua vida, e assim poderia, segundo Heidegger (1991, p. 44): “*libertar-se dos ídolos que cada qual possui e para onde costuma-se refugiar-se.*” Transcendendo o homem escolheria entre duas alternativas: retornar ao cotidiano, ou superar o estágio da angústia, tomando o destino em suas próprias mãos. Para Heidegger o homem é um ser inacabado de modo que diante de si haveria sempre um recomeço, um interrogar-se. Entretanto, esta interrogação seria exercida na cotidianidade, pois no próprio comportamento humano já é exercida a transcendentalidade.

Parece que a angústia heideggeriana tem muito em comum com esta crônica de Antonieta de Barros, pois estar à margem, segundo a cronista, significa estar desencantado provisoriamente, indiferente, mas não vencido. Segundo Heidegger este afastar-se seria estar “*suspenso*”, nós nos afastamos das coisas e é justamente aí que elas se voltam para nós. Antonieta de Barros, termina a sua crônica, da mesma maneira que a iniciou: “*E, indiferentes, ficam á margem da vida, que é luta, trabalho, conquista*”, demonstrando que haverá sempre este estar à margem para que constantemente retorne a fazer este inventário em sua vida.

O sentido da palavra “indiferente” é determinado historicamente. Há uma razão para que Antonieta de Barros utilize esta palavra e não outra, ou que faça esta oposição, vencido X desencantado. Estas palavras foram construídas historicamente e o lugar que elas ocupam lhes dá uma certa materialidade simbólica. A determinação histórica possibilita uma certa segurança, pois há uma relação mais ou menos estabilizada entre a língua e o sujeito que a fala, e a situação em que se produz o dizer, e é com esta relação que a Análise do Discurso trabalha. Para melhor entender a relação entre a língua, a história e o sujeito é importante analisar a crônica que Antonieta de Barros escreveu no jornal **República**,³⁶⁴ “*Nem só de pão vive o homem*” Essa crônica é importante porque traz á luz uma relação de palavras que possuem uma certa textualidade cuja interpretação deriva de um discurso que as sustentam: Sonhos, á margem, felicidade, desejo, etc...

³⁶⁴ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 maio 1933.

Para Antonieta de Barros, além do lugar, “à margem”, existe outro lugar, “no sopé da montanha”, onde estariam os vencidos. Na crônica “*Nem só de pão vive o homem*”, Antonieta de Barros faz uma distinção entre os que são alfabetizados e aqueles que tem cultura. Cultura na crônica, quer dizer, ir além da alfabetização. “*Não basta a alfabetização*”, *É preciso que se torne acessível, a todas as criaturas, a escalada deslumbrante*”³⁶⁵. Cultura seria uma “*escalada deslumbrante*”, ou melhor, a possibilidade, a ferramenta para a escalada deslumbrante.

Nesta mesma crônica, “*Nem só de pão vive o homem*” Antonieta de Barros utiliza-se da metáfora de uma montanha para explicar seu ponto de vista. Na “*planície da alfabetização*”³⁶⁶, só é possível vislumbrar, no sopé da montanha, os “*horizontes vastíssimos*”. “*E no sopé da montanha, olhos no cume inatingível, uma legião de vencidos.*” É por isso que ela faz questão de frisar que à margem não estão os vencidos, e sim os desencantados. Os vencidos estão no sopé da montanha, e estão à margem aqueles que estão avançando, alcançando a montanha, galgando-a. Os vencidos, segundo a autora, possuem sonhos, tem desejo de vencer, de realizar, de escalar, de conhecer, mas mesmo assim ficam no sopé da montanha olhando para o cume inatingível. O que lhes faltaria? Segundo a autora, somente o “pão do espírito” que a cultura possibilita. Os vencidos, são aqueles que “os fados dotaram de alma e corpo de condor, mas lhes negaram as asas” Eles possuem o “Qui divino”, que seria “a parte divina da obra de Deus, “, mas perderam a vontade. Para ela perderam a vontade de viver, pois viver seria tentar subir a montanha e não o subir, chegar ao topo, nos horizontes sempre deslumbrantes, mas tentar subir, pois quem somente está no topo é Deus.

Neste ponto cabe refletir o pensamento moral, ético e religioso de Antonieta de Barros.

Os desencantados,(e em certa medida Antonieta de Barros esta se referindo a ela mesma),estão à margem, mas estariam avançando, não estariam no sopé da montanha com os olhos voltados para o horizonte, mas sim galgando a montanha. São condores. E como ganharam asas? Com a cultura, com a inteligência, “*ouro que*

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Idem.

não se compra”. E porque desencantados? Porque só se desencantam aqueles que se encantam. Faz parte da vida o encantar e desencantar. E encantar-se seria maravilhar-se, extasiar-se, ficar feliz. Para ela, a felicidade seria a felicidade da escalada. Os vencidos não seriam realmente felizes. Aqui também se explicaria a felicidade para Antonieta de Barros, que é diferente da felicidade cristã.

Para Antonieta de Barros ser desencantado é ser humano, pois “*Estão, dentro da natureza humana, a imperfeição e a incontentabilidade*”.³⁶⁷ Os desencantados, sempre se alimentam de sonhos, e assim “*fica na alma do que sonhou e lutou por esse sonho, a mágoa por tudo quanto não conseguiu realizar, pela perfeição inatingida*”³⁶⁸. A natureza humana se revela na luta, na tentativa de subir a montanha. Depois de alcançar o ideal arquitetado, “*há sempre na alma inquieta do sonhador, um travo amargo, farrapo de um sonho que não se integralizou*”.³⁶⁹ Segundo a autora, só Deus é a perfeição, e está pronto, completo. Como o homem é um ser inacabado, os seus sonhos, os seus desejos nunca se completam. Há sempre “*um farrapo de um sonho que não se integralizou*”. Farrapo seria um desejo que não se completou, e deste desejo, deste farrapo que virá à luz outros sonhos. Os vencidos não possuem este farrapo. Segundo a autora, só os que alimentam sonhos, conhecem, dentro da intranquilidade da vida, a maldade turbilhonante, bulhenta.

Segundo os pensamentos de Antonieta de Barros a natureza humana se revela na obra do homem, sempre imperfeita, mas homem é a obra perfeita de Deus. E viver é lutar, é estar à margem, é tentar subir a montanha.

Há um “já-dito” constituído discursivamente na memória florianopolitana, de que à margem estão *as prostitutas, cachaceiras, decaídas, vadias, na sarjeta, analfabetos, escória da sociedade*. O discurso jornalístico encontra ressonância e reconhecimento entre os leitores. Partilham os mesmos valores, a mesma realidade. A enunciação jornalística está arraigada na **Formação Discursiva**, que constrói discursivamente que à margem está a “*escória da sociedade*”. A injunção a esta memória diz que não se pode denominar positivamente quem está à margem, ainda

³⁶⁷ Texto retirado da crônica publicada, no jornal **República**, do dia 3 jul. 1932.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem.

mais no recente processo de “limpeza da cidade”, onde os que estão à margem estariam literalmente à margem.

O discurso jornalístico trabalha com representações, com o imaginário da sociedade e contrapõe-se ao desviante, que pode desestabilizar. O perigo é que estes “desviados” possam adquirir uma identidade social. E foi o que aconteceu no cenário jornalístico em Florianópolis. Para *atacar* o artigo de Antonieta de Barros, além do jornal de oposição passar a iniciar suas reportagens com a epígrafe “à margem” este mesmo jornal publica uma matéria do jornalista Honório R. Dantas, intitulada “*Instrução ou Morte*”.³⁷⁰ Nesta crônica, o jornalista opõe-se criticamente aos conceitos de Antonieta de Barros, ironizando suas palavras, discorre sobre as “*lamentáveis condições que veem reduzidos os homens analfabetos*”,

*“Sem poder subir na escala do postos, pela sua falta de cultura ou pelo seu nenhum preparo, êi-los, à margem do caminho, votados a serena escória da sociedade. Nem ao menos lobrigam as ciladas que na sombra lhes arma o braço inimigo. Ser indefeso, que horror!
Tendo visto esses coitados vencidos na vida, incapazes de sustentar nos ombros o peso das responsabilidades que soem premer os homens*

Poder-se-ia dizer que como a matéria é assinada, constitui-se numa posição enunciativa de um jornalista, mas esta posição é institucional. Os leitores partilham desse ponto de vista. Os sentidos articulados no jornal **A Pátria** estavam relacionados com a formação discursiva compartilhada com seus leitores.

Antonieta de Barros, em sua crônica, se coloca numa posição diferente dos próprios leitores do jornal que escrevia, o **República**, pois para eles também, quem estava à margem era “escória da sociedade”.

Honório Dantas utiliza as mesmas palavras de Antonieta de Barros, mas o sentido é diferente. Para o autor, os analfabetos, por sua *falta de cultura*, estariam *à margem*, *votados a “serena escória da sociedade”*. Eles são considerados *coitados*, *vencidos na vida*...

³⁷⁰ Crônica publicada no jornal **A Pátria**, n. 536, na terça-feira, do dia 11 out. 1932. p.7.

Os marginalizados são marcados na memória florianopolitana como “*escória da sociedade*”. Foi mobilizada pelos jornais essa memória, partilhada com a sociedade, para a interpretação de “à margem” e sobre quem estava à margem. A luta de Antonieta de Barros é com esses sentidos. Nas seguintes seqüências discursivas, há uma seleção de fragmentos extraídos dos jornais, onde fica patente a recorrência da equação lingüística, “à margem” = vencidos, como, escória, passividade, irresponsabilidade...

*“No louvável intuito de converter as vadias em trabalhadoras, o honrado Dr. Dr. Prefeito de Polícia, tem agido para acabar com a vagabundagem dessa infelizes...”*³⁷¹

*“O jornal noticia o espancamento que é vítima uma criança de 3 anos pela parda Henriqueta. O jornal alerta as autoridades para o castigo que merece esta “megera” assim como outras que “infectam a nossa sociedade”.*³⁷²

*“O Preto Conceição, ontem, encharcou-se na branquinha e, de repente, se viu transportado para o mundo da Lua e para o xadrez da chefatura”*³⁷³.

*“Apresentou queixa contra a vizinha Vitoria de tal..”*³⁷⁴.

*“Foi agredida por Maria de tal...”*³⁷⁵

*“Foram presas por vadiagem e recolhidas ao xadrez da Polícia civil, Julieta Góis, Custódia Henriqueta e Inês Henriqueta”*³⁷⁶.

*“Vadia, borboletas, as mulheres que a sociedade repele.”*³⁷⁷

*“ Se achava caída na sarjeta, Vitória Meira da Conceição, preta, residente à rua Almirante Lamego 12”*³⁷⁸.

³⁷¹ Notícia publicada no jornal **O Dia**, n. 553, no dia 7 set. 1903.

³⁷² Notícia publicada no jornal **República**, n. 332, no dia 23 mar. 1902.

³⁷³ Notícia publicada no jornal **República**, n. 460, no dia 11 jul. 1932.

³⁷⁴ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, Sábado, n. 312, no dia 9 jan. 1932.

³⁷⁵ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 313, no dia 8 jan. 1932.

³⁷⁶ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 312, Segunda-feira, no dia 11 jan. 1932.

³⁷⁷ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, no dia 21 jul. 1932.

³⁷⁸ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 548, no dia 25 out. 1932.

Há no texto de Honório Dantas, confrontos entre famílias parafrásticas, tentando silenciar as palavras de Antonieta de Barros. Ela diz, “*abandonados voluntariamente*” e o articulista diz “*serena escória*”. Antonieta de Barros, diz “*desencantados*”, e ele diz, “*vencidos*”.

O articulista diz que os analfabetos são incapazes de sustentar nos ombros o peso das responsabilidades, entretanto Antonieta de Barros diz que eles estão “*à margem da vida, que é luta, trabalho, conquista*”.

Antonieta de Barros nasceu à margem e, portanto, há uma proximidade que marcou um conhecimento sobre os sentidos deste lugar. Ela participa de dois espaços culturais distintos e conflitante. Ela assume o seu lugar à margem, não recusa a sua marginalidade, não internalizando o preconceito criado pela sociedade.

Para o articulista, “subir na escala dos postos”, tem a ver com a formação discursiva expressa na sociedade florianopolitana para o qual escalar postos era subir nos cargos, com apadrinhamento no funcionalismo público. No dizer de Antonieta de Barros, somente a instrução pode fazer o homem subir na escalada dos postos.

Segundo Antonieta de Barros o que importa é a escalada interior, que permite ao sujeito contestar a sua marginalidade. São formações discursivas em contraste. As crônicas de Antonieta de Barros falam sempre de elevação, mas uma elevação do espírito, não na escalada dos cargos.

O jornalista tenta projetar uma imagem de imparciabilidade, podendo assim emitir juízos. O discurso jornalístico atua em conjunto com os valores da sociedade para organização do imaginário social, fixação de uma memória e na construção de uma realidade vindoura. Existe um encadeamento, um olhar que captura os eventos que devem ser enunciados. Neste espaço, não há lugar para o discurso das mulheres, principalmente mulheres negras. As mulheres negras eram faladas no discurso jornalístico, e através deste discurso institucionalizado e linearizado, o lugar delas era à margem. Não havendo um lugar para o discurso das mulheres no discurso da imprensa, cada vez mais o poder incisivo dos jornais solidificava-se. O sentido da formação discursiva dominante se instalava, não havendo lugar para réplicas, confrontos.

A imprensa enuncia de um lugar sócio-historicamente determinado, e o modo como descreve os acontecimentos referentes a Antonieta de Barros é regulado historicamente. Ela é descrita na imprensa florianopolitana de uma forma homogênea, a partir de um imaginário já constituído e classificado dentro de valores sociais já instituídos. Mesmo sendo cronista e deputada, o discurso jornalístico só a descreve como professora, lugar instituído e permitido para uma mulher. A própria Antonieta de Barros, em seus dizeres, mesmo sendo deputada, fala do lugar de professora e se autodenomina professora. Parece que tem receio de se denominar deputada, pois estaria rompendo as regras da normatização. Ela censura seus próprios dizeres.

Antonieta não foi reconhecida pela sociedade ou pelo partido como deputada, mas sim com o instituído professora. Isto talvez possa explicar o motivo de não haver, no hall da Assembléia Legislativa, o quadro com a fotografia de Antonieta de Barros, na galeria dos deputados. Todos os deputados tem a sua foto nessa galeria, menos Ela. Existia um quadro de Antonieta de Barros, que estava esquecido no próprio porão da escola que leva o seu nome. Para as comemorações alusivas ao centenário de nascimento de Antonieta de Barros, o quadro foi “encontrado” e recuperado.

O lugar de deputada, mesmo conquistado legitimamente, não era legitimado. Estar à margem é não seguir regras, ela tenta se ajustar ao modelo de sujeito/mulher que predominava na sociedade. Mas o seu lugar, a sua vida, sua memória, e a memória da sociedade, acolheu-a, marginalizando-a. A posição histórica de Antonieta de Barros, a memória que a constituiu, o pré-construído do seu dizer poderia situá-la como cachaceira, decaída. Entretanto, ela se coloca em outro lugar, havendo um confronto com a formação política dominante, produzida em parte pelo jornal. Esta dinâmica reconfigura as fronteiras das formações discursivas, promovendo a incorporação de novos sentidos. Somente a presença de Antonieta de Barros como notícia nos jornais, nas páginas políticas, ou os seus dizeres, seu lugar como cronista, engendra uma incorporação, constituindo rupturas e transformações históricas, imperceptíveis talvez, mas ecoando discursivamente. Uma nova discursivização começa a se engenhar. Há uma associação intradiscursiva entre o

negro e à margem. Os sentidos que amparavam a memória de um dizer deixam de fazer o seu papel, havendo um processo de resignificação. Os textos de Antonieta de Barros polemizam os sentidos que vinham instaurando uma imagem negativa dos negros e das mulheres. Sentidos heterogêneos rompem com o instituído. E foi o que aconteceu quando ela escreveu a crônica, “Indiferentes”.

No dia 28 de fevereiro de 1932, Antonieta de Barros, escreve a sua quinta crônica, intitulada, “**Nem tudo está perdido**”. Ela fala sobre a extinção da liga do magistério, fundada em 1925 em Santa Catarina, e diz que “*Quem, por segundos, somente, se tem posto à margem da vida,*” A partir desta crônica, Antonieta de Barros, escreverá várias crônicas em que ela se põe voluntariamente à margem. Ela estava à frente de seu tempo, assim, como diz Anne-Marie Kappeli (1991, p.572) sobre Harriete Martineau, uma feminista do século XIX, “*que desenvolveu uma técnica sociológica e política muito antes da institucionalização das ciências sociais...*”.

Antonieta de Barros viveu uma diversidade de experiências no decorrer de sua infância e adolescência, o que estimulou sua inclinação aos estudos e a busca de novas sínteses. À medida que ia ficando adulta, foi construindo a competência de realizar a fusão entre as suas experiências cotidianas, os estudos e sua habilidade perspicaz de observação, de modo a produzir em si a capacidade de mudar de lugar, voluntariamente, para melhor compreender o que ocorria ao redor.

Nestes enunciados abaixo, depreendidos do jornal República, Antonieta de Barros se coloca à margem voluntariamente:

“quem, por segundos, somente, se tem posto à margem da vida, para melhor compreende -la...”³⁷⁹

“quem se fez, na vida, espectador, (...)E quem fica à margem da vida, como espectador,...”³⁸⁰

“O insulamento levou-a à meditação e à observação, que nos deram páginas de grande emoção....”³⁸¹

³⁷⁹ Texto retirado da crônica, **Nem tudo está perdido** publicada no jornal República, no dia 28 fev. 1932.

³⁸⁰ Texto retirado da crônica, **Todos os atos humanos convergem no desejo de ascensão, ao píncaro do Everest dos nossos sonhos**, escrita no jornal República, no dia 1 maio 1932.

³⁸¹ Texto retirado da crônica, **Tu és pó e em pó te tornarás** do jornal República, no dia 12 fev. 1933.

Antonieta de Barros, em todas as suas crônicas, fala em educação integral. Desde que começou a escrever no jornal República esse pensamento perpassa em suas crônicas .

Como o discurso jornalístico não é neutro, pode-se dizer que os textos de Antonieta de Barros, no jornal República, não devem ser tomados isoladamente. Os seus discursos se constituem na relação com outros textos. Textos de outros jornais, principalmente do jornal **A Pátria**, textos que circulavam na sociedade e dizeres não ditos e que poderiam ser ditos.

Quando Antonieta de Barros escreveu a sua primeira coluna, **Indiferentes**, ela não estava dizendo que eram os analfabetos que ficavam à margem, mas foi essa a interpretação, bem conveniente, dada pelo articulista: “à margem” lugar que ficavam aqueles que não eram alfabetizados.

O jornal **A Pátria**, defendia a “Cruzada Nacional da Educação”, e parece que o jornal, **República**, apoiado pelo partido liberal, não apoiava a Cruzada Nacional da Educação.

Em 1932, em sua crônica³⁸², Antonieta de Barros falou sobre a Cruzada Nacional da Educação:

“O analfabetismo, entre nós, tem sido uma das preocupações dos que olham, com um pouco de carinho, para a grande pátria.

A Cruzada Nacional de Educação, recém fundada na capital Federal ,tem o alto objetivo da destruição da terrível calamidade.”

Mas como a alfabetização não era tudo para a cronista, na mesma crônica, ela escreve:

“Assim, seria um grande passo progressista, se conseguíssemos a alfabetização integral do país, mas não seria tudo.

É necessário dar aos que roubamos das trevas, luz anímica, para que vislumbrem, vejam o lado oculto, sob águas

³⁸² Crônica publicada no jornal **República**, no dia 03 jan. 1932.

azulinas. E necessário apontar-lhes, com sinceridade, o edifício carcomido da nossa civilização, para que sigam, conscientemente, vejam conscientemente e conscientemente, individualmente, se alistem entre os obreiros da grande cruzada, a cruzada do Bem.

É necessário que o fiat seja integral, a – fim – de- que se alcance o objetivo da instrução – fazer de cada criatura um indivíduo, arquiteto da sua individualidade, senhor dos seus direitos e dos seus deveres.”

Essa foi a única vez em que Antonieta de Barros falou da Cruzada Nacional da Educação em suas crônicas, mas continuava a dizer que “às criaturas, não basta a instrução do saber ler ou escrever”³⁸³, “Não basta a alfabetização”³⁸⁴, ou “os analfabetos são os que tem alma e corpo de condor, mas lhe negaram as asas”³⁸⁵.

Por outro lado, o jornal **A Pátria** comenta muito sobre a Cruzada Nacional da Educação:

“Cruzada Nacional da Educação, Todas as pessoas, homens, senhoras e crianças, que sintam as mesmas vibrações por um Brasil liberado do analfabetismo, são cordiosamente convidados a comparecer e prestar seu valioso concurso”³⁸⁶.

“O República fala constantemente em Reforma do ensino. Estamos na fase da alfabetização generalizada, onde o elemento quantidade, sobrepuja o qualidade. (...) Cruzada nacional da Educação- lançando-se pelo país inteiro, no afã de ensinar a ler a escrever e a contar, o que já é muito para um povo que a sua maioria desconhece o alfabeto”³⁸⁷.

“Proposta da Cruzada nacional da Educação” -Ler, escrever e contar a todos quantos queiram aprender”³⁸⁸.

“Comissões e grupos solicitarão de cada pessoa alfabetizada, 1\$000, no mínimo, a favor da obra de alfabetização dentro do município de seu domicílio,”³⁸⁹

³⁸³ Texto publicado no jornal **República**, no dia 1 jun. 1936.

³⁸⁴ Texto publicado no jornal **República**, no dia 14 maio 1933.

³⁸⁵ Texto publicado no jornal **República**, no dia 14 maio 1933.

³⁸⁶ Texto publicado no jornal **A Pátria**, n. 1187, no dia 15 jan. 1935.

³⁸⁷ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 1196, no dia 25 jan. 1935.

³⁸⁸ Primeira página do jornal **A Pátria**, Sexta-feira, n. 1221 no dia 22 fev. 1935.

³⁸⁹ Notícia publicada na Segunda página do jornal **A Pátria**, n. 1231, no dia 9 mar. 1935.

*“Catarinenses: se alguém vier ao teu encontro, para te recrutar para o quadro social da Cruzada Nacional da Educação, não recusais. Lembra-te de que é esta uma esplêndida oportunidade de prestares um serviço ao teu país, sem maior sacrifício.”*³⁹⁰

*“O que é a campanha de Educação. Nada mais, nada menos, de que isto; a mobilização de homens, mulheres e crianças, que formam uma vanguarda coesa na batalha já empenhada contra analfabetismo. Contribuindo cada um com uma quota mensal fixa, que está dentro das possibilidades de todos os bolsos, ainda dos mais humildes.”*³⁹¹

*“Vamos pedir a cada cidadão, a cada pessoa, que sabe ler, indistintamente, a importância de 1\$000 no mínimo...”*³⁹²

Antonieta de Barros, talvez criticando os articulistas do jornal **A Pátria**, dizia que o professor não deveria ser um mero “instrutor”. Para ela, o professor era “guardião”³⁹³ e “clarinador da alvorada”.³⁹⁴

Ler, escrever e contar, segundo os articulistas do jornal **A Pátria**³⁹⁵, já era o bastante para a população que na sua maioria desconhecia o alfabeto. Os professores, de acordo com o mesmo jornal teriam que ser:

“professores aplicadores, - tornar o professor capaz de realizar o trabalho eficiente de instrutor.”

O jornal **A Pátria**³⁹⁶ ironizava a opinião do **Partido Liberal**, nas páginas do jornal **República**, sobre o “professor completo.”

“O professor para o Partido Liberal, é um “professor completo”,(...) A Cruzada Nacional da Educação é uma nobre empreitada, mas não é a fachada do Pl- Professor completo.”

³⁹⁰ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 1233, Terça-feira, do dia 12 mar. 1935.

³⁹¹ Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 1234, Quarta-feira, no dia 13 mar. 1935.

³⁹² Notícia publicada no jornal **A Pátria**, n. 1235, Quinta-feira, no dia 14 mar. 1935. As duas últimas notícias, foram assinadas por Eliezer dos Santos Saraiva.

³⁹³ Texto publicado no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

³⁹⁴ Texto publicado no jornal **República**, no dia 17 set. 1933.

³⁹⁵ Texto publicado no jornal **A Pátria**, n. 1196, no dia 25 jan. 1935.

³⁹⁶ Texto publicado no jornal **A Pátria**, n. 1198, no dia 28 jan. 1935.

Ou então criticava:

“Um dos objetivos da reforma, é tornar o professor capaz de realizar o trabalho eficiente de instrutor e de educador, ao passo que na interventoria, as diretrizes são para buscar o professor completo, criando organismos novos, e caros...”

Antonieta de Barros, em todas as suas crônicas, principalmente entre 1929 e 1936, enfatiza que a alfabetização não é tudo. Para viver, no sentido humano do termo, as pessoas teriam que ir além da alfabetização. Mesmo escrevendo para o jornal do partido da situação, ela é enfática: ir além da alfabetização, para conhecer-se a si mesma, para não ser domesticada e não viver tutelada. *“Não só de pão vive o homem”*, eis as palavras de Antonieta de Barros em várias crônicas no jornal. Para a autora, se o homem tem direito ao trabalho, tem necessidade de cultura³⁹⁷. Ela não pregava o discurso que ainda hoje é veiculado nas escolas, nos currículos, projetos e programas das secretarias da educação: **trabalho técnico para os alunos carentes e formação integral para os demais, para se preparar para a universidade.**

Segundo a autora:

*“o trabalho é a fartura, que a educação e a cultura ensinam a compreender; é a alegria, que a educação espiritualiza, é a prece que a educação bendiz e santifica. É a educação que transforma pigmeus em gigantes, dá aos homens força para enfrentar os mais sérios obstáculos”*³⁹⁸.

Um povo é grande não só pelo seu espírito trabalhador, mas, também, principalmente pela sua cultura. Já trabalhamos demais, queremos estudar, queremos os livros... Quem diz todas estas palavras? Uma mulher negra, filha de escrava alforriada, pobre, que com a única *“arma”* que tinha, *“o livro”*, conseguiu se sobressair, atravessar as *“alamedas interiores”*. Para quem ela reivindica, educação e libertação interior? Para os seus, para os pobres, brancos e negros. Ela não fala sobre racismo, abolicionismo, mas os seus gestos falam.

³⁹⁷ Crônica intitulada, *Bibliotecas escolares*, publicada no jornal **República**, domingo, no dia 22 set. 1934.

³⁹⁸ Crônica intitulada, *“Nem só de pão vive o homem”* publicada no jornal **República**, no dia 14 maio 1933.

Capítulo VI

FARRAPOS DE IDÉIAS

“Farrapos de Idéias”- Título da coluna de Antonieta de Barros no jornal **República**.

*“Os desencantados ficam à margem da vida, - que é luta, trabalho e conquista. Com o tempo, na marcha veloz, passam os sorrisos escarninhos da existência, transformada, aos poucos, num infinito de ilusões em farrapos.”*³⁹⁹

*“Os desencantados... Farrapos de Seres, abandonados voluntariamente, aos solavancos da sorte...”*⁴⁰⁰

*“Depois do Ideal alcançado, há sempre, na alma inquieta do sonhador, um travo amargo, farrapo de um sonho que não se integralizou.”*⁴⁰¹

*“O mundo está velhíssimo, decrepito, falido, com uma moral problemática, uma civilização em farrapos e um futuro comprometido e assustador.”*⁴⁰²

*“Daí a moral, em farrapos, que se nota em toda Parte.”*⁴⁰³

*“onde parece a alma fica em farrapos, valem bem a delícia da escalada deslumbradora.”*⁴⁰⁴

³⁹⁹ Crônica **Indiferentes**, publicada no jornal **República** no dia 15 nov. 1931.

⁴⁰⁰ Idem

⁴⁰¹ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 03 jul. 1932.

⁴⁰² Esta crônica possui 3 títulos. Os articulistas desta época, costumavam chamar estas crônicas de salada, pois eram três ou mais assuntos diferentes numa mesma crônica. Os títulos da crônica em que o recorte será analisado são: **A humanidade**, **Harmonia Universal** e **A Nova Arca**. Foi publicada no jornal **República**, no dia 25 set. 1932.

⁴⁰³ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 6 nov. 1934.

⁴⁰⁴ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 6 nov. 1934.

“Em meio aprendizado, apenas, já se sente a alma cansada, magoada, dolorosamente envelhecida, em farrapos.”⁴⁰⁵

Em 1931, Antonieta de Barros denominou a sua coluna, no jornal *República*, de *Farrapos de Idéias*. O contexto imediato é o jornal onde ela publicou sua coluna. Era um jornal que defendia os ideais do **Partido Liberal**, dirigido na época por Nereu Ramos. Todos os leitores do jornal **República** esperavam para ler a sua coluna. Não só os leitores do jornal **República**, como os leitores e jornalistas do jornalpositor **A Pátria**. Era algo novo na época. Uma mulher, negra e culta que circulava pela elite, tinha sua própria coluna e não apenas era convidada para escrever uma ou outra crônica. Este algo novo, é algo “*á margem*,”desviante, e isso perturba por ser desafiador, pois despreza os valores legitimados da sociedade, principalmente da sociedade catarinense, muito conservadora. Acentuando este descompasso, Oliveira,⁴⁰⁶ (2000, p.11), destaca que, enquanto em 1922, na *Semana de arte Moderna* :

“os artistas rompiam com as regras estabelecidas para a arte e olhavam o Brasil sob novos enfoques, em Santa Catarina, neste mesmo ano, era criada a Academia Catarinense de Letras, adotando os postulados do parnasianismo, tendência estética que nos meios modernos era considerada superada.”

Os desviados adquirem uma identidade social, e certamente Antonieta de Barros, pouco a pouco, vai adquirindo a sua também.

De acordo com a **Análise do Discurso**, pelo mecanismo de antecipação, o sujeito se coloca no lugar em que o seu interlocutor ouve suas palavras. Os interlocutores de Antonieta de Barros eram a elite florianópolis e políticos importantes. O que será que eles esperavam ouvir dela? Qual a imagem que os

⁴⁰⁵ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

⁴⁰⁶ Henrique Luiz Pereira Oliveira, no artigo “**Imagens do Tempo**”, publicado no livro, **Histórias de Santa Catarina, estudos Contemporâneos**, organizado por Ana Brancher, pensando a temporalidade nas artes plásticas e visuais produzidas em Santa Catarina no século XX, destaca que as inquietações que marcaram a *Semana da Arte Moderna*, chegaram à “*província*” de Florianópolis, com o Grupo Sul, somente em 1947, “*Com 25 anos de atraso!*”. Nas artes plásticas, esta inquietação só ocorreria, em 1958, com o **GAPP**- Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis, “*Com 36 anos de atraso!*”

leitores do jornal **República** tinham de Antonieta de Barros? Qual era a imagem que Antonieta de Barros tinha dos seus leitores? Como o discurso jornalístico se projetava na rede de formações imaginárias? Segundo Pêcheux, as formações imaginárias designam o lugar ocupado na estrutura de uma formação social, pelos protagonistas do discurso. Os leitores do jornal, representados pela elite da sociedade catarinense, têm uma imagem do seu lugar, e uma imagem do lugar do outro. Antonieta de Barros tem a imagem do lugar que ocupa, e a imagem da imagem que os leitores têm dela. Diz **Farrapos de Idéias** porque representou imaginariamente aquilo que os leitores esperavam que ela dissesse. Ela se colocou na posição leitor e ajustou o seu dizer a partir da imagem que os leitores fariam dela.

Qual o lugar que Antonieta de Barros ocupava na sociedade florianópolis? A elite não a via compartilhando a mesma posição, porque na estrutura da formação social da sociedade catarinense, Antonieta de Barros deveria ocupar um lugar inferior, por ser negra, mulher e pobre. Pedacos sujos e rotos, não inteiros, submissão, devoção, relação empregado-senhor, escravo, farrapos, era a imagem que Antonieta de Barros tinha da imagem que a elite florianopolitana tinha dela.

Mas como no discurso há rupturas que reconfiguram os sentidos, como um ato de resistência, que segundo Pêcheux, é a possibilidade de se dizer outras palavras no lugar daquelas previstas, podendo assim, deslocar sentidos, resignificar rituais enunciativos, deslocar processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra, não dizendo nada, ou talvez mudando a grafia da palavra. Nenhum processo de assujeitamento é fixo, imutável, porque o sujeito não ocupa apenas uma posição. Os mecanismos de resistência são constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento. Segundo Pêcheux (1998, p.304): *“Não há dominação sem resistência,(...) é preciso “ousar se revoltar”,(...) é preciso “ousar pensar por si mesmo.”*

Antonieta de Barros, em 1937 edita um livro intitulado **“Farrapos de Idéias”**. Nele são agrupados uma coletânea de crônicas que a autora escrevia para o jornal **República**. Na introdução justifica-se:

“É simples, muito simples a razão de ser deste livro. Se não fora um instante de grande entusiasmo de fraternidade, em que o coração se coloca mais alto do que a cabeça, este livro não existiria. E não existiria, porque os meus Farrapos, eu os fiz para que tivessem a vida breve, diminuta...”

A autora escreve seus Farrapos com letra maiúscula, significando, do mesmo modo como colocamos com maiúscula a letra D, quando nos referimos a Deus, ou qualquer coisa que seja singular, próprio. Os seus **Farrapos de Idéias** são idéias tiradas, construídas, no interior de suas *“alamedas interiores”*, do sentimento de elevação, de conhecimento, de sua *“Bildung”*, formação. É sagrado. Os seus Farrapos são a integralização com ela mesma, no silêncio, no exercício de sua transcendência.

Pêcheux diz que as mesmas palavras podem ter sentidos diferentes em diferentes formações discursivas, ao mesmo tempo que palavras diferentes podem ter o mesmo sentido no interior de uma mesma formação discursiva. Na mesma formação discursiva, as expressões *Farrapos* e *Ideal* escritas com a letra maiúscula e *“barreiras de desencantos”* têm o mesmo sentido. Pelo sistema de relações de substituição, que Pêcheux chama de *“processo discursivo”*, Antonieta de Barros reconhece a si mesma em relação a outros sujeitos. Essa relação fica bem evidente, quando ela apresenta a sua coletânea de crônicas, em forma de livro, intitulado **“Farrapos de Idéias”**. Ela ousa, discursivamente resiste, quando diz: *“porque os meus Farrapos”*. Em 1931, quando começou a escrever para o jornal **República** a coluna denominada Farrapos de Idéias, ela também escreveu Farrapos com “F” maiúsculo, mas era o nome de sua coluna. Entretanto em 1937, no meio do texto, diz *” meus Farrapos”*, com letra maiúscula. Fala ironicamente, sem colocar o complemento nominal, idéias. Ela sabia a importância dos seus gestos e do lugar que ocupava na sociedade, ainda mais quando em 1937, ela era a primeira deputada de Santa Catarina e primeira deputada negra do Brasil. Ela estava orgulhosa. Se Petronilha da Silva (1998, p.27) diz que *“Das senzalas até a universidade, um longo e árduo caminho de luta tem sido trilhado, pelos negros, na sociedade, brasileira”*, imagine o caminho de Antonieta de Barros, das senzalas até a Assembléia Legislativa, em Santa Catarina.

Antonieta de Barros enunciou pela primeira vez a palavra “*Farrapos*”, quando intitulou a sua coluna, publicada no jornal **República**, de “**Farrapos de Idéias**”. Sua primeira crônica foi denominada **Indiferentes**:

“ Os desencantados ficam à margem da vida,- que é luta, trabalho e conquista. Com o tempo, na marcha veloz , passam os sorrisos escarninhos da existência, transformada, aos poucos, num infinito de ilusões em farrapos.

Quem torna as ilusões em farrapos? Segundo a mesma crônica, **Indiferentes**:

“As terríveis soalheiras dos desencantos emurhecera-lhes, crestaram-lhes os sonhos; os desejos de conquista foram destruídos pela inexplicável força do Desconhecido.”

O sol forte das desilusões, das fraquezas, saqueou, tirou seus sonhos e aos poucos transformou as ilusões em farrapos. Farrapos são ilusões transformadas em pedaços, mas não instantaneamente. Primeiramente foram crestadas somente a superfície dos sonhos, que aos poucos vão se transformando em farrapos. Farrapos então para a autora são ilusões queimadas, transformadas em pedaços sujos e rotos.

Como diz Lacan, é na superfície que se dá o oculto, e é na superfície que os sentidos aparecem, afloram. É na superfície que aparece todo o trabalho das relações de sentidos e o discurso indica outros discursos que sustenta os dizeres. Segundo Orlandi (2000,p.39) “*um dizer tem relação com outros dizeres*” Neste mecanismo há um encadeamento de sentidos que desliza sem interrupções. Parece haver uma impressão subjetiva de precisar sempre de uma mesma significação, mas é necessariamente aí que a **Análise do Discurso** demonstra que a formação dos sentidos, que tem como ponto de deriva o que aparece no texto, transcende a intenção do sujeito, mas tem forte ligação com as condições de produção, com o interdiscurso.

É o que poderemos notar com o encadeamento de sentidos do seguinte texto: “*As terríveis soalheiras dos desenganos emurhecera-lhes, crestaram-lhes os sonhos...*” Soalheiras, no dicionário significa, a hora de maior calor de exposição aos raios solares. Mesmo na maior exposição aos raios solares, os sonhos foram

crestados e não queimados. Se Antonieta de Barros tivesse dito que os sonhos foram queimados, visto a força dos raios do sol, eles não mais existiriam. Entretanto no dicionário existem vários significados para a palavra crestar: 1) queimar levemente a superfície, dar cor de queimado. 2) tirar o mel das colmeias, colhendo parte dos favos 3) saquear, reduzir a quantidade, 4) crestadeira, utensílio de cozinha com que se dá a cor de queimado ou tostado a certas iguarias. O sentido de crestar é queimar, mas deixar algo não queimado e deste algo não queimado, deste farrapo, sairão outros sonhos, e para a autora, *“o último lampejo de vida a extinguir-se é o do Ideal”*⁴⁰⁷.

As terríveis soalheiras dos desenganos, as mentiras, as ilusões, emurhecera-lhes, crestaram-lhes os sonhos, mas não todos eles. Os desejos de conquista foram destruídos pela inexplicável força do *“Desconhecido”* e para Antonieta de Barros, na crônica Indiferentes:

*“Com o tempo, na sua marcha veloz, passam os sorrisos escarninhos da existência, transformada, aos poucos, num infinito de ilusões em farrapos.”*⁴⁰⁸

Queimavam-se a superfície dos sonhos, e com o tempo, estes sonhos, estas ilusões são transformadas em farrapos. Nota-se que não são as decepções que são transformadas aos poucos em farrapos, mas as ilusões, os sonhos. Os sonhos, as ilusões não foram perdidos, mas transformados em farrapos. Eles continuam ali, diferentes, mas presentes. Continuando, na mesma crônica:

“E a alma, insensivelmente, como que amedrontada, entrincheira-se nesta barreira de desencantos, fechando-se aos anelos que agitam os homens, e lhes dão a única razão de ser da vida”

E a alma, insensivelmente, indiferente, protege-se na barreira dos desencantos, protege-se na barreira de tristezas, na barreira de sonhos transformados

⁴⁰⁷ Texto publicado no jornal **República**, de 03 jul. 1932, intitulado *“Estão, dentro da natureza humana, a imperfeição e a incontentabilidade”*.

⁴⁰⁸ Crônica intitulada **Indiferentes**, publicada no jornal **República**, no dia 15 nov. 1931.

em farrapos, fechando-se aos desejos, ânsia, curiosidade, que agitam os homens e lhes dão a única razão da vida. Os desejos, sonhos, são a única razão de ser do homem. E a alma, insensivelmente, como que amedrontada, entrincheira-se, (fortifica-se, protege-se, com trincheiras) nestas barreiras de desencantos. No dicionário, trincheira significa: escavação de terreno, para que a terra escavada sirva de parapeito para os combatentes. Assim, Antonieta de Barros protege-se nas próprias barreiras de desencantos, protege-se, fortifica-se nos farrapos. A palavra **farrapos**, portanto, substitui, **barreiras de desencantos**. Houve algo nos interstícios que é suprimido na articulação dos sentidos, ao mesmo tempo que se produziu alguma coisa que mudou de lugar, de sentido. O enunciado **barreiras de desencantos** substitui **farrapos**. É pelo texto barreiras de desencantos que surge em torno da figura de Antonieta de Barros, um sentido. O sentido do advento à sua situação sócio-histórica, e tudo que, pode ou não irradiar deste sentido.

Nesta situação de substituição é que reside o recurso criador, a força de produção, o engenho da metáfora. É por essa possibilidade de substituição que se concebe o poder de produção do mundo do sentido. Através do mecanismo de substituição, podemos apreender as mudanças de função na qual uma língua se constitui. É pela engenhosidade da substituição de um significante por outro, num lugar determinado, numa formação discursiva, que se pode criar a possibilidade de despontar novos sentidos

Talvez Antonieta de Barros lembrasse de quando era pequena e estava aflita, com frio, querendo proteção, cobria-se com cobertores velhos, para se proteger. Quando ela morava em Florianópolis, num bairro pobre, na pensão de Otávio e Cora Silveira, onde sua mãe trabalhava, geralmente os empregados dormiam no chão da cozinha e cobriam-se com panos velhos que sobravam dos patrões, mas era nestas horas de paz e sossego, que Antonieta podia sonhar. Sonhar, protegida e fortificada por estes panos velhos. Farrapos. Os pedaços de pano, de farrapos, protegem. Talvez Antonieta tenha utilizado a expressão Farrapos de idéias para proteger suas idéias, idéias de uma mulher à margem. Neste caso o sentido de Farrapos é proteção.

Mas como os farrapos não são panos inteiros, são pedaços, os sonhos escapam, há sempre um espaço para sonhar. Naquele momento de desencanto, de tristeza, era necessária total proteção, mas como ela só tinha panos velhos e esfarrapados, os sonhos escapavam, mas segundo a autora, nunca é bom se proteger demais.

Segundo Antonieta de Barros à margem da vida existem os indiferentes, que não são vencidos, mas desencantados. Para ela,

“Os desencantados... Farrapos de seres, abandonados voluntariamente, aos solavancos da sorte...

Falta-lhes o quid divino, existente em cada indivíduo, para a criação dos soberbos mundos interiores, para a arquitetura maravilhosa dos castelos no ar, donde, muita vez, surgem as grandes realizações.”⁴⁰⁹

Os desencantados são pessoas que se protegem com suas próprias desilusões, farrapos. Eles mesmos são farrapos de seres, pedaços de seres, não seres inteiros, pois falta-lhes descobrir o “*qui divino*” existente em cada pessoa. Os desencantados estão fazendo o caminho para descobrir este “*qui divino*”. Mas, segundo a autora, este caminho é difícil, pois, “*todas as estradas são pedregosas e há espinhos em todas as veredas*”, porém se a pessoa está fazendo este caminho por si mesma, “*tanto mais admirável quanto mais difícil: transformar em frutos e flores, as pedras e espinhos, encontradas na dolorosa senda de curvas estreitas.*”⁴¹⁰ Existe uma diferença entre os farrapos de seres e aqueles seres que se acham inteiros, prontos, pois, para Antonieta de Barros, os que se acham perfeitos, se satisfazem em ficar à sombra, tutelados. Os farrapos de seres sabem que são imperfeitos, mas este já é o primeiro passo para a perfeição. Eles procuram a perfeição em si mesmos. As pessoas que não são farrapos, são inteiras, não procuram conhecer-se, consideram-se perfeitas e satisfeitas por estarem à sombra. Sendo assim, nunca se realizarão. Para a autora, como os farrapos de seres estão à margem, que é luta, trabalho, conquista, haveria sempre este momento para se recuperar, com seus farrapos e continuar a luta. Mas no momento tem que ser assim, voluntariamente,

⁴⁰⁹ Crônica **Indiferentes**, publicada no jornal **República**, no dia 15 nov. 1931.

como se preparando. Um tempo para se preparar para se reforçar. E serão nos interstícios destes seus próprios farrapos, que os sonhos serão refeitos.

Segundo Lacan ⁴¹¹, o inconsciente é estruturado, tramado, encadeado e tecido de linguagem. Os materiais dos conflitos e medos, ligados às relações sociais, são conservados no inconsciente enquanto significante em potencial, para serem tomados como significante atual e lhe servirem de linguagem. O inconsciente se caracteriza por uma articulação de deslizamento do sentido. Se o inconsciente é em si mesmo, um sistema com uma combinatória, a história de Antonieta de Barros, dependerá de como ela se situa frente a essa combinatória, como sujeito, já que na Análise do Discurso o sujeito é uma posição. Antonieta de Barros, em sua crônica, utilizou a palavra farrapos. Como compreender no funcionamento discursivo o sentido ou sentidos desta palavra? Primeiramente seria, segundo Lacan, rompendo com o visível, pois nas relações entre significantes, a linguagem ao se velar, revela.

Na tecitura da palavra farrapos, há um encadeamento, uma constituição, para que os sentidos sejam estes e não outros. Para compreender o encadeamento dos sentidos da palavra **farrapos**, é importante, observar a crônica que Antonieta de Barros reescreveu em 01/janeiro de 1932, no jornal **República**. Ela a tinha escrito no jornal **A Semana** no dia 02/de janeiro de 1931. O título da crônica publicada no jornal **A Semana** era **Reflexões**, e no jornal **República**, era **”Na mais mentirosa das mentiras.”** No jornal **República**, Antonieta de Barros acrescenta um parágrafo:

“Se Deus, por um acaso qualquer, negasse ao homem o poder de sonhar, a graça divina de esperar, a vida não valeria a pena de ser vivida.”

No início do ano os jornais escreviam prognósticos para o ano novo que se iniciava. Contratavam “gurus” para predizerem como seria a aurora deste novo ano. Como já constatamos, a vida de Antonieta de Barros não foi fácil, mas ela sempre sonhou. Foram os seus sonhos que a acolheram nas noites de desencantos.

Segundo a autora em sua crônica, “Na mais mentirosa das mentiras”:

⁴¹⁰ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

“A alma humana, a mais cética , a mais experiente, a mais prosaica e filosófica, tem reflexos doirados de esperança, na mais mentirosa das auroras- a que marca a vinda de um ano novo”.

E todos nós, as crianças grandes, nos sentimos transportados ao mundo, diabólicamente rico dos sonhos, e nos encontramos a pedir e a esperar um sem-fim de coisas lindas...

Oh! A alma confiante das crianças grandes!

Como é mentirosa a aurora de um Ano- Novo, em que cada qual constrói, com carinho e desvêlo, castelos, formidáveis, que as outras auroras, num silêncio, infinitamente grande e eloqüente; as outras auroras, dentro da vertiginosa pressa com que o tempo passa; as outras auroras, menos mentirosas, mas mais impiedosas, destroem, derrubam arrazam, pulverizam e o vento da desilusão espalha, completando-lhes a obra.”

Para Antonieta de Barros, existem dois tipos de aurora: a aurora de um ano novo e as outras auroras, as auroras de todos os dias.

As outras auroras, as auroras de todos os dias, segundo Antonieta de Barros, *“são menos mentirosas, mas mais impiedosas”*, porque *“destroem, derrubam, arrazam, pulverizam...”* São menos mentirosas e mais impiedosas, porque mostram nos escombros os sonhos derrubados no caminho e isso deixa as pessoas infelizes. Mas destes escombros *“tem-se a suprema ventura ou a coragem suprema de apegar-se à esperança de uma nova aurora,”*⁴¹² Esta nova aurora, é aurora de um Ano Novo . Poder-se-ia dizer que estes destroços teriam o mesmo sentido de *“barreiras de desencantos”*, trincheiras construídas para proteção, feitas com os mesmos materiais destes desencantos , que foram construídos pelas auroras de todos os dias. A aurora de todos os dias constrói os farrapos com que os desencantados se protegem. Entretanto, segundo a autora, só quem tem sonhos poderá encantar-se e desencantar-se, e consequentemente poderá *“apegar-se à esperança de uma nova aurora”*. Essa aurora mais impiedosa nos deixa tristes, não contentes, mas continuamos a procurar a felicidade, pois se não ficarmos tristes não a

⁴¹¹ Lacan, Jacques, **O seminário**, Livro 3 as psicoses, 1998. p. 139

⁴¹² Crônica, intitulada, **Na mais mentirosa das mentiras**, publicada no jornal **República**, no dia 01 jan. 1932.

procuraremos mais. Antonieta de Barros parece que reabre o circuito novamente, está sempre a procura Este circuito é aberto pela aurora de um ano novo, um **farrapo**. Um significante elidido, suprimido, eliminado se desliza através de outros significantes em concatenação. Para ela, os desencantados têm dentro deles uma dificuldade de ter um desejo satisfeito, uma incontentabilidade, e estão sempre a procura de quaisquer coisas que lhes faltarão.

“Depois do Ideal alcançado, há sempre, na alma inquieta do sonhador, um travo amargo, farrapo de um sonho que não se integralizou”.⁴¹³

Antonieta de Barros escreveu esta crônica, sete meses após ter iniciado seu trabalho no jornal **República**. Estava com 30 anos, prestes a completar 31 anos. O recorte acima foi retirado da crônica intitulada : *“Estão, dentro da natureza humana, a imperfeição e a incontentabilidade”*.

No dicionário, ideal significa que existe apenas na idéia, o mais perfeito possível, aquilo que é objeto das mais altas aspirações humanas, perfeição. Sonho, significa ideal inatingível, utopia, devaneio, fantasia.

Segundo Antonieta de Barros, o Idealista é Deus,⁴¹⁴ o homem seria o sonhador. Deus é completo e o homem seria a sua obra. No homem, no sonhador, depois do Ideal alcançado, há um travo amargo, farrapo de um sonho que não se integralizou, que não se tornou inteiro, que não se completou.

Para a autora, a realidade, raras vezes, é o sonho completo. Seria então um pedaço de um sonho, um farrapo. Farrapo seria um Ideal⁴¹⁵ imperfeito. Como o sonhador sonha sempre, teriam vários farrapos, mas que nunca se completariam, pois eles são imperfeitos. É desta imperfeição que saem sempre novos farrapos. E a existência de um farrapo significa que o Ideal, uma vez já se concretizou. O farrapo só é farrapo, porque um dia já foi inteiro e deixou um novo farrapo. É uma operação infinita, mas como diz a autora, *“na alma inquieta do sonhador, o último lampejo de vida a extinguir-se é o do Ideal”*.

⁴¹³ Jornal **República**, 03 jul. 1932.

⁴¹⁴ Idem terceiro parágrafo, na mesma crônica.

⁴¹⁵ Antonieta de Barros comumente escrevia a palavra Ideal com letra maiúscula.

Este Ideal seria a perfeição, o encontro de si mesmo.

Nesta crônica, apesar de Antonieta de Barros ocupar a posição de jornalista, seu discurso é de uma mulher negra e pobre, que vai aos poucos notando o que um sonho, um desejo pode realizar. De filha de escrava alforriada a professora e jornalista. Parece difícil, mas não foi impossível. Ela está deslumbrada com suas próprias conquistas e não foram sem luta. A sua posição é de destaque, destaque também para olhares pela incompreensão que a cerca. Mas ela está ali, numa posição em que pode falar de suas angústias publicamente.

Talvez seja esse fato que permita estabelecer esse novo sentido para “farrapos”. Ou seja, farrapos são as partes de um todo impossível, não só para Antonieta de Barros, mas qualquer ser humano, pois o “todo” é condição divina e não humana. Em outras palavras, “farrapos”, que nas passagens anteriores produziu o efeito de separação, de distanciamento entre a autora e seu interlocutor, a sociedade e os leitores florianopolitanos, nesta passagem, ao contrário, farrapos” produz o efeito de “mal da incompletude da humanidade”, aquilo que torna todos iguais. Exatamente o sentido contrário ao anterior. Aqui Antonieta de Barros iguala-se aos seus leitores, coloca-se na mesma posição, ou melhor, os coloca em uma posição semelhante a dela, de incompletude e busca.

” O mundo está velhíssimo decrépito, falido, com uma moral problemática, uma civilização em farrapos e um futuro comprometido e assustador.”⁴¹⁶

Antonieta insere a palavra “*farrapos*” no intradiscurso com letra minúscula e sob a forma de adjetivo. Segundo Pêcheux, o sentido de uma palavra, expressão ou de uma proposição não existe em si mesmo. Este sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são (re)produzidas. O autor (1998, p.160) resume a sua tese afirmando;

⁴¹⁶ Esta crônica possui 3 títulos. Os articulistas desta época, costumavam chamar estas crônicas de **salada**, pois eram três assuntos diferentes numa mesma crônica. Os títulos desta crônica são: **A Humanidade**, **Harmonia Universal** e **A Nova Arca**. Foi publicada no jornal **República**, no dia 25 set. 1932.

“As palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.”

Nesta época Florianópolis assistia uma revolução que eclodiu em São Paulo, contra o governo Federal: A revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932. Apoiavam a capital paulista os militares de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, mas apenas os militares do Mato Grosso mantiveram-se fiéis aos ideais Constitucionalistas Paulistanos.

Segundo Carlos Humberto Corrêa, o movimento paulista não repercutiu em Florianópolis, mas no interior do estado. Políticos ligados ao regime derrubado em 1930, infiltraram-se em alguns municípios tentando sublevar as forças da Polícia Militar e do povo.

O **Partido Liberal**,⁴¹⁷ que anteriormente havia se colocado ao lado da **Frente Única do Rio Grande do Sul** durante o período da **Revolução Constitucionalista de São Paulo**, não se manifestou. Tanto Santa Catarina como o Rio Grande do Sul organizaram tropas fiéis ao Governo Federal. Santa Catarina enviou tropas do 14º Batalhão de Caçadores. Os revoltosos eram presos em Florianópolis. Segundo Carlos Humberto Corrêa, havia tantos prisioneiros em Florianópolis, que o interventor em Santa Catarina, Assis Brasil, pediu ao Governo Federal um destróier, para recolhê-los e levá-los ao Rio de Janeiro. Como a resposta foi negativa, utilizaram a prisão da antiga Fortaleza de Anhatomirim.

Os paulistas renderam-se no dia 3 de outubro, pois o Presidente Getúlio Vargas, para reprimir a revolta, utilizou todos os esforços disponíveis, entre os quais, bloqueou o porto de Santos, impedindo o desembarque de armas vinda do

⁴¹⁷ O jornal **República**, onde Antonieta possuía a sua coluna, **Farrapos de Idéias**, defendia os ideais do Partido Liberal.

exterior e utilizou novas técnicas, inclusive gases asfixiantes. Antonieta de Barros, quando critica o desenvolvimento tecnológico que os supostamente “civilizados” utilizam, fala sobre os gases asfixiantes: *“A destruição, principiada pela pedra lascada, chegou já em nosso dias, à maravilha dos gases asfixiantes...”*.⁴¹⁸

Na Análise do Discurso, quando falamos, nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. Mas nem todos são afetados pelos mesmos sentidos. Os intelectuais e políticos da época, (anos trinta), estavam imersos ideologicamente no **“Projeto de Construção Nacional”, “Ordem e Progresso”, “Cruzada Nacional da Alfabetização”, “A Revolução de 30”, “A revolta dos Paulistas” e “Modernização”**. Segundo Antonio Cândido (1989, p.182),

“Mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período.”

Mas cada político ou intelectual possui uma determinada relação com a história por suas experiências simbólicas através da ideologia. A “inserção ideológica” de Antonieta de Barros foi diferente porque nem todos são afetados da mesma maneira pelo interdiscurso. Depende da condição sócio-histórica e da inscrição nas formações discursivas. Quando Antonieta de Barros nasceu, os discursos já estavam em processo e os seus gestos de interpretação garantiram a construção de sua singularidade, singularidade esta que terá seus efeitos de sentido dependendo das posições em que ela ocupar nos discursos.

Nos anos 20, juntamente com o avanço tecnológico que já vinha ocorrendo no século XIX, foram delineadas idéias de salubridade, profilaxia social e modernidade, desencadeando anseios de mudanças. Sendo assim, era necessário adequar-se a elas. Segundo João Batista Bittencourt (2000, p.29):

“ser moderno era antecipar o futuro, destruindo o velho, era se refazer a cada instante, adentrando num processo de “auto

⁴¹⁸ Jornal **República**, de 7 ago. 1932.

- destruição inovadora”.

Imbuída destes anseios, Antonieta de Barros, diz que era preciso “*destruir tudo, para reconstruir*”.⁴¹⁹

O conceito de civilização perde espaço para o de civilidade. A elite tinha valores de civilidade importados de países europeus como a Inglaterra e a França, procurando desenvolver as mesmas atitudes e padrões de comportamento. Em conformidade com estas idéias, intelectuais, médicos, professores e jornalistas empenharam-se em reorganizar o espaço urbano, remodelando as condutas com o objetivo de adaptar corpos e comportamentos às novas condições que começavam a dar forma ao espaço urbano.

Os discursos que circulavam na imprensa tinham como função moralizar a sociedade e modelar a conduta, criando um público identificado com os valores modernos e excluindo aqueles que não se enquadravam nos padrões estabelecidos. Através dos discursos dos periódicos, instituía-se o ideal de um novo cidadão.

Em suas crônicas, Antonieta falava como professora que propunha orientar os leitores. Ela mesma falava sobre o papel da imprensa como coadjuvante da educação:

*“Não se compreende a vida dos povos civilizados sem imprensa. E isto porque o jornal é uma alta tribuna do povo que só devem ocupar os que sentem e compreendem a dignidade deste mesmo povo. Porta-voz das causas que exigem Fé e nobreza de atitudes o jornal deve ser o espelho da Sociedade, cuja vida ele focaliza e orienta, passo a passo. Cooperador de todos os educadores, representa, na vida da coletividade, um papel de alta relevância, por isso que as instrui, educa, orienta, alargando-lhes os horizontes, possibilitando-lhes alcançar sempre, um pouco mais dentro do muito que sonhara... o jornal é alavanca poderosa, inestimável e indispensável.”*⁴²⁰

O dizer de Antonieta de Barros é atravessado pelo discurso pedagógico e

⁴¹⁹ Crônica intitulada *A Humanidade. Harmonia Universal. A nova Arca.*, publicada no jornal *República*, no dia 25 set. 1932.

⁴²⁰ Crônica intitulada *”Falando aos Moços”*, publicada no jornal *O Idealista*, em 14 jun. 1945.

político ao mesmo tempo. Há uma sobreposição dos dois discursos, principalmente quando ela utiliza a palavra *sacerdócio*, comumente utilizada no discurso pedagógico.

“... (o jornalista que) não tiver a elegância e a coragem de se impessoalizar, quando no sacerdócio do jornalismo, desrespeita-se porque mente ao povo, mentindo às finalidades do seu mister. É um desajustado. Como conduzir povos ou mostrar rumos a outrem se não encontrou o seu?”⁴²¹

Os políticos da época através dos discursos jornalísticos e pedagógicos que circulavam na sociedade florianopolitana, na década de 30, acreditavam que poderiam integrar a família às novas formas de sociabilidade. Intervindo junto à família, poderiam reorganizar o cotidiano, desencadeando processos de mudança social mais ampla. Outra preocupação dizia respeito à educação do povo no sentido de melhorar as práticas cotidianas com relação às questões ligadas a higiene. Com este intuito foi criada a secretaria de higiene.

Segundo De Certeau, o “*jogo escriturístico*” tem como sentido, colocar em questão o que se deseja mudar. Este “**jogo escriturístico**”, segundo o mesmo autor (1994, p.226):

“Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. O laboratório da escritura tem como função “estratégica”: ou fazer com que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligada, classificada, imbricada num sistema e, assim, transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo”

A formação desordenada da capital de Santa Catarina, Florianópolis, não facilitava as pretensões de modernidade. Sendo assim, a cidade teria que passar por um processo de destruição. Na ânsia de modernidade, a elite tomava medidas, pois os personagens dissonantes deste modelo de reformulação teriam que ser expulsos. A população pobre e negra do centro da cidade foi literalmente expulsa. Suas casas,

⁴²¹ Crônica intitulada “**Falando aos Moços**”, publicada no jornal **O Idealista**, em 14 jun. 1945.

seus lares, chamados pela elite de “*cortiços*”, foram derrubados, sendo impedida sua permanência no centro da cidade. Quando Antonieta de Barros era pequena residia nas imediações do centro da cidade, na Rua Arcipreste Paiva esquina com Vidal Ramos, numa pensão em que sua mãe trabalhava, pensão esta que abrigava rapazes e marinheiros que vinham do interior e de outros estados. Ela também deve ter passado por este processo de expulsão e mesmo, mais tarde, morando nas imediações do centro da cidade, na rua Fernando Machado, pode ter presenciado estratégias violentas de afastar do centro da cidade, tudo “*aquilo*” que porventura inibisse a cidade de ser cosmopolita. Segundo João Batista Bitencourt (2000, p.29),

“a população era tolhida em seus antigos modos de comportamento, cooptada a apresentar-se “civilizada” e repreendida ao negar as novas regras.

Segundo o mesmo autor, os pobres e ex-escravos eram o alvo preferencial dessa repressão.

Estas pessoas, que conviviam com Antonieta de Barros, visto que ninguém podia estar alheio ao que vinha ocorrendo, eram excluídas destes benefícios do mundo moderno que os jornais e a própria Antonieta de Barros tanto falavam. A inclusão destas pessoas pobres neste projeto de modernidade era outorgada. Os outros decidiam quais os papéis a eles destinados. A modernidade não era para eles. Antonieta de Barros constantemente afirmava em suas crônicas que: “*As criaturas, na sua grande maioria, dentro da civilização atual, tornaram-se tuteladas das sociedades em que vivem*”

Para a autora, “*Acima das sociedades, da família, da pátria, do Universo, devem os homens colocar-se a si mesmos.*”⁴²²

A população pobre de Florianópolis morava no bairro da Figueira, Beco Sujo, (imediações onde hoje é a Avenida Hercílio Luz), a Toca e o bairro da Tronqueira, todos no centro de Florianópolis. Para sobreviver, as pessoas pobres circulavam no centro da cidade, e segundo Claudia Mortari e Paulino de Jesus (Cardoso, 2000, p.88), “*Era este espaço, a rua, o lugar por excelência dos negros*

⁴²² Idem.

em Desterro.”

Segundo o autor, eram os escravos que exerciam as funções que hoje constituem a infra-estrutura urbana. As mulheres também faziam este trabalho. Eles eram encarregados de transportar os “*materiais fecais*” das 22 horas às 5 horas. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral (1979),

“Eram nestas horas silenciosas, tristes e apagadas da cidade, que desciam do Mato-Grosso, da Tronqueira, de mais longe ou de mais perto, de quase todas as casas, os negros escravos com os vasilhames à cabeça, solenes com a sua coroa de trampa, gingando sobre o empedramento mal nivelado das ruas, pingando aqui, gotejando ali, o caldo nauseabundo, rumo à água do mar”.

Se formos olhar a cidade de Florianópolis não como negação do modelo de São Paulo, mas como sugere Claudia Mortari e Paulinho de Jesus Cardoso, centrada em si mesma, veremos que era grande a circulação de pessoas no centro de Florianópolis. Gravitavam à *margem* da elite, um mundo de “*luta, trabalho, conquista,*”⁴²³: quitandeiras,⁴²⁴ cozinheiras, prostitutas, costureiras, carregadores de mercadorias, lavadeiras indo em direção ao rio da Bulha,⁴²⁵ onde provavelmente a mãe de Antonieta de Barros lavava roupas, etc... Foi justamente para controlar a circulação destas pessoas que foram criados os códigos de Postura e leis repressoras. Os códigos de Postura, tinham segundo Claudia Mortari e Paulino de Jesus Cardoso (2000, p.88), uma preocupação básica:

“proibir o ajuntamento de negros escravos, seja no jogo das ruas e praças, nas reuniões para danças, nos aluguéis de casas para morarem sozinhos”

Para a elite estes lugares e estas pessoas eram símbolos de atraso, de não

⁴²³ Texto que faz parte da crônica de Antonieta de Barros, intitulada, **Indiferentes**, publicada no jornal **República**, no dia 15 nov. 1931.

⁴²⁴ Maria Odila Leite da Silva, em seu livro **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**, fala sobre o espaço de sobrevivência das mulheres pobres, brancas e forras na cidade de São Paulo.

⁴²⁵ Rio da Bulha era um ponto de encontro das mulheres pobres em Florianópolis. Neste espaço, podiam, além de lavar roupa, conversar sobre os filhos, maridos, etc... Quando canalizaram o Rio da Bulha, onde foi aberta a Avenida Hercílio Luz, as mulheres não tinham aonde lavar as roupas, já que a água encanada,

civilização e civilidade. Isto nos faz lembrar a expressão de Baudelaire, “lixo humano”, que colocava em cena todas as pessoas que a modernização não conseguia mais aproveitar: os velhos, os pobres, os negros, os marginalizados.

Não foi sem sofrimento que as pessoas pobres, moradoras do centro da cidade, foram expulsas, ou melhor, inviabilizaram suas presenças no cotidiano de Florianópolis. Entretanto, desenvolveram comportamentos singulares para escapar da vigilância e das leis repressoras da elite. Circulavam nos jornais de Florianópolis as medidas executadas contra estes comportamentos. Geralmente eram notícias referentes a mulheres negras e pardas.

Segundo Mortari e Cardoso (2000, p.92)

“os negros ficaram apenas com o direito de aparecer aqui e ali, como símbolo de miséria, pobreza, marginalidade e fracasso individual. Fantasmas de sua próprias imaginação.”

A partir de 1920, Florianópolis tinha outra paisagem. Foram demolidas todas as casas no centro, o rio da Bulha foi canalizado, foi construída a avenida Hercílio Luz, reurbanizando e modificando as condições sanitárias de uma extensa área. Em maio de 1919, foi inaugurado o primeiro sistema de abastecimento de água da cidade. As ruas centrais, a praça deveriam ser ordenadas para o “footing” das senhoras. A rua Felipe Schmidt era chamada de “*Brodway*” catarinense. Entretanto, as pessoas pobres foram excluídas destes benefícios, pois em 1909 os passageiros dos bondinhos deveriam estar “*calçados*” e “*asseados*”. Em 1911 a polícia proibiu a mendicância nas ruas; em 1918, foi proibida a entrada nos jardins públicos de pessoas descalças e mal vestidas, carregando volumes ou cargas. Segundo o documento do Diário Catarinense,⁴²⁶ quando uma pessoa saía do morro era advertida para não fazer bobagem. As festas populares, relacionadas ao divertimento dos pobres também foram reguladas. A imprensa florianopolitana qualificava a dança dos pobres, como: “*veículo para a corrupção nociva à moral e*

só foi instalada no centro da cidade. A canalização do rio da Bulha, fez com que as lavadeiras fossem disputar lugar com outras lavadeiras, em córregos sem canalização.

⁴²⁶ Suplemento especial do **Diário Catarinense**, intitulado: **Florianópolis, Origens e Destino de uma cidade à beira mar**, publicado no dia 31 mar. 1996.

os bons costumes, inimiga da família, da religião, da pátria da humanidade,”⁴²⁷

Entretanto, as festas da elite eram classificadas como “*reunião de tudo de mais belo e educado.*”⁴²⁸

Quando começaram a se reorganizar nos morros do Mocotó, Mariquinha, Nova Trento, do Céu, do Horácio e da Caixa, não ficaram livres da fome, miséria e doença, onde a malária “*reinava soberana*”. Não houve medidas de saneamento nestes lugares, mas na época eles estavam longe do centro da cidade, portanto não existiam, eram “invisíveis”.

Como já observamos em outras ocasiões nesta pesquisa,⁴²⁹ a sociedade florianopolitana era abertamente racista. Os trabalhadores, brancos e negros trabalhavam juntos nas ruas centrais de Florianópolis. Entretanto à noite, os negros estavam proibidos de passarem pela calçada em Frente ao Palácio do governo (atual museu Cruz e Souza). Eles só podiam passar no outro lado da calçada. Em relação a essa proibição o jornal **Diário Catarinense** destaca, “*E isso já nos anos 40 e 50.*”⁴³⁰

Se a civilização está em “farrapos”, o barbarismo está inteiro. Barbarismo é o contrário de civilização. E era isto que estava ocorrendo na cidade de Florianópolis, observado por uma mulher à margem. A civilização estava em farrapos. Farrapos aqui em forma de adjetivo possui uma conotação negativa. Antonieta de Barros estava falando da violência do processo civilizatório que estava ocorrendo em Florianópolis, que segundo a autora, expulsava os futuros predestinados da grande renovação.

Antonieta de Barros também fala que a civilização é caricata pois a elite tinha que mudar seus hábitos e comportamentos para se moldar à nova era civilizada. Segundo Antonieta de Barros a elite florianopolitana usava máscaras, pois procurava desenvolver as mesmas atitudes e padrões de comportamento dos países europeus. Era muito comum nos periódicos que circulavam em Florianópolis,

⁴²⁷ Notícia publicada no jornal **A Vida**, no dia 23 out. 1905.

⁴²⁸ Texto retirado do jornal **O DIA**, n. 198, no dia 10 maio 1901.

⁴²⁹ Estamos nos referindo ao texto de Altino Flores publicado na revista **Terra**, à respeito do poeta Ildelfonso Juvenal.

⁴³⁰ Suplemento especial do **Diário Catarinense**, intitulado: **Florianópolis, Origens e Destino de uma cidade à beira mar**, publicado no dia 31 mar. 1996.

propagandas de livros de etiqueta:

*“O novo saber viver- Para varrer os velhos costumes, por Raul Reboux- O aperto de mão, o modo de cumprimento, a saudação de uma senhora, cortesias, uso do telefone, as toilettes, masculinas e femininas, conselhos de um pai à sua filha...”*⁴³¹

Em uma crônica⁴³² Antonieta de Barros diz que os costumes “*verdadeiramente nacionais*”, característicos de uma nação, encontravam-se entre o povo, que,

“fugindo, instintivamente, a cópias estrangeiras, constitui-se a depositária de costumes e tradições, que o progresso, a marcha triunfal dos hábitos importados abafa, entre os que não são do povo.

*“Daí a moral, em farrapos, que se nota em toda parte.”*⁴³³

Segundo Antonieta de Barros a moral fica em farrapos porque as criaturas tornam-se tuteladas das sociedades em que vivem e,

“Tudo quanto não praticam ou praticam à socapa, é com fim de agradar às sociedades. Daí a moral em farrapos, que se nota em toda parte.”

Nesta crônica, Antonieta de Barros escreve farrapos com letra minúscula, portanto não possui o mesmos sentido que farrapos com letra maiúscula, de proteção, ideal e sonhos.

Para a autora, a moral fica em farrapos quando as pessoas deixam de fazer a própria escalada, para fazerem aquilo que agrada aos outros. As pessoas escondem suas imperfeições para serem aceitas. Para a autora, “*não é uma hipocrisia calculada. É natural, naturalíssima, tão natural, como o é o desejo de alimentar-se*”⁴³⁴. Entretanto, as pessoas deixam de fazer a escalada deslumbradora, porque é

⁴³¹ Propaganda publicada no jornal **A Pátria**, n. 352, Quinta –feira, no dia 25 fev. 1932.

⁴³² Crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 fev. 1932.

⁴³³ Crônica publicada no jornal **República**, no dia 18 dez. 1932.

⁴³⁴ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 06 ago. 1933.

necessário tirar as máscaras na caminhada, *“Não se cogita de lançar os olhos pelos mundos interiores que temos que dirigir e harmonizar.”*⁴³⁵

Antonieta de Barros deve ter usado máscaras muitas vezes e bater palmas quando não queria. Se o título de sua coluna fosse “Idéias em farrapos” ao invés de “Farrapos de Idéias”, poder-se-ia dizer que ela estaria escrevendo somente para agradar a sociedade, para corroborar o sentido de despedaçamento de uma raça, de uma cultura marginal. Não seria o que ela desejava e necessitava escrever. Mas a expressão “Farrapos de Idéias”, possui um sentido bem diferente, de alguém em construção. O interessante é perceber que apesar da oposição, a ambigüidade não se apaga.

*“onde parece a alma fica em farrapos, valem bem a delícia da escalada deslumbradora.”*⁴³⁶

Antonieta de Barros diz que se os homens deixassem de encobrir suas imperfeições, de usar máscaras para se protegerem de seus semelhantes, se preocupariam mais em chegar a si próprios. Essa proteção, estas máscaras levam os homens *“para lutas inglórias que os atiram às soalheiras tremendas e causticantes dos desencantos”*⁴³⁷. Para quem não está preparado, o sol não vitaliza mas queima, e a *“alma ficaria em farrapos”*⁴³⁸ e *“os corações com lágrimas que, jamais se enxugariam.”*⁴³⁹

Talvez refletindo sobre sua própria trajetória, sobre sua vida pessoal, Antonieta de Barros dizia que as derrotas, as

“desglórias são lindas oferendas de possibilidades para a conquista de si mesma, para que consigam a obra de que cada ser se acha incumbido - a sua própria realização.”

Para a autora, a *“existência está cheia de desencantos”*⁴⁴⁰ e estes desencantos são todas as batalhas perdidas, as derrotas. Mas estes desencantos não

⁴³⁵ Idem

⁴³⁶ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 6 nov. 1934.

⁴³⁷ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 6 ago. 1933.

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ Idem.

possuem um sentido pejorativo para a autora, pois significa que “*o homem está vivo, que ele luta, que ele trabalha, e avança, e procura vencer, com o heroísmo dos bravos.*”⁴⁴¹

No dizer de Antonieta, os nulos e os incapazes desaparecem “*com as primeiras desgórias que a existência está cheia.*”⁴⁴² E para ela a vida é difícil. Há “*ataques da maldade humana*”⁴⁴³, “*há o veneno que destila a lisonja, a bajulação*”⁴⁴⁴ e “*todas as estradas são pedregosas e há espinhos em todas as veredas.*”⁴⁴⁵ A pessoa, “*sai sangrenta, coração vazio*”(“...”) “*forçada a renunciar, e a alma crucificada.*”⁴⁴⁶ Para a autora,⁴⁴⁷ entretanto, apesar de tantas dificuldades:

*“há um mundo de sonhos, a mente do idealista, eternamente rebelde, eternamente invencível, eternamente carinhosa, cria, com capricho, para **nosso**⁴⁴⁸ bem, para que tentemos concretizá-los.”*

É importante notar que para Antonieta de Barros, o idealista constrói novos sonhos e para continuar vivendo se apegua a um novo farrapo, e deste farrapo, constrói novos sonhos. Talvez, quando a autora diz que depois do ideal alcançado, há um travo amargo, seja porque ela sabe que a estrada a percorrer será muito difícil. Interessante, também notar, que no recorte acima a autora, diz, “*para o nosso bem*”, pois é ela que está relatando a sua experiência pessoal.

E para a autora “*a vida continua*”⁴⁴⁹, porque “*Assim tem de ser, porque essa é a lei*”⁴⁵⁰, porque a finalidade da vida, é “*uma escalada, embora dolorida e difícil, em busca de algo mais perfeito e durador.*”⁴⁵¹ Quem faz este esforço, para

⁴⁴⁰ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 13 ago. 1933.

⁴⁴¹ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

⁴⁴² Texto retirado da crônica, publicado no jornal **República**, no dia 13 ago. 1933.

⁴⁴³ Texto publicado no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

⁴⁴⁷ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 13 ago. 1933.

⁴⁴⁸ O texto em negrito não é da autora, mas é para frisar como ela nesta crônica estava relatando os eu caminho pessoal.

⁴⁴⁹ Texto publicado no jornal **República**, no dia 13 ago. 1933.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Texto publicado no jornal **República**, no dia 24 dez. 1933.

conhecer-se, descobrir-se, se agarrar em novos farrapos, para a construção de um ideal, sentirá que todos estes esforços, “*onde parece que a alma fica em farrapos, valem bem a delícia da escalada deslumbradora,*”⁴⁵² pois cada pessoa foi “*o deus de sua trajetória, e (...) tanto mais admirável quanto mais difícil.*”⁴⁵³

Para a autora:⁴⁵⁴

“a vida dos fortes encanta-nos pelas incertezas, pelas lutas que desdobram aptidões e revelam todo o valor humano, na aspereza da escalada.(...) A vida dos fortes tem beleza, porque renunciam, sempre, pois que os ideais, não se corporificam, nunca com o esplendor sonhado e sabem levantar a cabeça e avançar.”

*“Em meio ao aprendizado, apenas, já se sente a alma cansada, magoada, dolorosamente envelhecida , em farrapos.”*⁴⁵⁵

Este texto Antonieta de Barros escreveu em 14 de junho de 1936. Já era professora experiente, jornalista, e deputada federal. Os mesmos ideais defendidos, desde que começou a escrever no jornal **República**, em 1931 continuavam a serem enaltecidos. Ainda era jovem, mas já sabia como era difícil a escalada, podia ver os cadáveres de ideais pelo caminho e o esforço despendido para não se render na turba dos domesticados, pois como ela mesmo diz, “*E forte e privilegiado é o que não sucumbe vencido, e se deixa ir, arrastado no grande turbilhão...*”⁴⁵⁶

A vida, para Antonieta de Barros,⁴⁵⁷ é luta, e, “*Não se entra para a luta, trazendo somente um amontoado desordenado de sonhos e o desejo de realizá-los. É preciso que se queira a sua concretização e que se saiba quere-la.*”

Mas para a autora é necessário uma arma, um instrumento, a instrução. Instrução que levará ao conhecimento da “*ciência da vida*”,⁴⁵⁸ fazendo com que cada pessoa procure a perfeição em si mesma, “*pelo desejo, pela vontade de se*

⁴⁵² Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 06 mar. 1934.

⁴⁵³ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

⁴⁵⁴ Texto publicado na crônica, publicada no jornal **República** no dia 13 ago. 1933.

⁴⁵⁵ “Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

⁴⁵⁶ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

⁴⁵⁷ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

⁴⁵⁸ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 14 jun. 1936.

*aperfeiçoar, outras pelo reflexo dessa mesma vontade.”*⁴⁵⁹

Segundo a autora,⁴⁶⁰ a responsabilidade da vitória ou do fracasso cabe aos pais e aos professores. Os professores não devem ser somente,

“artistas apaixonados pela obra linda de despertar, nas almas, maleáveis ainda, a admiração pela maravilha da vida.”

Devem ser também guardiães do futuro, prepararem os alunos *“para a vida, - luta intensa e complexa.”*⁴⁶¹

E Antonieta de Barros sabia que a vida, a caminhada, era difícil:⁴⁶²

“os frutos da rotina, não se despedaçam com simples golpes da audácia. São precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta para que se vislumbre um raio de luz em tão intensa treva.”

E o que poderia adocicar esta caminhada eram os livros:⁴⁶³

“Só o livro dá o direito de ser homem, só a instrução consciente rouba as criaturas ao servilismo aviltante e procura alçá-las às cumeadas, onde o ar é puro e donde se descortinam todos os panoramas maravilhosos.”

Porém, Antonieta alerta que os professores devem ter o cuidado para que :⁴⁶⁴

“um gesto, um olhar vosso, nunca paralise um passo que avança ou se apague um sorriso que se esboça! Porque, meus colegas e amigos, muitas e muitas vezes, este vosso gesto e este vosso olhar poderão matar, na alma do que principia o caminho, o desejo de continuar a vencer.”

E também diz ⁴⁶⁵: *“não amesquinheis nunca, mas também não eleveis pelos*

⁴⁵⁹ Texto retirado da crônica publicada no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

⁴⁶² Texto retirado da crônica, publicada no jornal **República**, no dia 3 set. 1933.

⁴⁶³ Texto retirado no jornal **República**, no dia 29 out. 1933.

⁴⁶⁴ Texto retirado do **Livro Farrapos de Idéias**, Segunda edição, p. 216.

⁴⁶⁵ Texto retirado do livro **Farrapos de Idéias**, Segunda edição, p. 216.

pergaminhos que trouxeram também do berço”

Antonieta de Barros, em discurso proferido na solenidade de formatura do Colégio Coração de Jesus⁴⁶⁶, pede para as professoras que, *“Não deixeis que a raça, a cor, a fortuna,(.) sejam traços de distinção entre os pequeninos...”* fechados.

A alma fica em farrapos quando a escalada é difícil demais, e segundo Antonieta de Barros, *“a luz dos ideais são débeis, vacilantes, fraquíssimas, incapazes de se projetarem por estradas alheias.”*⁴⁶⁷ A luz dos próprios ideais, iluminam os próprios caminhos, se a pessoa anda por caminhos alheios, a luz do Ideal não tem força, nem para iluminá-los. Assim, as pessoas despreparadas, cansadas, procuram ideais, alheios, e estes ideais alheios, para a autora⁴⁶⁸, fora do sentido de elevação, este :

“IDEAL não é bandeiras de cruzada, mas crepe funéreo em que se envolvem os que não tem da vida o sentido exato: uma escalada em busca da perfeição.”

A alma parece que fica em farrapos também porque está cansada, mas o ideal está iluminando o próprio caminho, há bastante luz, para não se confundir com os ideais alheios, que *“são negativos, mas se mostram com cores mais lindas”*⁴⁶⁹. Antonieta de Barros sente a satisfação, felicidade, mesmo pelas pequenas realizações.

Podemos dizer, que Farrapos, com letra maiúscula, são Ideais regressivos, que guardam um vislumbre da idéia de Felicidade. Este texto retirado de um discurso que Antonieta de Barros proferiu por ocasião de uma formatura, que está publicado no livro **Farrapos de Idéias**, é elucidativo, pois ela escreve Ideal com letra maiúscula também. Ela retoma a procura, a idéia, o sentido de Farrapos como Ideal. Estes Farrapos têm sentido de Ideal e de proteção porque envolvem deixando

⁴⁶⁶ Discurso proferido por Antonieta de Barros, como paraninfa das normalistas do Colégio Coração de Jesus, no Teatro Álvaro de Carvalho, no dia 26 nov. 1945, publicado no livro **Farrapos de Idéias**, Segunda edição, p.230.

⁴⁶⁷ Texto retirado da oração de paraninfa, proferida por Antonieta de Barros, no teatro Álvaro de Carvalho, publicada no livro **Farrapos de Idéias**, segunda edição, p. 204.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Idem.

espaço sempre para sonhar, para novos Farrapos...

Quando Antonieta de Barros fala em humanidade, moral e civilização, os sentidos que estas palavras evocam, são cautela, cuidado, precaução e defesa. Para a autora, há desconfiança entre os homens. Eles se escondem para se protegerem. “*Daí o cuidado com que todos se acautelam, com que se escondem projetos e sentimentos.*”⁴⁷⁰

Todo ser humano julga-se um poço de perfeição, porque se desconhece. Se conhecesse a si próprio, conheceria as próprias imperfeições e as corrigiria. Mas, segundo a autora, “*o desconhecimento das imperfeições pessoais não deixa que o próximo nos devore.*”⁴⁷¹ Esta perfeição seria uma máscara para nos proteger, mas quanto mais nos protegemos, menos nos conhecemos. Segundo Antonieta de Barros, as pessoas escondem suas imperfeições, instintivamente: “*Há, em todo ser humano, um momento de proteção para consigo mesmo, quando se aproxima dos semelhantes.*”⁴⁷²

Escondendo nossas imperfeições pessoais, nos protegemos do próximo, somos um mistério para eles e para nós mesmos. Quando tentarmos nos conhecer, estaremos um pouco desprotegidos. A alma “parece” que fica em farrapos, mas segundo Antonieta de Barros, “*valem bem a delícia da escalada deslumbradora*”. Mas esta “*escalada deslumbradora*” só é possível pela cultura, pela educação, pelo livro. Por isso, para Antonieta de Barros as crianças deveriam ficar mais de quatro anos na escola, para adquirir o hábito da leitura. Mas elas vão cedo entregues ao ofício e assim passam a viver às sombras, “*ditas protetoras*”, vivendo em rebanho, domesticados. Sombras protetoras que dizem o que devem fazer quando somente cada pessoa sabe o que é bom para ela.

Segundo Norbert Elias, desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo através do convívio com outras pessoas e gradualmente vão sendo definidos de acordo com o curso da vida. Todos têm desejos e como diz Lacan, eles são dirigidos para o social, para o Outro. Se o outro, o social, for arrastado, negligenciado, como estava sendo realizado o “*processo civilizatório*” em

⁴⁷⁰ Texto publicado no jornal **República** no dia 25 set. 1932.

⁴⁷¹ Texto publicado no jornal **República** no dia 6 maio 1934.

⁴⁷² Texto publicado no jornal **República** no dia 6 ago. 1933.

Florianópolis, o que o homem poderia fazer seria proteger-se, é natural, mas protegendo-se do outro protege-se de si mesmo. O que pode acontecer é ser devorado por si mesmo antes de ser devorado pelo outro. O homem conquistará a sua humanidade quando liberar o caminho dos desejos. Se para compreender alguém é preciso conhecer seus anseios primordiais e desejos a satisfazer, dizemos assim que o desejo primordial de Antonieta de Barros, era ter desejos. Este desejo era foco de todos os seus atos, sua fonte de significação.

Em seus textos Antonieta de Barros fala na dificuldade da harmonia na humanidade, dizendo que, não haveria povo civilizado se continuassem a louvar “sentimentos postiços”, não integralizados nas consciências dos povos. A posição de Antonieta de Barros, à margem, fez com que pudesse visualizar, sentir as tensões que a sociedade estava passando. Às vezes utilizava uma estratégia de colocar-se “à margem da vida para melhor compreendê-la”⁴⁷³. Mas, o deslocar de um lugar ao outro sofria esta possibilidade, como ela mesma diz, não caiu do céu.

Como um povo pode ser civilizado se não há equilíbrio entre sua existência social e suas inclinações pessoais, seus desejos? A coexistência deles é a condição individual de cada um. Se não houver sintonia entre eles, a civilização é caricata, “está em farrapos”. E se o homem não descobrir suas inclinações pessoais, sua “parte divina”, ele não irá viver em sociedade.

Segundo Norbert Elias, para compreender alguém é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. O sentido da vida depende de como ela consegue ou não realizar tais desejos, é preciso sempre chegar à parte “vibrátil” de cada um, que é a incontentabilidade. Mas para isso é necessário retirar os escombros, que foram construídos por anos e anos de escravidão. Escravidão de desejar o que os outros desejam e assim serem tutelados pelo desejo alheio. Só que não é fácil abandonar as “muletas”, pois na estrutura da sociedade existem coerções sociais que agem sobre as pessoas. Antonieta de Barros queria que as pessoas tentassem se opor a estas pressões através de seus próprios esforços. Ela fala sobre a humildade, “sentimento deprimente”, que forçada nos ambientes escolares, transforma-se em hábito, produzindo um “rebanho infinito de domesticados,

⁴⁷³ Crônica intitulada, “Nem tudo está perdido”, publicada no jornal **República**, no dia 28 fev. 1932.

criaturas sem ideal, sem dignidade.” Para a autora, pessoas “tuteladas” ou socialmente dependentes são obrigadas desde pequenas a adotarem os padrões de comportamento e até do “*espírito*” de seus tutores.

Antonieta de Barros viveu entre dois mundos, e esta ambivalência pode ser notada tanto em sua vida como em sua obra. Um exemplo, quando refere-se com frequência ao fato de que devemos bater palmas quando não desejamos. A situação da vida de Antonieta de Barros pautava-se numa seguinte dicotomia: identificação com a elite, pois ocupava o lugar como professora, jornalista e logo mais como deputada, e assim ajustava o seu comportamento ou, segundo Norbert Elias, adaptava-se “*às demandas do establisment*”⁴⁷⁴ e, ao mesmo tempo, possuía um ressentimento de não ser aceita por esta mesma sociedade. Esta situação multifacetada pôde ser notada em vários momentos no decorrer da pesquisa, por exemplo, não foi possível observar o nome de Antonieta de Barros junto aos nomes das “*damas de caridade*” nos jornais, nem no jornal no qual ela tinha a sua própria coluna, ou então pela notas irônicas dos jornais opositores. Notamos também essas fissuras, em sua obra, quando a autora em muitos textos, enfatiza que só alfabetização não bastava, a “escalada deslumbradora” deveria ser para todos, para que a grande massa pudesse lutar em igualdade de condições contra a subordinação. Segundo a autora,

*“Morre, tendo vida efêmera e fictícia, desaparece como as bolhas de ar, tudo quanto não tiver as suas raízes na consciência das massas.”*⁴⁷⁵

Seus escritos refletem essas fissuras internas, onde ela dizia ter a arma para este problema: a educação .

Sua atitude ambígua demonstra solidão. Talvez se mais pessoas expusessem seus “Farrapos”, a sua revolução não seria tão solitária. Antonieta de Barros depositava suas esperanças na educação, assim como depositou em sua própria, e

⁴⁷⁴ Segundo Norbert Elias (1993, p.259) “establisment” ou “established”, significa, o poder estabelecido, ou vigente.

⁴⁷⁵ Texto publicado na crônica intitulada, “**Aplica à disciplina o teu coração, e os teus ouvidos às palavras do conhecimento.**”, publicada no jornal **República**, no dia 18 dez. 1932.

empregou a sua vida a abrir caminhos, não fechando, deixando sempre um farrapo. Paradigmaticamente, Antonieta de Barros representava a mulher catarinense numa sociedade que tentava dar invisibilidade a sua presença. Mas é justamente esta relação ambivalente, assegurada a custo de fissuras internas, que determinou a sua visibilidade⁴⁷⁶ e a antecipação de um novo modelo de mulher.

⁴⁷⁶ A sua invisibilidade também é o produto de uma determinada tradição historiográfica, que tende a “fechar o foco” em vista de novos olhares.

CONCLUSÃO

Os jornais pela sua especificidade, por constituírem-se em eventos discursivos de uma determinada condição histórica, social e ideológica, possuem um imaginário já constituído, constantemente materializado em formações discursivas correspondentes. Um dos efeitos de sentido desse discurso é a impressão de uma pré-existência do fato que se produz no próprio ato de dizer. Entretanto, a objetividade do fato resulta de um gesto interpretativo que se dá a partir deste mesmo imaginário. Isto ocorre porque o sujeito leitor compartilha do mesmo imaginário que o sujeito autor, sendo o primeiro uma projeção virtual do segundo. Segundo Orlandi, quanto maior for a coincidência entre leitor virtual (aquele imaginado pelo autor) e leitor real (o que realmente lê), maior será a condição de legibilidade do texto. Os sujeitos estão inscritos e determinados pelos sentidos da mesma formação discursiva e, segundo Pêcheux (1998, p.168) “*se reconhecem entre si como espelhos uns dos outros.*”, produzindo a ilusão, segundo o mesmo autor (1998, p.172) de uma “*intersubjetividade falante*” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer.”

O discurso jornalístico produz uma ilusão de completude, onde tem-se a impressão de que os sentidos são “*naturais.*”

Segundo Pêcheux, há uma dependência entre as formações discursivas e o interdiscurso, que é mascarada pela transparência dos sentidos. Entretanto, segundo o mesmo autor, uma palavra ou expressão não tem um sentido próprio, mas recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. O sentido é determinado pelo interdiscurso. Como o interdiscurso é um lugar de trabalho, de movimento, os sentidos podem ser outros, podem deslocar-se. As formações discursivas, em função de interesses ideológicos que representam, dão acesso a

sentidos produzidos fora dela. Estes sentidos produzidos pelo deslocamento significante/significante, deixam vestígios, traços, que podem ser detectados.

O analista do discurso que trabalha com o “já dito”(interdiscurso) e com o fio do discurso, o que se está dizendo, (intradiscurso) opera com a possibilidade de mudanças produzidas pelos deslocamentos entre as formações discursivas.

Segundo Orlandi a Análise do Discurso é menos um modelo de trabalho e mais uma forma de reflexão. Ela não possui um método à priori de análise, mas trabalha com princípios metodológicos bem definidos, que discutem sobre condições de produção, discurso, formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso, que segundo Mariani (1998, p.58)”*já remetem o pesquisador para uma leitura-interpretativa do seu arquivo.*”

A análise do Discurso mostra o texto em sua incompletude, relacionando-o com outros textos a partir de suas condições de produção. Sendo assim, no decorrer da análise, o método e o objeto vão se construindo mutuamente, pois, filiação teórica, na Análise do Discurso, é segundo Orlandi (apud Mariani, 1998, p.49) “*movimento de pensamento e esforço teórico de construção de um objeto.*”

O discurso jornalístico com sua ilusão de informatividade “pasteuriza” os sentidos, mas ao relacionar este discurso com o interdiscurso, torna-se possível trabalhar a opacidade e observar a posição de Antonieta de Barros, que esquia-se dos gestos interpretativos já assentados pelo interdiscurso.

O discurso jornalístico opera na cristalização de sentidos, legitimando uns e silenciando outros, e ao mesmo tempo, como é prática discursiva, pois está no processo da história, pode sofrer mudanças, rupturas, provocadas por acontecimentos discursivos que estabelecerão a reorganização nas redes de filiação dos sentidos. Os enunciados “*à margem*” e *farrapos*” recuperam sentidos interditos pela memória discursiva que produziu para os negros e pobres uma imagem de: “*escória*”, *decaídas*, “*cachaceiras*”... São palavras que lutam com outras palavras, pois segundo Althusser, (apud Pêcheux 1988, p.210) “*as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos*”. Convém lembrarmos que, na perspectiva discursiva, segundo Orlandi (1997, p.27) “*as palavras já são sempre discursos, na sua relação como sentidos.*”

Quando Antonieta de Barros afirma que “ *à margem da vida, que é luta, trabalho, conquista,*” emerge aí uma negação, pressuposta na afirmação: a margem da vida não é lugar de luta trabalho, conquista. Continuando a autora diz, “*Vencidos? Não. Desencantados* “. Emerge também aí uma voz que afirma: “vencidos, sim”. A autora questiona, joga com o possível. Ela se posiciona contra esse saber sedimentado; argumenta, mobiliza outros sentidos, provocando a polêmica em relação aos saberes (memória) da formação discursiva dominante, e assim constrói um novo lugar para ser significada. Quando Antonieta de Barros insere no intradiscurso uma forma diferente de significar “à margem”, o “já dito” é deslocado e perde sua “naturalidade”, torna-se opaco. Como os sentidos podem ser naturalizados, pontos estáveis de um processo discursivo, podem também ser desnaturalizados, pois no discurso, todo ponto estável é também um ponto de deriva de processos afetados pelo interdiscurso.

Esta resignificação vai causando estranhamento, em uma tensão permanente que os dizeres de Antonieta de Barros provocam. Há um confronto persistente com a formação discursiva dominante que caracteriza o discurso jornalístico. Ou seja, ela propõe o ilegítimo em um lugar de legitimação. Esta dinâmica reconfigura as fronteiras das formações discursivas, provocando a incorporação de novos sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGAR, Renault. **NEREU RAMOS: homenagens a um estadista: discursos e artigos..** Florianópolis : Associação Portobelo de Cultura, 1989.

ANAIS DO I ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. Realizado em Florianópolis de 25 a 29 de agosto de 1986-1987.

ACHARD, Pierre, **Papel da Memória.** Campinas: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado.** Tradução de J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença – Martins Fontes, 1974.

_____. **Sobre a Reprodução.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A condição Humana.** 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ASTOLFI, J.P. e DEVELAY, M. **A didática da ciências,** Campinas: Papirus, 1991.

AUTHIER- REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: a não coincidência do dizer:** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa Brasileira** 4.ed São Paulo: Ática 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Antonieta de. **Farrapo de idéias.** 5.ed. Florianópolis: Elegraf Ltda., 1972.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de Lingüística Geral I:** Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 4.ed. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BERGSON, Henri. **Introdução à Metafísica**. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

_____. **Conferências**. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BITENCOURT, João Batista. Cidades em Movimento. In: **História de Santa Catarina, estudos contemporâneos**. 2. Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BONACCHI, Angela Groppi e. **O dilema da cidadania. Direito e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1987.

BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira. Temas e situações**. 3.ed São Paulo: Ática. 1990.

BRANCER, Ana. **Historia de Santa Catarina**, estudos contemporâneos. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica, 1999.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

BITTONI, Dulcília Helena Schoeder . **Mulher de Papel: A representação da Mulher na Imprensa Feminina Brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.

CLAUDIA, Mortari, PAULINO de Jesus Cardoso. Territórios Negros em Florianópolis no século XX. In: **História de Santa Catarina, estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP, 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Lunardelli, 1977.

_____. **História de Santa Catarina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lousdes, 1970.

CALTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **História da vida privada. Da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. A história hoje: Dúvidas, desafios, propostas. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 7, n. 13, 1994. p.09.

CHARTIER Anne Marie e HÉBRARD Jean. **Discurso sobre a leitura**. 1880- 1980. São Paulo: Ática, 1995.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva, discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo**. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

CORREA, Carlos Humberto. **Um estado entre duas Repúblicas, a revolução de 30 e a política em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

_____. **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC Edições: Associação Portobello de Cultura, 1998.

_____. **História da Cultura Catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

DAVIS, Natálie Zenon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DESCARTES, René. **Pensadores**. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural.

DIÁRIO On Line, no dia 24 nov. 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.,

DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Tradução de Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente, o século XX**. v.. 5. Porto: Edições Afrontamento. São Paulo: Ebradil. 1991.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador (uma história dos costumes)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador — formação do estado e civilização**. v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis and the martetization of public discourse: the iniversités**, v.. 4, n.2, p.133-136.

_____. **Critical Discourse Analyusis: The critical study of lanquage**. Londres: Longman, 1995.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social na República Oligárquica (1880-1930)**. São Paulo: Difel, 1975.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das Mulheres e injustiça dos homens** . 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FOWLER, R. **Language in the News**. Discourse and Ideology in the Press. Londres: Routledge, 1991.

FRAISSE, Genevière e PERROT, Michelle. **História das mulheres**. O século XIX. São Paulo: EBRADIL, 1991.

FRENCH, Marilyn. **A guerra contra as mulheres**, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

F. GADET e T. HAK. **Por uma análise automática do Discurso- Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FREUD, Sigmund- **Obras Completas**- Tomo II. La Interpretacion de los Sueños. Madri. Editorial Biblioteca Nueva, 1972.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra o Brasil**. Petrópolis : Vozes:. 19988.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Autoria: questão enunciativa ou discursiva?** In Linguagem em (Dis)curso. Universidade do Sul de Santa Catarina. v.1, n., Tubarão: Editora da Unisul, 2000.

GOETHE, Johanann Wolfgang. **Fausto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento. Estado, mídia, sociedade**. Campinas: Pontes Editores, 2001.

GRISORD, Iza Vieira da Rosa. **Duarte Shutel. Escritor, poeta, médico e político. história de uma vida**. Florianópolis: Editora Terceiro Milênio, 1990.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HAVERROTH, Eliana Isabel. **O voto feminino na imprensa em Florianópolis- 1926- 193**. Trabalho de Conclusão de Curso. História. Florianópolis, 1996.

HEBERLE, V.M. **Editoriais de Revistas femininas sob a perspectiva da Análise crítica do discurso**. The Specialist, v.15, n. 1 e 2 São Paulo: Pontificia Universidade de São Paulo, 1994. p.137-150.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. Os pensadores. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

HOME PAGE de Ideli Salvati. www.ideli.com/antonieta.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ILMA, Fátima de Jesus. Pensamento do MNU- Movimento Negro Unificado. In: SILVA Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. **O pensamento do negro no Brasil**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1997.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher. A moral e o imaginário: 1889-1930**. Porto Alegre: Editora da PUC, 1995.

KAPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: **História das mulheres século XIX**. São Paulo: EBRADIL, 1991.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LACAN, Jacques. **Os escritos Técnicos de Freud**: livro 1. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **As Psicoses** : Livro 3. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **A relação de objeto**. Livro 4. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **O Seminário**. As formações do inconsciente. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

LANDIN, Filho. A referência do Dêitico “eu” na gênese do sistema cartesiano: a rescogitans ou o homem. In: **Analítica**. Rio de Janeiro: UFTJ, v. 1, n. 2, 1994.

LEOPOLDO e Silva, F. Transformação da noção de beatitude em Descartes. In: **Discurso 24**, Revista do Departamento de filosofia da USP, São Paulo.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

LUZ, Andrea Aparecida da. **Antonieta de Barros. Uma vida dedicada a educação**. Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

_____. **Novas tendências da análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

- Marx, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Flama, 1946.
- MASOTTA, Oscar. **Introdução à leitura de Lacan**. Campinas: Papyrus, 1988.
- MACHIAVELLI, Nicolau.. **O príncipe** . Pensadores. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 19995.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Flama, 1946.
- _____. **Miséria da filosofia**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina de 1889 a 1900**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Ed. Lunardelli, 1982.
- MICHAUD, Stéphane. Idolatrias: representações artísticas e literárias. In **História das mulheres do século XIX**. São Paulo: EBRADL. 19991.
- MILL, John Stuart. **Clássicos da democracia. Da liberdade**. São Paulo: IBRASA, 1963.
- MOREIRA, Alves Branca. **O que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MORTARI, Claudia; CARDOSO Paulino de Jesus. Territórios Negros em Florianópolis no século XX. In BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina estudos contemporâneos**. 2.ed. Florianópolis, SC.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras srsileiras do século XIX: antologias..** Florianópolis: Editoras Mulheres, Santa Cruz do Sul; EDUNISC,1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral. pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1995.
- NUNES, Karla Leonora Dahse **Antonieta de Barros: Uma história**, Floiranópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2.ed. Campinas: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional.** 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Discurso & leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 19993.

PAIVA, Vera. **Evas, Marias, Liliths. As voltas do feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis.** 2.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso — uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas: Uma questão de classe.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEREIRA, Ivonete. **As Decaídas: Mulheres no Quotidiano de Florianópolis (1900-1940).** Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado de História, 1996.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli/FCC Edições, 1992.

PERROT, Michelle. **História da vida privada: da Revolução Francesa à primeira guerra.** São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle; PAIRE, Alain. **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris/Marseille: Rivages, 1984.

Perfis Parlamentares, **Nereu Ramos**, 42. Brasília: Câmara dos Deputados.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina.** 2.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1925.

_____. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PERROT, Michelle . Sair. In: **História das mulheres**. São Paulo: Ebradil, 1991.

PLATÃO. **Diálogos: O Banquete, Fédon, Sofista, Político. Os Pensadores**. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PONTY, Maurice Merleau. **Textos Estéticos: O olho e o Espírito, A dúvida de Cézanne**. Os Pensadores. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **O visível e o invisível**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

PROST Antoine; GERÁRD Vincent. **História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

QUINTANEIRO, Tania. **Retratos da mulher: a brasileira vista por viajeros ingleses e norte-americanos durante o século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROSA, Iza Vieira da. **Duarte Shutel-Escritor, poeta, médico e político, História de uma vida**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Pensadores**. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

RUSSELL, Bertrand. **A sociedade humana na ética e na política**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o Nada**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SÊNECA. **A Vida Feliz**. Campinas: Pontes, 1991.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história e no cinema**. Perspectivas Interdisciplinares. Santa Cruz: EDUNISC, 2000.

SPINOZA, B. **Tratado da correção do intelecto**. Os pensadores. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Florianópolis. A história de uma cidade**. Florianópolis: Papa Livros, 1995.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lycia Maria de Assunção. **O pensamento negro em educação no Brasil**; Expressões do movimento Negro. São Carlos: Editora da UFSCar, 1997.

Sócrates. **Diálogos, Platão, Fédon**. Os Pensadores, São Paulo, : Nova Cultural, 1991.

SOUZA, Pedro. A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro do Brasil. In: ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional** 2.ed. Campinas: P: Pontes, 2001.

TEIXEIRA, Lívio. **Ensaio sobre a moral de Descartes**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

THEODORO, Helena. **Mito e espiritualidade — mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Lúcia C. **Lacan: operadores da leitura**. São Paulo: Perspectivas, 1991.

A N E X O S

Anexo

Inicialmente não havíamos incorporado à dissertação, o capítulo que segue, mas estamos atendendo à recomendação dos argüidores, notadamente da professora Dra. Rosângela Morello, de que o presente anexo compusesse a versão definitiva da dissertação.

Farrapos - Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados.

Em outubro de 1932 o jornal **República**¹ anunciava o retorno dos soldados do 14 Batalhão de Caçadores que foram apoiar o governo Federal na revolução de 1932:

“Os feridos que chegaram.

Pelo Anibal Benevolo chegaram, hoje, da frente das operações do setor Sul, feridos os seguintes militares:

Aurino Gonçalves, Rodolfo Avelino de Souza, Severo Sardá, Alfredo Rosa, João Matias Cardoso, Artur Silva, Antônio Felício dos Santos, Pedro Clemente, João Mosque e Tancredo Laurilio Conceição”.

Antonieta de Barros, na crônica, *“Quando eles voltam”*², fala sobre o retorno desses soldados, suas faces cansadas e amarguradas, *“vestígios do sacrifício feito”*, *“trazendo na alma, por uma dolorosa experiência, a mais cruciante das certezas”*, de serem joguetes de interesses alheios.

Segundo a autora, *“não se entra para a luta, trazendo somente um amontoado desordenado de sonhos e o desejo de realizá-los.(...) Para tanto, porém, se necessita de arma”*.³ Para a autora quem conduziria as pessoas nesta luta seriam os professores, os *“Soldados da Pátria”*. A Cruzada Nacional da Educação, movimento de erradicação do analfabetismo na época, era para ela *“um grito de guerra a um mal”*. A arma usada pelos *“soldados da Pátria”* nesta *“guerra sangrenta que é a vida”* é o livro. A bajulação seria a *“arma dos incapazes”*.

O professor, para Antonieta de Barros era o *“plasmador consciente”*⁴ que faria das crianças *“valentes para a vida”*, pois o caminho polvilhado dia a dia era luta e glória, *“mas as glórias verdadeiras não se dão a ninguém, é preciso que o*

¹ Notícia publicada no jornal **República** número 534, Sábado, no dia 8 de outubro de 1932.

² Crônica publicada no jornal **República** no dia 23 de outubro de 1932.

³ Crônica publicada no jornal **República** no dia 20 de outubro de 1933.

⁴ Crônica publicada no jornal **República** no dia 20 de novembro de 1932.

professor ensine as crianças a conquistarem os louros que lhes enobrecerão o caminho e as conquistas implicam trabalho, luta, ação e coragem”.⁵ Entretanto, na crônica publicada no dia 14 de junho de 1936, ela alerta que se pelo desamor ou falta de cuidado as crianças entrarem na “*grande luta*” sem preparo, “*olhos vendados, ignorantes da dissimulação do ataque e da ginástica da defesa*” fatalmente poderão ser arrastadas no grande turbilhão, no grande rebanho dos domesticados.

Armas, sangue, luta, combate, soldado, derrota, marcha, escudo, barreira, trincheira, encouraçado, valentes, destroços, grito de guerra, conquista, vitória, derrota, plasmar, sangue, e canhões são expressões que fazem referência à guerra⁶. A guerra para Antonieta de Barros é o cotidiano perto/presente. Ela reatualiza, reinterpreta, principalmente a memória da **Guerra dos Farrapos**. A marca disso é o título que deu à sua coluna que circulava aos domingos

⁵ Idem.

⁶ Alguns exemplos de expressões referentes à guerra retiradas das crônicas de Antonieta de Barros:

a) “*a cultura possibilita ao homem independência moral para que possam enfrentar os mais sérios obstáculos*”. Crônica publicada no jornal **República** no dia 14 de maio de 1933.

b) “*marcharem e deixarem morrer(...) nós precisamos de paz de d uma sã fraternidade*” Crônica publicada no jornal **República** no dia 24 de julho de 1932.

c) “*quando se sentem escudados pela razão e pelo direito*”. Crônica publicada no jornal **República** no dia 14 de maio de 1933.

d) “*entrincheira-se, nesta barreira de desencantos*” Crônica publicada no jornal **República** no dia 15 de novembro de 1931.

e) “*É preciso enriquecer e abastecer a alma de todos os sentimentos bons, encouraçá-la na fê*” Crônica publicada no jornal **República** no dia 19 de fevereiro de 1933.

f) “*fazei-os valentes para a vida*” Crônica intitulada **Falando aos moços**, publicada no jornal **O Idealista** no dia 14 de junho de 1945.

g) “*Olha-se, embora entristecidos, para os destroços dos sonhos perdidos*” Crônica publicada no jornal **A Semana** no dia 2 de janeiro de 1931 e no jornal **República** no dia 1 de janeiro de 1932.

h) “*E as conquistas que implicam trabalho, luta, ação, coragem e disciplina, manda o dever que batalhemos*”. Crônica intitulada **Falando aos moços**, publicada no jornal **O Idealista** no dia 24 de junho de 1945.

i) “*O valoroso é o que luta (...) sentindo que as vitórias não envaidecem e as derrotas são estímulos para novas lutas e novas glórias*”. Palavras proferidas por Antonieta de Barros no discurso de paraninfa dos formandos do curso magistério no dia 11/de dezembro de 1950.

j) “*delírio vermelho*” Crônica publicada no jornal **República** no dia 24 de julho de 1932 e no dia 16 de abril de 1933.

l) “*Deus arrancou uma costela de Adão e plasmou Eva*” Crônica publicada no jornal **República** dia 18 de setembro de 1932.

m) “*O batismo de sangue se dará em todos os tempos*” Crônica publicada no jornal **República** no dia 28 de agosto de 1932.

n) *sede vermelha*” Idem.

o) “*abecedário que é arma fraquíssima*” Idem.

p) “*Que os pequenos conheçam o veneno que destila a lisonja, a bajulação, armas dos incapazes.*” Crônica publicada no jornal **República** no dia 14 de junho de 1936.

q) “*E, nesta luta renhida de canhões, arma branca ou arma invisível*” Crônica publicada no jornal **República** no dia 02 de outubro de 1932.

(primeiramente no jornal **A semana** e posteriormente no jornal **República**), de **Farrapos de Idéias**.

A memória, segundo M. de Certeau (1994), não se limita ao passado. Ela ecoa, silenciosamente, constituindo o vivido da relação presente - passado. A interpretação que o sujeito faz do passado é sempre a partir de sua identidade presente. Para M. de Certeau (1999,p.163) a memória *"vem de alhures, ela não está em si mesma e sim noutra lugar, e ela se desloca"*. Por isso que, segundo Orlandi, há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo. Entre a constituição do sentido e sua formulação.

Na Análise do Discurso a memória, ou interdiscurso, segundo Orlandi (1999,p.64) *"é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer"*. É alguma coisa que vem pela história, pela memória e sem pedir licença nos atinge. Isso ocorre, segundo Orlandi (2000,p.32), porque

"As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras". O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele".

Sendo assim, não devemos questionar o que Antonieta quis dizer quando intitulou a sua coluna de "Farrapos", pois segundo Orlandi (1999) *"as palavras não são só nossas"*. Elas significam também pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras. É o interdiscurso significando. O dito em outro lugar sustenta a possibilidade de outro dizer e pacientemente vai tecendo a memória discursiva. Segundo Orlandi, o interdiscurso remete um determinado dizer à uma memória, e o identifica em sua historicidade, em sua significância, vinculando-o a uma filiação de dizeres, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

Fazendo uma relação entre memória e discurso, temos o que na Análise do Discurso é denominada de memória discursiva. Memória discursiva para Pêcheux (1999,p.52)

”seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Segundo o mesmo autor (1999,p.52)

“onde residem esses famosos implícitos que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da seqüência: eles estão disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?”

Os implícitos, para Pêcheux, não estariam disponíveis para serem atualizados pela memória. Mas analisando a produção e repetição de determinados efeitos de sentidos, relacionados aos processos discursivos correspondentes (remissões, retomadas, efeitos de paráfrases) poderemos visualizar o ponto de encontro dos implícitos, através da reorganização do cenário das regularidades discursivas.

Entendemos, em termos discursivos, que para fazer acionar a memória é necessário analisar como a historicidade se inscreve nos processos de significação da linguagem. Na construção de uma memória social alguns sentidos são cristalizados em detrimentos de outros que são esquecidos. Os sentidos heterogêneos, que podem romper a estabilidade de um “*mundo semanticamente normal*”, são neutralizados.

Há muitas interpretações e versões para a **Guerra dos Farrapos** e para a expressão “Farrapos”. Sendo assim, apresentaremos algumas delas.

Uma das versões do enunciado “farrapos” é anterior à Revolução Farroupilha. Era utilizada para designar os grupos liberais de idéias exaltadas. Em 1829 um desses grupos se reuniram no Rio de Janeiro com o objetivo de lutar contra o regime monárquico. Eram chamados de farroupilhas. O termo havia sido inspirado nos revolucionários franceses mais extremados, os “sans culottes”. Os “sans culottes”, que literalmente quer dizer sem calção, usavam calças de lã listradas, em oposição ao calção curto adotado pelos mais abastados.

Outra versão diz que o termo foi provavelmente inspirado nas roupas rústicas de um dos líderes dos liberais, Cipriano Barata que, quando em Lisboa, circulava pela cidade usando chapéu de palha e roupas propositadamente despojadas.

Muitos dos livros de história insistem na versão de que o nome “farrapos” era dado pelos conservadores (imperiais) aos liberais exaltados, devido aos trajes esfarrapados que vestiam.

Seja qual for sua origem, o termo farrapos ou farroupilha, já era aceito em 1831 como designação dos liberais exaltados que, nesta época, publicavam dois jornais no Rio de Janeiro: a Jurubeba dos Farroupilhas e a Matraca dos Farroupilhas. Importante ressaltar que somente os liberais do sul eram conhecidos pela denominação comum a todos os liberais da época.

No cenário político riograndense, os farroupilhas, liberais exaltados, contrapunham-se aos conservadores, chamados Caramurus.

O levante para a criação da República do Pampa teve início na Fazenda das Pedras Brancas no Rio Grande do Sul. Foi liderado pela elite dominante gaúcha que contestava a centralização política, o desinteresse do governo central pelos problemas das províncias, os impostos e as baixas taxas alfandegárias cobradas na importação de produtos estrangeiros, principalmente o charque argentino e uruguaio. Politicamente, o principal motivo da insatisfação era a centralização do poder decisório na corte, além da aceitação das idéias liberais.

Os rebeldes eram comandados por Bento Manuel Ribeiro, David Canabarro e Giuseppe Garibaldi. Em 1835, Bento Gonçalves e os rebeldes tomaram a cidade de Porto Alegre e no ano seguinte proclamaram a República Rio-Grandense. Mais tarde, sob o comando de David Canabarro e Garibaldi, os

rebeldes conquistaram Santa Catarina, a República Juliana. O governo central nomeou o marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, para promover a paz, nomeando-o governador do Rio Grande do Sul. Em 1842 Caxias iniciou sua campanha com 12 mil soldados muito bem equipados. O Barão do Rio Branco isolou os rebeldes, cortou suas principais linhas de comunicação e propôs um acordo de paz que incluía anistia aos combatentes farroupilhas. Somente em 1845 os rebeldes aceitaram o tratado de paz de Caxias, que anunciou o fim de uma guerra que por 10 anos devastou a província gaúcha.

Ao contrário do que o nome indica, a Guerra dos Farrapos não foi uma revolta das classes pobres, e sim um movimento de ricos criadores de gado que queriam maiores lucros para seus produtos pecuários, maior proteção do império contra a concorrência dos países platinos e maior poder político para a região. O povo humilde foi usado como massa de manobra. Apesar da participação do povo, esse movimento difere da Cabanagem e da Balaiada, pois os fazendeiros, unidos, jamais permitiram que as camadas populares assumissem a liderança do movimento ou se organizassem em lutas próprias. Segundo Maestri (2002), insiste-se sobre o pretenso caráter social e revolucionário do movimento farroupilha, sobretudo porque boa parte das tropas foram formadas por peões e negros. Mas, se pensamos que fazer revolução é avançar na história, destruir o ultrapassado, o movimento farroupilha não foi revolucionário. Eles não questionaram a escravidão. Em seu sistema produtivo, identificavam-se mais com o conflito civil entre segmentos sociais dominantes. O movimento farroupilha lutou pelos interesses da classe dominante pecuarista, descaracterizando, portanto, uma visão mais abrangente, como a justiça distributiva. Os farroupilhas não se preocuparam com a distribuição de terras e com o fim do cativo. A revolta era das elites, para as elites. Segundo Maestri (2002), os senhores farroupilhas e os imperialistas preferiam que outros morressem por seus ideais. Boa parte dos gaúchos pobres eram descendentes de guaranis e pampeanos desprovidos de terras. Eles acompanhavam os fazendeiros nos combates, como faziam-no nas lidas do campo. Quando os homens de famílias mais abastadas eram chamados para os combates, eles podiam

substituir-se, alforriando um escravo e mandando-o em seu lugar. Os conservadores compravam escravos dos farrapos para preencherem os vazios das tropas. Os principais chefes farrapos eram escravagistas. Segundo Maestri (2002), quando Bento Gonçalves foi enviado preso para a corte, levou consigo um escravo doméstico para servi-lo. Ao morrer, deixou como herança, além de terras e gado, cinquenta escravos. Os escravos foram ao combate na esperança de obterem a liberdade após a luta. Liberdade esta, jamais obtida. Houve muitos escravos que foram lutar com este sonho. Mas não houve democracia racial nas tropas farroupilhas. De acordo Maestri (2002), negros e brancos marchavam, comiam, dormiam e morriam separados. Os oficiais dos combatentes negros eram brancos. Entretanto, os negros lutaram com tanta garra e disciplina, que começaram a destacar-se nas lutas. Eram os “**Lanceiros Negros**”⁷. Os Lanceiros Negros eram comandado pelo tenente Joaquim Teixeira Nunes. Segundo Cláudio Moreira Bento (1971), os Lanceiros Negros eram o problema das forças imperiais, pois eram imbatíveis nos combates a cavalo e lança. Lutavam com muita garra e destreza. O próprio Duque de Caxias reconheceu que os comandantes farroupilhas baseavam suas forças nos lanceiros negros. Os soldados negros eram temidos também pelos liberais (farrapos), pois, com o término da guerra, a elite temia que os negros formassem uma guerrilha caso fossem reescravizados, ou que fossem para o Uruguai ou para a Argentina, fortalecendo as tropas opostas ao Império.

Pelo acordo estabelecido, os escravos deveriam ser declarados livres, mas aqueles que não morreram foram reescravizados. Segundo o item 4 do acordo dos Comandantes, “*são livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que lutaram na guerra*”, mas esse acordo nunca não foi cumprido. Cerca de dois mil soldados negros aguardaram em vão a prometida liberdade. Segundo Maestri (2002), na Batalha de Poncho Verde, houve uma “armação” entre o general farroupilha Davi Canabrarro e o Barão de Caxias com o objetivo de exterminar

⁷ Sobre os Lanceiros Negros, é interessante ler o livro de Claudio Moreira Bento, intitulado **A grande festa dos lanceiros**. Recife:UFPE, 1971, **História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1960**, de Arthur Ferreira Filho Porto Alegre: Ed. Globo, 1960 e **História do Negro Brasileiro** de Clóvis Moura, São Paulo: Editora Ática, 1992.

os lanceiros negros. Segundo esta versão, Davi Canabarro já estaria negociando a paz com Caxias, mas um dos pontos polêmicos da questão era o que fazer com os negros. Se eles voltassem para o cativeiro poderiam se rebelar, se fossem considerados livres, poderiam se transformar em uma força perigosa. Apesar de já ter terminado a Guerra dos farrapos, foi forjada a batalha dos Porongos. Essa batalha era a forma arranjada entre Caxias e Canabarro para exterminar os negros, forjando um combate em que eles fossem colocados frente a frente, e assim se matassem. Como os negros ficavam acampados em lugar separado dos brancos, ficou resolvida a questão. Na madrugada de 14/9/1844, de acordo com o combinado, Davi Canabarro entregou os farrapos negros desarmados aos inimigos. Na serra dos Porongos foi dizimada a infantaria negra, acelerando a “paz honrosa” entre os farroupilhas e os imperialistas. No final da batalha, 99 por cento foram mortos, de ambos os lados.

Entre as interpretações da palavra “farrapos”, a que predomina é a que diz respeito às vestes dos rio grandenses sublevados contra o Império do Brasil. Aparentemente os outros sentidos foram “esquecidos”, mas o sentido que prevalece não apaga os demais. No imaginário da sociedade fica naturalizado um sentido. Segundo Orlandi (1993,p.102) “*A ‘naturalidade dos sentidos é, pois, ideologicamente construída.*” A hegemonia dos sentidos só é garantida, graças ao apagamento dos outros sentidos possíveis. Porém, quanto mais se tenta apagá-los, mais deslizam pelas bordas, pois como são históricos, trazem em suas relações as contradições que se mostram, esperando para serem significados. Basta uma mobilização da memória para que haja um deslocamento e os outros sentidos possam sair de onde estavam esquecidos.

A palavra “farrapos”, referindo-se a revolução farroupilha, no dicionário com data de 1943⁸ época em que vivia Antonieta de Barros, possui dois sentidos: “*alcunha deprimente (tornou-se depois honrosa) que os legalistas davam aos insurretos da revolução que irrompeu no Rio Grande do Sul.*”

⁸ Referimo-mos ao Dicionário de São Paulo Editora S/A de 1940 encontrado em um acervo particular.

Portanto, segundo o dicionário, o sentido da palavra “farrapos” era deprimente, humilhante, enfraquecedor, aviltante e desprezível. Logo após tornou-se honroso, enobrecedor, digno e virtuoso.

Ao falar a palavra “Farrapos” Antonieta se reconhece, se identifica com os “farrapos” da Revolução farroupilha, através da memória. Memória que fornece uma percepção de mundo no qual ela se encontra. Apesar de Antonieta de Barros não ter vivido o episódio da Revolução farroupilha, ela incorpora seus efeitos. Ela recebe uma série de meios de categorização do real, que a identificam com os “farrapos”. E isso é visível em suas crônicas quando a autora utiliza palavras que remetem ao significado de guerra, revolução. Mas a contradição aparece quando ela traz esta percepção e a confronta com o seu lugar, sua época. A sua percepção de mundo é diferente em relação à posição social que ela exerce na sociedade. Ela é jornalista professora e deputada e não um “farrapo” lutando pela sua liberdade. Mas será que com outros meios, outras armas, ela não estaria fazendo a mesma coisa, igualmente municiada pelos poderosos, como os “lanceiros negros”?

Há uma diferença de percepção de mundo fornecida pela memória. Na Análise do Discurso, cada um interpreta de maneira diferente, de acordo com a formação discursiva que ocupa. Segundo Pêcheux (1991), é filiação histórica, inconsciente, o lugar a partir do qual se fala.

Quando Antonieta de Barros diz “Farrapos”, sentidos já ditos em outros lugares são convocados. As experiências que Antonieta de Barros teve desde a infância são presentificadas. Experiências de lutas passadas pela sua mãe, escrava alforriada. O cotidiano das mulheres pobres e negras que escreviam seus textos em suas próprias peles, levaram-na a interpretar o real, identificando-a com os farrapos da Revolução farroupilha.

Segundo Mariani “(1998,p.14) *“Os sentidos viajam em memória descontinua”*. Os sentidos da palavra “Farrapos”, dita por Antonieta de Barros, atravessam o tempo. Ela diz “Farrapos” confirmando sua história, mas é interpretada pelo “outro” como algo deprimente. É a memória social construída historicamente que não permite outra interpretação. A memória dos negros, que

lutaram na Guerra dos farrapos, está cristalizada no tempo como deprimente, sem nunca tornar honrosa, como está no dicionário, já que eles representam a sordidez a que pode chegar o ser humano. Por isso, até hoje, quando o título de sua coluna é interpretado, o que surge é a noção de pedaços, “gastos pelo tempo”, ou algo deprimente que “ninguém” quer lembrar. Não é interpretado como digno ou enobecedor. Qual seria a interpretação, se fosse Nereu Ramos que intitulasse sua coluna publicada no jornal República de “Farrapos”? A própria história mobiliza uma memória de glórias para os fazendeiros farroupilhas, apagando o trabalho dos negros, enaltecendo os fazendeiros que não tinham as roupas rasgadas. Importante lembrar também que os “farrapos” da Revolução farroupilha não tinham este apelido porque lutaram muito na guerra e suas vestes ficaram rasgadas, mas porque suas vestes já estavam rasgadas. Não foi a guerra que os transformou em “farrapos”, mas a vida. E foi esta vida, esquecida pela história. Esta vida, que é lembrada pelo discurso oficial de forma romântica e telúrica, desconhecendo (apagando) às contradições do mundo real.

Antonieta de Barros consegue trazer, através dos tempos, uma memória positiva dos pobres e negros que lutaram. Faz a passagem de uma “*alcunha deprimente*” para “*honrosa*”, pois além da aparência, a mobilização da palavra “Farrapos” nos mostra não um sentido pejorativo, mas de luta, poder, mudança. Ela também faz referência a autores como Oscar Wild, Sócrates e Gonçalves Dias. Estes autores trazem, marcadas em seus escritos, a idéia de revolução, mudança e diferença. Os “Farrapos” da autora vêm acompanhados de palavras que incitam a revolução, a luta. É um discurso revolucionário, onde a escolha da própria palavra “farrapos”, inspirada na “Guerra dos farrapos”, funciona segundo Pêcheux, (1981,p.66) ”*como uma marca política de reconhecimento*.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cláudio Moreira. **A grande Festa dos Lanceiros**. Recife:UFPE,1971.

CARNEIRO, Lúcia de Azambuja. **História da Revolução Farroupilha**.

Disponível em www.riogrande.com.br/história/revol.htm-7k. Acesso em 5/01/2004.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do Povo brasileiro**. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

FILHO, Arthur Ferreira. **História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1960**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: as idéias políticas da revolução farroupilha. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1978.

FRANCO, Sérgio da C. **Porto Alegre Sitiada (1836- 1840)**: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina.2000.

FREITAS, Décio. **A Revolução Farroupilha**: história e interpretação. Mercado Aberto,1985.

LEITMANN, Spencer Lewis. **Raízes socio-econômicas da Guerra dos farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX, Rio de Janeiro: Graal,1979.

LAYTANO, de Dante. **O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1937.

MAESTRI, Mário. **Guerra Farroupilha**: história e Mito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

_____. **Servidão Negra**: trabalho e resistência no Brasil escravista. Porto Alegre: Mercado Aberto,1988.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ed.Ática,1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. 3ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985

TEDESCO, Aldo. **Guerra dos Farrapos** . A estratégia das águas. Disponível em: <http://www.popa.com.br/docs/cronicas/farrapos/> . Acesso em 8/01/2004

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1933.

Guerra dos Farrapos . Disponível em www.popa.com.br Acesso em 5/01/2004.

Revolução Farroupilha. Disponível em www.riogrande.com.br/história/revol.htm- Acesso em 5/01/2004.